



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**JOÃO FLÁVIO MENEZES AMARAL**

**REPRESENTAÇÕES DO MIRANTE DO MORRO SANTA TEREZINHA NO DIÁRIO  
DO NORDESTE: O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO DE  
TERRITORIALIDADES**

**FORTALEZA**

**2019**

JOÃO FLÁVIO MENEZES AMARAL

REPRESENTAÇÕES DO MIRANTE DO MORRO SANTA TEREZINHA NO DIÁRIO DO  
NORDESTE: O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO DE  
TERRITORIALIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Comunicação Social. Área de concentração: Mídias e Práticas Socioculturais.

Orientador: Profa. Dra. Sílvia Helena Belmino.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- A514r    Amaral, João Flávio Menezes.  
          Representações do Mirante do Morro Santa Terezinha no Diário do Nordeste : o jornal como instrumento de produção de territorialidades / João Flávio Menezes Amaral. – 2019.  
          245 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2019.  
          Orientação: Profa. Dra. Sílvia Helena Belmino.
1. Mirante do Morro Santa Terezinha. 2. Territorialidade. 3. Jornalismo. 4. Ideologia. 5. Consumo. I. Título.

CDD 302.23

---

JOÃO FLÁVIO MENEZES AMARAL

REPRESENTAÇÕES DO MIRANTE DO MORRO SANTA TEREZINHA NO DIÁRIO DO  
NORDESTE: O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO DE  
TERRITORIALIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Comunicação Social. Área de concentração: Mídias e Práticas Socioculturais.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Sílvia Helena Belmino (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Robson Braga  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Ricardo Freitas  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Aos meus pais, Maria Cecília e João Luiz.

Aos meus avós, José Alves e Maria Alice.

## AGRADECIMENTOS

À FUNCAP, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio durante o segundo ano de pesquisa.

Aos professores e colegas do PPGCOM, pelas reflexões, críticas e sugestões.

Aos professores participantes da banca examinadora Robson Braga e Ricardo Freitas pelas valiosas colaborações e pela gentileza de lerem tantas páginas em tão pouco tempo.

Ao professor André Almeida pela ajuda e indicações de leituras sempre na mosca desde os primórdios desse projeto.

A todos que me emprestaram horas do seu tempo e anos de suas memórias concedendo as valiosas entrevistas que tornaram esse trabalho possível.

À equipe do NPAZ – especialmente ao Breno – por me apresentarem o Santa Terezinha e seus moradores.

À professora Sílvia, pela orientação, gentileza, confiança e paciência com minha insuperável confusão de ideias, autores e prazos.

Aos meus amigos (Pinbow, Pablo, Martelinho, Salsas, Brendo, Zezas, Cesinha, Ezequiel, Mardônio, Hugo [o nariz], Xele, Victor com c, João, Hugo [o chorão], Keila e Murina) por sempre se recusarem a aceitar a minha desorganização e falta de tempo, energia e vergonha na cara e não me deixarem desaparecer tão facilmente.

Ao amigo Eliezer por escutar e compartilhar as mesmas viagens, ideias, ideais e curiosidades sobre as cidades e discutir o tema dessa pesquisa milhares e milhares de vezes.

Ao meu avô, que exclamaria alegre qualquer coisa antiga e apertaria firme minha mão no almoço de amanhã.

Aos meus irmãos, Cadu e Mari, minha guarda real, serviço secreto, tábua redonda, guardiões da galáxia e mosqueteiros.

À Carrapicho, por chegar a essa página de agradecimento mesmo sendo uma cadelinha vira-lata.

À Isadora pelo apoio incondicional nos piores momentos, pela alegria interminável nos melhores momentos e vice-versa.

Aos meus pais por torcerem por mim por tudo e desde sempre. Os melhores que qualquer um poderia ter e desejar.

“Se aceitarmos que a relação entre coisa física, a cidade, sua vida social, seu uso e representação, suas escrituras, formam um conjunto de trocas constantes, então vamos concluir que em uma cidade o físico produz efeitos simbólicos: suas escrituras e representações. E que as representações que se façam da urbe, do mesmo modo, afetam e conduzem seu uso social e modificam condições de espaço”

Armando Silva, *Imaginários Urbanos*

## RESUMO

Entre os anos 1980 e 1990, dois territórios ocupavam o mesmo espaço geográfico: o Conjunto Habitacional Santa Terezinha, criado para abrigar famílias de pescadores expulsos da orla apropriada pelas elites, e o Mirante, um observatório natural transformado em polo gastronômico turístico e lugar de consumo e vida noturna das classes privilegiadas. A pesquisa aqui apresentada busca compreender como a imprensa local foi operacionalizada na produção e manutenção das territorialidades sobrepostas e segregadas no Morro Santa Terezinha, no bairro litorâneo do Mucuripe, em Fortaleza. Entendendo que o jornalismo é uma prática ideológica que representa a cidade fragmentada e segregada cotidianamente em uma trama interdiscursiva, analisamos o conteúdo de um jornal local e observamos como as diferentes representações que constituíam e derivavam do discurso jornalístico definiam o Mirante como um território em seu próprio direito, des-territorializando a comunidade original e atribuindo-o sentidos distintivos, objetificando ali capital simbólico e adequando-o às práticas de consumo das classes privilegiadas. Identificamos como a produção de identidade e a associação de símbolos, a ênfase na diferença e a negação do entorno foram as principais estratégias discursivas utilizadas nesses processos. Por meio de um desenho metodológico que concilia procedimentos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) e da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001), analisamos 146 textos veiculados no jornal Diário do Nordeste entre 1983 e 2000, relacionando-os com o trabalho de contextualização histórica do Mirante, realizado a partir de um *corpus* complementar formado pela coleta de fontes primárias e secundárias, além de nove entrevistas realizadas com moradores da região, ex-frequentadores do Mirante e funcionários públicos envolvidos com o Conjunto Habitacional Santa Terezinha.

**Palavras-chave:** Mirante do Morro Santa Terezinha. Territorialidade. Jornalismo. Ideologia. Consumo.



## ABSTRACT

Between the 1980s and 1990s, two territories occupied the same geographic space: the Santa Terezinha Housing Complex, created to house families of fishermen displaced from the shore by the elites, and the Mirante, a natural observatory transformed in a touristic area and place for gastronomic and nightlife consumption of the middle and upper classes. This research seeks to understand how the local press was operationalized in the production and maintenance of these segregated territorialities that overlapped on the land of the Morro Santa Terezinha, in a coastal region of Fortaleza known as Mucuripe. Understanding that journalism is an ideological practice that represents the daily life of fragmented and segregated cities in an interdiscursive web, we analyse the content of a local newspaper and observe how the different representations that constituted and derived from journalistic discourse defined the Mirante as a territory in its own right, symbolically de-territorializing the original community, attributing distinctive meanings to it through the objectification of symbolic capital and adapting it to the consumption practices of the middle and upper classes. We identified how the production of identity and the association of symbols, the emphasis on difference and the negation of the surroundings were the main semantic strategies used in these processes. Through a methodological design that draws from procedures of Bardin's (1977) Content Analysis and Fairclough's (2001) Critical Discourse Analysis, we analyse 146 texts published in the newspaper *Diário do Nordeste* between 1983 and 2000, relating them to the work of historical contextualization of the Mirante, produced from collections of primary and secondary sources, as well as nine interviews with residents of the region, former consumers of the Mirante gentrified area and public officials.

**Keywords:** Mirante do Morro Santa Terezinha. Territoriality. Ideology. Journalism. Consumer Culture

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Orla de Fortaleza vista de cima no sentido oeste-leste .....	19
Figura 2	– Enseada do Mucuripe vista de cima no sentido norte-sul .....	28
Figura 3	– Mapa localizando a região do Grande Mucuripe em Fortaleza .....	29
Figura 4	– Mapa localizando o Conjunto Santa Terezinha na região do Mucuripe .....	30
Figura 5	– Índice de Desenvolvimento Humano por Bairros de Fortaleza .....	31
Figura 6	– Paisagem da orla do Mucuripe em 1935 .....	32
Figura 7	– Comunidade de pescadores na atual Praia do Meireles em 1952, área que hoje possui o metro quadrado mais caro de Fortaleza .....	34
Figura 8	– Bangalôs construídos na Praia de Iracema, primeira metade do século XX ....	35
Figura 9	– Mapa localizando o movimento de apropriação do litoral leste pelas elites ....	36
Figura 10	– Bangalôs da Praia de Iracema destruídos pelo avanço do mar causado pelas obras do porto do Mucuripe .....	37
Figura 11	– Polo industrial do Mucuripe na década de 60 e parte do campo de dunas que abrigaria o Conjunto Habitacional Santa Terezinha nos anos 80 vistos de cima sentido leste-oeste .....	38
Figura 12	– Verticalização da área leste da cidade até a região do Mucuripe, vista sentido leste-oeste em 2009 .....	40
Figura 13	– Vista em direção noroeste do Mirante do Morro Santa Terezinha .....	41
Figura 14	– Paisagem da enseada do Mucuripe na década de 80 mostrando o campo de dunas ao fundo .....	45
Figura 15	– As edificações originais do Conjunto Habitacional Santa Terezinha .....	47
Figura 16	– Paisagem do Morro Santa Terezinha: o início da urbanização das dunas .....	48
Figura 17	– Reprodução de desenhos esquemáticos das habitações mais amplas construídas no Conjunto Habitacional Santa Terezinha .....	49
Figura 18	– Implantação dos platôs e detalhamento da primeira etapa do conjunto .....	50

Figura 19	– Invasão das dunas sobre as vias e residências no Santa Terezinha .....	52
Figura 20	– Vias e residências afetadas pela erosão das dunas causada pelas chuvas .....	53
Figura 21	– Ocupações irregulares no campo de dunas do Mucuripe na década de 80 .....	72
Figura 22	– Barraco em perigo de desabamento no Morro Santa Terezinha em 1988 .....	73
Figura 23	– Ocupações em áreas de risco na região do Mucuripe na década de 80 .....	74
Figura 24	– Adensamento da ocupação das dunas do Mucuripe: foto aérea da década de 90 .....	75
Figura 25	– Fotografia da sacada do restaurante Panorâmico, situado no entorno do Mirante .....	91
Figura 26	– Anúncio de um dos restaurantes situados no entorno do Mirante, publicado no final da década de 80 .....	92
Figura 27	– A criminalização da pobreza: imagens estereotípicas das páginas policiais associadas ao Santa Terezinha .....	97
Figura 28	– Fotografia do Mirante do Morro Santa Terezinha atualmente .....	102
Figura 29	– Fluxograma de etapas metodológicas da pesquisa .....	106
Figura 30	– Diagrama ilustrativo do processo de categorização temática do <i>corpus</i> .....	115

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Frequência das categorias temáticas .....	117
Gráfico 2 – Distribuição de categorias temáticas entre 1983-2000 .....	118
Gráfico 3 – Distribuição das subcategorias componentes da categoria temática “Santa Terezinha como lugar periférico marginalizado” entre 1983-2000 .....	119
Gráfico 4 – Distribuição das subcategorias componentes da categoria temática “Santa Terezinha como lugar periférico dignificado” entre 1983-2000 .....	120
Gráfico 5 – Distribuição das subcategorias componentes da categoria temática “Mirante como lugar de consumo” entre 1983-2000 .....	121
Gráfico 6 – Distribuição dos temas componentes da categoria temática “Mirante como área de lazer da comunidade” entre 1983-2000 .....	122
Gráfico 7 – Distribuição dos temas componentes da categoria temática entre “Santa Terezinha como lugar em disputa” 1983-2000 .....	123
Gráfico 8 – Frequência da classificação da interdiscursividade direta .....	128
Gráfico 9 – Distribuição da classificação da interdiscursividade direta entre 1983-2000 .....	125
Gráfico 10 – Divisão dos textos por editoria entre 1983-2000 .....	128
Gráfico 11 – Distribuição de textos por destaque da notícia na página do jornal entre 1983-2000 .....	129
Gráfico 12 – Divisão de textos por centralidade do lugar no conteúdo do texto .....	129
Gráfico 13 – Distribuição de textos por assuntos principais entre 1983-2000 .....	137
Gráfico 14 – Divisão de textos por qualidade da referência geográfica nos títulos entre 1983-2000 .....	140
Gráfico 15 – Disputa pela apropriação do lugar entre "posseiros" e "moradores" entre 1983-2000 .....	148

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Periodização histórica do Morro Santa Terezinha .....	99
Tabela 2 – Contabilização das categorias descritivas .....	113
Tabela 3 – Apresentação das subcategorias temáticas .....	116

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
IDH-B	Índice de Desenvolvimento Humano por Bairros
PLAMEG	Planos de Metas Governamentais
Mo.S.T.	Morro Santa Terezinha
BNH	Banco Nacional de Habitação
PROMORAR	Programa de Erradicação de Favelas
Proafa	Fundação Programa de Assistência às Favelas da Área Metropolitana de Fortaleza
CHST	Conjunto Habitacional Santa Terezinha
CIC	Centro Industrial do Ceará
PRODETUR	Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo
DN	Jornal Diário do Nordeste
JB	Jornal dos Bairros
SVM	Sistema Verdes Mares
AC	Análise de Conteúdo
ADC	Análise de Discurso Crítica

## LISTA DE SÍMBOLOS

Cr\$	Cruzeiros
Km <sup>2</sup>	Quilômetros quadrados

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>PORQUE OS PESCADORES TROCARAM A PRAIA PELO MORRO</b> .....	19
<b>2.1</b>	<b>A produção material e simbólica do espaço capitalista</b> .....	20
<b>2.2</b>	<b>Des-territorialização, territorialidades e segregação no espaço intraurbano</b> ...	24
<b>2.3</b>	<b>O que se compreende por Mucuripe hoje</b> .....	14
<b>2.4</b>	<b>A des-territorialização da orla pelas elites: o Mucuripe antes da Beira-Mar ..</b>	31
<b>2.5</b>	<b>Nasce o Conjunto Habitacional Santa Terezinha: um gueto planejado para os pescadores deslocados</b> .....	42
<b>2.5.1</b>	<i>A política habitacional em Fortaleza até os anos 1970 e o projeto do Conjunto Habitacional Santa Terezinha</i> .....	42
<b>2.5.2</b>	<i>Os primeiros anos do Conjunto Habitacional Santa Terezinha: a marginalização pós-urbanização</i> .....	51
<b>3</b>	<b>PORQUE PESCADORES, “ALTERNATIVOS” E “POSSEIROS” NÃO OCUPAM O MESMO LUGAR NO ESPAÇO</b> .....	57
<b>3.1</b>	<b>A cidade fetichizada: o espaço-mercadoria, a lógica simbólica do consumo e a gentrificação</b> .....	58
<b>3.2</b>	<b>O <i>point</i> mais alto da cidade: os “alternativos” e a objetificação de capital simbólico no Mirante</b> .....	65
<b>3.3</b>	<b>Valor de uso e valor de troca das dunas urbanizadas: a pressão da crise habitacional sobre as encostas do Santa Terezinha</b> .....	69
<b>4</b>	<b>DE QUE SÃO FEITOS E ONDE FICAM OS MUROS DE TERRITÓRIOS SOBREPSTOS</b> .....	77
<b>4.1</b>	<b>O bios midiático, a cidade fragmentada e as representações do espaço intraurbano</b> .....	78
<b>4.2</b>	<b>O jornalismo como agente e ambiente ideológico de produção de territorialidades no espaço intraurbano</b> .....	83
<b>4.3</b>	<b>O Santa Terezinha depois do Mirante: de território plural a disputa territorial</b> .....	86
<b>4.3.1</b>	<i>O governo das mudanças e o estímulo ao turismo</i> .....	86
<b>4.3.2</b>	<i>O Morro do Mirante: de <i>point</i> “alternativo” ao novo ponto turístico da cidade</i> .....	89
<b>4.4</b>	<b>A descida do Mirante: a violência morro abaixo</b> .....	95



4.5	<b>O Mirante do Morro Santa Terezinha hoje</b> .....	99
5	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS</b> .....	103
5.1	<b>A construção do corpus de pesquisa</b> .....	103
5.2	<b>O jornal Diário do Nordeste: sua política editorial e suas práticas políticas</b> ...	106
5.3	<b>Análise e interpretação dos dados: as representações do Morro Santa Terezinha e do Mirante no Diário do Nordeste</b> .....	110
5.3.1	<i>Determinações técnicas do processo de codificação</i> .....	110
5.3.2	<i>O processo de categorização do corpus</i> .....	112
5.3.2.1	<i>Apresentação das categorias descritivas</i> .....	113
5.3.2.2	<i>Apresentação das categorias temáticas: as representações do Morro Santa Terezinha</i> .....	113
5.3.3	<i>A interpretação dos dados</i> .....	125
5.3.3.1	<i>Comentários sobre a integração da AC à ADC</i> .....	125
5.3.3.2	<i>O morro antes do Mirante (1983-1986): o discurso controlado da periferia</i> .....	127
5.3.3.3	<i>O Morro do Mirante (1987-1992): a gestação e a manutenção do território de consumo</i> .....	136
5.3.3.4	<i>O declínio do Mirante (1993-2000): o discurso da favelização e sua negação</i> ...	151
5.3.3.5	<i>Conclusões da Análise</i> .....	164
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	169
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	172
	<b>ANEXO 1 –APRESENTAÇÃO DETALHADA DOS RESULTADOS DA CATEGORIZAÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA</b> .....	184
	<b>ANEXO 2 –APRESENTAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL LEVANTADO NA PRIMEIRA ETAPA DE COLETA</b> .....	212
	<b>ANEXO 3 – GRÁFICOS REPRODUZIDOS NO TEXTO EM ORDEM DE APARIÇÃO</b> .....	231

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2015 foi noticiada a concretização do que era uma longa e esperada obra de requalificação de uma pequena praça em um bairro pobre situado nas proximidades da orla turística de Fortaleza. Um pronunciamento do prefeito à época, Roberto Cláudio, falava em “devolver o Mirante aos fortalezenses”.

Até esse momento sequer possuía conhecimento de que Fortaleza, uma cidade marcadamente plana, possuía, aparentemente sequestrado em algum lugar, um mirante a ser devolvido. Muito menos um mirante que era referido com a importância de um artigo definido e de uma ausência de complemento que o especificava: “O Mirante”.

Para a minha surpresa, o Mirante existia no alto do Morro Santa Terezinha, um campo de dunas situado em um bairro pobre da capital, o Vicente Pinzón, que concentra problemas sociais urbanos da região do Mucuripe, uma área em que até hoje sobrevivem comunidades de pescadores tensionada por décadas pela especulação e inflação imobiliária dado o fato de que é uma extensão da orla turística supervalorizada de Fortaleza e, por outro lado, pelo adensamento populacional e crescimento desordenados, desenvolvimento de aglomerados subnormais e violência urbana e todo o corolário de problemas que resultam da marginalização e segregação urbanas de áreas ocupadas pela população pobre abandonada pela reprodução capitalista da cidade.

O Mirante não só existia no alto dos morros do Mucuripe, como havia sido, entre as décadas de 1980 e 1990, um ponto turístico, um polo gastronômico e um *point* boêmio frequentado pelas classes privilegiadas de Fortaleza. Uma segunda surpresa era o fato de que ele sobrevivia no imaginário e nas memórias afetivas de parentes, professores e colegas que pertencem a uma geração anterior à minha. Invariavelmente, todos esses predecessores da posição de “jovem de classe média”, lembravam o pôr-do-sol, noitadas com amigos, peixes servidos em telhas de barro e outras iguarias, estabelecimentos preferidos, entre outras coisas. Todos pareciam ignorar, também, o crescimento desordenado do morro e do Mucuripe no entorno do Mirante, assim como o processo de gentrificação que esse movimento de consumo estimulava, deslocando famílias de pescadores que davam lugar a bares, restaurantes e residências de indivíduos de classe média.

Manifestava-se no alto do Morro Santa Terezinha, em uma escala micro-local, as contradições da cidade que se reproduz orientada pelo valor de troca em uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade socioeconômica. Duas classes sociais passaram a

ocupar o mesmo espaço, embora criando territorialidades diferentes para si. Territórios bem definidos que, no entanto, prescindiam de muros, cercas ou qualquer barreira física. Apenas compartilhava-se o entendimento de quem pertencia a que lugar em uma segregação tão evidente quanto sub-reptícia.

À época da inauguração da requalificação do Mirante, em 2015, eu me interessava pela questão da gentrificação e da prática do marketing urbano, estimulado, como outros comunicólogos brasileiros, pelo estado de exceção da Copa do Mundo de 2014 que legitimava remoções e intervenções em Fortaleza sob a agenda do legado do evento produzindo marcas de cidades-sede eram construídas com muito mais diligência que as obras de infraestrutura que efetivamente constituiriam qualquer benefício posterior ao evento para a população geral. O caso do Mirante, no entanto, chamou minha atenção para a relação entre a operacionalização de representações do espaço urbano e processos de reconfiguração socioespaciais em uma escala maior, mais próxima e cotidiana do tecido material e simbólico fragmentado da cidade, no espaço intraurbano.

Os diferentes territórios da cidade são representados – transformados em conceitos apreendidos e signos compartilhados que formam uma cartografia simbólica do espaço intraurbano – por meio de um processo dialógico em que pesam mais alguns discursos do que outros, onde há influência do que Bourdieu define como poder simbólico. Além disso, pesa ainda sobre esse processo o acesso diferenciado de grupos segregados às tecnologias de comunicação, pois as mídias permitem a circulação de formas simbólicas que sobrepõem sentidos aos lugares da cidade. Sentidos estes que não são necessariamente fruto da apropriação pela vivência, pelo uso do espaço.

Como outras metrópoles, a capital cearense é uma extensa mancha urbana que se espalha para muito além dos horizontes dos lugares e territórios em que os indivíduos vivem suas vidas, sendo em sua maior parte uma estranha para os seus cidadãos. Vivendo a vida inteira Fortaleza, seguramente não pus os pés em mais que um quinto dos 119 bairros que a compõem, embora imagens, narrativas e discursos de indivíduos e da mídia sobre muitos lugares povoem o meu imaginário produzindo um mapa mental conceitual, uma cartografia simbólica da cidade. Como eu, outros indivíduos que possuem o privilégio de pertencer a um grupo social que circula em uma Fortaleza muito reduzida – correspondente às suas centralidades – possuem um mapa conceitual da cidade largamente formado por pré-noções de lugares distantes, fruto do fenômeno moderno que Thompson denomina mundanidade mediada.

Essa pesquisa, portanto, é uma tentativa de exercer o que Wright Mills chama de imaginação sociológica e desnaturalizar as representações socialmente construídas que se interpõem como mediadoras entre o centro e a periferia de Fortaleza do ponto de vista dos lugares sociais e espaciais que são tão privilegiados quanto segregados. Experimentando essa segregação do lado beneficiado das cidades capitalistas, busco entender como as definições dos sentidos que podem ser impostos ao lugar geográfico daqueles mais pobres operam como uma engrenagem no motor da produção de uma metrópole que privilegia o valor de troca do espaço sobre o valor de uso que atende as necessidades dos homens, alçando lugares ao repertório consumível das elites, torando-o mais rentável, ou estigmatizando-os e condenando-os ao esquecimento do Capital e do Estado. A ampla lacuna entre a experiência imediata e a representação dos fragmentos da cidade abre a possibilidade para operacionalização ideológica dos sentidos que os definem, atendendo interesses de agentes ou grupos detentores de maior poder político e econômico na sociedade urbana.

O exercício de imaginação sociológica que levo a cabo aqui, portanto, é justamente a observação da capacidade de reescrever ideologicamente aquilo que define um território – sua territorialidade – ao longo da história do Morro Santa Terezinha, área que sofreu múltiplas apropriações por grupos diferentes. Busco entender como ele fora semanticamente orientado para o uso e para práticas de consumo e turismo daqueles que não o habitavam.

Criado nos anos 1980 para abrigar um conjunto habitacional de pescadores e moradores das favelas do Mucuripe, o Santa Terezinha tornou-se contexto do Mirante, um dos principais pontos turísticos de Fortaleza nos anos 1990, recebendo até 2 mil visitantes por final de semana. No início dos anos 2000, no entanto, o Mirante já sucumbia ao estigma da pobreza criminalizada do Vicente Pinzón e se transformava em lugar de abandono. Agora, ressurge requalificado e representado em um discurso de “devolução à cidade”. Essas sobreposições de escrituras simbólicas do mesmo espaço certamente deixam na mídia e nas memórias rastros das disputas pela definição de seu sentido, da produção de significados que legitimaram apropriações e produziram territorialidades diferentes. Dessa forma, decidi me debruçar sobre os jornais locais, mediadores por excelência da cidade e formas simbólicas que, ao mesmo tempo em que são efêmeras como o cotidiano que noticiam, possuem a preciosa capacidade de se transformar em documentos históricos que cristalizam em suas páginas as representações que ali circularam. Nenhum outro gênero discursivo, nem mesmo entrevistas, nos permitiria observar a construção paulatina das imagens que recobriram o Mirante e o Morro Santa Terezinha ao longo de duas décadas.

O objetivo da pesquisa aqui realizada, portanto, é avaliar que representações do Morro Santa Terezinha e do Mirante constituíam e eram constituídas pelo discurso jornalístico, observando se e como a imprensa é instrumentalizada na mobilização de sentidos com o intuito de produzir e manter territorialidades segregadas que ocupam praticamente o mesmo espaço geográfico: a dos consumidores das classes privilegiadas e a da comunidade pobre residente do morro.

Assim, são analisados 146 textos do jornal Diário do Nordeste – o único que disponibiliza um acervo digitalizado e indexado em uma base de dados – entre os anos de 1983 e 2000. O custo elevado da coleta desse material e tempo limitado de uma pesquisa de mestrado tornou impossível adotar como recorte o período da fundação do Conjunto Habitacional Santa Terezinha aos dias de requalificação atuais, portanto, foi selecionado a data de primeira menção ao Santa Terezinha no jornal pesquisado até o final da década de 90, quando o Mirante entrava em declínio e a territorialidade de consumo era substituída por outra marcada pelo abandono do Capital e do Estado. Assim nos limitamos a estudar a criação, manutenção e o declínio do território que o Mirante representava para as classes privilegiadas.

O trabalho aqui apresentado está estruturado em quatro partes: três capítulos teóricos e históricos e um capítulo dedicado aos procedimentos metodológicos e à análise dos textos jornalísticos coletados. O referencial teórico é apresentado dos conceitos mais amplos e basilares às articulações mais precisas, referentes às especificidades do problema investigado aqui. Tal discussão teórica foi associada à contextualização histórica do Mirante, que naturalmente segue o mesmo afunilamento: dos processos mais gerais aos mais específicos. A produção dessa contextualização histórica se deu a partir da coleta de outros estudos acadêmicos sobre o Morro Santa Terezinha, documentos oficiais e da imprensa e, por fim, de nove entrevistas realizadas com moradores da área, ex-frequentadores do Mirante e funcionários públicos.

No primeiro capítulo são discutidos o conceito da produção social do espaço – abordando a dimensão sociocultural complexa das transformações espaciais das cidades sob o sistema capitalista – e os conceito de des-territorialização e segregação, demonstrando como grupos sociais e o espaço urbano se relacionam criando e cessando vínculos simbólicos através de relações e exercício de poder. Em seguida apresentamos o contexto da criação do Conjunto Habitacional Santa Terezinha – a apropriação da orla de Fortaleza pelas elites e o deslocamento dos mais pobres – e os primeiros anos desse novo lugar, que logo

experimentaria o abandono do Estado, mantendo sua população à margem dos benefícios da cidade.

No segundo capítulo aborda-se a relação entre a mercantilização do espaço, a cultura de consumo pós-moderna e o fenômeno da gentrificação, refletindo sobre como o espaço urbano entendido como mercadoria fetichizada também está sujeito à lógica simbólica do consumo, estimulando sua demanda através da objetificação de capital simbólico e engendrando processos de disputa pelo espaço entre grupos sociais com maior e menor poder de mercado. Em seguida olhamos para os processos que deram início às disputas pelo espaço do Morro Santa Terezinha: a transformação do Mirante em um *point* de jovens “alternativos” das classes privilegiadas, tornando-o atraente para as classes médias e altas, e o começo das ocupações irregulares por famílias que buscavam abrigo nas encostas do morro, desrespeitando a ordem capitalista do espaço-mercadoria-propriedade e iniciando o processo de crescimento desordenado do morro que aumentaria a contradição entre as territorialidades segregadas que habitariam o mesmo local.

No terceiro capítulo é pensada a relação entre mídia, comunicação e cidade. São debatidos como o espaço intraurbano é representado e sujeito à mediação na esfera informacional que torna a cidade visível apesar da sua extensão e fragmentação, assim como, mais especificamente, como o jornalismo atua como um meio e ambiente em que são construídas instâncias simbólicas de territorialidades. Em seguida é apresentada a consolidação do Mirante como ponto de turismo e consumo – associando a mudança ao novo projeto de cidade turística/empreendedora colocado em prática pelos mudancistas – e, depois, é abordado o declínio do Mirante com o surgimento da violência urbana como um operador discursivo de transformação da cidade. Além disso, é apresentada uma breve situação do Mirante após os anos 2000 e um quadro de periodização histórica que servirá de base para a análise dos textos coletados.

No quarto e último capítulo, são explicitados os procedimentos metodológicos da pesquisa, é feita uma contextualização histórica do jornal Diário do Nordeste e, finalmente, é realizada uma análise de conteúdo e de discurso dos textos coletados. A partir da categorização do conteúdo, da comparação destas ao longo do recorte histórico e da análise detalhadas de alguns exemplares do *corpus* de pesquisa, observamos como o Mirante, enquanto territorialidade de consumo para as classes privilegiadas, é produzido, mantido e segregado do seu entorno discursivamente com o auxílio da ação e ambiente midiático ideológico da imprensa.

## 2 PORQUE OS PESCADORES TROCARAM A PRAIA PELO MORRO

Figura 1 – Orla de Fortaleza vista de cima no sentido oeste-leste



Fonte: Fórum Skyscraper City, 2013

O *skyline* de Fortaleza é uma imagem familiar para habitantes da cidade e turistas. Transformada em cartão postal da cidade desde, pelo menos, a década de 90, a massa de edifícios ao longo da orla vista do mar ou do alto representa a capital cearense em mídias diversas, mesmo que a esmagadora maioria dos fortalezenses jamais tenha experimentado tal visão através dos seus próprios olhos.

A cidade, no entanto, não foi sempre celebrada como uma metrópole à beira-mar. Abrigo de comunidades pesqueiras descendentes da miscigenação dos colonizadores com povos indígenas e imigrantes que deixavam o sertão em busca de sobrevivência, a praia era um lugar marginal até meados do século XX. Familiarizar-se com o processo de transformação de Fortaleza em uma cidade praiana às custas do deslocamento das comunidades pobres do litoral é imprescindível para nosso estudo, pois os processos que definiram a história do Morro Santa Terezinha (visto ao longe, por trás da linha de edifícios,

no canto superior esquerdo da Imagem 1) são um episódio dentro do gradativo e contínuo processo de apropriação do litoral leste da cidade pelas elites.

No entanto, antes de contextualizar histórica e geograficamente o Morro Santa Terezinha, é preciso contextualizar teoricamente nossa abordagem para tal exposição. Esclarecemos esse processo de transformação da cidade a partir do modelo teórico marxista da geografia crítica da produção capitalista do espaço e de uma referencial específico acerca de processos de produção de territórios, de territorialização. Discutir esses alicerces conceituais é necessário para a compreensão de toda a mobilização teórica, investigação histórica e posterior análise do material jornalístico coletado.

## **2.1 A produção material e simbólica do espaço capitalista**

A noção de espaço foi profundamente alterada ao longo do desenvolvimento do pensamento geográfico. Aspecto fundamental da realidade e da existência humana, o espaço é usualmente naturalizado pela experiência cotidiana através da atribuição de sentidos comuns (HARVEY, 2012). A compreensão abstrata de um espaço euclidiano, por exemplo, que pode ser mensurado com exatidão, representado pelo modelo do cubo composto por três eixos dimensionais no qual tudo está contido, e, portanto, objetivamente apreensível é uma concepção comum. Sabemos hoje, no entanto, que o espaço e a sua relação com o homem exigem concepções mais complexas.

Neil Smith (2008) oferece uma distinção que permite apreender melhor esse passo epistemológico. Superando conceitualmente e metodologicamente a geografia humana positivista dominante até os anos 70, que era embasada em análises utilitárias da organização do espaço e métodos descritivos e quantitativos, Smith distingue entre espaço absoluto e espaço relativo.

Espaço absoluto trata-se da concepção naturalizada, *a priori* da realidade, que mencionamos acima, o continente das coisas e processos, o “pano de fundo doador das condições de presença” (REIS, ZANETTI, 2018, p. 28). Geógrafos humanos buscavam (e ainda buscam), segundo essa concepção, identificar padrões de presença, mudança e movimento dentro, através, no espaço. A concepção de espaço relativo, por outro lado, compreende que o espaço é causa e efeito de processos socioeconômicos e que, portanto, diferentes formações sociais produzem diferentemente espaços que, por sua vez, influenciam esses mesmos processos. Sociedade e espaço, então, estão em inevitável relação dialética e, portanto, o espaço relativo não antecede, não existe *a priori* da sua própria formação, trata-se



de um “modo particular de existência” (REIS, ZANETTI, 2018, p. 28). Embora o espaço absoluto que a tudo contém se mostre como um fato constatado pela experiência sensível imediata, também não é possível para o homem se situar fora do espaço relativo, que é naturalizado. Milton Santos (2002, p.62) resume afirmando que o espaço é um “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação”. Homem e meio, seja este natural ou artificial, sociedade e a dimensão material de existência, fluxos e fixos interagem dialeticamente, condicionam e definem um ao outro e produzem o espaço como produto-síntese dessa relação.

Incorporando diferentes referenciais marxistas, feministas, pós-coloniais, pós-estruturalistas a partir da segunda metade do século XX, essa noção fundamenta a Geografia Crítica, a abordagem analítica que busca compreender como o espaço é produzido socialmente através da sua articulação com os sujeitos sociais e suas práticas historicamente situadas. Os geógrafos críticos passam a se interessar por questões sociais, culturais, econômicas e políticas, revelando os processos socioespaciais que reproduzem desigualdades entre lugares e indivíduos, observam que diferenças espaciais são e produzem diferenças socioeconômicas e políticas. Carlos et al (2015, p.7) enfatizam:

A produção do espaço se coloca como uma noção estratégica para nossa compreensão do mundo, pois ela potencializa a reflexão sobre a *práxis*, sobre os múltiplos e contraditórios processos e relações sociais que estão em transformação constante e que se reproduzem espacialmente, revelando, portanto, os próprios fundamentos da reprodução da sociedade em sua concretude (*que abriga também as ideologias, as representações*). [grifo nosso]

Essa concepção de produção do espaço permite ao analista social conceber problemáticas de pesquisa que mergulhem nessa relação dialética entre espaço e sociedade, descortinando a dimensão de complexidade da espacialização dos fenômenos sociais e do caráter social dos fenômenos espaciais. Essa compreensão é a base mais fundamental que costura nosso quadro teórico, pois entendemos que os processos comunicacionais, mesmo os midiáticos que vencem as limitações espaço-temporais, são espacializados e, mais importante, espacializantes (JANSSON, 2005).

Considerado um marco referencial para a geografia crítica marxista e para a teoria da produção social do espaço, o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre nos abre uma via para tentar analisar o amálgama da dimensão material e simbólica desse processo de produção social do espaço – esta última dimensão sendo o tema central do nosso estudo. Sua teoria socioespacial reúne o sujeito em sua condição de ser mental e corpóreo, o cultural, o

socioeconômico e o histórico. Como outros teóricos do espaço da vertente marxista, o autor entende que diferentes modos de produção não apenas condicionam uma dada organização social, como havia postulado Marx, mas condicionam também diferentes formas de configuração do espaço, de espacialização. Mas, além da organização do espaço como resultado de processos de produção, troca e circulação (infraestruturais, em termos da metáfora estrutural marxiana) o autor entende que diferentes sociedades concebem e significam diferentemente o espaço, sendo este, também, fundamentalmente sociocultural. Lefebvre, portanto, propõe um modelo de análise do desenvolvimento histórico de espacializações em três dimensões que se inter-relacionam dialeticamente, por vezes se sobrepondo, mas jamais se anulando (modelo que já foi parafraseado como “trialeética” espacial): as práticas espaciais ou o espaço percebido (*le perçu*); as representações do espaço ou o espaço concebido (*le conçu*); e o espaço de representações ou o espaço vivido (*le vécu*).

Schmid (2008) resume bem essas dimensões: grosso modo, o *espaço percebido* engloba os aspectos perceptivos que são passíveis de ser apreendidos pelos sentidos e está relacionado às práticas espaciais, à dimensão material da atividade social, dos processos produtivos, das interações, dos fluxos físicos, processos que asseguram a reprodução social. O *espaço concebido* se refere às representações do espaço. Representações que concebem, imaginam e definem o espaço, pois este só pode ser percebido quando formulado em pensamento, representações que emergem discursivamente, como conhecimento, teorizações, como mapas e plantas, o espaço verbalizado e ordenado conforme as relações de produção. O *espaço vivido* se refere aos espaços de representação, à dimensão simbólica do espaço, o espaço vivido através das suas imagens e símbolos associados, que a imaginação tenta mudar e se apropriar, o espaço enquanto referência a outra coisa que não a si mesmo. Símbolos do espaço podem ser árvores, montanhas, monumentos, edifícios, paisagens. O espaço vivido é o espaço em que se dá a experiência humana do espaço, o mundo experimentado na prática da vida cotidiana.

O que Lefebvre (2001) define, portanto, como sociedade urbana é a realidade social espacializada por essas três dimensões que se desenvolve com o processo de industrialização capitalista. O *urbano*, portanto, deveria ser entendido como o sentido da industrialização, e não subordinado a esta, e o *tecido urbano* entendido como “o suporte de um ‘modo de viver’ mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana” (LEFEBVRE, 2001, p. 19). A *cidade* é um nível específico da sociedade urbana e não só o resultado passivo dos processos sociais postos em movimento por esta, é uma instância de mediação entre uma ordem próxima e uma ordem distante. Lefebvre (idem., p. 52) entende que a cidade, contendo

a ordem próxima, “a mantém; sustenta relações de produção e propriedade; é o local de sua reprodução”. Por outro lado, estando contida na ordem distante, “ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, escreve-a” (idem. p. 52).

Esse processo de urbanização da sociedade e do espaço que produz as cidades capitalistas concretiza-se historicamente como um processo desigualmente operado, no qual classes dirigentes possuidoras dos meios de produção “geram não apenas o emprego econômico do capital e os investimentos produtivos, como também a sociedade inteira, com emprego de uma parte das riquezas produzidas na cultura, na arte, no conhecimento, na ideologia” (LEFEBVRE, 2001, p. 21).

Dessa forma, o pensamento lefebvreano esgarça a relação entre a produção social do espaço urbano e a reprodução material e cultural das sociedades capitalistas orientada por uma classe detentora de poder hegemônica, evidenciando o espaço como meio através do qual também é exercida a dominação e no qual se expressam as contradições inerentes ao sistema capitalista, pois a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso (a cidade como obra), mas estas se tornaram subordinadas ao valor de troca (a cidade como produto). Essa contradição é um ponto crucial para compreender a relação entre os processos urbanos que reproduzem espacialmente a lógica de acumulação capitalista e consequentes desigualdades sociais. Primeiro porque o valor de troca orienta a produção das cidades e da urbanização *enquanto negócio* (CARLOS et al, 2015), mercantilizando o espaço à revelia do seu valor de uso, das necessidades dos homens. Submisso ao valor de troca, o espaço urbano como produto é concebido como mercadoria, sujeitando-se às leis do mercado, e como matéria-prima para o capital, que se multiplica investido na reprodução das cidades. Isso define os usos dados ao solo da cidade e articula hierarquicamente os lugares e populações na divisão socioespacial das urbes (CARLOS et al, 2015).

O modelo lefebvreano, articulando dominação, o espacial, o social e o simbólico, nos interessa especialmente, pois a partir desse quadro refletiremos sobre processos de desterritorialização (HAESBAERT, 2004) e segregação (MARCUSE, 2004), considerando o exercício do poder simbólico nesse processo. Mais à frente, em momento pertinente, articularemos a midiaticização e a instituição do jornalismo como elementos de influência na produção social do espaço, problemática central dessa dissertação.

## 2.2 Des-territorialização, territorialidades e segregação no espaço intraurbano

No processo contínuo de produção do espaço, o homem deixa marcas, estabelecendo limites e encerrando o espaço com muros e fronteiras. Risca com o tempo, com os usos e com a capacidade de semantização do mundo linhas no espaço e estabelece com elas uma relação de apropriação e domínio deste. Esse uso relacional do espaço pelos homens resulta em processos de territorialização, de constituição de territórios. Um sistema espaço-tempo-sociedade, então, produz um conjunto de relações que definem a *territorialidade* (RAFFESTIN, 1993): as relações sociais, políticas, econômicas, culturais e materiais, os processos, as qualidades e propriedades que são condicionais, que sustentam a existência de um território, "aquilo que faz de qualquer território um território" (SOUZA, 1995 apud HAESBAERT, 2007, p.25). Nesse processo que, ao mesmo tempo, se orienta para a sociedade e para o espaço, o poder é o centro gravitacional.

Tradicionalmente a noção de território é associada à circunscrição espacial do poder jurídico e político, funcional, que controla fronteiras, entradas e saídas, impõe-se sobre os fluxos, trocas, recursos, corpos e objetos dentro de certos limites. A ideia de território nacional soberano é o exemplo clássico dessa noção. Mas a realidade se mostra mais complexa, pois fronteiras, mesmo as que coincidem com os traçados da natureza, são sempre artificiais, criações convencionadas, signos arbitrários.

Um breve desvio é necessário para estabelecer uma distinção conceitual importante para essa pesquisa antes de prosseguir. Lugar e território são conceitos que muitas vezes se confundem no campo da geografia humana, possuindo – assim como o próprio conceito de espaço – definições variáveis de acordo com o referencial teórico adotado. Aqui, entendemos *território* como o espaço delimitado por influência de poder, resultado de dominação e apropriação. Entendemos *lugar* segundo a tradição da geografia humanista influenciada pela fenomenologia, que pensa a relação material, emocional, espiritual e subjetiva entre indivíduo, cultura e seu meio ambiente, compreendendo-o como

uma entidade única, um conjunto 'especial', que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado. (TUAN, 1979, p.387 apud HOLZER, 1999, p. 70).

Os lugares, então, constituem conjuntos espaço-experiência-sentido, enquanto territórios constituem conjuntos espaço-poder-sentido. Ambos são contextualizados

historicamente e socioespacialmente e, portanto, sujeitos à dialética entre espaço, tempo e sociedade e sensíveis às alterações nesses termos. Referem-se a instâncias diferentes da relação do homem com o espaço, mas usualmente coincidem, se superpõem e se atravessam. Este é o caso, por exemplo, do nosso objeto de estudo, o Mirante do Morro Santa Terezinha. A produção de lugar e território, como veremos, se atravessavam intimamente: sentidos do espaço produzidos a partir da experiência de diferentes usuários ao mesmo tempo que o transformavam em um lugar próprio, produziam fronteiras que o territorializavam. É este último processo que investigaremos ao longo dessa pesquisa.

Território, portanto, implica sempre em exercício de poder, mas não somente do poder funcional, político-jurídico, econômico, coercitivo e manifesto. O geógrafo Rogério Haesbaert (2007), baseando-se na teoria lefebvrea, entende que, além dessa forma explícita de *dominação*, a noção de território também se configura pela influência do poder simbólico, implícito nas práticas de representação da cultura, por meio da *apropriação*. Distinguindo dominação e apropriação, o autor afirma:

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, "desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'". (Haesbaert, 2004a:95-96) Segundo Lefebvre, dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, esta última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva "reapropriação" dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados, pelo valor contábil, em mercadoria. (HAESBAERT, 2007, p. 21)

Ao incorporar o pensamento lefebvrea à teorização sobre o processo de territorialização, Haesbaert observa que, no capitalismo, a apropriação está relacionada ao valor de uso, à vivência do espaço, e a dominação está relacionada ao valor de troca, à mercantilização do espaço. Sendo o território um *continuum* que sempre congrega dominação e apropriação, exercício de poder explícito e implícito, funcional e simbólico, agentes detentores de poder impõem ao espaço sua ordenação e buscam justificá-la, pois o processo de produção de territorialidade envolve um espectro de práticas que perpassam o uso, a organização, o controle e também a semantização do espaço. A territorialidade, então, "enquanto 'imagem' ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado" (HAESBAERT, 2007, p. 25). É essa dimensão específica da territorialidade que nos interessará nessa pesquisa, pois são precisamente as estratégias

discursivamente operacionalizadas em processos de desterritorialização e reterritorialização no Morro Santa Terezinha o nosso objeto de estudo.

Entendemos o conceito de desterritorialização (originalmente cunhado em um sentido filosófico mais amplo por Deleuze e Guattari em *Capitalismo e Esquizofrenia*) segundo o trabalho de Haesbaert (2004). Para o geógrafo a desterritorialização é definida como um processo forçado de perda de território, ou seja, da quebra da territorialidade controlada por indivíduos, grupos ou instituições que resulta na quebra de seus vínculos com seus territórios e, portanto, com o espaço e seus recursos materiais e imateriais. Esse processo não resulta necessariamente no deslocamento dos agentes sociais – que configuram o que o autor especifica como processos de desterritorialização *ex situ* –, podendo se dar também através da perda de referências espaciais, do desenraizamento, da perda de autonomia, da identidade, enfim, da apropriação, configurando processos definidos como *in situ*.

O autor diverge de Deleuze e Guattari ao advogar que, geograficamente, um processo de desterritorialização absoluta é um mito, pois este é um processo sempre ligado ao seu inverso: os processos de reterritorialização. Para o autor não é possível geograficamente a desterritorialização sem reterritorialização, pois a natureza social do homem é territorializadora (seguimos o uso do autor, portanto, enfatizando essa dupla face com o termo hifenizado: des-territorialização). O que ocorre é um movimento complexo e contínuo de perda e produção de territórios, ou mesmo a ocorrência simultânea e concomitante de territórios sobrepostos, fenômeno que define como multiterritorialidade. Por serem os territórios uma imbricação de múltiplas relações de poder que se dão no *continuum* entre dominação e apropriação, uma distinção rígida entre esses polos não permite perceber a multiplicidade de territorialidades que estamos cotidianamente inseridos. A improdutividade dessa distinção rígida é especialmente verdadeira ao se pensar as cidades.

As metrópoles contemporâneas adquiriram como marca distintiva a fragmentação socioespacial, o que Salgueiro (1998, p.39) define como uma “organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca”. Essa fragmentação resulta da intensa “diferenciação e existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios” (ibid.). O urbanista Peter Marcuse (2004) compreende que a diferenciação na ocupação do espaço urbano é natural, pois as cidades são divididas por diversos tipos de limites que formam padrões de aglomeração variados, indicando que nem todos os padrões de ocupação espacial configuram o fenômeno da *segregação socioespacial* (existindo, por exemplo, a segregação voluntária que produz o que define como enclaves). Para o autor, configuram-se como tais divisões que refletem e

reforçam as relações assimétricas de poder – diferenças em status hierárquico, de dominação e exploração – que subjazem a outras formas de diferenciação. Marcuse (2004, p.24) define, então, a segregação urbana como o processo de criação e manutenção de *ghetos*, que são o resultado de ocasiões em que “um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida”.

Em um contexto de rupturas sociais, enclaves e *ghetos*, as cidades se mostram como um mosaico socioespacial, devendo ser compreendidas como um conjunto de territórios plurais (justapostos) e multiterritoriais (sobrepostos), uma colagem viva de territórios continuamente des-territorializados a partir da transformação dos termos que produzem diferentes territorialidades, ou seja, das múltiplas dimensões de exercício de poder por diferentes agentes sociais no *continuum* entre dominação e apropriação. E nesse processo a desigualdade socioeconômica é determinante, pois quem tende a perder ou a sofrer transformações involuntárias em seus territórios são os mais pobres, os que possuem menor acúmulo de poder e, portanto, mais precariamente territorializados (HAESBAERT, 2007) nas periferias da cidade.<sup>1</sup>

Afirmamos antes que o surgimento e transformação do Morro Santa Terezinha (Mo.S.T.) foi um episódio no processo de apropriação da orla de Fortaleza pelas elites. Devidamente equipados com os conceitos discutidos aqui, compreenderemos criticamente esse processo de des-territorialização movido pela reprodução capitalista da cidade e, mais a frente, se tornará claro que essas questões permeiam toda a nossa análise.

### **2.3 O que se compreende por Mucuripe hoje**

É importante contextualizar o leitor não familiarizado com a geografia da cidade de Fortaleza. Para tanto, algumas distinções terminológicas se fazem necessárias, uma vez que o que chamamos de cartografia simbólica da cidade de Fortaleza – a divisão da metrópole segundo a representação de um grupo social – não corresponde ao seu mapa administrativo oficial, à concepção e controle do espaço urbano por parte do Estado.

De acordo com a divisão administrativa atual, o Mo.S.T. se situa no bairro Vicente Pinzón (ver Figura 4). No entanto, tal bairro, juntamente com os atuais bairros Mucuripe, Varjota, Papicu, Praia do Futuro I, Cais do Porto e De Lourdes constituem a região

---

<sup>1</sup> Aqui entendemos o conceito de periferia conforme Milton Santos que entende que “Em termos geográficos, a periferia não será definida pela distância física entre um pólo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade. [...] Mas a incapacidade de acesso a bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para repelir o indivíduo e também a uma situação periférica” (SANTOS, 1979, p.229).

compreendida como Grande Mucuripe (ver Figura 2 e 3), que compõe grande parte do litoral leste da cidade, se situando nas adjacências dos atuais bairros nobres e da zona turística da Cidade (observar região realçada em azul na Figura 5).

Figura 2 – Enseada do Mucuripe vista de cima no sentido norte-sul



Fonte: Fórum Skyscraper City, 2009

Somente no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza de 1992 surge a primeira concepção do bairro Vicente Pinzón, efetivamente adotada pelo Estado a partir da consolidação em 1998 da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996. Atualmente o Vicente Pinzón é classificado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) como o 64º Índice de Desenvolvimento Humano por Bairros – IDH-B mais baixo entre os 119 bairros da cidade, pontuando 0,331471934. Embora não se classifique entre os bairros mais críticos em termos de problemas socioeconômicos, o bairro apresenta um IDH-B abaixo de 0,35, configurando-se, como a maioria do território fortalezense (62 bairros), como um bairro de baixo desenvolvimento (ver Figura 5).

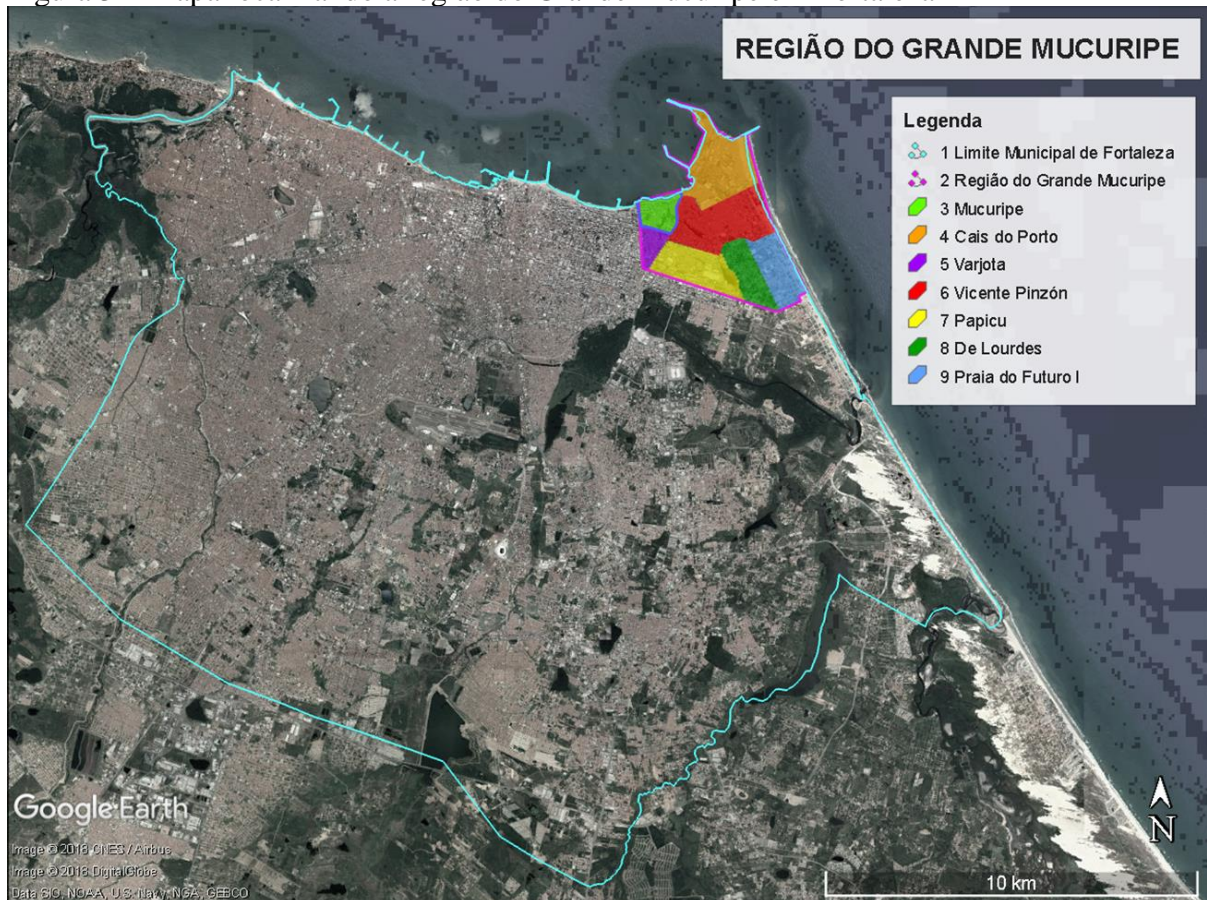
O atual bairro denominado Mucuripe, concebido no mesmo processo que definiu o Vicente Pinzón, corresponde a uma pequena região nobre da orla que apresenta o 4º IDH-B (0,793081592) mais alto de Fortaleza e que se situa geograficamente entre o Meireles – bairro



com o metro quadrado mais caro e maior IDH-B da cidade (0,953077045) – e o Vicente Pinzón, onde se localiza o Mo.S.T. À essa visão de sobrevoio distanciada e autoritária do Estado (SOUZA, 2014) que recorta a cidade de acordo com a sua própria lógica e interesse, Sidarta Cabral (2016, p. 51), pesquisador e morador da região, oferece uma outra concepção do Mucuripe que não cabe nos limites administrativos, mas corresponde ao espaço vivido dos seus habitantes:

Desse modo é que o bairro do Mucuripe se diz, pelo simbolismo que seu povo conferiu aos lugares de memória (NORA, 1981) e que, no contar de meus parentes que ali ainda vivem, como eu, compõem-se do Porto; do Farol; do Cemitério São Vicente de Paula, o segundo cemitério público de Fortaleza; da Capela de São Pedro, chamada carinhosamente de Capela dos Pescadores; Via Férrea, estrada de ferro que passa rente às dunas dali; avenida Beira Mar, antiga Rua da Frente, hoje com suas avenidas e casas novas; Mercado de Peixes (conhecido pelo povo como “as bancas de peixe”); chegando ao ponto mais alto da cidade, o Mirante, no Morro de Santa Terezinha (...)

Figura 3 – Mapa localizando a região do Grande Mucuripe em Fortaleza



Fonte: Adaptado com recurso do arquivo KMZ Bairros a partir de FORTALEZA. SEUMA, 2018

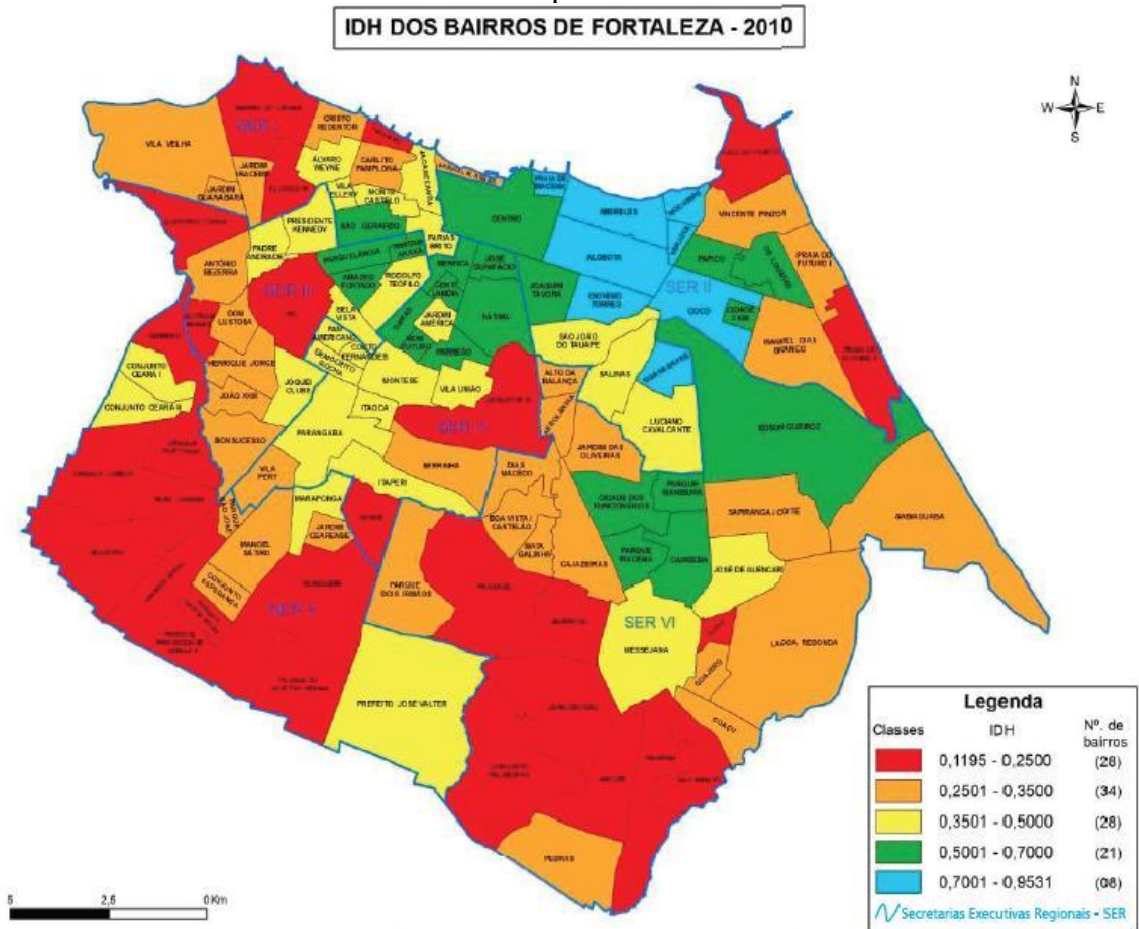




corresponde a um espaço constituído por outra territorialidade que não à dos “mucuripeiros” (CABRAL, 2016). Ao Mucuripe administrativamente recortado nos referiremos sempre especificando-o como *bairro nobre Mucuripe*.

No tópico seguinte, entenderemos como o Mucuripe chegou até essa divisão, visualizando a história que a estratégia de des-territorialização praticada pelo Estado e pelo mercado tentam apagar.

Figura 5 – Índice de Desenvolvimento Humano por Bairros de Fortaleza



Fonte: CONJUNTO, 2014

## 2.4 A des-territorialização da orla pelas elites: o Mucuripe antes da Beira-Mar

Não levando em consideração a ocupação pré-colonial indígena, que a historiografia colonial logrou apagar, a história da ocupação não nativa da região do Mucuripe, segundo Blanchard Girão (1998) é tão antiga quanto a colonização portuguesa. Apesar da importância da sua enseada como área propícia para o atracamento de invasores europeus durante o período colonial, a região não se desenvolveu como uma centralidade e permaneceu afastada do desenvolvimento da malha urbana fortalezense – que se deu em torno da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, onde hoje se encontra o Centro da cidade – até o momento da construção do Porto do Mucuripe no fim da década de 1940.

Figura 6 – Paisagem da orla do Mucuripe em 1935



Fonte: Museu da Imagem e do Som, 2018

Além de pequenas construções militares e de um farol, sabe-se que existiu ali, até o início do século XX, a ocupação por um pequeno povoado de pescadores (BARROSO, 1961 apud ESPÍNOLA, 2010). Souza e Freitas (2008) citam Holanda (2001) para ilustrar as

características do Mucuripe à época e a percepção em relação à sua localização distante, não integrada à cidade e à vida urbana de Fortaleza:

Não soaria estranho, na época, dizer que alguém se dirigiria de “Fortaleza ao Mucuripe” - assim mesmo, apartando-se o que seria a cidade propriamente dita daquele belo, porém paupérrimo, arraial de pescadores. As famílias passavam férias, ou finais de semana, no Mucuripe. (HOLANDA, 2001 apud SOUZA E FREITAS, p. 82)

A ausência da valorização e de uma conexão material e simbólica da cidade com a praia e a determinação do centro urbanizado de Fortaleza pela e para as elites produzia a representação do litoral como periférico, lugar de marginalizados da “civilização” que chegava com o desenvolvimento da cidade estimulado pelo ciclo do algodão entre os séculos XIX e XX: pescadores que descendiam da miscigenação renegada entre nativos e colonizadores e algumas casas de tratamento para tuberculosos que eram enviados para longe do centro urbano de Fortaleza (DANTAS, 2011) (ver Figura 6).

A partir das primeiras décadas do século XX surgem donos de propriedades de veraneio excêntricas e se inicia, ao longo das décadas seguintes, um gradativo movimento de urbanização e apropriação do litoral norte e, posteriormente, também do litoral leste pelas elites, rumo ao Mucuripe. Esse movimento de urbanização das áreas litorâneas de Fortaleza, integrando-as paulatinamente ao território privilegiado da cidade, tomou forma com as ocupações de famílias abastadas na região da Praia de Iracema nas décadas de 1920 e 1930 (Figura 8). Era o momento em que, como percebeu o geógrafo Eustógio Dantas (2011), a cultura de lazer da elite fortalezense, incorporando novos padrões europeus, começava a voltar a cidade para o mar, transformando a tradição sertaneja que era a base da economia e da matriz cultural da elite local em uma tradição moderna e litorânea. É representativo dessa nova tendência a fundação da primeira sede do clube Náutico Atlético Cearense, em 1929, na Praia Formosa (atual Poço da Draga). As novas práticas culturais das elites e os novos sentidos dados à praia gerariam novas formas de produção do espaço em Fortaleza.

Estavam plantados a partir dessa nova matriz cultural os conflitos pela terra outrora descartada pelas elites e pelo poder público, gerados pela não conciliação do valor de uso das comunidades pesqueiras dado àquele espaço pelo valor de troca acessível às elites que buscavam excluir os subalternos. Nas regiões em que os novos moradores abastados se instalavam, ocorriam gradativas expulsões das comunidades que viviam às margens, quase fora, da civilização capitalista e habitavam sem que sua apropriação do espaço estivesse formalizada segundo a concepção burocrática da propriedade da terra (Figura 7). Segundo o

arquiteto e urbanista André Almeida (2015, p.114), a expulsões pareciam ser facilmente aceitas e justificadas pela sociedade, “que promovia a mudança gradativa da imagem da Praia de Iracema de ‘área indesejada’ para ‘área nobre’”. Processos de des-territorialização e segregação espacial da orla através de estratégias de dominação e apropriação começaram a se desenvolver e, como prevê Haesbaert (2004), novos territórios começaram a se constituir, entre territorialidades de ricos e pobres em Fortaleza.

Figura 7 – Comunidade de pescadores na atual Praia do Meireles em 1952, área que hoje possui o metro quadrado mais caro de Fortaleza

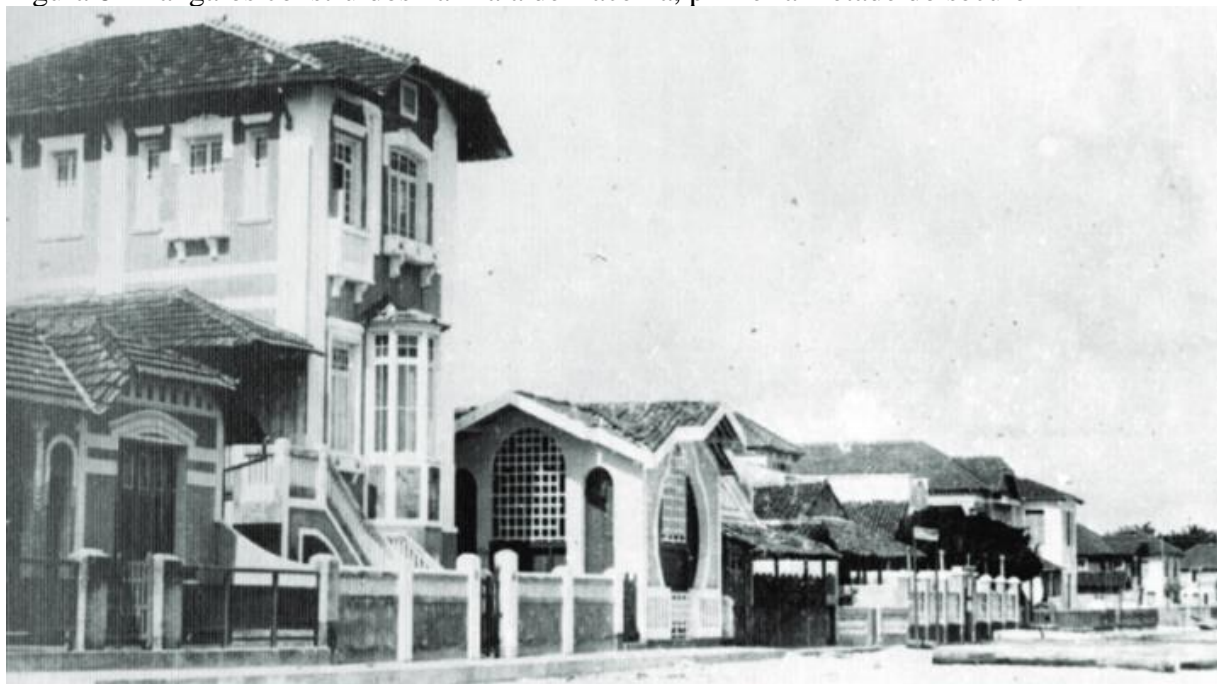


Fonte: FALUDI; STIVAN, 1952.

Segundo Maciel (2015), enquanto as elites se instalavam no litoral norte, um aumento do êxodo rural causado por secas na década de 30, levava trabalhadores do campo cearenses a buscarem oportunidades de sobrevivência em Fortaleza, encontrando abrigo em regiões que ainda não eram objetos de desejo das elites e alvos do capital imobiliário, dando origem às primeiras favelas da capital: Pirambu (litoral oeste), Zé do Padre e Mucuripe (litoral leste). Soma-se às migrações a definição do Mucuripe, devido à configuração de sua enseada,

como área ideal para receber um novo porto para a cidade que se desenvolvia com a exportação do algodão, substituindo os trapiches da Praia de Iracema no litoral do Centro. As obras de construção causaram impactos no restante da orla da cidade. As intervenções com a intenção de domesticar o mar na Ponta do Mucuripe o tornavam revolto em outras partes, principalmente na altura das praias de Iracema e Formosa, causando a destruição de casas de veraneio instaladas ali (ver Figura 10) – levando os ricos a movimentar-se para o leste –, assim como a expulsão do que restava das comunidades pescadoras das áreas afetadas (ver Figura 7) – que buscaram abrigo no Grande Mucuripe. Além disso, foi desenvolvida a infraestrutura viária e ferroviária para a realização das obras de construção e para a integração do novo porto ao interior do Estado – em 1941 havia sido concluído o Ramal Ferroviário do Mucuripe, com o trabalho de retirantes que se fixavam nas proximidades das obras, conectando a Parangaba (região ao sul de Fortaleza) à área do porto do Mucuripe.

Figura 8 –Bangalôs construídos na Praia de Iracema, primeira metade do século XX



Fonte: Arquivo Nirez, 2018

A partir de então, a paisagem e a dinâmica de ocupação do litoral leste e do Mucuripe seriam completamente alteradas, influenciando a transformação da cidade como um todo. A prospecção da conclusão das obras do novo porto, mesmo com a lentidão e paralisações das obras entre 1935 e 1947, estimulavam a ocupação da região (ESPÍNOLA, 2010). O porto engendrava valor de uso não só para as empresas que se instalariam ali (Figura

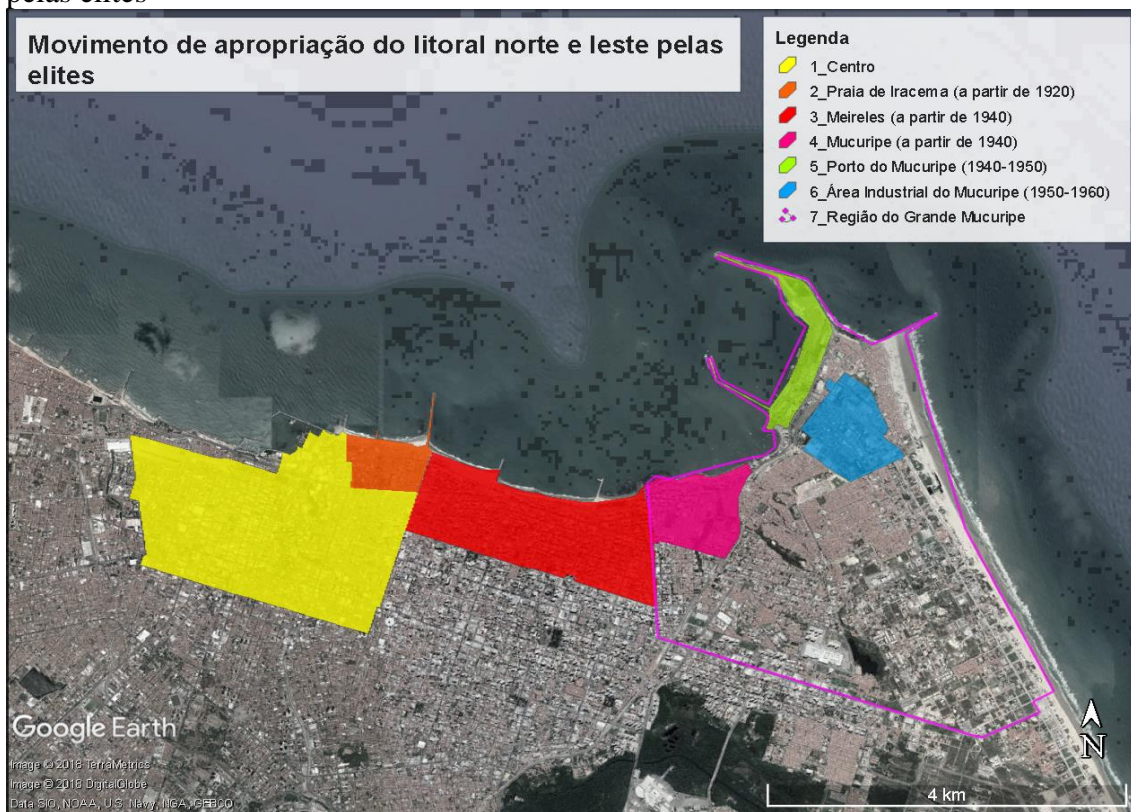


11), mas para novos contingentes de trabalhadores e outros atores sociais pobres passaram a ocupar a área de forma desordenada, trazendo usos considerados “degradantes”.

Blanchard Girão nos traz um relato que, além de ilustrar como se desenvolvia a ocupação da região, demonstra o que já se caracterizava como uma visão estigmatizada da ocupação do Mucuripe, definindo-o como território de pobreza pelas elites que tinham acesso à cidade formal:

Aí pelos anos 40/50, a praia do Mucuripe, então poético recanto de pescadores, passou a receber uma população estranha, procedente de outros pontos da cidade e do interior. O velho problema habitacional, agravado pelo êxodo de populações tangidas pela miséria dos campos, gerava o fenômeno que se chama atualmente de favelização. O romântico e íntimo esconderijo dos velhos homens do mar, fez-se caótica albergaria de gente doutras origens e de outros costumes. Em meio a essa desordem urbanística. Implantou-se ali também a prostituição. Não se distinguia casa séria de casa 'suspeita'. A pobreza e a promiscuidade nivelavam a todos. O Mucuripe fez-se um arruamento confuso, perdendo em parte a majestade poética, embora com sua paisagem natural resguardada nas curvas da Volta, nas velas de suas jangadas, nas roupas típicas de seus pescadores, até nas águas tímidas do Maceió que até certo tempo ainda resistiam às agressões dos que ocupavam as suas margens. (GIRÃO, 1998, p. 32-33)

Figura 9 – Mapa localizando o movimento de apropriação do litoral norte e leste pelas elites



Fonte: Adaptado com recurso do arquivo KMZ Bairros a partir de FORTALEZA. SEUMA, 2018



Durante a segunda metade do século XX inicia-se período de estímulo à industrialização no Ceará. As indústrias incipientes até então, relacionadas à economia do algodão plantado no interior, começam a se multiplicar com a nova política de desenvolvimento industrial do Nordeste, que tem na criação da Sudene, na década de 1950, um marco regional, e nos Planos de Metas Governamentais (PLAMEG) dos governos estaduais de Virgílio Távora um marco local. A implantação de indústrias concentradas ao longo do circuito ferroviário que atravessava a cidade definiu a zona oeste (periférica) como zona industrial e operária, o centro (antiga área de moradia das elites) como área comercial e parte da zona leste como a nova área privilegiada da cidade (PAIVA, 2016).

Figura 10 – Bangalôs da Praia de Iracema destruídos pelo avanço do mar causado pelas obras do porto do Mucuripe



Fonte: Arquivo Nirez, 2018

Durante esse período de industrialização da cidade entre as décadas de 50 e 80 (década em que é urbanizado o Mo.S.T), a população de Fortaleza cresce vertiginosamente de 270 mil para 1,3 milhões de habitantes configurando o fenômeno da hiperurbanização, característico de países periféricos em que, apesar do pouco desenvolvimento da industrial, desenvolvem elevadas taxas de crescimento e concentração populacional nas cidades (PAIVA, 2016). O incentivo à industrialização, porém, ao mesmo tempo em que inchava as cidades com o influxo de imigrantes em busca de oportunidades de trabalho, enriquecia as

classes médias (ligadas ao funcionalismo público, aos trabalhos especializados em indústrias e ao setor terciário) e suas demandas por áreas de habitação e lazer. Enquanto a região do porto se configurava como polo industrial, a orla do Mucuripe começava a ser apropriada gradativamente como área destinada ao lazer e habitação das elites – estabelecendo as bases da territorialidade do que definiriam mais tarde o *bairro nobre Mucuripe* – em função da expansão da apropriação que acompanhava o prolongamento da malha urbana que procedia da Praia de Iracema e da Aldeota, colonizando o leste de Fortaleza (PAIVA, 2014). Por outro lado, as adjacências do novo porto se transformam em um polo industrial, atraindo ainda mais a ocupação da classe trabalhadora que se instalava precariamente na região.

Figura 11 – Polo industrial do Mucuripe na década de 60 e parte do campo de dunas que abrigaria o Conjunto Habitacional Santa Terezinha nos anos 80 vistos de cima sentido leste-oeste



Fonte: BEZERRA, 2017

A valorização da terra e a especulação imobiliária na região leste da cidade aumentavam com a demanda das classes abastadas. Terrenos de dunas, de coqueirais e ocupados por pescadores e migrantes ganhavam cada vez mais potencial econômico e aumentava o interesse dos investidores pela região, incluindo o Mucuripe. Em 1950, segundo

Jucá (2000, p. 128), uma imobiliária denominada Antônio Diogo já havia loteado uma área “que se estendia do farol do Mucuripe até a barra do Rio Cocó”, região que hoje é compreendida pelos bairros Praia do Futuro I e II e parte do Vicente Pinzón, onde se localiza o Mo.S.T.

A consolidação da apropriação da orla leste por classes privilegiadas veio com as diretrizes estabelecidas no *Plano Diretor de Fortaleza* de 1962, elaborado por Hélio Modesto, que projetava a urbanização do litoral. Com o início da construção, em 1963, da Avenida Beira-Mar, epicentro do turismo na cidade hoje, eram asfaltadas as comunidades de praia remanescentes do Meireles e do Mucuripe.

Na década de 70 ocorre “a ocupação, na sua totalidade, do litoral da zona urbana de Fortaleza. Da Barra do Ceará até o Farol do Mucuripe, a praia é incorporada aos hábitos, valores, costumes, no trabalho ou no lazer, na habitação ou comércio.” (SOUZA e FREITAS, 2008, p. 85). A valorização da terra devido à urbanização incentiva um primeiro investimento na verticalização da região do Mucuripe, com a construção de edifícios residenciais para as classes privilegiadas. A esse processo soma-se o incipiente desenvolvimento da exploração do turismo como potencialidade econômica na cidade de Fortaleza. Em 1979 a finalização do calçadão da Beira Mar (construído em etapas, sendo a última referente à orla do Mucuripe) consolida “a importância do lugar como espaço de lazer, criando condições favoráveis para a proliferação de edifícios residenciais multifamiliares e a construção de hotéis” (PAIVA, 2014, p. 5). Esse processo era estimulado pela nova Lei do Solo de 1979, que favorecia a verticalização de certas áreas da cidade, incentivando o mercado imobiliário. A legislação vigente até então limitava a edificação de prédios a até oito pavimentos na orla marítima; a partir de 1979, construções de até 72 metros de altura, cerca de 24 pavimentos, passaram a ser permitidas. Nas décadas de 80 e 90 ocorre a intensificação desse processo de verticalização não só ao longo da praia, com a construção de arranha-céus de luxo para fins residenciais e hoteleiros, mas em toda região leste da cidade, transformando a Beira-Mar, a Aldeota, a Varjota, o Papicu, o Meireles e parte do Cocó nas áreas mais valorizadas e verticalizadas da cidade (GONDIM, 2006; PAIVA, 2014) (Figura 12).

Com a intensificação dos conflitos entre capital imobiliário e moradores de comunidades tradicionais e ocupações informais, ocorrem remoções e reassentamentos enquanto a verticalização da orla e o turismo se aqueciam em Fortaleza. Como corrobora Maciel (2015, p. 476): “bairros que vem sendo tomados pelo mercado imobiliário, em razão da proximidade da praia e de bairros centrais, tinham como impedimento de expansão áreas de favelas remanescentes”. As populações pobres não pretendiam deixar seus locais de



moradia ou se recusavam a ser enviadas para áreas distantes do espaço em que realizavam suas atividades econômicas e culturais. Esses “obstáculos” à multiplicação do tecido urbano movido pelo valor de troca foram quase inteiramente vencidos através da ação do poder público com políticas reassentamentos que criavam guetos planejados distantes ou resultando em novas aglomerações informais e precarizadas por moradores expulsos. Muitos habitantes das faixas de praia foram deslocados de uma ou outra forma para o alto das dunas (Santa Terezinha, Castelo Encantado, Morro do Teixeira) e para locais como as favelas do Serviluz, do Farol e na Varjota (RAMOS, 2003), ou até mesmo para quilômetros de distância da praia em projetos de habitação popular, como veremos no tópico seguinte.

Figura 12 – Verticalização da área leste da cidade cercando a região do Mucuripe, vista sentido leste-oeste em 2009



Fonte: BUENO, 2009

A região do Mucuripe se colocou como um território limite à expansão da configuração espacial nos moldes da orla turística da Beira Mar (PAIVA, 2014), condição que pressiona até os dias de hoje as comunidades pobres locais. A orla continuou sendo palco de

intervenções do poder público (como as muitas reformas da Praia de Iracema e Beira Mar, o atualmente paralisado projeto de construção de um Aquário, a transformação do Porto do Mucuripe em um terminal de passageiros) que visam o desenvolvimento do turismo e da cidade formal de alto valor de troca em detrimento do direito à cidade e da apropriação das comunidades destituídas que, apesar dos inúmeros deslocamentos ao longo do século XX e da sua precarização territorial, possuem raízes históricas na região. O Mo.S.T. é fruto da política habitacional estadual que tentava concretizar esse movimento de des-territorialização do litoral, como veremos a seguir.

Até hoje o Mucuripe se configura a como uma área tensionada por esse conflito, em que se percebe com facilidade as contradições da expansão urbana movida pelo valor de troca. Do alto do Mirante do Morro Santa Terezinha mal se avistam as praias e o oceano atualmente, ou as jangadas dos pescadores. Enxerga-se outra paisagem: um denso mar em tons de tijolos e o avanço de serras de edifícios de luxo, manifestação pictórica da urbanização que experimentou e experimenta até hoje, sem freios, as contradições da reprodução capitalista do espaço urbano.

Figura 13 – Vista em direção noroeste do Mirante do Morro Santa Terezinha



## **2.5 Nasce o Conjunto Habitacional Santa Terezinha: um gueto planejado para os pescadores do Mucuripe**

### ***2.5.1. A política habitacional em Fortaleza até os anos 1970 e a criação do Conjunto Habitacional Santa Terezinha***

O verso da apropriação do litoral pelas elites ao longo do século XX era o desenvolvimento de uma crise habitacional decorrente da hiperurbanização de Fortaleza que engendrava políticas públicas que formalizavam a segregação urbana. O Conjunto Habitacional Santa Terezinha é fruto dessas políticas.

Paralelamente ao desenvolvimento de Fortaleza pelo ciclo do algodão, ocorriam ciclos de secas que, desde o final do século XIX, moviam legiões de imigrantes miseráveis e desfaziam a ilusão de uma Fortaleza parisiense, civilizada e urbanizada (VILLA, 2000). O fluxo migratório para a capital se intensificou ao longo do século XX e, com ele, o déficit habitacional da cidade e os resultantes aglomerados informais precários, as favelas, nos arredores das centralidades. A mendicância e a pauperização de parte da população tornavam-se parte da paisagem urbana da cidade em crescimento acelerado.

As primeiras ações para lidar com a questão se deram a partir de 1930 – quando Fortaleza já havia inchado rapidamente para uma cifra de mais 120.000 habitantes – por meio de projetos como os Institutos de Aposentadoria e Pensão ou a Fundação Casa Popular que, impossibilitados de construir habitações na centralidade urbanizada, criavam conjuntos habitacionais onde a lei do mercado aplicada ao espaço tornava o preço da terra acessível: nas periferias não urbanizadas ao longo da linha férrea na região oeste e sudoeste da cidade ou, em algumas exceções, nas proximidades de assentamentos precários que deprimiam o valor da terra (ARAGÃO, 2010).

Somente a partir dos governos militares ditatoriais, com a fundação do Banco Nacional de Habitação (BNH), implementa-se uma política habitacional dotada de financiamento e aparato técnico mais robustos. A política de habitação social na década de 60 era realizada de forma a apoiar o projeto desenvolvimentista industrial das oligarquias locais:

A política de habitação social daria suporte à estratégia de constituição de frentes de trabalho e incentivo ao setor da construção civil, barateando ainda os custos com a reprodução da força de trabalho para ser absorvida também pela indústria insurgente

e assim produzir vantagens comparativas em termo de custo salarial. As obras para a implantação de grandes conjuntos habitacionais absorviam parte da mão-de-obra desqualificada aquecendo o mercado da construção civil e gerando recursos para a população que impulsionava a economia local. (ARAGÃO, 2010, p. 84)

O BNH se consolidou como o maior agente de desenvolvimento urbano durante a década de 70 em Fortaleza, estimulando a consolidação do Distrito Industrial, criado na década de 60, através da construção de grandes conjuntos habitacionais na região oeste e sudoeste da cidade que proporcionaram um contingente de mão-de-obra barata para as indústrias e geraram a conurbação da malha urbana de Fortaleza com sua região metropolitana. Essas zonas, oeste e sul, até hoje se configuram como as mais pobres da cidade.

As políticas habitacionais do BNH em Fortaleza, portanto, embora melhor lastreadas financeiramente, continuavam a deslocar as populações pobres para as periferias. Esses reassentamentos através de projetos públicos, ao mesmo tempo em que marginalizavam os mais pobres ao distanciá-los das áreas centrais, favoreciam a elite proprietária fundiária, que se beneficiava da valorização gerada pela instalação de infraestruturas que, ao serem levadas até os arrabaldes da cidade, contemplavam suas propriedades, transformando glebas rurais antes sem valor de troca em loteamentos urbanos que hoje formam grande parte das áreas periféricas de Fortaleza.

Nos anos 1980, a Região da Grande Fortaleza – que inclui a capital e a região metropolitana – já ultrapassava a cifra de um milhão de habitantes e a política habitacional local continuava a espriar a cidade sem mostrar resultados no combate ao problema habitacional. Frequentemente, as comunidades marginalizadas, devido à agravada pauperização e desemprego, sequer eram integradas aos programas de financiamento de moradias do BNH.

Durante a década de 70, os assentamentos precários em margens de rios e encostas resultavam em recorrentes casos de calamidade pública durante as quadras chuvosas, quando alagamentos e desmoronamentos deixavam famílias desabrigadas, catalisavam a proliferação de doenças e até mesmo ocasionavam a morte de habitantes, sem respostas efetivas do poder público.

Uma reação à política habitacional ineficiente e que contemplasse as camadas mais carentes e em condições de habitação mais precárias gerou a organização política dos movimentos sociais urbanos, essenciais na mobilização pela redemocratização e pela reforma urbana. Aragão (2010, p. 88) explica:

A ineficiência das políticas habitacionais em atender a população com renda de até três salários mínimos fez com que os movimentos sociais urbanos, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, desenvolvessem experiências de autogestão e apresentassem sistematicamente ao governo propostas para urbanização das comunidades. Havia ainda a influência das idéias de Turner (1968) e o inventivo de organismos internacionais para a utilização de soluções alternativas para a mitigação de problemas habitacionais, a exemplo da urbanização de favelas e valorização dos processos de autoconstrução.

Em 1979, o BNH cria o Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR), com o intuito de atender essas populações em extrema condição de pobreza e que começavam a se organizar politicamente. Esse programa de “desfavelização” tinha como objetivo a eliminação de habitações precárias em áreas críticas e de risco garantindo a permanência das comunidades no seu local de origem através da urbanização das ocupações ou nas proximidades do seu local de origem através de reassentamentos, garantindo aos deslocados a proximidade do mercado de trabalho e da infraestrutura das centralidades. No Ceará, durante o governo coronelista de Virgílio Távora, no mesmo ano de 1979, foi criada pelo Governo do Estado em convênio com o Ministério do Interior a Fundação Programa de Assistência às Favelas da Área Metropolitana de Fortaleza (Proafa), órgão responsável pela implementação do PROMORAR em Fortaleza. No mesmo ano, relembramos, era finalizada a última etapa do calçadão da Beira-Mar, na orla do Mucuripe, e aprovada a nova Lei do Solo de 1979, que permitia maior verticalização e maior renda a ser extraída da terra pelos empreendedores imobiliários.

Segundo o *Programa de erradicação de sub-moradias na região metropolitana de Fortaleza*, de 1980, elaborado pela Proafa, o órgão identificava a presença de 216 aglomerados de habitações subnormais que abrigavam 64.381 famílias localizadas predominantemente em faixas litorâneas, margens dos principais cursos d’água que atravessam a cidade e adjacências dos principais eixos viários. De acordo com os objetivos do projeto, que priorizava áreas de elevados riscos ambientais, notadamente de alagamento, 37 núcleos foram selecionados como objetos de intervenção a curtos e médio prazo. Desses núcleos, quatro foram definidos para intervenção imediata em 1980/1981: o Lagamar, o Poço da Draga, Canal e Muriçoca Baixa. Ao longo da década de 80, no entanto, não mais que dez intervenções foram realizadas pela Proafa antes da absorção de suas funções pela Secretaria de Ação Social durante o governo de Tasso Jereissati (1987-1990).

No entanto, apesar das definições prioritárias de intervenção concebidas pela Proafa, em 1980, seu primeiro projeto contemplava a região da orla do Mucuripe já no ano de



1979: o Conjunto Habitacional Santa Terezinha (CHST) visava reassentar favelas que ocupavam a região, como as do Guabiru, Alto da Saúde, Buraco da Gia, Maceió, Olga Barroso e Morro do Teixeira (IAB, 1982; HABITAÇÃO, 1983; ÁGUAS, 1983). Apadrinhado pessoalmente por D. Luiza Távora, primeira-dama do Estado à época, a primeira etapa do projeto já estava inaugurada e habitada no ano de 1981.

Figura 14 – Paisagem da enseada do Mucuripe na década de 80 mostrando o campo de dunas ao fundo



Fonte: Acervo do Mucuripe, 2017

De acordo com depoimentos de moradores e ex-funcionárias da Proafa, as ocupações que se intensificavam nas encostas das dunas do Mucuripe e margens do riacho Maceió sofriam com as calamidades recorrentes nas quadras chuvosas em Fortaleza e foram atendidos com urgência pelo recém-criado órgão. Apesar de críticas ao projeto, um terreno adjacente à orla apropriada pelas elites, no campo de dunas do Mucuripe, de cerca 186.205 m<sup>2</sup> foi doado pela Prefeitura de Fortaleza para o reassentamento das comunidades (Figura 14).

No *Panorama da Arquitetura Cearense*, publicado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – Seção Ceará, em 1982, consta uma breve, porém informativa, descrição do objetivo do projeto do CHST. Segundo a publicação:

O objetivo do projeto foi erradicar algumas pequenas favelas com condições desumanas de habitabilidade, conservando, entretanto, os moradores nas proximidades dos locais de seu trabalho: a pesca, representada por um cais pesqueiro, que envolve perto de 3.000 pequenas e médias embarcações, e pequenos estaleiros e indústrias correlacionadas. (IAB, 1982, p. 82)

Desde a década de 1940, o contínuo processo de des-territorialização do litoral forçava comunidades a se apropriarem das dunas que formavam a bucólica paisagem do Mucuripe. Pescadores deslocados da orla pela valorização do litoral e construção da Avenida Beira-Mar, marinheiros e operários tentavam permanecer nas proximidades de seus locais de trabalho e tradição ocupando áreas de risco nas dunas e nas margens do riacho Maceió. A intervenção direta do poder público sobre as comunidades desterritorializadas através da Profa perpetuava a segregação urbana, pois o Estado ainda atuava determinando divisões hierárquicas do espaço por classes sociais, forçando a população pobre a ocupar um espaço pré-determinado, um gueto, embora planejado e certamente oferecendo melhores condições de vida às famílias reassentadas. Marcuse (2004, p.29) é categórico ao afirmar que, seja pela atuação ou omissão, “nenhum padrão residencial, quer incentive, quer contrarie a segregação residencial, poderia ocorrer sem uma ação fundamental por parte do Estado”.

Construído em etapas entre 1979 e 1983, 1.022 famílias foram abrigadas em pequenas habitações – que possuíam entre 2 e 4 pequenos cômodos (Figuras 15, 16 e 17) – construídas em cinco platôs no alto das dunas do Mucuripe (Figura 18). De acordo com os técnicos responsáveis pela concepção do projeto, as etapas eram populadas buscando garantir a formação de relações de vizinhança. Os residentes deveriam se conhecer entre si, não eram permitidas “pessoas de fora”, desconhecidas, de outros lugares que não as comunidades das cercanias do novo conjunto. O pequeno bairro de pescadores, pleno de promessas, ganhava forma e identidade, era apropriado enquanto território através da toponímia que representava a tradição de seus habitantes antes mesmo de se tornar lugar definido pela vida cotidiana dos moradores. As tortuosas vias que circulavam as dunas e orientavam moradores e visitantes ganharam nomes da cultura pesqueira: Ruas Samburá, Jereré, Sol Nascente, Labirinto, do Mirante, Estrela do Oriente, Labirinto, Pescador Chico Bindá, da Lagosta, Terra e Mar, dos Búzios, Bolina, do Horizonte, Esperança, Professora Aida Balaio, Pescador Pedro Rufino, Garoupa, Fateixa, da Enchova, Paraíso, da Cioba, Albacoa, Mestre Jerônimo, do Luar, Córrego das Flores, do Trabalho, Alto Alegre, Visão das Dunas, Manoel Jacaré, Av. Areia Branca e Av. dos Jangadeiros.

A Profa buscava implementar políticas de assistência social com o intuito de gerar o desenvolvimento e autonomia da comunidade a partir da integração e geração de

renda local. Um centro comunitário que abrigaria reuniões, oficinas, feiras de artesanato, entre outras atividades, foi construído na implantação do conjunto e funcionários do órgão orientavam a organização comunitária dos novos habitantes, disciplinando o processo de territorialização e sujeitando à ordem e à “cidadania” os moradores antes marginalizados por forças segregatórias do processo de urbanização.

Figura 15 –As edificações originais do Conjunto Habitacional Santa Terezinha



Fonte: COELHO; ALBUQUERQUE; ANTERO; BRANDÃO, 1982

Aos novos moradores era exigido como pagamento por suas novas residências e propriedades em vias de formalização uma prestação mensal durante um período de 25 anos até a quitação dos imóveis junto ao BNH, que estavam estipulados entre 350 mil Cr\$ e 450 mil Cr\$ (na moeda adotada na época no país, o cruzeiro) (Proafa, 1983), além dos tributos pelos serviços urbanos. Nos anos seguintes, como veremos, as obrigações de arcar com os custos da formalização da habitação se tornariam um grave problema para a comunidade do

conjunto habitacional, assim como a ausência da contraparte em serviços prestados pelo Estado que deveriam corresponder ao pagamento dos tributos.

Figura 16 – Paisagem do Morro Santa Terezinha: o início da urbanização das dunas

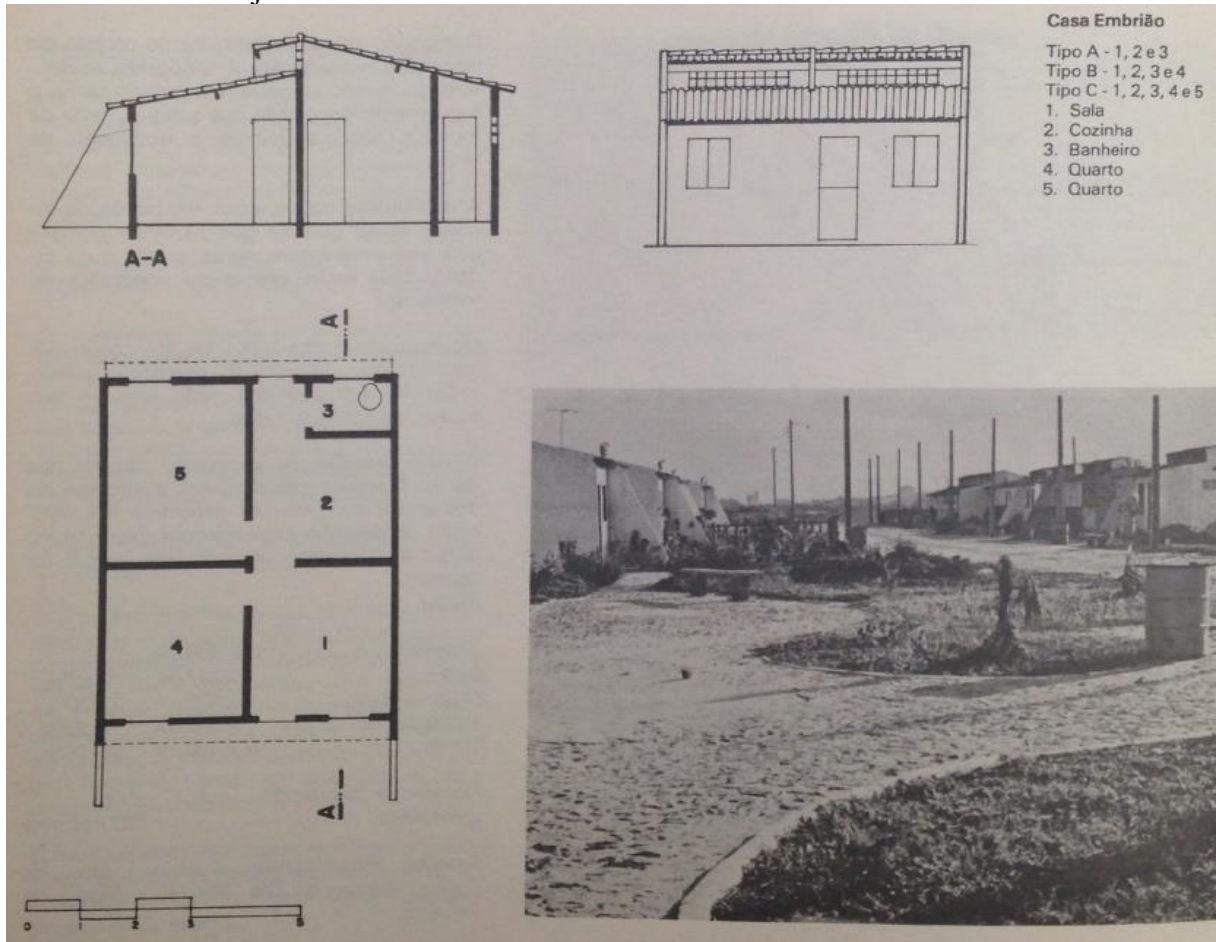


Fonte: COELHO; ALBUQUERQUE; ANTERO; BRANDÃO, 1982

O CHST era fruto da resistência de comunidades que se recusavam a se afastar da orla e do Mucuripe e, em certa medida, era uma vitória que resultava na produção de uma nova territorialidade marcada pela formalização dentro da ordem burocrática urbana. Aquele território havia sido concebido por instituições hegemônicas de produção da cidade como pertencente aos moradores que não possuíam poder de mercado. No entanto, em pouco tempo a comunidade recém reassentada no conjunto habitacional voltaria a experimentar a marginalização produzida pelo peso da omissão do Estado.

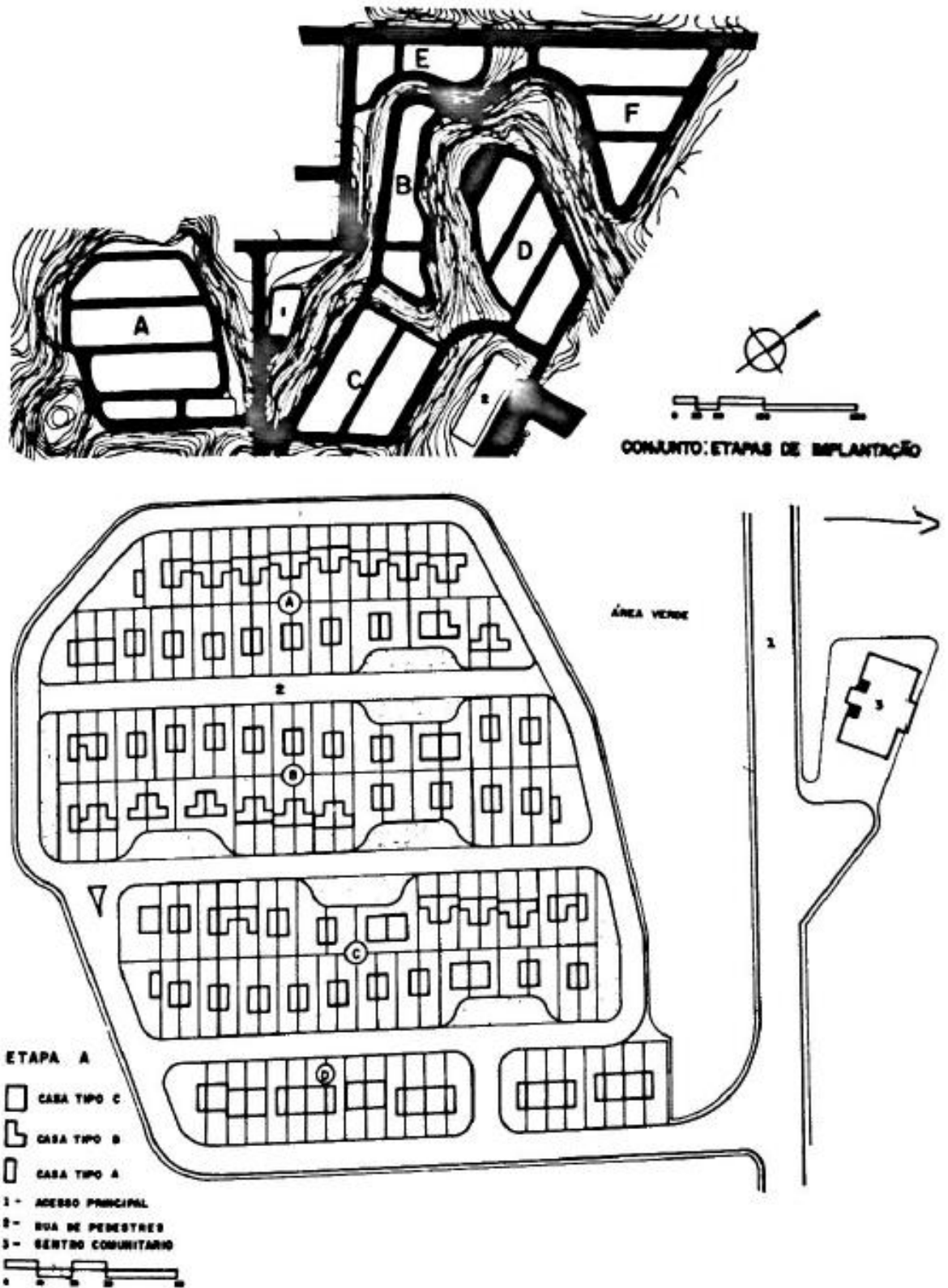


Figura 17 – Reprodução de desenhos esquemáticos das habitações mais amplas construídas no Conjunto Habitacional Santa Terezinha



Fonte: COELHO; ALBUQUERQUE; ANTERO; BRANDÃO, 1982

Figura 18 – Implantação dos platôs e detalhamento da primeira etapa do conjunto



### ***2.5.2 Os primeiros anos do Conjunto Santa Terezinha: a marginalização pós-urbanização***

Em alguns anos o “sonho da casa própria”, formalmente possuída, de parte dos moradores se tornaria problemático. Após a construção das habitações sociais e instalação de uma infraestrutura mínima para as mesmas, problemas materiais estruturais e socioeconômicos começavam a surgir e a omissão do Estado começava a se tornar novamente a realidade para os moradores. Alguns falavam em “conto do vigário da Proafa”, criticando a desonestidade do projeto de reassentamento que os havia removido de suas propriedades informais anteriores para um novo local (MORADORES, 1984). Reivindicavam a presença do poder público na manutenção da infraestrutura do recém-criado conjunto e a impossibilidade de pagar as prestações do financiamento do BNH, ressentindo a anuência ou coação a aceitar o novo modo de vida proposto pelo Estado, que prometia acesso a cidadania e dignidade, mas descumpria tal promessa.

Em 1984 foi registrada pela imprensa local o que talvez tenha sido a primeira manifestação politicamente organizada por parte dos moradores em que eram denunciadas cobranças abusivas das prestações das casas (MORADORES, 1984). Além disso, ao longo da década de 80 são recorrentes registros que denunciam problemas locais: falta de transporte coletivo, falta de iluminação, ausência de serviços básicos de saúde, educação, segurança, drenagem e saneamento, falta de áreas e equipamentos de lazer, invasão das areias das dunas sobre as ruas e habitações, erosões das dunas e abertura de crateras em vias que ameaçavam residências e residentes do conjunto (Figuras 19 e 20). A amarração das dunas não havia sido apropriadamente realizada e as areias móveis continuavam sensíveis à ação dos ventos e chuvas, tornando frágil o terreno sobre o qual haviam sido instaladas as unidades habitacionais. Uma expedição de ecologistas resumia no jornal Diário do Nordeste o problema que afetava o Morro Santa Terezinha:

Apesar de beneficiado por uma das mais belas vistas panorâmicas da cidade, o Conjunto Santa Terezinha, segundo ficou constatado pela comissão de ecologistas, sofre em consequência da ocupação "racional" das dunas. Por ser um conjunto de dunas semifixas, a terraplenagem feita no local provocou o deslizamento da areia e a destruição de inúmeras ruas (em pedras e asfalto) transformadas em grandes buracos. Além disso, por não possuir galerias pluviais, as águas adentram nas canaletas construídas nas dunas em forma de torrentes. O resultado não poderia ser outro: são verificadas escavações nas dunas em dezenas de trechos. (ECOLOGISTAS, 1984)

Apesar de eliminar os riscos e condições extremas da ocupação desordenada e da autoconstrução precária das favelas que outrora ocupavam áreas de risco no Mucuripe, o Estado, ao ocupar formalmente áreas ambientalmente sensíveis sem o investimento adequado, continuava a privar as populações pobres da vida urbana de qualidade tal como é encontrada em áreas valorizadas. Após a tentativa de erradicação das favelas, o poder público, apesar das políticas assistenciais da Proafa, passava a tratar a área com o descaso reservado aos guetos marginalizados onde não se concentram capital político e econômico. Como afirmamos evocando Marcuse (2004), o poder público possui papel determinante na produção e manutenção da segregação urbana, uma vez que é sua função organizar a estrutura da ordem urbana, criando instituições de controle, arrecadação e fiscalização, implantação e gerenciamento da infraestrutura e recursos financeiros. Percebe-se que o poder público atua ou deixa de atuar, investe ou deixa de investir, de forma a garantir interesses políticos, culturais e econômicos de grupos dominantes da cidade, impondo remoções de comunidades precariamente territorializadas sob o argumento da ilegalidade e salubridade, distribuindo desigualmente recursos, investindo-os desigualmente e permitindo que o mercado produza divisões hierárquicas no espaço.

Figura 19 – Invasão das dunas sobre as vias e residências no Santa Terezinha



Fonte: EROSÃO, 1984



Figura 20 – Vias e residências afetadas pela erosão das dunas causada pelas chuvas



Fonte: CASAS, 1986

Somada ao abandono do Estado experimentado pela população após o reassentamento, a impossibilidade de lidar com os custos associados à formalização do direito à propriedade (prestações, impostos, contas de água e luz) e, ao mesmo tempo, a insegurança jurídica dessa mesma propriedade geravam profundas insatisfações entre os moradores do conjunto. As prestações cobradas pelo governo pelas habitações eram pequenas – simbólicas, segundo depoimentos de alguns moradores e ex-funcionários da Proafa –, no entanto, a pauperização de parte da comunidade, composta em sua maioria por famílias de elevado número de membros e dependentes da pesca, subempregos e, em alguns casos, em situação de desemprego, parecia impossibilitar o pagamento das prestações, especialmente durante a incerteza em anos de crise inflacionária no final da ditadura militar. As prestações de pagamento das residências subiam vertiginosamente com a crise. Parcelas inicialmente estabelecidas em Cr\$490 no primeiro ano do conjunto, já alcançavam Cr\$ 11.855 em 1984 (MORADORES, 1984b). Em setembro de 1985, as prestações das casas do tipo C subiram de Cr\$5.130, valor relatado em 1984, para Cr\$ 40.000 (Proafa, 1985; SANTA, 1985).

Uma aproximação da realidade econômica da população do Conjunto Santa Terezinha pode ser estimada pela comparação com os dados econômicos de rendimentos e ocupação profissional de outras favelas erradicadas levantados no *Programa de erradicação de sub-moradias na região metropolitana de Fortaleza*, de 1980, elaborado pela Proafa. De acordo com o órgão, apenas 27,8% da população estudada possuía uma ocupação formal, predominando as atividades informais no setor terciário, e 91,5% das famílias recebiam abaixo de três salários mínimos. Em janeiro de 1980, o salário mínimo estava entre Cr\$ 2.932 e Cr\$ 4.149, enquanto o rendimento mensal de 61,7% das famílias do levantamento recebia até Cr\$ 3.258, valor próximo do salário mínimo à época. Em notícias veiculadas no Diário do Nordeste em 1985, é possível observar as condições de insatisfação, de desconfiança do Estado e de dificuldades econômicas que moradores do CHST sustentavam:

"Quando foi pra gente deixar nossas casinhas, onde não se pagava nada, prometeram tudo. Agora trazem estes carnes que a gente não pode pagar". Foi o que afirmou Maria de Lourdes Santos, casada com Sebastião Pedro de Oliveira, com quem teve oito filhos. Segundo ela, *"as moças da Proafa, há cinco anos atrás, afirmaram que com qualquer lavagem de roupa a gente arranjava o dinheiro da prestação. Agora, a prestação já está em Cr\$ 40 mil e a gente não tem com que pagar"*.

A situação de Maria de Lourdes é lugar-comum em todo o Conjunto Santa Terezinha. Em certas casas, a situação ainda se agrava, na medida em que o desemprego atinge altos índices. *As pessoas que ganham salário mínimo, como o marido de Maria de Lourdes, são poucas. A grande maioria vive de favores de amigos e/ou de parentes, como é o caso de Leci Campos de Andrade. Desempregada, ela sobrevive com o que o filho lhe dá, ficando sem dinheiro para pagar a casa.*

[...]

A gente paga moradia como os barões. Quando nos trouxeram pra cá, fazendo política, não nos avisaram de nada" — disse Maria de Lourdes, numa alusão velada a dona Luiza Távora, a empreendedora da obra de construção do conjunto. *"As empregadas de dona Luíza nos enganaram. Há cinco anos que a gente paga e a casa não é nossa"* — disse Sebastião, aparteado por Leci Campos. Eles insistem em saber quando vão receber a escritura das casas. "Só quando morrer?", perguntam eles.

"A gente vive como Deus cria limão. De qualquer jeito". A reclamação ainda é de Maria de Lourdes, que se mostra completamente revoltada com a situação. *"Há tempos que a gente não come feijão, nem arroz, muito menos, carne"*, diz ela. "O meu filho está se criando analfabeto, porque não tem vagas nas escolas e, agora, para completar as prestações do BNH", acrescentou Leci. (DIÁRIO, 1985f, grifos nossos)

Em 1985, foram realizadas eleições, com o auxílio de assistentes sociais da Proafa, para a constituição da Associação de Moradores. A questão dos aumentos das prestações era colocada como pauta pelas três chapas que concorriam à representação da comunidade (SANTA, 1985), indicando que, embora as prestações fossem soma de pouca

importância, segundo entrevistas, o problema era de primeira ordem no interior do Conjunto Santa Terezinha.

A discrepância entre fatos noticiados e depoimentos orais coletados por parte de moradores antigos, liderança comunitária e ex-funcionárias da Proafa, levantam uma questão a ser tratada com cuidado: a diferença da experiência no processo de conformação ao modelo de vida urbano considerado ideal imposto às comunidades reassentadas, que até então eram excluídas do mesmo. Por um lado, a opinião dos técnicos do Estado, alguns moradores, e da própria liderança comunitária eleita nesse processo apontavam um problema cultural: a vida na informalidade e exclusão, ao mesmo tempo que priva de muitos direitos, exime de deveres. Moradores entendiam que deveriam ser indenizados pelas propriedades que possuíam informalmente e que esta indenização bastava para garantir as novas propriedades. As contestações das prestações, contas de energia, água e IPTU seriam resistências ou dificuldade em inserir-se na condição de cidadão possuidor de direitos e deveres. Por outro lado, a documentação na imprensa da época mostra o contrário, a pobreza impedia as possibilidades de arcar com os custos exigidos pela cidadania plena, acentuando as marcas da desigualdade social. Os empregos informais, o desemprego, a população de indivíduos fora de idade produtiva, o elevado tamanho de famílias, o abandono de chefes de família, a dificuldade com planejamentos familiares e financeiros, e, especialmente as deficiências nos serviços básicos que garantiriam a qualidade de vida, como saúde, educação, lazer, falta d'água e coleta de lixo, questões que pesam sobre o mundo da vida das classes trabalhadoras mais precarizadas não permitem atribuir inteiramente o impasse dos custos de vida que se tornavam impraticáveis no Conjunto Santa Terezinha a uma “cultura da informalidade” – embora não necessariamente exclua a existência de tal fator.

Reconhecer a existência de tal complexidade é fundamental para interpretar os eventos que se seguiriam na história Morro Santa Terezinha. A ausência da contrapartida do Estado e a condição de marginalização, a crise econômica e inflacionária e os aumentos nas prestações, e mesmo a “cultura da informalidade” motivariam a evasão do CHST e, em alguns casos, a evasão do modo de vida formal, resultando em vendas das unidades habitacionais e até mesmo em ocupações irregulares das encostas do próprio Morro Santa Terezinha.

No entanto, transformações do morro viriam principalmente de fatores externos ao longo da década de 80. A crise habitacional se agravava e famílias pobres e movimentos sociais urbanos pelo direito à habitação buscariam as encostas dos morros do Mucuripe como abrigo. E, por outra via, um processo de gentrificação começava se desenvolver no alto do morro, pois no platô mais alto do conjunto – a etapa D, indicada na Figura 18– , a

aproximadamente 44 metros acima do nível do mar, foi deixado um espaço livre “com a intenção de garantir a preservação da extraordinária visão que se tem sobre quase toda a cidade” (IAB, 1982, p.83), que foi indicado pelos projetistas do conjunto como um mirante. A excepcional vista do alto das dunas atraía visitantes das classes privilegiadas de Fortaleza e seria o gatilho de rápidas mudanças no Morro Santa Terezinha – que transformaria o mirante em “o Mirante” – e continuariam em uma escala micro-local o mesmo processo de des-territorialização que havia feito os pescadores trocarem as praias pelo morro.

### **3 PORQUE PESCADORES, “ALTERNATIVOS” E “POSSEIROS” NÃO OCUPAM O MESMO LUGAR NO ESPAÇO**

A urbanização do Morro Santa Terezinha integrava-o ao tecido urbano de Fortaleza e, assim, agregava valor de uso e de troca sobre ao solo arenoso das dunas do Mucuripe. Por um lado, a crise habitacional local se agravava na segunda metade da década de 80 e a infraestrutura instalada ali tornava o lugar minimamente habitável. A urgência da demanda pela terra levava centenas de ocupantes a buscarem se apropriar do seu valor de uso que já não encontravam em parte alguma. Por outro lado, a mesma urbanização do morro tornava a área do CHST acessível para os automóveis dos jovens de classe média. A infraestrutura, a proximidade do litoral, o potencial paisagístico e o capital simbólico que era objetificado no alto do morro por jovens “alternativos” tornavam-no desejável, multiplicando seu valor de troca.

Os moradores do CHST passaram a experimentar um processo de des-territorialização em duas frentes simultâneas: ocupações irregulares tomavam os flancos do morro e a gentrificação tomava o platô mais alto do conjunto.

Embora as ocupações irregulares ao longo das décadas de 80 e 90 se configurem como um processo tão ou mais significativo para a história do Mo.S.T. e do Mucuripe, é o segundo processo de des-territorialização descrito acima o foco dessa pesquisa: a gentrificação do alto do morro e o processo de produção de um território destinado ao consumo das classes privilegiadas de Fortaleza. Dessa forma, abordaremos secundariamente as ocupações das encostas na medida em que são imprescindíveis para compreender as dinâmicas sociais que tensionavam aquela área de Fortaleza.

Prosseguiremos com a mesma estrutura do capítulo anterior: apresentaremos primeiro a discussão teórica que fundamentará uma visão crítica dessa etapa histórica do Mo.S.T., trabalhando a noção de espaço-mercadoria e a dimensão simbólica de seu consumo, o conceito de gentrificação e como podemos compreendê-lo como uma disputa territorial operada pela lógica da cultura de consumo pós-moderna. Em seguida será exposto o início das disputas pelo Mo.S.T. entre a comunidade local, os consumidores das classes médias e as famílias que buscavam moradia nas encostas.

### **3.1 A cidade fetichizada: o espaço-mercadoria, a lógica simbólica do consumo e a gentrificação**

Lefebvre afirma outra distinção entre a cidade como produto (a realidade urbana sujeita ao valor de troca) e a cidade como obra (a realidade urbana sujeita a valor de uso) que é centrada na sua noção de representação. Concebendo representação como a mediação entre sujeito/objeto, ideal/real, ser/pensamento, segundo explica o geógrafo Ângelo Serpa (2011), Lefebvre entende que o produto, sendo consumível, depende da representação para existir, é constituído e substituído por esta, confunde-se, portanto, com as representações ao omitir sua história. As obras, por sua vez, não são consumíveis, constituem-se por representações, mas não são substituídas por estas, atualizam-nas e permitem sua transformação. A cidade como produto, portanto, permite a sua manipulação através de representações. Nesse sentido, a cidade, como outras mercadorias, segundo o referencial marxista-lefebvreano, também é fetichizada. Sánchez (2010, p.71) afirma:

A ‘mercadoria-cidade’, produto aparentemente terminado e traduzido em imagem urbana, pronta para entrar em circuitos e fluxos de informação e comunicação internacional, não permite identificar como se deu a construção; sua história aparece velada; sua gênese, esquecida. Conforme Marx, direcionar o olhar para a gênese da mercadoria permite descobrir os sistemas sociais, econômicos e culturais, os arranjos de poder, as hierarquias, os jogos de interesse que compareceram para construí-la. Efetivamente, sua conhecida afirmação acerca do “fetichismo da mercadoria” parece se adequar ao que acontece com as cidades transformadas em imagens, que entram na esfera da circulação simbólica. (SÁNCHEZ, 2010, p.71).

Serpa (2011), ao pesquisar a relação entre a produção de lugares e a mídia, observa que um enredo da metrópole sobrepõe-se à narrativa dos lugares: trata-se justamente do discurso hegemônico do capital, que vela sob a forma-mercadoria as relações sociais que produzem o espaço e o seu valor, e se articula nas práticas de produção e consumo das cidades.

Debruçamo-nos, no entanto, sobre uma questão mais específica nesse processo. Compreender a condição econômica e simbólica do espaço como mercadoria exige olhar com mais detalhes para a atribuição de sentidos ao espaço de forma a adequá-lo ao consumo como uma prática sociocultural e não apenas funcional. As trocas também se valem de valores agregados que estão inscritos não na mercadoria, mas em um sistema de significados compartilhados que produzem uma linguagem de exclusão e pertencimento, de distinção e hierarquização explorada pelo capitalismo: a cultura de consumo. Discutiremos aqui, então, sobre como esta se articula com a reprodução capitalista do espaço.

David Harvey (2012), ao analisar práticas de projeto urbano pós-modernas que surgem após o período de restrição de recursos e de uma ideologia que suprimia a diversidade em nome do racionalismo industrial do Modernismo, observa que a orientação do urbanismo contemporâneo responde a uma diversidade populista de culturas de gosto. O zoneamento autoritário e rígido dos planejadores modernos foi substituído pelo zoneamento orientado pelo mercado, pois este tornou-se uma “linguagem primária de comunicação” (ibid., p.78) em nossa sociedade e orienta os produtores hegemônicos da cidade, atendendo diferencialmente as culturas de gosto dos privilegiados e as necessidades dos desprivilegiados, das minorias, das contraculturas, uma vez que esses grupos possuem poderes diferenciados de mercado.

O sociólogo Mike Featherstone nos auxilia na compreensão sociológica dessas mudanças de comportamentos de consumo, as culturas de gosto que Harvey percebe transformarem a produção do espaço urbano. Para Featherstone (1995), as mudanças culturais pós-modernas ao longo do século XX alteraram os critérios tradicionais de julgamento do gosto por uma noção mais plural em que o que era anteriormente excluído passa a ser aceito na construção de estilos de vida dos consumidores. A criação de espaços consumíveis nas cidades, portanto, atende às demandas de estilização e estetização da vida cotidiana das classes médias urbanas, demandas estas que derivam do rompimento pós-moderno com o consenso que sustentava a noção de alta cultura oposta à baixa cultura. O autor aponta ainda que

é possível apontar para uma convergência adicional no processo de estilização e estetização da vida, entre, de um lado, a popularidade dos estilos de vida artísticos e da representação e manifestação estilizadas e, de outro, o desenvolvimento de uma série diferenciada e sofisticada de bens de consumo, atividades de lazer e experiências, que incorporam um elevado *input* de *design*, estilo e imaginário artístico e cultural da moda. (FEATHERSTONE, 1995, p.138)

Dessa forma, a exploração da cultura de gostos e da estetização/estilização da vida cotidiana das classes médias no contexto da urbanização como negócio (CARLOS et al, 2015) resulta em estratégias de produção materiais e simbólicas da cidade por parte de agentes detentores de poder nesse processo se valendo de tais *inputs de design*, estilo e imaginário, artístico e cultural da moda que resultam na produção e, mais especificamente, na objetificação de capitais cultural e simbólico no espaço, convertíveis em capital econômico. Fragmentos das cidades transformam-se em “centros de consumo, jogo e entretenimento, saturadas de signos e imagens a ponto de qualquer coisa poder ser representada, tematizada e

transformada em um objeto de interesse, de ‘observação turística’” (FEATHERSTONE, 1995, p.143).

Em termos de transformação urbana, isso significa que, apesar de territórios de pobreza possuírem baixo capital cultural e simbólico objetificados, podem passar a ser permitidos no repertório das classes médias por meio da atribuição de valor a estes pela criação de “novos ambientes recriados e simulados que acolhem algumas das formas culturais mais populares e pós-modernas que mencionamos (parques temáticos, *shopping centers*, museus, além de espaços culturais e populares), percebidos como atraentes e vendáveis” (idem, p.149), produzindo o que Luís Baptista (2005) denomina de territórios lúdicos: lugares/cenários construídos para o uso como espaços de entretenimento e consumo programado.

Criam-se assim espaços de consumo que servem à estetização/estilização da vida e, portanto, como signos identitários mediados pelo seu consumo. A cidade contemporânea fragmentada, caracterizada por intervenções urbanísticas descontextualizadas do seu entorno socioespacial (HARVEY, 2012), incorpora as dinâmicas da cultura de consumo acentuando a segregação urbana e sua qualidade fetichista, de produto, velando a história da sua reprodução sobre camadas de semânticas que se tornam uma linguagem utilizável pelos indivíduos como dimensões da afirmação de suas identidades. Morar na Aldeota ou no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, ou no Leblon ou na Maré, no Rio de Janeiro, oferecem tanto uma posição geográfica quanto social e cultural para os indivíduos que se inscrevem nesses territórios.

Uma consequência de processos de reconfiguração simbólica do espaço intraurbano associados à reprodução capitalista das cidades é a ocorrência de processos de gentrificação. A partir desse conceito relacionamos a lógica da mercantilização do espaço e a lógica da cultura de consumo como vetores de des-territorialização que atuaram no processo de transformação do entorno do Mirante do Morro Santa Terezinha. Faz-se necessário, portanto, compreendê-lo melhor para entender essa associação.

O termo gentrificação foi cunhado em 1964 pela socióloga inglesa Ruth Glass na introdução da obra *London: aspects of change*. A autora observava uma alteração no perfil demográfico de áreas residenciais operárias em Londres. A sua descrição de então é familiar para aqueles que testemunham rápidas mudanças na paisagem das cidades:

Uma a uma, muitas das vizinhanças operárias de Londres têm sido invadidas pelas classes médias – altas e baixas. Gastos e modestos casebres e chalés – dois cômodos por andar – foram tomadas, quando seus contratos de aluguel terminaram, e se tornaram elegantes e caras residências. Grandes casas vitorianas, adaptadas em períodos anteriores ou recentes – utilizadas como pensões ou com múltiplas



ocupações – foram renovadas novamente. (...) Uma vez que esse processo de ‘gentrificação’ começa em um distrito, ele procede rapidamente até que toda ou a maior parte dos ocupantes de classe operária originais sejam deslocados e toda a feição social do distrito se altere. (GLASS, 1964, p. xviii, tradução nossa).

O termo gentrificação, portanto, se refere à transformação de áreas já ocupadas por classes trabalhadoras em áreas de uso comercial ou residencial para as classes privilegiadas. Esse processo varia em escala e se concretiza, usualmente, por meio da valorização de áreas por projetos de “revitalização”, “requalificação” ou “regeneração”, retórica que legitima a associação entre Estado e Capital na produção das cidades por meio da exploração econômica do espaço em sua condição de mercadoria.

Dois perspectivas teóricas subsistem como pedras angulares nesse debate: a teoria do diferencial de renda<sup>2</sup>, do geógrafo crítico Neil Smith (1982; 1996) e o trabalho do geógrafo cultural David Ley (1986; 2003). Tais paradigmas disputam, respectivamente, se o gatilho dos processos de gentrificação está radicado no âmbito da produção capitalista do espaço urbano através de estratégias que se valem da transformação de preços imobiliários ou no comportamento de consumo da cidade das novas classes médias. Ambos foram desenvolvidos a partir da realidade norte-americana, é preciso ressaltar.

Smith argumenta que o fenômeno da gentrificação está associado a uma estratégia de mercado para capturar o que ele define como diferencial de renda, isto é:

a disparidade entre o nível potencial da renda da terra e a atual renda da terra capitalizada sob o presente uso do solo (...) O diferencial de renda é produzido principalmente pela desvalorização de capital (que diminui a proporção da renda da terra passível de ser capitalizada) e também pelo contínuo redesenvolvimento e expansão urbana (que tem historicamente aumentado a renda da terra potencial nas centralidades da cidade) (SMITH, 1996, p.65, tradução nossa)

No momento em que o potencial de renda a ser capturado de determinada área alcança um ponto em que se torna mais atraente economicamente que a produção da cidade para classes consumidoras em novas áreas, as regiões urbanas habitadas pelas classes trabalhadoras, abandonadas pela ausência de investimentos públicos, se tornam a nova fronteira urbana a ser explorada pelo Capital, orientando a ocupação daquela área para uma nova classe social de maior poder aquisitivo e gerando o deslocamento das comunidades originais.

---

<sup>2</sup> No original: *rent gap theory* (SMITH, 1986). Na literatura brasileira, encontramos as traduções “teoria do deslocamento de renda” e “teoria do diferencial de renda”.

David Ley (1986), por sua vez, parte de uma abordagem culturalista, observando as particularidades dos casos estudados e refutando a tese estruturalista do diferencial de renda como uma teoria capaz de exaurir o fenômeno da gentrificação. Para o autor, esse processo é deflagrado a partir das demandas de uma nova classe média cidadina, criada pelo desenvolvimento do setor de serviços, por áreas urbanas centrais. O cerne da sua explicação são as alterações nos padrões de consumo, nas características econômicas e modos de vida de um grupo social. Em *Artists, aestheticisation and the field of gentrification* (2003), observa que o mercado se apropria do capital cultural e simbólico associado às áreas centrais anteriormente desvalorizadas que foram ocupadas por artistas e diletantes, estetizadas material e simbolicamente, e, então, gradativamente tomadas pelas novas classes médias, propondo uma tese que se assemelha à da estilização da vida proposta por Featherstone (1995).

Enquanto Smith propõe a diferença entre renda real e potencial como fator explicativo para a gentrificação (a oportunidade de lucro com a apropriação), Ley enfatiza a disparidade entre o capital econômico e simbólico (a demanda pelo lugar por classes com poder de consumo) como o gatilho para o mesmo processo (PEREIRA, 2014). No entanto, mais que focar em estabelecer a predominância totalizadora de uma perspectiva econômica estrutural ou culturalista, é preciso buscar a simultaneidade destes aspectos que culminam em processos de gentrificação. Esforços nesse sentido são realizados nos trabalhos de Slater et al. (2015) e Pereira (2014).

Slater et al. (2015) relacionam a teoria do diferencial de renda com o conceito de estigma territorial<sup>3</sup>, desenvolvido pelo sociólogo Loïc Wacquant (2006), observando que processos de gentrificação são antecidos por processos de difamação simbólica e significações negativas por parte da mídia e de grupos de poder econômico de áreas cobiçadas pelo Capital. Os autores apontam que a produção de estigmas territoriais se relaciona com a desvalorização de determinadas áreas, legitimando o desinvestimento público, assim como ações violentas ou não que resultam no deslocamento de comunidades de seus lugares de forma a abrir caminho para a espoliação da renda potencial associada àquela terra.

---

<sup>3</sup> Loïc Wacquant (2006) nos traz o conceito de Estigma Territorial, baseado nas tipologias de estigmas sociais de Erving Goffman e na teoria de Pierre Bourdieu acerca do poder simbólico. Para o autor, “quando esses ‘espaços penalizados’ (...) são, ou ameaçam tornar-se, componentes permanentes da paisagem urbana, os discursos de descrédito amplificam-se e aglomeram-se à sua volta, tanto ‘vindos de baixo’, nas interações banais da vida quotidiana, como ‘vindos de cima’, nos domínios jornalístico, político e burocrático (ou até, científico). Uma *mácula localizada* sobrepõe-se então aos estigmas já operantes, tradicionalmente ligados à pobreza e à pertença étnica ou ao estatuto de imigrante pós-colonial, aos quais ela não se reduz embora lhes estejam estreitamente ligados” (idem, p. 28). O estigma territorial é gerador de consequências tanto a nível do cotidiano e da subjetividade dos indivíduos residentes, que internalizam a imagem negativa reproduzida dentro e fora de sua comunidade; como a nível comunitário, ao catalisar um processo de anomia quando são realizadas tentativas de distanciamento da imagem estigmatizada local através de discursos de distanciamento do *locus* de vivência, incorrendo em uma dissolução do sentido de lugar; quanto em um nível macrosocial, determinando a ausência de políticas e investimentos públicos.

Pereira (2014), por sua vez, avalia as limitações das teorias de Neil Smith e David Ley, levantando que, por um lado, a teoria materialista do diferencial de renda de Smith não explica a origem do aumento da renda potencial dos espaços desvalorizados e, por outro lado, Ley não cria conexões mais amplas que conectem os processos de gentrificação com as dinâmicas econômicas urbanas. O autor entende que uma resposta para os limites da teoria do diferencial de renda está na relação entre as duas dimensões, cultural e econômica, apontando “a atribuição de conteúdo econômico a elementos simbólicos presentes em determinados fragmentos urbanos como fundamento da ativação de rendas potenciais latentes.” (PEREIRA, 2014, p. 309). Entendemos que o autor identifica a função realizada pela cultura de consumo pós-moderna enquanto instância reprodutora do capital na dinâmica da produção do espaço urbano, mercantilizando a cidade segundo os desejos de consumo das culturas de gosto de grupos possuidores de poder de mercado que legitimam e estimulam a apropriação de fragmentos da cidade reescritos, conforme argumentamos acima a partir de Harvey (2012) e Featherstone (1995).

O sistema sociocultural simbólico do consumo que subjaz ao espaço-mercadoria, portanto, condiciona as dinâmicas urbanas tanto quanto o controle do capital investido na produção, afinal, produção e consumo são lados de uma mesma moeda, momentos necessários para a concretização da acumulação capitalista. A relação dialética dessas instâncias é evidente na produção da gentrificação: a objetificação de capital simbólico em um fragmento do espaço, através de estratégias discursivas de valorização por consumidores e produtores via múltiplas linguagens e meios, se converte em capital econômico, sujeitando os territórios apropriados por classes trabalhadoras às leis do mercado e, inversamente, a diminuição desse capital objetificado através da estigmatização territorial pelos mesmos agentes gera a desvalorização da área, a diminuição do seu potencial econômico e dos preços da terra, aumentando o diferencial de renda, assim como posteriormente legitima as intervenções para a captura desse diferencial em detrimento das necessidades e do uso do espaço pelas classes trabalhadoras deslocadas no processo.

O corolário dessa relação é a sistematização de noções urbanísticas de gerenciamento simbólico visando a manipulação mais eficiente da cidade como produto. De tal maneira que, hoje, práticas como o marketing territorial, marketing urbano ou *place branding* são utilizadas não só nos processos de planejamento e gestão de grandes cidades que procuram competir em um mercado global por fluxos de capital que aportam com investimentos e consumo turístico (SÁNCHEZ, 2001), mas em campanhas de empreendimentos imobiliários de produtores hegemônicos da cidade. Solapar o valor de uso

dos territórios *apropriados* é um esforço mais eficazmente dispendido quando a *dominação* põe em prática estratégias ideológicas de territorialização que disputem a dimensão simbólica discursivamente moldável do espaço vivido (o espaço de representação teorizado por Lefebvre), desvalorizando e valorizando diferencialmente os lugares da cidade. Sobre essa questão, Haesbaert (2007, p. 28) observa:

Na verdade, hoje, mais do que nunca na história do capitalismo, a "sociedade do espetáculo" (na famosa expressão cunhada por Guy Débord) instituiu o amálgama, também no interior da funcionalidade capitalista, dos processos culturais de identificação e (re)criação de identidades. Compramos um produto muitas vezes mais pela sua imagem (valor simbólico) do que pela sua "função" (material). O "marketing" em torno destas imagens criadas sobre os objetos ampliou-se de tal forma que o próprio espaço geográfico, enquanto paisagem, é também transformado em mercadoria e vendido, como ocorre no "mercado de cidades" (e de regiões, deveríamos acrescentar) global. O "território simbólico" invade e refaz as "funções" num caráter complexo e indissociável em relação à funcionalidade dos territórios, ou seja, a dominação lefebvriana torna-se, mais do que nunca, também, simbólica - um simbólico, porém, que não advém do "espaço vivido" da maioria, mas da reconstrução identitária em função dos interesses dos atores hegemônicos.

Nesse sentido, a gentrificação se desdobra como uma disputa simbólica pela eliminação e produção de territorialidades que mobiliza múltiplos agentes sociais hegemônicos (incluindo o jornalismo, como veremos adiante) que reconfiguram as representações do espaço e os espaços de representação, as identidades territoriais, os usos e os usuários legitimamente associados aos territórios cobiçados, caracterizando um processo de des-territorialização *in situ* – de cisão dos vínculos entre grupo social e território – que antecede o deslocamento de comunidades que configura a des-territorialização *ex situ* que expressa os processos de gentrificação quando estes já estão evidentes.

Essa forma de ressignificação do espaço em um contexto de segregação urbana em que classes sociais em condições de assimetria de poder raramente ocupam os mesmos territórios corresponde a um ato de exercício de poder simbólico, transformando a cultura em meio de controle e estratificação da cidade que opera por meio da sua capacidade de definir quem pertence a que lugar ao manipular diferentes linguagens de exclusão e pertencimento (ZUKIN, 1995). Mais à frente investigaremos como esse processo de exercício de poder simbólico sobre a cidade-mercadoria com o intuito de criar espaços para consumo operacionaliza os meios de comunicação como ferramentas de des-territorialização através de representações. Por hora, analisaremos como esse processo começou a tomar forma no Morro Santa Terezinha a partir dos próprios usuários de classe média que encontravam ali formas de estetização e estilização da vida e objetificavam capital simbólico no entorno do "Mirante".

Vejamos, então, a partir da compreensão da gentrificação como um processo articulado pela lógica do consumo pós-moderna e da mercantilização da terra, como o movimento de des-territorialização do litoral leste da cidade pelas elites começava a se reproduzir no alto do morro e, por outro lado, como um processo diametralmente oposto se contrapunha a esse movimento e as ocupações irregulares das encostas transformavam o Mo.S.T. em um complexo espaço de disputas territoriais.

### **3.2 O *point* mais alto da cidade: os “alternativos” e a objetificação de capital simbólico no Mirante.**

Com a descoberta do lazer e viver litorâneo pelas elites e o consequente processo de apropriação do litoral, à orla de Fortaleza era atribuída identidade que correspondesse aos anseios de seus novos usuários. A partir da década de 40, as cenas artísticas locais também tomam e cantam as praias. O Mucuripe e a Praia de Iracema ganharam ares boêmios. Bares posteriormente considerados tradicionais abrigavam artistas, intelectuais, jornalistas, universitários, a maioria membros da classe média local. Durante os anos 60, por exemplo, o Bar do Anísio, no Mucuripe – hoje onde se encontra um edifício de luxo –, era lugar de consagrados músicos como Belchior, Fagner, Ednardo, Amelinha, entre outros (BOSI, 2013).

Em uma época em que os muros simbólicos da segregação socioespacial eram mais baixos e não contavam com as cercas elétricas da violência urbana intensa e da criminalização da pobreza que hoje compõem os imaginários e narrativas das grandes cidades brasileiras, bares e restaurantes famosos surgiam no Mucuripe ou eram tornados famosos ao se consolidarem como pontos de encontro e lazer de jovens das classes médias urbanas.

Desde os primeiros anos do CHST esse fenômeno de integração entre grupos sociais podia ser constatado. Já no início da década de 80, o primeiro platô do conjunto construído receberia a alcunha de Pilão, devido a um restaurante com esse nome que foi construído por um morador no local. Pouco tempo depois, o restaurante Osmar – que recebeu ali mesmo no morro figuras ilustres como o apresentador Jô Soares, segundo as memórias dos frequentadores – também se localizaria na subida do Morro Santa Terezinha. Ao ser criada uma mínima infraestrutura urbana para o acolhimento dos beneficiários do Conjunto Santa Terezinha, o poder público inaugurou também o acesso às dunas, inclusive via automóveis, para o restante da cidade e para o movimento de consumo, turismo e lazer das classes privilegiadas que já dominavam o litoral entre a Praia de Iracema e o Mucuripe.

O mirante do Morro Santa Terezinha, a princípio, não era mais que um amplo espaço livre no platô mais alto do conjunto, um “descampado”. O local começa a ser frequentado por universitários “alternativos” devido ao grande potencial paisagístico do lugar. Do alto do mirante, de um mesmo ponto, era possível enxergar o mar, a cidade, o pôr-do-sol, o nascer da lua e, em seguida, o “chão de estrelas”, as luzes dos prédios e vias da cidade. Uma vez que o Mucuripe já não era distante e era cercado pelas novas zonas nobres da cidade (Aldeota, Cocó, Papicu, Meireles), o pequeno conjunto de casinhas, dunas, pescadores e ruas sem asfalto no meio da cidade se apresentava por si só como um cenário propício à estetização e estilização da vida buscada por jovens universitários que adotavam formas híbridas dos movimentos de contracultura norte-americanos (a cultura *hippie*, o *rock'n'roll*) como narrativas identitárias.

Grupos de jovens subiam o morro e começavam a transformar o mirante em um *point*: “o Mirante”. Em depoimento de suas memórias, um frequentador do lugar rememorava as idas ao morro: motocicletas, toca-fitas com *Pink Floyd* e *Led Zepellin*, “baseados”, sonhos de esquerda em relação à redemocratização que se anunciava, artistas e universitários, encontros e paqueras, pôr-do-sol e “cachaças” compradas em um pequeno trailer. Seus relatos poderiam ser facilmente confundidos com os de um jovem universitário a passeio em praias cearenses turistificadas, como Canoa Quebrada ou Jericoacoara, nos dias de hoje.

Os visitantes eram bem-vindos no morro. Traziam consigo dinheiro para uma comunidade que, embora livre da informalidade, ainda era composta por famílias de baixa renda. A presença dos jovens consumidores estimulava iniciativas da própria comunidade local (assim no referiremos aos moradores do conjunto a partir daqui). Cervejas eram vendidas pelos próprios moradores, geladas em suas próprias geladeiras, para jovens que faziam fogueiras, tocavam violão ou buscavam o Mirante para encontros amorosos em carros estacionados.

Nos primeiros anos, antes da verticalização intensa da Aldeota e Meireles nas décadas de 80 e 90, segundo D. Ermínia – a única moradora da comunidade local reassentada ali que ainda vive na etapa mais alta do conjunto – enxergava-se até mesmo a catedral de Fortaleza e as antenas da Praça da Imprensa, motivo pelo qual, segundo a moradora, até mesmo o “pessoal do jornal” subia o morro para celebrar os finais de expedientes. A própria comunidade local comemorava e se beneficiava da integração com o restante da cidade e reivindicava melhorias no acesso para os visitantes, que significavam fonte de renda e consumo para os estabelecimentos comerciais e produtos artesanais produzidos ali (SEXTA-FEIRA, 1983; CONJUNTO, 1987). Em 1983, uma maratona comemorativa do Santa

Terezinha, organizada pelo Centro Comunitário, já convidava timidamente em notas de jornal a cidade até o mirante do conjunto, “o ponto mais alto do Mucuripe” (MARATONA, 1983).

Um morador que antes utilizava o espaço para pasto de animais instalou um pequeno trailer no local e passou a atender a demanda de lazer dos visitantes. Eram disponibilizadas cadeiras e mesas ao ar livre, bebidas, pratos típicos da cultura pesqueira. O bar/trailer “Pico da Neblina”, do morador Zé Pulim, era um marco da configuração de novos usos e usuários do espaço que depois resultariam na apropriação do entorno do mirante como lugar de consumo e moradia de classes médias. Na crônica *Dois Morros*, o cronista fortalezense Ricardo Kelmer (2009, s/p), descreve tanto esse momento da paisagem do alto do morro que se transformava rapidamente, quanto os sentidos atribuídos ao “Mirante” através de um discurso de bucolismo urbano que cumpria a função de tornar consumível naquele local o estilo de vida desejado pelos jovens da época:

Um dia, a cerveja veio com isopor. Estava melhorando. Outra noite cheguei lá e tomei um susto: a tia espalhou umas mesinhas, umas cadeiras de reclinar. Mode as menina não sujar o vestido, né, meu fi [*sic*]? Aí o vizinho começou a vender cerveja também. Já dava para escolher se ficava na tia ou no tio. Depois já dava para tomar caipirinha, beliscar um peixinho frito com tomate e cebola. O movimento aumentou e a filharada da tia veio ajudar. O mirante lotava, às vezes nem lugar para sentar, um imenso bar ao ar livre, gente interessante, sempre aparecia um violão, um Pink Floyd no toca-fita... Tudo ainda simples e delicioso. O tempo ainda era agora.

Segundo os relatos colhidos de membros da comunidade local, a princípio, o Mirante se sustentava como um território compartilhado: era lugar de lazer das crianças do conjunto que “pulavam mortal” do alto do morro ou jogavam futebol, de exploração econômica dos próprios moradores, de reunião de jovens universitários “alternativos” e, cada vez mais, de turistas que gradativamente passavam a ser levados por guias locais ao Morro Santa Terezinha para apreciar a vista do litoral e da cidade. O estigma da violência urbana não atuava como linha divisória tão forte na Fortaleza da década de 80 e as travessias entre a cidade rica e a cidade pobre eram realizadas sem o medo que antecede e, por isso, define a mesma experiência nos dias de hoje.

No entanto, o potencial paisagístico, a paisagem bucólica praiana das dunas, o baixo custo das pequenas habitações do conjunto, a proximidade da centralidade de Fortaleza e o capital simbólico que era objetificado pelas práticas de consumo dos jovens que adotavam o “Mirante” como local de lazer e reunião tornava o lugar atraente para parte dos visitantes que buscavam também no ato de morar sentido identitário. Na coleta de relatos obtivemos o que parece ser o registro mais antigo de uma transação em que um pescador venderia sua casa

para um jovem que frequentava o lugar já em 1984. A flexibilização dos repertórios de gostos e de estilos de vida da sociedade de consumo pós-moderna observada por Featherstone explica esse movimento de pioneiros de um movimento de consumo. O autor observa que existe

uma tendência de alguns grupos (especialmente os setores mais jovens e de alto nível educacional das classes médias) assumirem uma postura mais ativa em relação ao estilo de vida e dedicarem-se à estilização da vida. A esse respeito, podemos assinalar não apenas a imitação e a popularidade dos estilos de vida das subculturas artísticas (boêmias, vanguardas) nas metrópoles contemporâneas, mas também o que foi designado de “artista da vida”, os pintores que não pintam, mas adotam as sensibilidades artísticas para transformar suas vidas numa obra de arte. A preocupação da nova onda de flânerus urbanos com a moda, a representação do eu, o look, aponta para um processo de diferenciação cultural que sob diversos aspectos é o anverso das imagens estereotipadas das sociedades de massa, nas quais se concentram fileiras compactas de pessoas vestidas de maneira semelhante. (FEATHERSTONE, 1995, p.137)

O alto do Mo.S.T. começava a receber novos moradores. Filhos da classe média fortalezense que decidiam morar no morro, entre dunas e pescadores, trocando apartamentos por pequenas casas. Eram jovens universitários, artistas, profissionais em início de carreira (como funcionários da prefeitura e da própria Proafa, segundo depoimentos) que frequentavam o mirante e buscavam se fixar no morro como “artistas da vida” que contestavam uma metrópole que crescia assustadoramente e o estilo de vida despersonalizado que engendrava. Morar no morro era “legal”, “tranquilo”, “mágico”, era uma “festa” e a “galera”, em pouco tempo, desejaria viver ali também. Sem compreender, os “artistas da vida” que estilizavam suas vidas consumindo a cidade em busca da afirmação de suas individualidades na metrópole começavam a desenhar o processo de gentrificação que se concretizaria no alto do morro nos anos 1990.

A proibição da Proafa em relação às vendas de unidades habitacionais para compradores de fora da comunidade, assim como a questão do financiamento a ser pago eram facilmente dribladas com o *savoir-faire* jurídico-burocrático e acesso a quantias de dinheiro mais volumosas – capital cultural e econômico. Em alguns casos, o poder dos documentos assinados por moradores que transferiam suas propriedades era suficiente até mesmo para garantir expulsões coercitivas, conforme episódio relatado por um gentrificador que, frente à validade jurídica de uma ordem despejo, pôde auxiliar um vizinho apenas comprando os tijolos necessários para construir irregularmente uma nova habitação nas encostas do morro. Além disso, como vimos anteriormente, a omissão do Estado e as deficiências infraestruturais da área, a impossibilidade e insatisfação em arcar com taxas e tributos, e a crise inflacionária



– ou todos esses fatores somados – estimulavam o abandono do conjunto por parte dos moradores, que passavam a colocar suas residências à venda para compradores das classes privilegiadas que desejavam os seus lugares em troca de quantidades de dinheiro sedutoras. Segundo relatos dos membros da comunidade local, muitos voltariam, apesar da venda, a tentar viver no morro através de ocupações irregulares.

Percebemos que um processo particular de des-territorialização se instalou no alto do morro. Os novos moradores traziam consigo, além de capital econômico e cultural, capital e poder simbólico. Tinham a capacidade de adquirir as unidades habitacionais da comunidade local e de emprestar novo sentido ao espaço. Desfaziam momentaneamente fronteiras entre lugares de pobres e lugares de ricos, fabricando, no interior do conjunto habitacional, uma nova territorialidade que se sobrepunha ao território dos pescadores no alto do morro sem eliminá-lo por inteiro, afinal, a comunidade local não era indesejada, pois era parte do cenário estilizado de uma vida bucólica na cidade – além de mão-de-obra barata para trabalhos domésticos. Por um momento o entorno do Mirante se constituiu como um território plural, em que duas classes sociais ocupavam o mesmo espaço, embora produzissem ali territorialidades distintas.

No entanto, não demoraria para que a presença dos desejos e poder de consumo dos jovens de classe média que se concentravam no Mirante incentivassem novos usos do espaço, pois o mercado é uma forma central de comunicação da sociedade que segue os desejos de novas territorialidades legitimadas através da lógica cultural do consumo. Nos anos finais da década de 80, os novos moradores e empreendedores percebiam o processo de valorização e o potencial econômico que se desenvolvia com o acúmulo de capital simbólico objetificado ali. Assim, bares e restaurantes começaram a se multiplicar no alto e na subida do Morro Santa Terezinha, comprando múltiplas unidades habitacionais, e se transformaram em pontos de consumo da moda e em lugar de turismo. O que surgiu como um fenômeno de relativa integração entre ricos e pobres em torno de um mirante natural, transformou-se em uma configuração de territórios plurais e logo escalou para um processo de gentrificação que expulsaria boa parte dos moradores do platô mais alto e mais bonito do conjunto habitacional.

### **3.3 Valor de uso e valor de troca das dunas urbanizadas: a pressão da crise habitacional sobre as encostas do Santa Terezinha**

O processo de transformação territorial do Morro Santa Terezinha ocorria apenas no entorno do Mirante. O crescimento acelerado de Fortaleza na segunda metade do século

produzia milhares de famílias pobres desabrigadas, crise que não era aplacada com as políticas habitacionais locais, nem mesmo com as que buscavam maior inclusão social como as capitaneadas pela Proafa em nome do BNH. A pressão do déficit habitacional sempre crescente não deixaria de afetar as dunas do Mucuripe, que ainda ofereciam alguma área para fixação de residências nas suas encostas, mesmo que de risco.

Como vimos anteriormente, entre as décadas de 1950 e 1980, Fortaleza experimentou um vertiginoso crescimento populacional decorrente da industrialização e das secas que geravam intensos fluxos migratórios para a cidade. De 270 mil habitantes em 1950, Fortaleza passa a abrigar a cifra de 1,3 milhão de habitantes no início da década de 1980. Por um lado, o crescimento das classes médias decorrentes da industrialização e funcionalismo público da cidade e do Estado demandavam espaço e sua ocupação avançava para o leste, alcançando o Mucuripe. Por outro, o fenômeno da hiperurbanização multiplicava rapidamente a população pobre que, sem renda e acesso ao mercado, era deixada à margem, ocupando reiteradamente áreas de risco e áreas periféricas da cidade. Em 1986, o Diário do Nordeste retratava o caráter contraditório que se manifestava na paisagem da região do Mucuripe, já intensamente ocupado pela expansão da cidade nesse período:

A região do Grande Mucuripe compreende a área ocupada pelos bairros da Varjota, Jurema, Mucuripe, Castelo Encantado, Conjunto Santa Teresinha, Praia do Futuro, englobando a Lagoa do Coração e Conjunto Santa Joana D'Arc; Serviluz e Farol. Estima-se que a população de toda a área ultrapasse a 60 mil pessoas. Lá residem hoje, não apenas os antigos pescadores, biscateiros e prostitutas do Farol, mas também famílias de classe média e alta que ocupam os novos prédios e mansões construídas nos últimos anos.

[...]

Considerado uma zona de grande potencial turístico, em função da proximidade do mar e dunas, o Grande Mucuripe — que já inspirou poetas, emboladores e compositores brasileiros — vive hoje graves problemas, devido à especulação imobiliária. A situação da habitação na região apresenta-se de forma diferenciada, uma vez que a área foi invadida por "espigões", principalmente na Varjota, Beira-Mar e Praia do Futuro, em contraste com as inúmeras favelas localizadas próximo às dunas e nas margens do riacho Maceió. (A TRANSFORMAÇÃO, 1986)

As ocupações informais no Mucuripe aumentavam ao longo da década de 80, apesar das políticas de erradicação de favelas, em paralelo com a valorização da orla da região. Só o Morro do Teixeira, vizinho ao Morro Santa Terezinha e de onde vieram muitas das famílias do conjunto, abrigava, em 1986, 200 famílias em área de risco. A favela da Lagoa do Coração, também nas imediações do Morro Santa Terezinha, abrigava um total de 2.000 famílias (A TRANSFORMAÇÃO, 1986). Em outra reportagem é possível visualizar em uma descrição da favela do Farol as condições de miséria, insegurança e abandono que a

população pobre do Mucuripe suportava, em contraste com os “espigões” e mansões que se apropriavam da paisagem marítima:

Com o forte inverno deste ano, 587 casas desabaram no Farol, enquanto algumas ainda ameaçam cair a qualquer momento. Na igreja construída em sistema de mutirão pela comunidade, estão alojadas ainda cinco famílias que tiveram suas casas destruídas pela água. Incluído no Programa de Recuperação das Áreas Atingidas pelas Enchentes, desenvolvido pela Fundação do Serviço Social de Fortaleza, o bairro recebeu a última remessa de material para as primeiras 100 casas há dois meses. "O material foi tão escasso que só deu para fazer o alicerce de 19 casas das ruas São Pedro, São Francisco, São Gerardo, Santo Antônio e Brisa do Mar", salientou Maria Dias.

No último levantamento feito na área, o número de habitantes ultrapassou os oito mil, sendo a população infantil de 5.300. A maioria está doente devido à sujeira que impera no Farol. Foram registrados pelos 22 representantes de rua vários casos de pneumonia, sarampo, coqueluche e irritação na pele. Já morreu uma criança e outra está internada no Hospital Luís de França, por causa da falta de limpeza no bairro. Ratos, baratas e bicho de pé fazem parte do dia-a-dia da população, havendo diversos casos de crianças mordidas pelas ratazanas. Maria Dias afirma que o levantamento constatou ainda que a maioria das famílias não tem aparelho sanitário nas casas, e poucas possuem filtro d'água. Isso — acrescenta ela — contribui para aumentar as doenças no Farol, visto que a comunidade só é assistida a cada 15 dias, por uma equipe da Associação das Comunidades Carentes (ACC). (COMUNIDADE, 1985, grifo nosso)

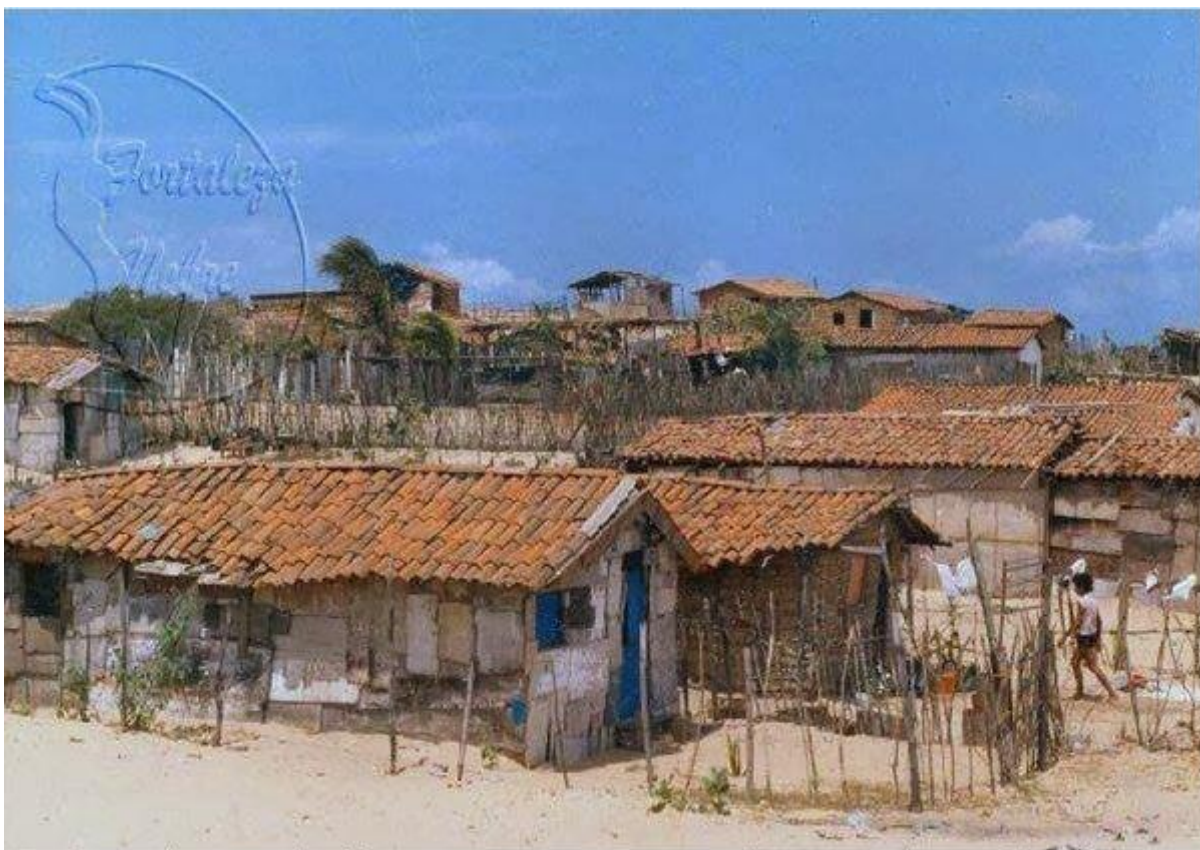
A gestão da prefeitura de Maria Luíza (1986-1989), do Partido dos Trabalhadores, a primeira eleita por voto direto no processo de redemocratização e pautada em causas populares como a habitação, herdava uma cidade caótica, resultado da falência das gestões coronelistas do Estado do Ceará e da ditadura militar. Entre diversos outros problemas socioeconômicos estava a crise habitacional de Fortaleza, que se agravava com o fluxo migratório gerado pelo ciclo de secas entre 1979-83 seguido por uma nova seca em 1987 e, além disso, as intensas quadras chuvosas na capital destruíam ocupações em áreas de risco, deixando desabrigados milhares de famílias pobres. A demanda crescente por habitação aumentava aluguéis mesmo nas ocupações irregulares (MORRO, 1987), produzindo um ciclo vicioso de desabrigo. Em entrevista ao jornal *O Povo*, a própria ex-prefeita expressa a gravidade da situação:

Dividida em um racha político, a gestão conviveu de início com herança de dívidas, acúmulo de lixo em toda a cidade e período de fortes chuvas. O Município sofria ainda efeitos da seca de 1983, que trouxera levas de retirantes.

“A cidade estava um caos, com dívidas, e aí o mundo desabou em chuva”, lembra a ex-prefeita. “Foi quando tive minha primeira vacilação. *Havia na época um movimento que pedia que fosse decretado o estado de calamidade pública*, o que eu não fiz”, diz. (MARIA, 2015, grifo nosso)

Com milhares de desabrigados, as ocupações irregulares se multiplicavam pela cidade em terrenos públicos e privados, incluindo as dunas do Mucuripe (Figura 21 e 23). Os cerca de 67.320 m<sup>2</sup> contabilizados como área verde, livres de ocupação do solo, na ocasião da implantação do CHST nas dunas tornaram-se alvos de ocupações durante a gestão Maria Luiza (Figura 22). Em maio de 1987 foi registrada na imprensa a primeira grande ocupação organizada do Morro Santa Terezinha, levantando em mutirão diversos casebres nas áreas livres e encostas das dunas. Moradores de ocupações nas adjacências, como Castelo Encantado e Morro do Teixeira, assim como do próprio CHST, segundo notícias e depoimentos de entrevistados, demarcavam terras para construção de pequenas habitações em 10 pontos do campo de dunas (MORRO, 1987; INVASÃO, 1987; PROPRIETÁRIOS, 1987).

Figura 21 – Ocupações irregulares no campo de dunas do Mucuripe na década de 80



Fonte: CHERTIER, 2014

Uma parte dos moradores formalizados do conjunto – silenciada pelos jornais coletados, mas não pelos depoimentos – apoiava as ocupações ou buscava espaço para membros de suas famílias que residiam em áreas degradadas (como o morro vizinho do

Castelo Encantado) ou superlotavam as pequenas casas de, no máximo, quatro ambientes do conjunto. Outra parte dos moradores do CHST exigiam intervenção do poder público e a expulsão dos que ocupavam as encostas: denunciavam a ocupação de áreas de risco, de circulação e de lazer, assim como a “desonestidade” dos ocupantes que não seriam “realmente necessitados”. Temiam a favelização que haviam deixado para trás há menos de dez anos e ressentiam-se da inundação de desconhecidos na comunidade que poderiam trazer consigo o agravamento dos problemas sociais que já existiam no morro. As ocupações, de fato, passariam a aumentar os riscos ambientais que já ameaçavam o conjunto habitacional mal implantado sobre as areias frouxas do morro. Com o adensamento desordenado e ocupações nas encostas, o Santa Terezinha se transformava em uma área de risco: as crateras nas vias se transformariam em desabamentos e soterramentos, produzindo até mesmo vítimas fatais.

Figura 22 – Barraco em perigo de desabamento no Morro Santa Terezinha em 1988



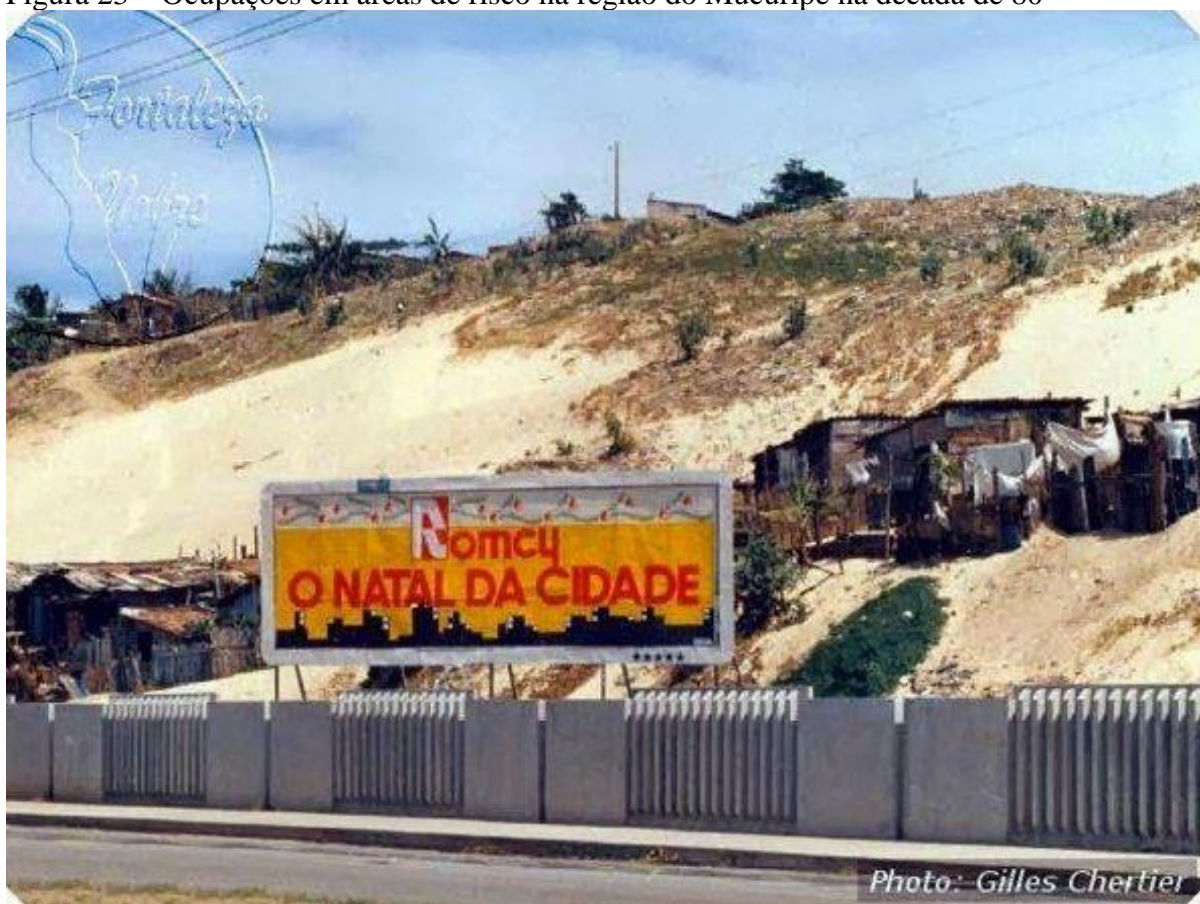
Fonte: CHUVAS, 1988

Ao serem urbanizadas recebendo um mínimo de infraestrutura, as dunas do Mucuripe passavam a concentrar valor de uso e troca que aumentavam com a crescente demanda por habitação no período. Em alguns casos, a especulação no mercado informal de terras desvirtuava as ocupações, valendo-se do seu caráter de mercadoria mesmo sem qualquer documentação de propriedade. Empreiteiros informais construíam casebres nas



encostas e os vendiam para famílias e comerciantes. Em outros casos, moradores ampliavam suas propriedades ou construía comércios, aproveitando-se da ausência de fiscalização do Estado. E, por vezes, moradores do CHST vendiam suas residências por um bom preço e ocupavam irregularmente as áreas de risco, associando a gentrificação da área com a produção informal da cidade, produzindo um fenômeno bem mais complexo de produção de segregação urbana.

Figura 23 – Ocupações em áreas de risco na região do Mucuripe na década de 80



Fonte: CHERTIER, 2014

Independentemente de quais fossem as táticas que os grupos sociais desassistidos pelo Estado, esquecidos pelo modo de produção capitalista das cidades, se valessem para suprir suas necessidades econômicas ou de abrigo, esse processo de ocupação irregular do Santa Terezinha persistiria em maior ou menor intensidade ao longo dos anos 1990 (Figura 24), conformando a paisagem do Mo.S.T. que vemos hoje.

Em 2018, a configuração do morro já está profundamente alterada, as ocupações irregulares se consolidaram, casebres se tornaram pequenas casas e foram até mesmo

comercializadas no mercado informal e formal imobiliário, no caso daquelas que foram regularizadas. Até mesmo o solo ocupado pelo maior estabelecimento comercial local, o Super Lua, ocupa espaço apropriado por ocupações irregulares das dunas. Hoje, o Mo.S.T. é uma área adensada de edificações unifamiliares, em sua maioria humildes. Diferentemente das fotografias da década de 1980, mal se enxergam as dunas: a paisagem do que a etnógrafa Maria Lima (2018) chamou de “mundo de areia” da comunidade de pescadores foi quase inteiramente engolida pelo “mundo de asfalto” com o crescimento desordenado e desenfreado do Santa Terezinha. À exceção de algumas poucas edificações que permanecem idênticas, é difícil distinguir o que é desdobramento do conjunto habitacional e o que derivou das ocupações irregulares.

Figura 24 – Adensamento da ocupação das dunas do Mucuripe: foto aérea da década de 90



Fonte: ALBANO, 2014

Paralelamente à des-territorialização sub-reptícia que se desenvolvia no entorno do Mirante engendrada pelo processo de gentrificação que transformaria o alto do morro em ponto excludente de turismo e de consumo das classes médias, as encostas do Santa Terezinha recebiam novos moradores que se apropriavam informalmente do morro, exigindo seu

quinhão de terra na cidade e impondo ali uma nova territorialidade. Assim, a partir de 1987, passavam a compartilhar o mesmo morro, embora em territórios simbólicos diferentes, os pescadores do conjunto, os consumidores do Mirante e os ocupantes das encostas.



#### **4 DE QUE SÃO FEITOS E ONDE FICAM OS MUROS DE TERRITÓRIOS SOBREPSTOS**

Nos anos finais da década de 80 e início dos anos 90, o Ceará e Fortaleza passavam por mudanças políticas e econômicas que seguiam o fim da ditadura militar. Em 1987, iniciava-se o que a historiografia local define como período mudancista. Os “governos das mudanças” buscaram implementar um modelo de gestão e de cidade empreendedoras. A indústria do turismo era incentivada como remissão econômica do estado e investia-se na produção do diferencial competitivo local por meio da gestão da imagem atraente do Ceará e Fortaleza com o uso estratégico da mídia. Consolida-se então a ideia de metrópole à beira-mar turística que movimenta significativamente a cultura e economia local até hoje.

É durante esse período que o Mirante se firma no roteiro turístico e de consumo de Fortaleza como lugar de visitação e polo gastronômico boêmio, chegando às páginas dos jornais locais como um território em seu próprio direito, figurando como assunto principal de notícias independentemente do seu contexto socioespacial. Em paralelo a esse processo de produção de uma territorialidade de consumo sobre um conjunto habitacional pobre, ocorriam ocupações irregulares nas dunas, abordadas no capítulo anterior. Se por um lado, parte do morro se transformava em uma das regiões com maior concentração de bares e restaurantes da cidade, estimulados pelo movimento de consumo criado pelo Mirante; por outro, o contínuo crescimento populacional desordenado e desassistido do Mucuripe e do Mo.S.T. agravariam as condições de pobreza e marginalização produzindo formas mais intensas de violência urbana. Ao longo da década de 90 esses vetores opostos de des-territorialização tensionaram o morro que havia sido integrado ao tecido urbano como um lugar para mais de 500 famílias de pescadores deslocadas da orla.

A sobreposição no mesmo espaço de territórios bem demarcados mobilizou a afirmação de territorialidades, tornando mais intenso o exercício do poder simbólico através de representações do espaço que chegavam, inclusive, aos jornais. Torna-se claro, então, o objeto da análise realizada no capítulo seguinte: procuramos as representações territoriais que construía e eram construídas pelo discurso jornalístico e afirmavam a territorialidade de consumo produzida em torno do Mirante face às outras representações do espaço – que constituía outras territorialidades – em circulação no ambiente informacional que permeia a cidade fragmentada. Ou seja, buscamos entender o jornalismo como uma ferramenta e uma

esfera na qual são construídos e afirmados os limites simbólicos de territorialidades sobrepostas.

Seguiremos a mesma estrutura dos capítulos anteriores e iniciaremos uma discussão teórica antes de prosseguir com a contextualização histórica do Mo.S.T. Buscaremos articular aqui os referenciais conceituais anteriores com aqueles do campo da comunicação, relacionando a midiaticização da sociabilidade, ideologia e a produção social do espaço, finalizando o embasamento teórico para a compreensão crítica de uma dimensão das transformações do Morro Santa Terezinha e, especialmente, da nossa análise dos textos jornalísticos realizada no capítulo seguinte.

#### **4.1 O bios midiático da cidade e representações do espaço urbano**

Com os avanços em tecnologias de transporte e, especialmente, de telecomunicações ao longo do século XX potencializaram-se significativamente as formas de transformação do espaço, os fluxos de pessoas, mercadorias, informações e, portanto, as possibilidades de interações sociais. Essa potencialização resulta no aceleração da compressão do espaço-tempo experimentada na modernidade, reconfigurando os processos econômicos, culturais, políticos, sociais, o sistema-mundo e, conseqüentemente, também as estruturas e os ritmos do mundo da vida cotidiana.

Tal fenômeno de compressão espaço-temporal é objeto de análise nos campos da geografia, das ciências sociais e da comunicação, que focam especialmente a questão da globalização e da dialética global-local. Sem negar a relevância dessas problemáticas, aqui nos interessam especificamente a superação dos limites espaço-tempo das interações permitidas pelos meios de comunicação na escala do espaço intraurbano e a dinâmica resultante dessa superação em termos de exercício de poder simbólico e influência sobre a transformação simbólica de fragmentos da cidade por agentes que não os ocupam materialmente, não os vivem e não os apropriaram.

As metrópoles contemporâneas contêm contingentes populacionais que já constituíram nações inteiras e se espraiam no solo em extensões de concreto e asfalto inapreensíveis pela experiência humana imediata, ultrapassando a escala dos *lugares*, pois, como observa a geógrafa Ana Fani Carlos (2007, p.17-18):

O lugar é porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos dos moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade

*latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos.

A maior cidade do globo, Xangai, na China já beira 25 milhões de habitantes e cerca de 6.340 Km<sup>2</sup>; Fortaleza, por sua vez, possui cerca de 2,6 milhões de habitantes e se estende por 314,93 Km<sup>2</sup>. As cidades se tornaram incomensuráveis para o indivíduo, grandes e mutantes demais para que os homens a experimentem e se apropriem dela por inteiro. Os meios de comunicação, então, recobrem as cidades como uma espécie de solo informacional que ultrapassa as limitações espaço-temporais das interações e passam a exercer a função de mediar a experiência da cidade para seus cidadãos através de representações, tanto aproximando aquilo que está fora do alcance imediato dos indivíduos em um esforço de “tornar comum e real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade” (MOSCOVICI, 2011, p.58), como constituindo a própria experiência dos espaços vividos ao influenciar discursivamente a construção de seus sentidos.

A noção de representação é fugidia e ganha contornos diferentes dependendo do contexto teórico adotado, mas é fundamental um desvio com o intuito de fixá-la nessa discussão. Embora Lefebvre – cujo trabalho fundamenta nossa compreensão do espaço como um produto sociocultural – possua uma noção própria de representação, nos referimos, ao falar em representação, à abordagem construtivista dos estudos culturais, especificamente ao trabalho de Stuart Hall (1997). Optamos por essa abordagem pois, sendo mais desenvolvida nos campos da comunicação e dos estudos linguísticos, incorporou reflexões sólidas sobre a relação entre poder, sentido, discurso e mídia, sendo, assim, ferramenta conceitual mais adequada para a investigação da nossa problemática.

Compreendemos, portanto, representação como a prática de produção de sentidos através da linguagem. Ou seja, a representação é uma interface mediadora de duas instâncias: entre o mundo das coisas e o mundo mental, através da produção de representações mentais na forma de conceitos, e entre o mundo mental e o mundo social, através da representação de conceitos em signos materiais codificados arbitrariamente por meio de linguagens que permitem a comunicação e, através dela, a construção coletiva de mapas conceituais que nos permitem compartilhar uma interpretação comum do mundo que é a base de uma cultura. Ao afirmar que os sentidos são produzidos pela/na linguagem, entendemos que estes não existem na realidade, inerentes aos objetos ou eventos, antecedendo a sua representação pelos indivíduos, mas surgem como constitutivos destes objetos e eventos ao serem representados através dos sistemas de representação socialmente compartilhados – os mapas conceituais, as

linguagens e os códigos que determinam a relação de tradução entre estes – influenciados e influenciando a cultura de um grupo.

Uma vez que os sentidos não são fixos, pré-definidos, antecedentes à representação, mas socialmente construídos no processo de representação, procede que são, então, mutáveis e transformáveis, que são diferentes para dois grupos sociais que possuem mapas conceituais distintos e, portanto, são matéria de disputa entre os homens. Afinal, o que está em jogo até certo ponto, segundo a abordagem construtivista, é a definição da experiência do real, inevitavelmente mediada pelas práticas de representação, pois, embora as coisas e ações existam, elas tomam sentido e tornam-se compreensíveis, interpretáveis, através das práticas de representação. Os grupos sociais, então, tentam fixar sentidos ao mundo das coisas de acordo com seus interesses e logram fazê-lo através do exercício de poder sobre outros, transformando não só a representação e a linguagem em uma prática socialmente orientada, política, constituída e constitutiva da estrutura social – o discurso; como no veículo no qual ocorre a manipulação do sentido através de formas simbólicas em favor da manutenção de relações de dominação e estruturas que grupos de poder buscam tornar permanentes em detrimento de grupos subalternizados que buscam contestá-las, um uso deliberado do poder simbólico – o que Thompson (2007) define como ideologia.

A partir de práticas de representação, então, são produzidos o que Lefebvre entende como espaço concebido (as representações do espaço) e o espaço vivido (os espaços de representação), ou seja, a definição do espaço discursivamente e sua transformação em um signo em si mesmo, veículo de sentidos. O que chamamos de cartografia simbólica da cidade, portanto, não é mais que o mapa conceitual referente ao espaço intraurbano, sua sistematização em signos e a vinculação destes via um código, que subjazem à experiência cultural da cidade por um grupo social. Podemos, então, afirmar que grupos diferentes produzem continuamente cartografias simbólicas diferentes que contemplam territorialidades diferentes. Sobrepostas, essas construções semânticas são sementes de conflitos pois o espaço percebido das cidades – a dimensão que Lefebvre entende ser relacionada às práticas espaciais, à dimensão material da atividade social, dos processos produtivos, das interações, dos fluxos físicos – não suporta com facilidade tal dissonância.

Aos espaços vividos (espaços de representação, o espaço como referência a outra coisa que não a si mesmo), como argumentamos anteriormente, podem ser discursivamente fixados sentidos como capital simbólico que o inserem na lógica cultural do consumo, transformando-o em mercadorias e em distintivos identitários e hierarquizantes: morar em zonas nobres, frequentar lugares boêmios, manter um estabelecimento em centros comerciais

de elite, um escritório em um grande centro financeiro. Essas representações que servem à apropriação pelas práticas de consumo vão além das produzidas pelas relações cotidianas de ocupação e vivência imediata. Se a cultura, como afirma Sharon Zukin (1995), é meio de estratificação da cidade através de múltiplas linguagens de exclusão e pertencimento, a mídia, evidentemente, possui influência nessa relação.

Mais que potencializadores da interação humana pela sua capacidade de atravessadores do tempo-espaço, os meios de comunicação são instrumentos que alavancam o poder de produção e circulação de sentidos através de múltiplas linguagens. O sociólogo John B. Thompson (2014), na sua teoria social da mídia, reflete sobre essa capacidade de “vencer” o tempo e o espaço das mídias que permitem aos homens novas formas de mediar as suas interações e, portanto, de exercitar poder simbólico uns sobre os outros. O autor nos explica que, ao longo da modernidade, “a crescente disponibilidade de formas simbólicas mediadas foi gradualmente alterando as maneiras nas quais as pessoas iam compreendendo o passado e o mundo além de seus contextos imediatos” (THOMPSON, 2014, p. 60). Essas experiências mediadas configuram o que Thompson chama de historicidade e mundanidade mediadas. Segundo o autor,

nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas. Esta difusão dos produtos da mídia nos permite em certo sentido a experiência de eventos, a investigação de outros, e, em geral, o conhecimento de um mundo que se amplia para muito além de nossos encontros diários. Os horizontes espaciais de nossa compreensão se dilatam grandemente, uma vez que eles não precisam estar presentes fisicamente nos lugares onde os fenômenos ocorrem. Tão profunda é a medida em que nossa compreensão do mundo foi modelada pelos produtos da mídia hoje que, quando viajamos pelo mundo para lugares mais distantes como visitante ou turista, nossa experiência vivida é muitas vezes precedida por um conjunto de imagens e expectativas adquiridas através de nossa prolongada exposição aos produtos da mídia. (THOMPSON, 1998, p. 61)

Portanto, tal relação do homem com os meios de comunicação e o mundo na contemporaneidade tende à “virtualização e telerealização das ações humanas”, à midiatização das mediações socioculturais através de instituições e tecnologias que atuam como “próteses da realidade sensível” (SODRÉ, 2002, p.21), reconstituindo também a vida das/nas cidades. O comunicólogo Muniz Sodré (2002, p. 21) entende por mediação a “ação de fazer ponte ou fazer comunicarem-se duas partes” enquanto que a midiatização é “uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional”.

Na mediação uma imagem é algo que se interpõe entre o indivíduo e o mundo para construir o conhecimento; na midiaticização, desaparece a ontologia substancialista dessa correlação, e o indivíduo (ou o mundo) é descrito, ele próprio como uma imagem gerida por um código tecnológico (SODRÉ, 2002, p.108)

A midiaticização instala na sociedade uma espécie de ambiente, uma esfera existencial na qual o homem se move e se integra à sociedade, um *bios*<sup>4</sup> midiático: “uma nova instância de orientação da realidade capaz de permear as relações sociais por meio da mídia e constituindo uma forma virtual ou simulativa da vida” (SODRÉ, 2014, p. 109). Dessa forma, os homens transitam em um solo simulado, espectral, informacional que, no entanto, é real, ou, pelo menos, sociologicamente real, pois, como assevera Hjarvard (2012, p.77), “nem a interação entre o leitor e o artigo de jornal, nem aquela entre o telespectador e o programa de televisão é menos verdadeira ou significativa do que uma conversa sobre o artigo ou o programa na mesa do café da manhã” (HJARVARD, p. 77).

Autonomizando-se como uma “máquina semiótica simuladora do mundo” (SODRÉ, 2002, p. 234) estimulada por uma lógica mercadológica das instituições de mídia essa esfera informacional é atravessada pela hegemonia do sistema capitalista e reproduz discursivamente essa ordem de coisas e relações, pois a realidade da mídia é discursiva uma vez que informação é representação, imagem, palavra, discurso (SODRÉ, 2001; 2002).

A pluralidade de territórios e a multiterritorialidade das cidades fragmentadas, portanto, se sujeita a esse *bios* midiático hegemonizado, que, indiferente à extensão do espaço urbano, dobra-o, aproxima midiaticamente seus fragmentos e indivíduos, seus territórios e agentes produtores, fazendo “desaparecer a compartimentação que caracterizava os espaços no passado, em benefício de uma transparência que torna cada lugar visível a todos os outros” e recompondo “os sistemas de poder e coabitação entre as culturas” (SERPA, 2011, p.23). Os diferentes grupos sociais que habitam a cidade, através desse solo informacional, superam parcialmente a incomensurabilidade e fragmentação das cidades contemporâneas ao interagirem com os lugares e territórios alheios ao seu mundo imediato através de representações potencializadas e ideologicamente refratadas pelo acesso diferencial de alguns discursos às tecnologias e instituições de comunicação.

---

<sup>4</sup> Aristóteles entendia que o cidadão na *pólis* grega vivia em três esferas, modos de vida ou domínios de atividade com o intuito de superar o dissenso entre os homens e alcançar a felicidade (*eudaimonía*), o bem viver na *pólis* e na comunidade em conformidade com as virtudes humanas e com o auxílio de condições exteriores como a saúde, beleza e riqueza. Esses domínios da vida na *pólis* em que agem os homens racionalmente e motivadamente são: o *bios apolaustikos* (vida prazerosa, vida do corpo), o *bios politikós* (vida política), o *bios theoretikós* (vida contemplativa, do conhecimento). Aristóteles pensava a existência de um quarto *bios* que não estava voltado para a *eudaomonía*, relacionado ao comércio e aos negócios. Sodré (2002) entende que a mídia moderna e a midiaticização da sociedade produzem esse quarto *bios*. O autor extrapola a concepção aristotélica, mais relacionada à ideia de âmbito de atividade do homem e menos existencialista, emprestando ao seu conceito de *bios* midiático uma concepção forma de presença no mundo, um âmbito onde se desenrola a existência humana, de terceira natureza.

Ângelo Serpa (2011, p. 23) observa, em sua obra *Lugar e Mídia*, que, por um lado, o enredo da metrópole “parece negar os lugares, sobrepondo valores e conteúdos hegemônicos às experiências enraizadas na vida cotidiana de cada lugar” e, por outro, a apropriação de técnicas e tecnologias de comunicação, como o rádio comunitário e a internet, permitem às comunidades enunciar discursos que contestam tal imposição, fabricam seus lugares e fortalecem a apropriação de seus territórios. Nossa investigação se debruça sobre a imposição desse enredo da metrópole por uma via específica: as representações produzidas pelos jornais, veículos que, por excelência, retratam a cidade cotidianamente.

#### **4.2 O jornalismo como agente e ambiente ideológico de produção de territorialidades no espaço intraurbano**

Interessamo-nos por uma dimensão específica da produção de territorialidades: a territorialidade enquanto imagem, símbolo de um território que pode até mesmo prescindir de uma existência material correspondente<sup>5</sup>. São precisamente estratégias simbólicas operacionalizadas em processos de des-territorialização que buscamos identificar ao analisar as representações do Morro Santa Terezinha nos jornais de Fortaleza. Pois tais processos, desdobramentos de mudanças nos diferentes centros de poder e influências que definem os territórios, não ocorrem sem alterar as configurações simbólicas das territorialidades assentadas sobre o espaço apropriado e que exprimem sua identidade. Le Bossé (2013, p. 229), sobre essa questão, reflete:

Se a identidade territorial é construída, é, por conseguinte, contingente e variável, sempre contestável e por vezes contestada pelos atores geográficos presentes. Quem são os autores dos discursos identitários e quais suas visões? Que relações de poder são expressas por seus discursos e o que elas revelam sobre uma identidade cujo próprio controle é, ao mesmo tempo, o meio e o objetivo das lutas envolvendo poder e influência? O questionamento das práticas e dos discursos identitários exige, portanto, que estejamos atentos aos movimentos de dominação, de controle e de exploração que ali se exprimem. Em outras palavras: devemos nos interessar pela criação e pela difusão de ideologias identitárias que repousam sobre bases ou fatores geográficos.)

Buscamos, então, a relação entre grupos sociais e a produção simbólica de territorialidades por meio da enunciação de discursos. Discursos que permeiam, como vimos, representações do espaço e espaços de representação. Observando o investimento ideológico

---

<sup>5</sup> Haesbaert (2004;2007) oferece um excelente exemplo para essa dimensão da territorialidade enquanto imagem, símbolo, sem um lastro espacial material: o Estado de Israel foi concebido antes no discurso, como imagem e potencialidade para, depois, ser imposto por meio de estratégias de dominação ao espaço que atualmente ocupa.

desses discursos nos jornais ao longo dos anos e em momentos de mudanças de usos e usuários do espaço no mirante do Morro Santa Terezinha, podemos observar estratégias simbólicas de construção de territorialidades engendradas por meio do jornalismo. Interessamo-nos, portanto, pelas dimensões ideológicas e midiáticas das dinâmicas de territorialização no interior da cidade.

As ações comunicativas, isto é, os discursos, são meios e fins da ideologia. Discursos controlam e são controlados, seja por outras práticas discursivas ou por práticas sociais, econômicas e políticas. Para Bourdieu (1990) as relações de comunicação também se constituem como relações de forças em que pesam o poder material e simbólico das partes envolvidas – o seu acúmulo de capitais econômico, social, cultural e simbólico dentro do sistema social hierarquicamente estruturado –, o que empresta valores diferenciados aos discursos dos concorrentes no mercado linguístico.

O gênero jornalístico enquanto prática discursiva não é exceção à regra, está sujeito às relações de forças que permeiam as relações comunicativas, mas “lucra” sobre uma vantagem simbólica: a ele é atribuído culturalmente e consensualmente o status de “lugar autorizado de produção e circulação da ‘verdade’” (MENDONÇA, 2018, p.27), e a seus enunciatários o poder de criar fatos e impô-los aos seus interlocutores dissimulando a operação ideológica por trás de tais textos (BOURDIEU, 1997). Essa característica advém do que, na teoria do jornalismo, se entende por contrato cognitivo. Tal contrato “tem a intenção de que acreditemos que o que eles [os jornalistas/jornais] dizem é verdade, ao mesmo tempo em que nos pedem que confiemos em seu discurso informativo. Se eu não acredito nas notícias, elas não servem para nada” (ALSINA, 2009 apud CARVALHO, 2017, p.29). A pretensão de transparência do jornalismo assim é firmada com a sociedade e a ele é dotada a qualidade de descritor objetivo e imparcial da realidade, mascarando o seu processo produtivo que, além de ligado a influências econômicas e políticas no seu desenvolvimento, é eminentemente seletivo, confeccionado, construído a partir do modo de ver da ideologia dominante que permeia os seus profissionais (BOURDIEU, 1997). Dessa forma, ao criar, selecionar, editar, enfatizar certos conteúdos, as empresas de comunicação impõem como dadas suas percepções e visões de mundo.

Possuidor de significativo poder simbólico nas sociedades contemporâneas, em que a cultura midiática adquire cada vez mais proeminência, o jornalismo como portador da ‘verdade’ possui também significativo poder no processo de representações do espaço urbano e, portanto, na constituição de suas múltiplas e mutantes territorialidades. Como Mendonça (2018, p. 27) observa:



É comum, como consequência da relação dialógica entre os relatos e as ações de urbanização, a emergência de prescrições acerca do valor dos múltiplos lugares da cidade e dos modos de apropriação destes pelos habitantes. Propostas em relação à circulação (onde ir e que lugares evitar); vigilância (quais as áreas perigosas) e reurbanização (que lugares extirpar e que lugares preservar) são exemplos de desdobramentos do encontro entre os espaços discursivos da verdade (jornalismo) e os modos a partir dos quais os sujeitos irão negociar tais visões sobre a cidade.

O caráter intertextual e interdiscursivo do jornalismo abriga e incide sobre disputas entre diferentes agentes modeladores do espaço pelo poder de legitimar suas ações, como observa Mendonça, mas também pelo poder de enunciar e representar o mosaico de territórios da cidade conforme suas percepções e visões de mundo, reproduzindo e consolidando territorialidades ou (re)produzindo e contestando essas configurações, agindo, de uma forma ou outra, sobre os espaços de representação e as representações do espaço, conforme a concepção de Lefebvre.

As operações ideológicas nos processos de apropriação do espaço intraurbano, através da enunciação de discursos que permeiam as representações do espaço, escreve o enredo da metrópole sobre os seus fragmentos através de múltiplos enunciatários. A prática do gerenciamento da imagem da cidade, usualmente associada ao empreendedorismo urbano (HARVEY, 2005), não envolve apenas o discurso do agente gestor estrategicamente construído e veiculado em pronunciamentos e textos publicitários oficiais, mas na transformação da cidade em sujeito econômico que busca a atração de capital e se orienta pela lógica da produtividade convocando os múltiplos agentes que produzem a cidade, incluindo os próprios habitantes, a incorporar tal projeto. Nesse processo, a mídia, que atua como nó de produção e poder do *bios* midiático das cidades, são estratégicos para a consolidação do projeto urbano empreendedor, pois realiza

a espetacularização da cidade e molda as representações acerca de sua transformação. Ela produz signos de bem-estar e satisfação no consumo dos espaços de lazer, cria comportamentos e estilos de vida e promove a valorização de lugares, bem como os usos considerados “adequados”. Em outras palavras, celebra os novos lugares transformando-os em espetáculo. (SÁNCHEZ, 2001, p.36)

Escrito de cima para baixo, impondo um discurso sobre outros: o que impõe ao valor de uso o valor de troca do espaço mercantilizado, esse enredo hegemônico é insidioso. Imiscui-se nos interesses e, portanto, nos discursos de grupos sociais que estão vencendo no jogo do Capital e buscam construir uma cidade adequada à sua reprodução, utilizando-se, entre outros meios, do espaço do discurso jornalístico: estão nos discursos dos dirigentes e

técnicos do poder público que revitalizam ou condenam, dos empreendedores que geram empregos e investimentos, nos consumidores e turistas com poder de mercado que desejam e demandam lugares lúdicos, segregados e socialmente higienizados. Mais que isso, o enredo da cidade-mercadoria permeia mesmo os discursos dos espoliados e ameaçados de des-territorialização que creem na redenção da sua miséria através dos atos de fé no próprio sistema que os condena ao deslocamento, à marginalização e priva-os do direito à cidade.

A articulação de autores aqui exposta enfatiza a potencialidade simbólica que os meios de comunicação possuem sobre os processos socioespaciais de produção do espaço. No entanto, ao olhar de perto o poder, condenamos os grupos hegemônicos à homogeneidade. Estamos cientes de que escolhemos observar o exercício do poder no processo de representação do espaço que constitui territórios e deixamos, por uma questão pragmática de escopo, de observar os discursos resistentes, contra-hegemônicos, que também produzem a cidade e escrevem territorialidades. Trata-se de um recorte necessário à pesquisa e que deixa, desde já, a necessidade de estudos posteriores que complementem a perspectiva sobre a transformação do Mo.S.T. que adotamos aqui. Ademais, mostramos um percurso possível pelo qual práticas de representação investidas ideologicamente constroem usos da cidade e seu mosaico de territórios. Vejamos agora as transformações pelas quais passou o Morro Santa Terezinha na década de 90 para posteriormente, no último capítulo, possamos analisar como foram simbolicamente operacionalizadas no/pelo discurso jornalístico.

### **4.3 O Santa Terezinha depois do Mirante: de território plural a disputa territorial**

#### ***4.3.1 O governo das mudanças e o estímulo ao turismo***

Em 1987, começava um novo período da significativa mudança na história recente do Estado do Ceará e de Fortaleza. Era iniciada a primeira gestão do governo de Tasso Jereissati, eleito em 1986. O novo governador daria representava a chegada ao poder do que a historiografia cearense define como movimento mudancista. Em Fortaleza, a prefeitura de Ciro Gomes (1989-1990) e seu vice Juraci Magalhães (1990-1992) implementariam o novo projeto político no contexto do município.

Segundo Gondim (1995), a partir das mudanças estruturais socioeconômicas no contexto do Nordeste geradas pelo incentivo à modernização da economia desde 1960, uma nova elite vinculada aos setores empresariais vinha se configurando na região. As eleições de 1986 no Nordeste teriam como vencedores na Bahia, Pernambuco e Ceará candidatos que

defendiam a superação do patrimonialismo clientelista que ainda vigorava na política nordestina e a criação de administrações modernas, pautadas no racionalismo empresarial com traços neoliberais. Somente no Ceará, no entanto, esse novo grupo, que tinha sua expressão no Centro Industrial do Ceará (CIC), conseguiria se consolidar e continuar no poder efetivamente pondo em prática seu projeto político. A falência do antigo modelo de gestão dos coronéis, o contexto de abertura política da redemocratização e o mesmo parte dos novos agentes da esquerda, entre políticos, intelectuais e movimentos sociais, respaldavam a atuação dos “jovens empresários” na política, que representavam o que pareciam os interesses da sociedade à época: o fim da desmoralização da política, do atraso e da miséria no Ceará.

O novo projeto de gestão buscou o equilíbrio das contas públicas através do enxugamento da máquina pública – com a extinção de órgãos, demissões, achatamento de salários e combate ao corporativismo no serviço público durante os primeiros dois anos de gestão (BELMINO, 2018) – e do incentivo ao crescimento econômico, buscando atrair investimentos públicos e, principalmente, privados através de incentivos fiscais para a atração de novas indústrias e investimento em infraestrutura (CORIOLANO, 2006). Além do setor industrial, o governo buscava estimular e fortalecer o setor terciário de comércio e serviços, entre eles a indústria do turismo, especialmente a partir dos anos 90.

Desde meados dos anos 1950 o Ceará já se inclinava ao turismo como uma possibilidade econômica, no entanto “as praias ensolaradas, que passavam a permear o novo imaginário nacional sobre o Ceará no governo das mudanças, ainda não figuravam nas referências turísticas daquele período” (BELMINO, 2018). Ao longo da década de 80, Fortaleza passa a se inserir com mais representatividade no circuito turístico nacional e internacional, somando – e até sobrepondo – as demandas do turismo às de lazer, moradia e trabalho das classes abastadas que haviam se apropriado da orla leste da cidade. Nos anos 80, por exemplo, segundo Roselane Bezerra (2009, p. 47), já circulava na mídia um discurso denunciante da “destruição” da Praia de Iracema por novos usos comerciais e turísticos, e, ao final dessa década, já havia se concretizado no bairro

uma grande especulação imobiliária, acarretando a verticalização de alguns trechos defronte a beira-mar e investimentos de iniciativa privada em novos bares e restaurantes. Segundo o relato do proprietário de um desses novos estabelecimentos, os investimentos de iniciativa privada contribuíram para todo o processo de mudança nos usos e representações do bairro, proporcionando o surgimento de uma “Praia de Iracema moderna” – no sentido de que a “boemia” dos antigos usuários havia sido reapropriada, dando lugar a novos usos, ou mesmo a uma “nova Praia de Iracema”.

Com o advento das administrações mudancistas o incentivo à indústria do turismo é multiplicado e adotado como estratégia de desenvolvimento econômico para o restante do litoral cearense, culminando em políticas e investimentos públicos que visam concretizar a “vocação turística” do litoral do Ceará e da cidade de Fortaleza, reestruturando sua configura o espacial. Entre tais investimentos está a manipula o da imagem do Ceará, que por meio de estratégias de *place marketing*, buscavam eliminar de vez a imagem sertaneja da seca e fortalecer a associa o do estado às suas praias paradisíacas, “reposicionando o sol” (BELMINO, 2018), incentivando o turismo de sol e mar e estabelecendo o estado como reconhecido produto no mercado turístico nacional e internacional. Fortaleza se transformaria na Cidade do Sol, polo turístico e porta de entrada para o paraíso litorâneo cearense. Sobre as estratégias de publicidade e propaganda estatais, Dantas (2011, p. 87-88) observa:

A imagem da *Cidade do Sol*, difundida pela m dia impressa e televisionada, serve de suporte para comunica o de porte simbólico, transmissor de mensagem direcionada a grupo específico: os consumidores de praia.

Nesta perspectiva, prospectos são elaborados e programas de televisão são difundidos, a fim de apresentar e reforçar a imagem turística de Fortaleza. A m dia impressa evidencia paisagens naturais acessíveis a partir de Fortaleza. Chegando   *Cidade do Sol*, os consumidores de praia podem ter acesso a todo o conjunto do litoral cearense.

No que se refere à televisão, a parceria entre o governo do Ceará, empreendedores turísticos e a Rede Globo possibilitou a produ o de tr s novelas tendo como cenário a paisagem natural do litoral cearense. A primeira, *Final feliz*, foi realizada em 1983; a segunda, *Tropicaliente*, em 1994, e a terceira, *Meu bem querer*, em 1998-1999. Marcos Paulo, um dos diretores de novelas da Rede Globo, afirma que as cenas dessas novelas foram gravadas conforme fórmula simples que procura, a partir da apresenta o da paisagem litorânea aos espectadores, desenvolver a indústria turística (*Jornal O Povo*, 1998).

Cenas cinematográficas que exploram a natureza em toda sua potencialidade geram ondas de felizes adeptos das praias para Fortaleza, dado ainda percebido na atualidade, segundo indica o então Presidente do Fortaleza Convention & Visitors Bureau, Eliseu Barros, em entrevista concedida ao *Jornal O Povo* (1998).

No entanto, os investimentos do Estado e de seus parceiros privados na difusão da nova imagem turística do Ceará não se limitam a esse domínio. Algo em torno de 1.600.000 reais foram investidos, até 1999, pelo governo do Ceará, via SETUR-CE, pela Associa o Brasileira de Indústrias Hoteleiras do Ceará (ABIH-CE) e pelo Beach Park, graças a uma a o publicitária de marketing turístico nas revistas *Veja*, *Veja Especial*, *Viaje Bem*, *Check In*, *Brasilturis*, *All Pernambuco* e no jornal *Gazeta Mercantil* (*Jornal O Povo*, 1998).

Como argumentamos anteriormente, a transforma o da cidade em sujeito econômico convoca múltiplos agentes produtores da cidade, especialmente a média e o jornalismo, a adotarem o projeto empreendedor focado na atra o de capital e produtividade

econômica da cidade. Datam dessa época não só as estratégias midiáticas dos governos, mas a também a adoção do discurso do potencial turístico pelos próprios veículos de comunicação locais, o aporte de capital local e estrangeiro no setor de comércio e serviços para atender à demanda do turismo, assim como a realização de intervenções urbanísticas “para turista ver”. As administrações mudancistas buscaram adequar a região litorânea à imagem turística que se construía de Fortaleza e a uma ideia de sucesso de suas gestões. Bezerra (2009, p. 44), exemplifica:

O início dos anos 1990 demarca o ápice da disputa administrativa entre os governos estadual e municipal, com interesse em atrair a atenção de moradores da cidade e de turistas para suas obras de intervenção. Assim, o bairro Praia de Iracema tornou-se “vitrine” desses modelos administrativos que apresentavam como objetivo intervir no espaço urbano, transformando áreas “degradadas” em lugares de entretenimento, consumo cultural e turismo.

Datam desse período, por exemplo, obras como a ampliação leste dos calçadões da orla; a requalificação da Praia de Iracema e da Ponte dos Ingleses; a reconstrução do Estoril; a construção de um novo Mercado Central para a venda de artesanatos e produtos típicos da região; a requalificação da Praça do Ferreira e do Mercado São Sebastião, no Centro; e, em março de 1990, no Morro Santa Terezinha, sobre o descampado do Mirante, coroava obras de urbanização do morro a construção da Praça do Mirante Pescador, que consolidaria urbanisticamente o ponto mais alto do Mucuripe como polo gastronômico e turístico da cidade, mas não da maioria dos fortalezenses do morro.

#### **4.3.2 O Morro do Mirante: de point “alternativo” ao novo ponto turístico da cidade**

Em 1987, um mês antes da “invasão” de centenas de famílias desabrigadas nas encostas do Mo.S.T., o Diário do Nordeste registrava um terceiro tipo de invasão no mirante.

*“O mirante”, um dos locais mais bonitos de Fortaleza está ameaçado, por causa da invasão de barraqueiros. Localizado nas dunas, precisamente na segunda etapa do Conjunto Santa Terezinha, “O mirante” proporciona uma bela visão de toda a capital cearense. Segundo Maria Vilanir, presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Santa Terezinha, aos poucos os barraqueiros vão chegando e construindo seus pequenos comércios de alvenaria. A Prefeitura Municipal de Fortaleza já negou várias vezes a autorização para o estabelecimento de comércio no local.*

O local é terreno da Prefeitura de Fortaleza e a única área de lazer dos moradores do Conjunto Santa Terezinha. “O medo que temos é de perder a beleza da área, além do espaço para as crianças brincarem”, disse Maria Vilanir. No ano passado, chegou à Empresa de Urbanização de Fortaleza (Emurf) o pedido para

*autorização da construção de um restaurante de primeira classe no local. O pedido foi negado pela Emurf, mas agora o problema tem sido a instalação de barraqueiros que se apossam do local. (CONSTRUÇÕES, 1987, grifo nosso)*

O reduto dos “alternativos” de Fortaleza, que desfrutavam do bucolismo urbano do Mirante, começava a se desdobrar em lugar de consumo da moda. A possibilidade de converter o capital simbólico objetificado ali em capital econômico e a presença de indivíduos consumindo cada vez mais estimulava o empreendedorismo local e de fora, que era freado pela prefeitura e pelas reivindicações da comunidade enquanto usuários legítimos daquele território em um primeiro momento. Os novos usos do local começavam a se tornar incompatíveis com o uso residencial dos moradores que não escolheram pelo poder de mercado estar ali, os residentes perdiam o sono e reclamavam de construções irregulares sobre a área de lazer, dos barraqueiros que descaracterizavam o mirante natural, das superlotação de carros estacionados e dos casais que mantinham relações sexuais nestes, do som alto, da barulheira, dos bêbados e maconheiros, das necessidades fisiológicas feitas na rua, dos arruaceiros e de assaltos (CONSTRUÇÕES, 1987; PRAÇA, 1990a; CONJUNTO, 1990).

Embora a prefeitura e a comunidade local impedissem a apropriação do espaço livre do Mirante por empreendedores, as casas nas proximidades não estavam a salvo das ofertas de empreendedores que aceleravam o processo de gentrificação, apesar da proibição pela Proafa. Além dos jovens das classes médias interessados em morar no alto do morro, empresários – que muitas vezes também se tornavam moradores – começavam a adquirir as múltiplas unidades habitacionais para a criação de bares e restaurantes.

Enquanto as chuvas ameaçavam com erosões os moradores das etapas mais baixas do conjunto e das encostas do morro (CHUVAS, 1988; PERIGO, 1988), o restaurante Panorâmico, um dos primeiros a funcionar no entorno do Mirante, abria as portas e era noticiado exaltando a contradição de sua própria existência em meio a um conjunto habitacional de pescadores pobres:

*O restaurante "Panorâmico", localizado no lugar denominado Mirante, no Conjunto Santa Teresinha, é uma das mais novas opções de lazer. Situado numa área privilegiada, o restaurante proporciona aos que o visitam, uma visão espetacular da cidade, especialmente da orla marítima. Mas o que há de pitoresco e até extravagante, é que o "Panorâmico" fica em meio a área de um conjunto habitacional, onde as pessoas, geralmente de baixa renda, não possuem condições de freqüentar o local. (RESTAURANTE, 1988)*

Mesmo com a chegada dos novos moradores e estabelecimentos que começavam a transformar a paisagem e a demografia do platô mais alto do conjunto, a comunidade local colocava entre suas reivindicações a construção ali de uma área de lazer apropriada para moradores e para visitantes. A partir de 1987 são iniciadas obras de urbanização no Mo.S.T. O novo governo mudancista atendia algumas das demandas da comunidade realizando obras de drenagem para a mitigação da ação das chuvas e implantando e reformando equipamentos públicos como creche, colégio, igreja, escadarias que conectavam os platôs, a criação do Projeto ABC. Entre as obras de urbanização, visando atender, ao mesmo tempo, a demanda por áreas de lazer da comunidade e a consolidação do potencial turístico do local, em 1990, sob a gestão de Ciro Gomes, foi construída a Praça do Mirante Pescador, projetada por Fausto Nilo – o arquiteto/músico local que havia projetado a requalificação da Ponte dos Ingleses, na Praia de Iracema, e, mais tarde, seria responsável pela requalificação da histórica Praça do Ferreira (1991), do calçadão Beira-Mar e pelo projeto do Centro Cultural Dragão do Mar (1999).

Figura 25 – Fotografia da sacada do restaurante Panorâmico, situado no entorno do Mirante



Fonte: RESTAURANTE, 1988

A líder comunitária local desde 1985, ao lembrar esse período relembra do impacto da especulação imobiliária no local. Tinha consciência de que “onde anda a elite”,



não se quer “favela por perto”. A gentrificação era percebida, a des-territorialização era sentida, a proibição das casas era reafirmada aos moradores, mas mesmo assim, segundo a entrevistada, por volta de 1993, a maioria das “casas do mirante” haviam sido vendidas. As transações feitas escondidas da comunidade e formalizadas por artifícios legais reconhecidos pelo Estado. Os moradores não possuíam, afinal, a escritura das casas. Os entrevistados que vieram com o reassentamento no início dos anos 80 só conseguiram a segurança formal de suas propriedades recentemente, por volta dos anos 2010.

Figura 26 – Anúncio de um dos restaurantes situados no entorno do Mirante, publicado no final da década de 80

COORDENAÇÃO PUBLICITÁRIA VN PROPAGANDA

**TUDO EM CIMA**

**BAR RESTÔ**

- *Venha saborear o sabor inigualável do mais novo centro gastronômico da cidade*

**Aberto diariamente para jantar, servindo o famoso PEIXE NA TELHA e frutos do mar.**

**Rua do Mirante, 107 — Mucuripe —  
Fone 234.0777**



O jornal O Povo, em 1990, corrobora o aumento da pressão gentrificadora apontada pela líder comunitária:

O assédio aos moradores que resistem é tão grande que, segundo pesquisa feita pela Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza –PROAFA, cerca de 90% de um total de 44 famílias consultadas já receberam proposta de compra de suas casas por pessoas que, invariavelmente pertencem à classe média alta de Fortaleza, sendo geralmente profissionais liberais bem situados em suas profissões. Não é com surpresa que se constata que, para quebrar as mais fortes resistências, alguns investidores já estejam até mesmo se utilizando de dólares. Essas resistências, na maioria dos casos, se dão porque muitos dos moradores têm um forte apego ao local onde moram ou porque não sabem para onde ir. (O POVO, 1990 apud RAMOS, 2003, p.73-74).

Em depoimento em notícia veiculada em 1998 (MORRO, 1998), a líder comunitária local estimava que das 121 famílias que residiam no ponto mais alto do morro, 100 (82,2% dos domicílios) haviam vendido suas casas. Um único indivíduo, por exemplo, comprou um total de seis casas para abrigar o restaurante mais lembrado pelos entrevistados, o Tudo em Cima. A especulação imobiliária ganhava nova forma, a gentrificação que se desenvolvia conforme o modelo de David Ley (1986), explicada pelo comportamento de consumo das classes médias urbanas que perseguem o capital simbólico, ganhava forma de gentrificação comercial e turística, movida pela exploração desenfreada e insustentável do *locus* que contém potencial econômico para exploração comercial.

As representações do espaço (os discursos que o semantizavam e o definiam enquanto territorialidade) e o espaço de representação (o espaço transformado em signo utilizável pelos usuários) se transformavam à medida que a gentrificação se concretizava no entorno do Mirante. A identidade de ponto turístico, de polo gastronômico boêmio (Figura 26) – adequada à reprodução do capital ao inseri-lo na linguagem dos bens da cultura de consumo – se estabelecia ali, fixando muros simbólicos bem definidos sobre o lugar em que antes pescadores e “alternativos” compartilhavam em algum nível. Os jornais, adotando o discurso da vocação turística de Fortaleza, reforçavam essas representações, aumentavam a fixação desses sentidos. Pouco depois da inauguração da praça, o Diário do Nordeste publicava:

Praça Mirante da Jangada é mais um ponto turístico.

A Praça Mirante da Jangada na parte mais alta do Conjunto Santa Terezinha (Mucuripe) apesar de pouco tempo de ser inaugurada já se transformou em novo ponto turístico de Fortaleza. Além da localização privilegiada, esse logradouro é dotado de uma moderna infra-estrutura, contando com um bar,

playground, anfiteatro, quadra de esportes e a "zona de contemplação" voltada para o leste da cidade.

Contente com o projeto realizado na administração do prefeito Ciro Gomes, a comunidade, através da Associação dos Moradores esforça-se para mantê-la sempre conservada, mostrando dessa forma o seu grau de participação e conscientização. Em todos os momentos da execução desse pólo de lazer, os moradores opinaram. Desde a escolha do nome da pracinha até na administração do barzinho vinculado à entidade. (PRAÇA, 1990)

A nova paisagem que surgia no alto do morro, era a manifestação da dinâmica de disputa. A praça em sua condição de polo de lazer era, de fato, uma demanda da comunidade, cuja participação, segundo a líder comunitária local, havia sido convocada na urbanização daquela área do Morro Santa Terezinha. E, de fato, na praça, um pequeno quiosque administrado pela Associação de Moradores demarcava a territorialidade da comunidade na nova configuração que se instalava no alto do morro. Era local de reunião dos moradores e da associação, de festivais de quadrilhas locais, de grupos de jovens que produziam o movimento *Hip-Hop* do Mucuripe, de assistir aos fogos no *revéillon*, de pequenas comemorações e de lazer infantil; mas, do outro lado da rua, os restaurantes eram terra estrangeira: nenhum membro da comunidade local entrevistado afirmou ter entrado uma única vez nos estabelecimentos do polo gastronômico que se instalara ali.

Durante a primeira metade da década dos anos 1990, em que o turismo afluía no Santa Terezinha, o Mirante permaneceu dessa forma, dividido em duas territorialidades distintas. Os dois grupos sociais expressavam eventuais conflitos de usos: os comerciantes reclamavam da “bagunça” das quadrilhas juninas que atrapalhavam o movimento de turistas e consumidores; os moradores do morro reclamavam da apropriação da praça por mesas e estacionamentos de veículos ou da poluição sonora. No entanto, tal situação parecia se manter estável. A praça permanecia pública, ocupada por moradores e visitantes, e a gentrificação residencial e comercial daquela área aproveitava a comunidade local como mão de obra barata (RESTAURANTES, 1992), criando relações de trabalho com a comunidade e fortalecendo a dominação dos gentrificadores sobre aquele ponto do morro.

As contradições das cidades capitalistas, no entanto, podem impedir sua própria reprodução, evidenciando sua insustentabilidade. Durante a era mudancista, o novo projeto político, embora tenha trazido avanços incontestáveis, ainda se tratava de um modelo de gestão capitalista. E tal modelo,

precisamente por ser capitalista e por implementar-se num contexto de desmobilização política dos trabalhadores e dos movimentos sociais, não perde seu caráter excludente. Assim, a grande maioria da população economicamente ativa

(67,1%) em 1990, continuava a auferir rendimentos iguais ou inferiores a dois salários mínimos; o índice de analfabetismo mantinha-se em 44%; apesar da (transitória?) redução da mortalidade infantil, esta ainda mantém-se num patamar elevado. Reverter este quadro requer bem mais do que racionalidade administrativa e dinamização da economia. (GONDIM, 1995)

Ao longo da década de 90, a questão habitacional em Fortaleza ainda se mostrava como um grave problema. As ocupações em áreas de risco no Morro Santa Terezinha persistiam durante esses anos e as áreas de concentração de pobreza na cidade passavam a sofrer com um agravante à falta de acesso à cidadania generalizada: o aumento da violência urbana.

A partir de 1993, gangues de jovens que se formaram no Santa Terezinha, Castelo Encantado e Morro do Teixeira entravam em guerra pelo controle do tráfico de drogas em seus territórios e a violência decorrente dos seus conflitos começavam a perturbar a paz idílica do Mirante, “encrustado” no alto do morro e “contrastando” com as condições de miséria que o cercavam. Assim o novo ponto turístico da cidade começaria a sucumbir à sua própria contradição de lugar lúdico de consumo isolado por fronteiras fictícias de seu próprio entorno de privação.

#### **4.4 A descida do Mirante: a violência morro abaixo**

Em março de 1993 uma notícia diferente das apologias ao mirante, ocupações irregulares, ameaças de desabamentos e reivindicações da comunidade por atenção pública estampava páginas de jornal. O Diário do Nordeste (1993b) noticiava:

Arrastões colocam em polvorosa a população.

A onda de violência provocada pelas gangues de bairros, que promovem arrastões, chegou com força na área do Mucuripe, envolvendo grupos do Castelo Encantado e Morro Santa Terezinha. De sexta até segunda-feira últimas ocorreram conflitos diários entre pelo menos 30 pessoas, muitos dos quais menores, que subiram o morro do Mirante munidos de pedras, pedaços de pau e facas agredindo-se e até chegaram a trocar tiros com a polícia. Como conseqüência, na tarde de ontem o morro do Mirante, um das áreas de Fortaleza bastante freqüentadas por turistas recebeu em seus restaurantes poucas pessoas. Do outro lado, moradores, preocupados com as cenas de violência que presenciaram reclamavam uma ação urgente das autoridades competentes para não só garantir segurança no morro, como também evitar que a prática dos arrastões se alastre a outros bairros, a exemplo do que se vê no Rio de Janeiro.

A parede simbólica que separava o Mirante do morro era atravessada no espaço e na esfera midiática. Enquanto o Mirante se consolidava como território destinado às elites, turistas, consumidores e jornais pareciam ignorar a contradição crescente daquele lugar. Os

problemas sociais e urbanísticos do morro, as ocupações irregulares e os riscos trazidos pelas quadras chuvosas continuavam e aumentavam, mas os restaurantes triunfavam no alto do Santa Terezinha. A violência, por outro lado, não se deixava ignorar, invadia o refúgio simbólico das elites e demonstrava a abstração dos limites entre Mirante e morro. Um mês depois, o mesmo jornal noticiava:

Confrontos de gangues perturba paz do Morro.

Movimento no Mirante com queda de 95%.

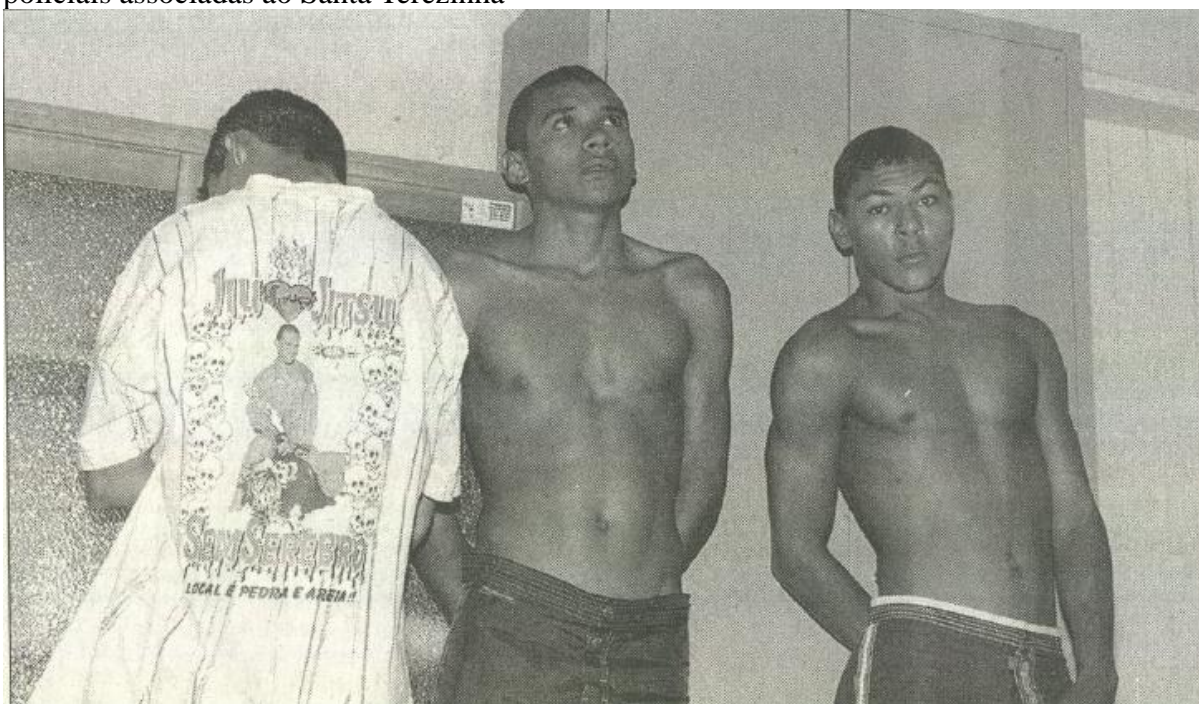
Uma verdadeira praça de guerra foi em que se transformou o Largo do Mirante, no morro Santa Terezinha, no último dia 5 de março. Um desentendimento entre turmas de garotos do bairro vizinho provocou uma grande confusão que afugentou turistas e frequentadores de um dos pontos turísticos mais visitados de Fortaleza. Agora, os restaurantes e bares do local registram uma queda de até 95% da clientela, enquanto o policiamento ostensivo garante o lento retorno dos fregueses.

Evidentemente um evento isolado não pode ser apontado como responsável pela dissolução daquele território tão bem demarcado antes, o sublinhamos apenas como marco do começo de um processo: a partir de meados dos anos 90 a exploração do Mirante voltada para o turismo e o consumo das classes privilegiadas começa a sucumbir à realidade da sua contradição. Sem planejamento por parte do poder público que garantisse a sustentabilidade da atividade naquele local, sem a democratização das oportunidades e ganhos econômicos com o potencial da área, alienando e alienando-se da comunidade local, aquele território só persistiria expandindo-se através da gentrificação contínua do morro, higienizando-o socialmente e tomando-o por completo. No entanto, nem mesmo o potencial econômico do turismo era suficiente para sobrepujar as consequências das profundas desigualdades sociais que de desenvolviam no Mucuripe e no morro, apesar dos investimentos do período mudancista.

Para Batista (2018), a partir dos anos 1980 a figura do inimigo interno deslizava do comunista para o traficante, para as favelas do Rio de Janeiro e para o jovem pobre e negro. No entanto, não só no Rio a violência parecia se transformar em um operador discursivo de (re)significação da cidade (MENDONÇA, 2018). Segundo a pesquisa *Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Ceará*, as taxas de homicídio aumentavam no país desde os anos 1980, enquanto no estado do Ceará e na Grande Fortaleza essa tendência se instalara nos anos 90, se acentuando justamente a partir da segunda metade dessa década. Cada vez mais, ao Santa Terezinha era atribuído o estigma de lugar perigoso e o Mirante tornava-se castelo sitiado. Referiam-se ao morro como violento, favela, ponto de

assalto, seu acesso era tomado pela paisagem periférica do crescimento desordenado e seu nome passava a aparecer nas páginas dos cadernos policiais acompanhado de fotos de casebres humildes ou homens negros em delegacias, o estereótipo da periferia criminalizada. A maioria dos moradores entrevistados afirmou que entendiam que se tratava de um processo de estigmatização, os eventos de violência teriam sido passageiros e não eram frequentes – e pertenceriam, segundo suas visões, a outros bairros, ao Castelo Encantado, ao Morro do Teixeira, ao restante do Mucuripe –, mas a presença da violência no imaginário dos consumidores permanecia. Os frequentadores entrevistados, de fato, não se recordavam de eventos violentos graves, mas demonstravam que, em certo ponto durante os anos 90, o medo da violência urbana e sua associação a lugares periféricos, incluindo o Morro Santa Terezinha, passava a atuar na produção das cartografias simbólicas das classes médias. Esse sentido era cada vez mais fixado aos casebres do conjunto, às casinhas de tijolos aparentes, aos barracos das encostas, à população pobre que descendia de pescadores e retirantes que, por sua vez, descendia da miscigenação de invasores europeus com índios e escravos.

Figura 27 – A criminalização da pobreza: imagens estereotípicas das páginas policiais associadas ao Santa Terezinha



Fonte: PRESOS, 1998

Com a exceção do morador que comprou, talvez, a primeira residência de um pescador no CHST, todos os “alternativos” que haviam iniciado o processo de gentrificação

do entorno do Mirante nos anos 80 partiram durante os anos 90, venderam suas casas e buscaram outros bairros, livres de conflitos aparentes. O morro havia perdido a sua magia e o seu apelo lúdico. Os restaurantes perdiam seus clientes e fechavam pouco a pouco, denunciando a “descaracterização” do Mirante por “invasões”. Em 1996 contavam 15 estabelecimentos no alto do morro (DENUNCIADA, 1996), em 1998 o número diminuía para 12 (MORRO, 1998), e em 2002 o Diário do Nordeste noticiava:

Restaurantes abandonam o Morro Santa Terezinha

*O mirante do morro Santa Terezinha, um dos mais tradicionais pontos turísticos de Fortaleza, está sendo esquecido pelos turistas e cearenses. Bares e restaurantes começam a fechar as portas.*

*Os comerciantes do local afirmam que a falta de segurança espantou as pessoas. Alguns ainda resistem e sonham com a revitalização da área, mas vários já deixaram ou querem sair daquele local. (DIÁRIO, 2002a)*

Uma nova configuração socioespacial se desenvolveria a partir do abandono dos empreendedores e consumidores no início dos anos 2000. Sem a circulação de capital, o Estado também abandonou o local: a cabine da polícia militar fixada na praça foi removida, assim como as obras de manutenção. A exploração turística havia terminado, mas deixava para trás o estigma de “lugar degradado”, abandonado, e imóveis vazios que exigiam aluguéis inacessíveis para serem ressuscitados pela população local – os casebres comprados por comerciantes haviam sido lembrados em propriedades maiores e mais caras. O Mirante se tornava estigmatizado até mesmo dentro da própria comunidade do Mucuripe e, em seu isolamento no alto do morro, fora das linhas de fluxo intenso de pessoas, se transformava em lugar de outros usos, para consumo e venda de drogas, repouso para indivíduos em situação de rua. Desfeita a territorialidade de consumo e abandonado pelo poder público e a comunidade local, o Mirante voltava a ser um mirante e esperaria muitos anos para ver novas apropriações de seu espaço.

Com o intuito de orientar e fundamentar a análise dos textos jornalísticos no capítulo seguinte, determinamos uma periodização histórica do Morro Santa Terezinha a partir dos processos de transformação que se desenvolviam em diferentes intervalos de tempo entre 1979 e 2000. Essa classificação pode ser visualizada na Tabela 1, abaixo.

Tabela 1 - Periodização histórica do Morro Santa Terezinha

<b>Períodos históricos</b>	<b>Processos chave</b>	<b>Intervalo temporal</b>
Primeiro período	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundação do CHST</li> <li>- Crise dos financiamentos das unidades habitacionais</li> <li>- Maior atuação da Proafa em assistência social</li> <li>- Marginalização: ausência de manutenção e serviços públicos</li> <li>- Fundação da Associação de Moradores do CHST</li> <li>- Mirante se torna <i>point</i> dos "alternativos"</li> <li>- Início do processo de gentrificação residencial</li> </ul>	1979-1986
Segundo Período	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Início das ocupações irregulares das encostas</li> <li>- Gestão Maria Luísa e crise habitacional</li> <li>- Início do período mudancista (gestões Tasso Jereissati e Ciro Gomes)</li> <li>- Políticas de incentivo ao turismo</li> <li>- Requalificações urbanas em Fortaleza</li> <li>- Primeiros restaurantes de luxo são instalados no Mirante</li> <li>- Maior desenvolvimento do turismo no Mirante</li> <li>- Obras de drenagem e instalação de equipamentos no morro</li> <li>- Construção da Praça do Mirante Pescador</li> <li>- Aceleração da gentrificação comercial</li> <li>- Consolidação como ponto turístico da cidade</li> <li>- Comunidade local combate as ocupações irregulares</li> </ul>	1987-1992
Terceiro Período	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da violência urbana em Fortaleza e no Mucuripe</li> <li>- Conflitos entre gangues no Mucuripe e "arrastões"</li> <li>- Reinauguração da Praça do Mirante</li> <li>- Persistem ocupações irregulares das encostas</li> <li>- Estigmatização territorial do morro ligada à violência urbana</li> <li>- Empresários do Mirante combatem as ocupações irregulares</li> <li>- Empresários denunciam verticalização da orla do Mucuripe</li> <li>- Início do declínio do movimento de consumo no Mirante</li> <li>- Consolidação do abandono do Mirante por consumidores, empresários e Estado nos primeiros anos da década de 2000</li> </ul>	1993-2000

Fonte: produzido pelo autor

#### 4.5 O Mirante do Morro Santa Terezinha hoje

Os gestores de Fortaleza prometiam projetos de revitalização ao longo dos anos 2000. Na gestão de Luiziane Lins se iniciam planejamentos para um megaprojeto de revitalização do morro financiado pelo Ministério do Turismo, através dos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), e do Banco de Desenvolvimento da América Latina no valor de R\$ 10 milhões. Como muitas outras obras que se inscreviam na perspectiva de legado da copa de 2014 no Brasil, o projeto não foi concretizado. Obras

permaneceram paradas até meados da gestão seguinte, deixando pedras e tapumes abandonados entre 2011 e 2014. Somente em 2014 a instalação de um posto da polícia militar inibiria a apropriação do local por usuários de drogas (DIÁRIO, 2014) e no final da primeira gestão de Roberto Cláudio, em junho de 2015, foi concretizada uma pequena reforma da praça do mirante.

Hoje a comunidade local e poucos visitantes voltam a ocupar o lugar vagarosamente. Algumas famílias compraram de volta casas vendidas na década de 80 e 90. Atividades de lazer e culturais organizadas por projetos locais voltaram a ser realizadas com frequência ali, como batalhas de *rap*, rodas de capoeira, exposições de projetos locais, entre outras. A Rua do Mirante hoje possui uma academia, uma igreja evangélica, uma pizzaria – o único estabelecimento que permaneceu aberto desde os anos 90 –, uma casa de sushi, comércios e serviços que atendem à freguesia local. Algumas das edificações que abrigavam restaurantes badalados continuam fechadas, sem uso. Alguns empreendedores tentaram criar onde funcionou o famoso restaurante Tudo em Cima um novo bar, mas, em pouco tempo fecharam as portas, indicador de que o mirante ainda não suporta um novo ciclo de exploração turistificadora, nem de apropriação por alternativos contemporâneos. Uma rápida pesquisa em sites de viagens, como o Trip Advisor ainda permite ver com clareza nos comentários de avaliadores que um estigma territorial ainda cerca o mirante e a sua vizinhança como uma gaiola simbólica. Entre elogios ao pôr-do-sol e à tranquilidade da praça, encontram-se muitas postagens de alerta que revelam uma percepção do lugar associada à estigmatização da pobreza por parte de fortalezenses e turistas:

Triste realidade!!!

A População de Fortaleza não entende como as autoridades deixaram o mirante (Morro Santa Terezinha) se acabar, era um local com vários bares e restaurantes românticos, uma pequena praça com vista de Fortaleza e da praia, um lugar espetacular. Hoje não passa de abandono e de MUITO PERIGOSO, É POR CONTA E RISCO QUEM FOR AQUELE LOCAL. (Usuário HP S, postado em julho de 2018)

Mirante de Fortaleza

Seria um local maravilhoso para apreciar o pôr do sol e ter uma bela paisagem da cidade, porém o descaso do poder público fez com que essa área tão bem frequentada no passado, se tornasse um local marginalizado. (Usuário CIDLIMA, postado em 7 de março de 2018)

perigo

Local fica dentro de uma favela, difícil acesso, abandonado, fica em uma área portuária, não tem ninguém, muito perigoso (Usuário Marcelo Bezerra B, postado em 9 de junho de 2016)

Vizinhança sinistra



O mirante de fortaleza fica numa favela que começou a ser urbanizada. O local é bonito mas dá um pouco de medo de chegar até lá. (Usuário Fabiano F, postado em 29 de novembro de 2015)

A cartografia simbólica das classes privilegiadas de Fortaleza parece não permitir a convivência compartilhada do espaço com grupos sociais mais pobres. Os consumidores, turistas ou locais, não são atraídos pela terra, pela paisagem, preços, mas pelos signos: sem capital simbólico objetificado, não há razão para reinserir um território periférico em seus circuitos.

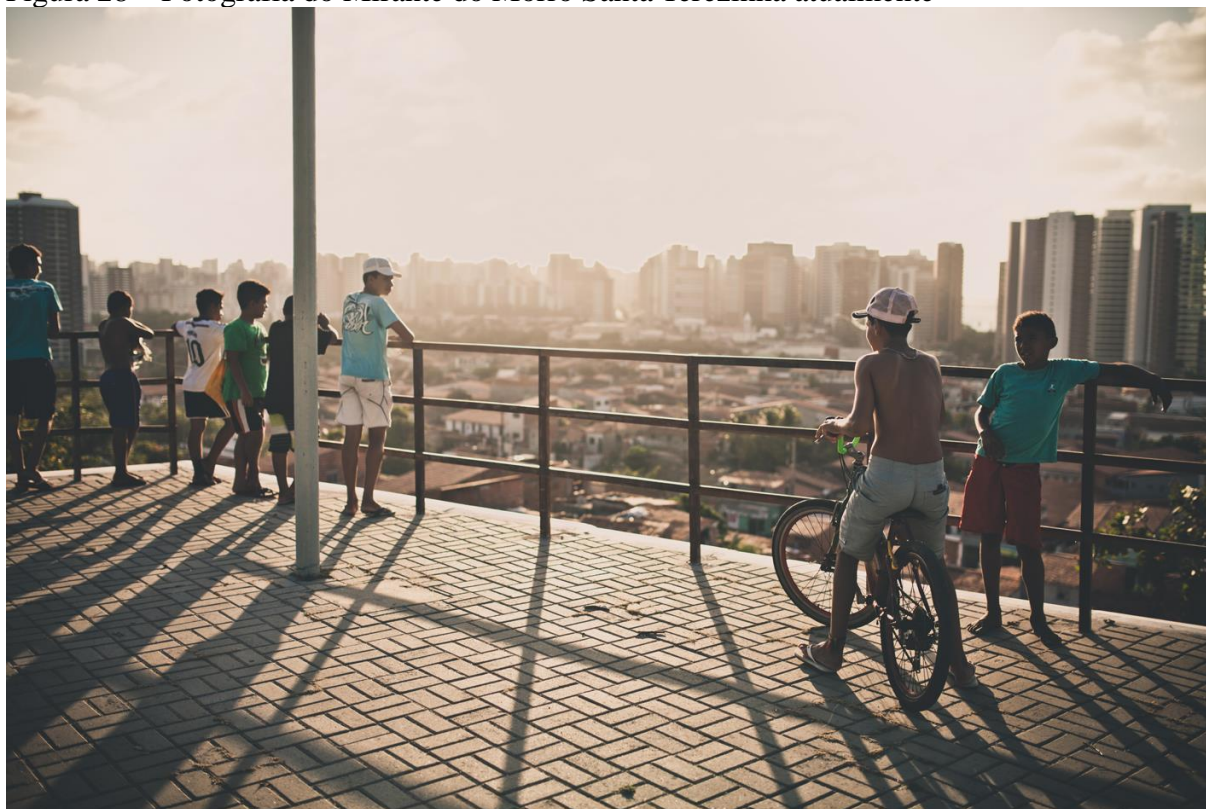
O Mo.S.T. esteve no centro de uma convergência de dinâmicas urbanas incomuns. Os processos aqui relatados, separadamente e ordenadamente, talvez não permitam visualizar a intensidade e a velocidade das transformações do entorno do mirante do Morro Santa Terezinha. Em menos de dez anos, o que antes eram dunas ocupadas por alguns barracos de pescadores se transformaram em um conjunto habitacional que já nasceu pressionado por uma corrida pela terra entre grupos sociais diferentes. Novos moradores e comerciantes chegavam rapidamente, adquirindo casas de beneficiários da Proafa ou ocupando áreas de risco nas encostas, apropriando-se do território e do lugar das cerca de 500 famílias que haviam nomeado as ruas do bairro com nomes relacionados à pesca, marcando cuidadosamente no novo território suas tradições.

As teorias da gentrificação produzidas no norte global não são capazes de explicar o processo do morro Santa Terezinha: enquanto seu cume se valorizava expulsando moradores originais, suas encostas eram ocupadas palmo a palmo; enquanto o mirante se aburguesava em paraíso turístico e de classes médias altas, o morro se transformava em um conjunto de casas humildes e favelas, chegando a abrigar 10.000 moradores entre unidades do conjunto e domicílios irregulares. A urbanização caótica, caso a caso, em constante estado de exceção, das grandes cidades brasileiras engendra conflitos urbanos de difícil compreensão.

A apropriação do mirante ocorreu por meio de disputas simbólicas pela determinação de territorialidades, da semantização do espaço, que foi transformado de pobre e marginalizado em desejável e consumível por aqueles que podiam consumi-lo. É essa manifestação mutante dos sentidos do lugar, discursivamente produzidos e disputados por diferentes agentes, que nos interessa visualizar nos jornais. Pois buscamos as estratégias simbólicas da ação dos homens que buscam dominar o espaço, por menor que este seja, de acordo com seus próprios interesses. Buscamos os tijolos semânticos que construía no discurso os muros que segregavam Mirante e morro e que, eventualmente, seriam derrubados

dando fim ao território de consumo em meio à periferia de Fortaleza, deixando livre para novas apropriações pela comunidade local que viriam com o tempo.

Figura 28 – Fotografia do Mirante do Morro Santa Terezinha atualmente



Fonte: CINCO, 2017

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

O conteúdo apresentado até aqui tratou da estrutura teórico-conceitual e da contextualização histórica que nos servirão de suporte para a análise das representações do Morro Santa Terezinha que circularam no jornal Diário do Nordeste (DN) entre os anos de 1983 e 2000. Buscamos articular teorias e conceitos que mostrem como a produção do espaço urbano é influenciada pela dimensão simbólica, cultural, e como os conflitos por sua apropriação são permeados por disputas discursivas e pela influência da mídia nesse processo – em especial o jornalismo – enquanto instância de produção, circulação e potencialização de sentidos ideologicamente investidos. Por meio de pesquisa de campo, de um total de nove entrevistas e de levantamento de fontes primárias e secundárias, um *corpus* complementar foi produzido e nos proporcionou dados que nos permitiram construir uma contextualização histórica do Mo.S.T., marcando no tempo conflitos pela sua apropriação e processos sociais chave que influenciaram a transformação daquele espaço.

Prosseguimos para a etapa de análise, em que buscamos identificar, analisar e interpretar o *corpus* de pesquisa através de uma análise constituída de procedimentos da Análise de Conteúdo (AC) e da Análise Crítica do Discurso (ADC). Neste capítulo são expostos o desenho metodológico da pesquisa, uma necessária apresentação e contextualização do jornal DN e, finalmente, a análise e interpretação dos dados.

### 5.1 A construção do corpus de pesquisa

O *corpus* da pesquisa foi construído em duas etapas. Primeiramente foram levantados, por meio de uma fonte interna à empresa, 126 páginas de jornal, a partir de uma pesquisa no arquivo digitalizado do DN pelas palavras-chave “santa terezinha” e “santa teresinha” em títulos e textos. Após a catalogação e codificação do material levantado em categorias descritivas e temáticas (processos apresentados na próxima seção do capítulo) foram observadas deficiências no material e estabelecidas diretrizes para uma segunda coleta de textos. A segunda etapa de construção do *corpus* foi realizada buscando no mesmo arquivo, em 26/11/2018, vinte novos textos a partir das diretrizes hierarquizadas abaixo:

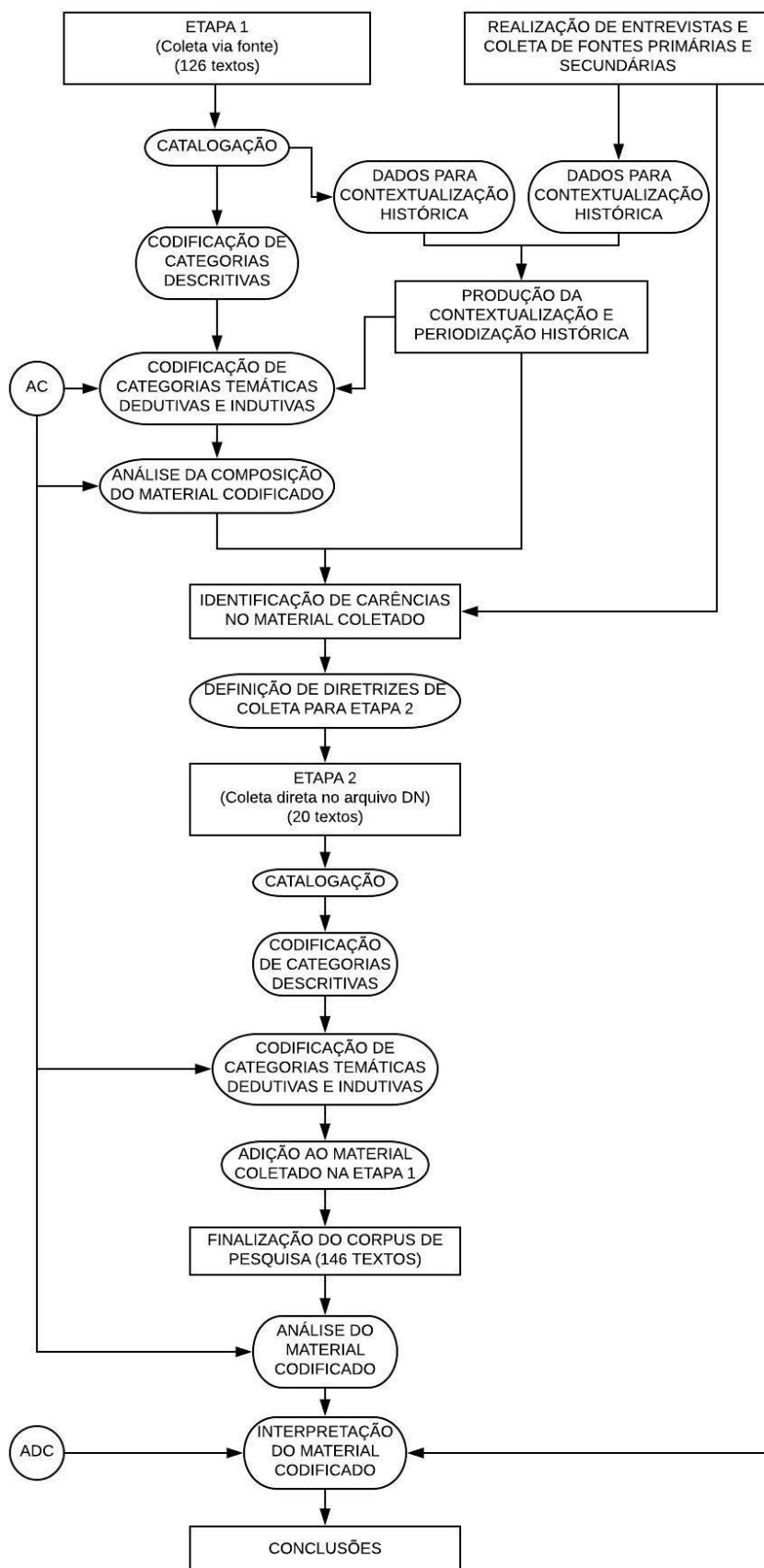
- 1) Resultados relevantes das buscas por “mirante”, “santa terezinha” ou “santa teresinha” nos títulos dos textos;

- 2) Textos que contemplem informações históricas levantadas em entrevistas e que não foram contempladas pelo material anteriormente coletado;
- 3) Textos que contemplem temas ausentes nos intervalos de tempo determinados na periodização histórica do Morro Santa Terezinha, exposta no capítulo 2;
- 4) Textos veiculados em anos com baixa amostragem;
- 5) Reportagens ou textos longos que tratam primariamente do Morro Santa Terezinha ou Mirante;
- 6) Contemplar com pelo menos um texto cada intervalo de tempo determinado na periodização histórica do Morro Santa Terezinha, exposta no capítulo 2;

Os resultados da nova busca somados ao levantamento da primeira etapa constituem o *corpus* da pesquisa. Este é constituído, portanto, por 146 textos jornalísticos veiculados entre 1983 e 2000. As características do *corpus* em detalhes podem ser visualizadas com o auxílio de tabelas e gráficos no Anexo 1, disponibilizado no final desta dissertação. Da mesma forma, descrições igualmente detalhadas do material coletado na primeira etapa de construção do *corpus* podem ser encontradas separadamente no Anexo 2. O processo de construção do *corpus* ao longo da pesquisa e sua relação com as outras etapas de trabalho são ilustradas no fluxograma apresentado na Figura 29.

O *corpus* constitui uma amostra significativa da cobertura do Morro Santa Terezinha pelo DN. Embora uma busca geral nos textos no arquivo digital, sem qualquer filtragem ou seleção do conteúdo, entre 1983e 2000, pelos termos “santa teresinha” ou “santa terezinha” resulte em 1.912 resultados, a mesma busca restrita aos títulos resulta em apenas 102 resultados. Uma busca pelo termo “mirante” nos títulos gera 487 resultados, em sua maioria pequenos anúncios de estabelecimentos comerciais. O mesmo termo buscado nos textos gera resultados não computáveis pelo sistema do arquivo.

Figura 29 – Fluxograma de etapas metodológicas da pesquisa



Fonte: produzido pelo autor

## 5.2 O jornal Diário do Nordeste: sua política editorial e suas práticas políticas

É importante contextualizar o jornal Diário do Nordeste (DN), uma vez que todo material analisado pertence a esse veículo. O periódico foi fundado em dezembro de 1981 – apenas dois anos antes do início do recorte temporal desta pesquisa – e, em pouco tempo, se consolidou como o jornal de maior circulação no estado do Ceará – cobrindo todo o território estadual – e como o segundo jornal mais lido da cidade de Fortaleza, sendo ultrapassado na capital apenas pelo jornal O Povo.

O DN pertence ao conglomerado de mídia Sistema Verdes Mares (SVM), composto por outros veículos atuantes na região nordeste, tais como a TV Verdes Mares, TV Diário, TV Verdes Mares Cariri, a FM93 e a Rádio Verdes Mares e subsidiárias no interior do estado, a Recife FM, localizada na capital pernambucana, e a Rádio Tamoio, localizada no Rio de Janeiro. Na internet o grupo atua através do Portal Verdes Mares, o portal G1 Ceará, o GloboEsporte.com Ceará, além dos próprios sites e redes sociais dos veículos de comunicação supracitados. A TV Verdes Mares é afiliada à Rede Globo de televisão e é responsável pela retransmissão do conteúdo da maior emissora de televisão nacional no território cearense.

O conglomerado SVM, por sua vez, pertence ao Grupo Edson Queiroz (GEQ), grupo empresarial criado em 1951, que atua por meio de pelo menos 15 empresas que exploram áreas que vão da distribuição de gás butano à educação superior privada, faturando cerca de 7 bilhões de reais. O grupo também passou a atuar no setor imobiliário e é dono de cerca de 250.000 hectares de fazendas e lotes em perímetros urbanos no Ceará<sup>6</sup>.

Segundo a publicação especializada em publicidade, Meio & Mensagem<sup>7</sup>, o jornal DN possui tiragem e circulação média de 36.900 exemplares. De acordo com o Sindicato de Jornalistas do Ceará<sup>8</sup>, o periódico estava entre os 50 maiores periódicos em circulação no Brasil em 2014, no trigésimo quarto lugar. Sediado em Fortaleza, o DN possui sucursais nas cinco maiores cidades do interior do Ceará, em Brasília e em Recife. A cobertura específica do interior do Estado é um diferencial do jornal em relação a outros periódicos locais.

<sup>6</sup> Segundo matéria da revista Exame. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-desafio-da-nova-geracao/>>

<sup>7</sup> Segundo perfil do jornal Diário do Nordeste disponibilizado no site do periódico. Disponível em: <<http://portfoliodemidia.meioemensagem.com.br/portfolio/midia/DI%25C3%2581RIO+DO+NORDESTE/14376/home>>

<sup>8</sup> Notícia arquivada no *feed* da instituição. Disponível em: <[http://sindjorce1.rssing.com/channel/6074546/all\\_p24.html?q=Os+jornais+Di%C3%A1rio+do+Nordeste+e+O+Povo+figuram+no+ranking+dos+50+maiores+peri%C3%B3dicos+em+circula%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil.&site=rssing.com](http://sindjorce1.rssing.com/channel/6074546/all_p24.html?q=Os+jornais+Di%C3%A1rio+do+Nordeste+e+O+Povo+figuram+no+ranking+dos+50+maiores+peri%C3%B3dicos+em+circula%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil.&site=rssing.com)>

Listado em primeiro lugar na declaração de valores da empresa<sup>9</sup> consta o “comprometimento com o negócio”. Outros princípios que a empresa afirma seguir como políticas internas e editoriais são: credibilidade, ética, independência, responsabilidade socioambiental, a formação da cidadania e a defesa dos valores democráticos. Uma análise mais aprofundada da sua política editorial, além da autodeclarada, entretanto, é necessária.

O DN foi inaugurado em um contexto de transformações políticas em que a prática jornalística era drasticamente afetada pela ditadura militar. A maior parte dos veículos de comunicação era restringida pela censura, pela autocensura ou se aliavam voluntariamente à ditadura, como era o caso d’O Povo – jornal de maior tiragem local. Segundo Vidal (1994), a partir do golpe de 1964, o jornalismo brasileiro passa a enfatizar o noticiário econômico, esportivo e policial. Os problemas e críticas sociais minguaram nas páginas dos periódicos e a cobertura política era restringida. A partir de 1979, o governo ditatorial passava a adotar a prática de envio de *releases*, material chancelado pela ditadura que era publicado na íntegra por jornais como O Povo e a Tribuna do Ceará. O DN, nascido próximo ao período de transição para a democracia, não adotava inteiramente tal prática. Segundo o historiador Braga Neto (2011), o DN foi o primeiro a adotar um controle centralizado das suas publicações, por meio da prática do *copy desk* na redação, alterando *releases* oficiais do governo, assim como textos dos jornalistas de acordo com a política editorial da empresa.

Uma posição não aliada ao regime ditatorial, entretanto, não significa oposição radical ou mesmo a isenção da influência do governo ditatorial e da autocensura sobre a produção jornalística. O faturamento das grandes empresas de comunicação eram então, como são atualmente, significativamente afetados pela verba governamental. Embora o DN divergisse dos maiores jornais locais em relação ao alinhamento com a ditadura, o periódico congregava com seus concorrentes, como observa Braga Neto (2011), um posicionamento antimarxista, ou seja, contrário a um fio ideológico comum que atravessava, em maior ou menor grau, parte significativa dos movimentos sociais de esquerda que combatiam a ditadura. O autor observa que no espectro ideológico conservador em que se situavam as grandes empresas de comunicação cearenses, o DN se colocava como defensor do liberalismo econômico, projeto coerente com o clã empresarial de Edson Queiroz. Um excerto do editorial veiculado na edição de estreia do jornal em dezembro de 1981, expressa esse projeto:

Nutrimos a convicção, no âmbito nacional, de que a forma correta de assegurar a expansão, a diversificação e a consolidação da economia, será a manutenção do sistema da livre empresa que, estimulando a criatividade, ensejando a afirmação do

---

<sup>9</sup>Informações disponibilizadas no Expediente do jornal. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/servicos/expediente-1.1354778/expediente-1.1354778>>

valor individual, concilia-se com a natureza do homem que sente a necessidade de demonstrar sua capacidade e formar um patrimônio que evidencie sua competência.

O “Diário do Nordeste” será um defensor extrênuo [sic] da economia de mercado, pela convicção de que o capitalismo impregnado de justiça social é o único sistema sob o qual há lugar para que cada um utilize suas aptidões, a fim de atingir uma posição de relevo no campo social.<sup>10</sup>

Ao mesmo tempo, então, o DN defendia a ordem capitalista, o direito à propriedade privada, a ideologia do progresso e modernização, da competição, do enriquecimento e liberdade individual, deslegitimava a ideologia revolucionária de esquerda, mas também reconhecia as condições de miséria do estado do Ceará, defendendo a necessidade de crítica às condições socioeconômicas e políticas locais, assim como de soluções eficazes por vias capitalistas. Dessa forma, o periódico se alinhava com a ideologia e projeto dos mudancistas<sup>11</sup>, que defendiam (mas não necessariamente garantiram ou praticaram) um capitalismo socialmente justo e o liberalismo econômico. Como observou Braga Neto (2011, p.190-192) em seu estudo sobre o posicionamento do DN durante a eleição e gestão de Maria Luíza, prefeita filiada ao PT nos anos 80:

Os grandes empresários, com lideranças organizadas no CIC, na FIEC e na FACIC, desde os fins dos anos 1970, tinham decidido se organizar para disputar o poder na democracia que se anunciava. [...]. Tinham grande poder sobre o Diário do Nordeste, como revelaram os editoriais desse órgão de comunicação. O DN propunha o projeto dos grandes empresários do CIC e da FACIC, que envolvia a participação direta deles no jogo democrático e reconhecia que a miséria absoluta poderia ser amenizada, porém através da modernização do capitalismo, de um Estado superavitário e profissionalmente administrado. [...] Ao mesmo tempo, fazendo coro à FIESP e à FEBRABAN em São Paulo, o editorial do DN preocupava-se seriamente com o projeto de esquerda do PT, CUT, Teologia da Libertação e dos sem terras.

Ressaltar como um projeto político atravessa o projeto editorial do DN é fundamental para que possamos analisar as representações do Morro Santa Terezinha que surgem no ambiente do jornal, pois assim compreendemos que são afetadas pelo período de disputas e transformações políticas que inevitavelmente adentraram a prática jornalística, uma vez que boa parte do nosso recorte temporal é marcada pelo processo de redemocratização e suas consequências locais que resultariam na chegada ao poder dos mudancistas Tasso Jereissati e Ciro Gomes no governo e prefeitura, respectivamente. Esses períodos também são os que o Mo.S.T. experimenta maiores transformações e conflitos.

<sup>10</sup> EDITORIAL. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 19 dez. 1981 apud BRAGA NETO, 2011

<sup>11</sup> O grupo Queiroz, proprietário do DN, possui lações familiares com esse grupo político. A esposa de Tasso Jereissati, figura central do movimento mudancista e governador do Ceará na virada para os anos 1990, é filha de Edson Queiroz, fundador do grupo Edson Queiroz e do jornal Diário do Nordeste.



Essa disputa político-eleitoral, de acordo com Braga Neto (2011), chega a influenciar, além de editoriais de Política, até mesmo a cobertura cotidiana da cidade que era realizada pelo DN na seção anexa ao caderno Cidade chamada Jornal dos Bairros (JB). Essa seção era dedicada a contemplar os territórios periféricos da cidade. Embora pautas diversificadas ganhassem espaço ali, os temas principais se tratavam de denúncias e relatos sem aprofundamento crítico dos problemas que assolavam os bairros e comunidades. De fato, essa editoria permitia alguma visibilidade e enunciação dos lugares por comunidades marginalizadas, mas, no entanto, ao mesmo tempo em que dava espaço à voz subalternizada das periferias, o JB as constrangia dentro de *tipo de discurso* (nos aprofundaremos nessa questão ao analisar os textos). Braga Neto (2011, p.113) tenta descrevê-lo:

(...) um problema era descrito como se estivesse sendo revelado para toda a sociedade em sua existência específica. Algumas vezes, pessoas afetadas diretamente eram perguntadas a respeito do problema. Essas pessoas eram tratadas com impessoalidade, desagregadas umas das outras e vistas somente diante do problema escolhido previamente pelo jornalista do DN. Os movimentos organizados dos bairros dificilmente apareciam. Os responsáveis pelos órgãos públicos responsáveis pela solução dos problemas não eram citados, e os próprios órgãos raramente eram nomeados.

O autor identifica que, mesmo nessa seção, a disputa entre as elites político-econômicas representadas pelo DN e a recém-empossada Maria Luíza, do Partido dos Trabalhadores, gerava alterações na cobertura do JB, apresentando “problemas como mais intensos e a população mais organizada e menos resignada” (ibid., p. 113). Em pouco tempo, no entanto, observa o autor, a cobertura do DN na seção dedicada à periferia de Fortaleza retornava à sua prática usual.

Tais indícios da relação do DN com um projeto político e a influência desta sobre seu discurso elencados aqui nos levam a considerá-los em algum grau na análise do *corpus* mesmo fora do momento específico de disputas eleitorais do início da redemocratização. Afinal, os governos mudancistas investiram em um projeto de fomento à indústria do turismo e na gestão da imagem de Fortaleza e do Ceará recorrendo, como vimos anteriormente, a estratégias simbólicas que envolviam a operacionalização de veículos de comunicação, como observam Belmino (2018) e Dantas (2011).

Portanto, a adoção por parte do DN em sua política editorial do mesmo projeto de cidade que propunham os mudancistas não será descartada como chave de leitura para a interpretação de parte dos dados levantados, uma vez que tal relação parece haver adentrado o processo de produção dos textos jornalísticos e, portanto, também os diferentes discursos que

se utilizam e produzem certas representações do Mo.S.T., do Mirante – consolidado como ponto turístico durante a era mudancista – e do próprio Mucuripe, contexto socioespacial do nosso recorte geográfico.

### **5.3 Análise e interpretação dos dados: as representações do Morro Santa Terezinha e do Mirante no Diário do Nordeste**

O processo de análise e interpretação de uma coleção volumosa de textos demanda um desenho de pesquisa que integre dois momentos de trabalho. O primeiro se configura como uma análise longitudinal do *corpus* por meio de procedimentos da AC, conforme a abordagem de Laurence Bardin (1977), na qual o material de pesquisa foi codificado e categorizado em temas que nos permitiram identificar que formas de representação do Morro Santa Terezinha e do Mirante constituem e são constituídas no âmbito do discurso jornalístico do DN. Esse processo também nos permitiu um mapeamento das representações discursivas diretas nos textos – ou seja, a categorização dos grupos sociais (e, portanto, tipos ideais de sujeitos sociais enunciadores) chamados a compor o discurso jornalístico sobre o Santa Terezinha através de citações diretas.

O segundo momento se configura como a fase de interpretação dos dados produzidos pela análise temática, valendo-se de inferências produzidas por meio da correlação das categorias produzidas com a contextualização histórica do Santa Terezinha e por meio da utilização de procedimentos da ADC, a partir da proposta teórico-metodológica de Norman Fairclough (2001), de forma que possamos compreender os investimentos ideológicos das representações do Morro Santa Terezinha e do Mirante de Fortaleza.

#### **5.3.1. Determinações técnicas do processo de codificação**

Bardin (1977) entende que a codificação do material é uma transformação dos dados brutos proporcionados pelos textos de maneira criteriosa, por meio do recorte, agregação e enumeração dos mesmos, de forma a produzir uma representação do conteúdo analisado. Esse processo fundamental para a análise de conteúdo categorial, no entanto, não é simples e exige que algumas tomadas de decisões metodológicas sejam explicitadas.

Antes de tudo deve-se deixar evidente a definição de hipóteses ou problemática que orientam os procedimentos técnicos adotados, de forma a evidenciar o elo entre os dados dos textos codificados e o quadro teórico da pesquisa/pesquisador. Como resume a autora:

“torna-se necessário saber a razão *porque é que* se analisa, e explicitá-lo de modo a que se possa saber *como* analisar” (ibid., p. 103).

A razão da nossa investigação – o nosso problema de pesquisa – foi exposta ao longo dos capítulos teóricos, mas retornamos a ela de forma resumida: investigamos a produção ideológica de representações de um espaço em disputa por diferentes grupos sociais (o Morro Santa Terezinha) que atravessam as páginas do jornal DN e buscamos relacioná-las às dinâmicas de poder simbólico inerentes à produção capitalista do espaço urbano e da sociedade de consumo. A seguinte hipótese orientou nossa coleta e análise dos dados: o jornal se constitui como ferramenta e ambiente de construção da dimensão simbólica de territorialidades de grupos que possuem maior acúmulo de poder, operando como meio de representação do espaço, tornando-o consumível, adequado e integrado aos territórios de consumo na cartografia simbólica da cidade das classes privilegiadas.

Definidos os pontos de partida teóricos da pesquisa, algumas decisões técnicas, segundo Bardin (1977), devem antecipar a análise e a leitura da mesma. Os procedimentos que entendemos que devem ser explicitados imprescindivelmente são: a definição das unidades de registro, as regras de contagem e a definição das categorias (apresentada na seção seguinte).

As unidades de registro definem os elementos do texto a se ter em conta, os segmentos de conteúdo que serão a unidade mínima de codificação e que serão agrupados em categorias analíticas. É preciso observar sua pertinência tanto ao problema de pesquisa quanto à característica do material analisado. Dessa forma, definimos como unidade de registro o *tema*, optando por um recorte de natureza puramente semântica e livre de limitações formais/linguísticas. D’Unrug (1974 apud BARDIN, 1977) define o tema como

uma unidade de significação complexa, de comprimento variável; a sua validade não é de ordem linguística, mas antes de ordem psicológica: podem constituir um tema, tanto uma afirmação como uma alusão; inversamente, um tema pode ser desenvolvido em várias afirmações (ou proposições). Enfim, qualquer fragmento pode reenviar (e reenvia geralmente) para diversos temas.

Realizar uma análise ou codificação temática significa que observamos recortes de sentido, nos levando a codificar, em termos de forma, trechos que variam de palavras a parágrafos ou conjuntos fotografia-legenda, uma vez que buscamos, como explica Bardin (1977), núcleos de sentido pertinentes à pesquisa que compõem o conteúdo das mensagens, pois o tema é “uma unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”.

A regra de enumeração diz respeito à maneira de contabilizar os registros e gerar resultados numéricos significativos. Há diversas formas de contabilizar os registros codificados que se adequam a diferentes problemas (presença, frequência, ordem de ocorrência, co-ocorrência, assim como a atribuição pesos, direção etc.). Tratando-se de um *corpus* extenso e de uma análise temática que se abstém de analisar em grande profundidade aspectos formais da língua, nos limitamos aqui a contabilizar a presença e a frequência dos temas, pois estes serão os indicadores mais produtivos para nosso estudo.

Além da codificação do conteúdo conforme as determinações acima, o *corpus* também foi classificado descritivamente, isto é, segundo características relacionadas à veiculação, formato, tipologia, assuntos gerais dos textos, entre outros. Esse processo de análise geral, externa ao conteúdo, resultou em classificações que denominaremos de categorias descritivas, que também serão tomadas como dados.

Explicitados os detalhes técnicos da codificação, nos debruçamos sobre a análise dos dados resultantes desse processo. Iniciaremos com a apresentação dos resultados do processo de categorização descritivo e temático. Em seguida, prosseguimos para o processo final de produção de inferências, realizado através da interpretação dos dados tabulados e da análise de discurso de alguns fragmentos dos textos.

### ***5.3.2 O processo de categorização do corpus: sintetizando representações<sup>12</sup>***

#### *5.3.2.1 Apresentação das categorias descritivas: as especificidades formais do corpus de pesquisa*

A apresentação das categorias e os registros de frequências do processo complementar de classificação descritiva dos textos constam na Tabela 3 abaixo. A distribuição das frequências de cada categoria ao longo de recorte temporal da pesquisa pode ser visualizada nos gráficos disponibilizados no Anexo 1. Ao longo da análise dos dados, os gráficos referenciados serão reproduzidos no corpo do texto para melhor ilustrar nossos argumentos.

---

<sup>12</sup> Ao longo das etapas de análise pode interessar ao leitor prosseguir a leitura ao lado dos gráficos disponibilizados no Anexo 1, pois, apesar de disponibilizados os dados essenciais para ilustrar nossos argumentos ao longo do texto, é possível se aprofundar nos dados analisados em maiores detalhes e avaliar nossa análise com maior profundidade.

Tabela 2 – Contabilização das categorias descritivas

Categorias Descritivas	Classificação/Quantidade de textos																	
	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ano de veiculação do texto:	14	9	11	4	8	6	3	7	2	5	14	10	10	9	12	11	6	5
Caderno / Editoria a qual pertence o texto	Bairros			Cidade				Policial			Cultura/Lazer							
	78			45				12			11							
Tipologia do texto	Nota			Reportagem				Entrevista			Notícia							
	2			16				1			127							
Tamanho do texto	Grande (>25% da página)				Médio (>15% e <25% da página)						Pequeno (<15% da página)							
	75				30						41							
Presença de imagem no texto	Presença de Imagem								Ausência de Imagem									
	103								43									
Qualidade da referência ao lugar nos títulos	Não cita lugar		Cita "Santa Terezinha"		Cita "Mirante", "Praça", "Restaurantes" ou equivalente				Cita "Morro", "Conjunto" ou equivalente			Cita "Comunidade", "Moradores" ou equivalente						
	75		47		15				5			4						
Presença do lugar no lead do texto	Lugar citado no Lead								Lugar não citado no Lead									
	98								48									
Grau de importância do lugar para o texto	Central ou muito relevante				Tópico/seção do texto ou passagem longa						Menção ou referência curta							
	68				18						60							

Fonte: produzido pelo autor

### 5.3.2.2 Apresentação das categorias temáticas: as formas de representação do Morro Santa Terezinha

As categorias temáticas são produto da iteração de processos indutivos e dedutivos de codificação do material e da classificação das unidades de sentido registradas. A abordagem indutiva de análise temática determina os códigos e categorias a partir dos temas encontrados nos textos de maneira não dirigida por *a priori* teóricos/hipotéticos, buscando elaboração teórica posterior à etapa de codificação; enquanto a abordagem dedutiva determina

códigos a serem buscados nos textos a partir de um referencial teórico e de hipóteses previamente construídas a serem testadas.

As duas abordagens foram utilizadas em rodadas de codificação distintas, gerando o resultado final de 1.347 unidades registradas em 67 temas. Estes temas foram rearranjados em 18 subcategorias que, por sua vez, foram agrupados em 5 categorias temáticas relacionadas diretamente ao quadro teórico da pesquisa. O elevado número de registros se deve ao fato de que um trecho frequentemente contém múltiplos temas, ou porque um tema, por vezes, é resultado da articulação de mais de uma unidade semântica. Cada tema, no entanto, é classificado em uma única categoria e contabilizado uma única vez, respeitando o princípio da exclusão mútua, elencado por Bardin (1977) como um princípio a ser observado para evitar ambiguidades geradas pelo que a autora chama de multicodificação. O diagrama apresentado na Figura 30 ilustra esse processo e demonstra as classificações dos temas em subcategorias e estas em categorias temáticas.

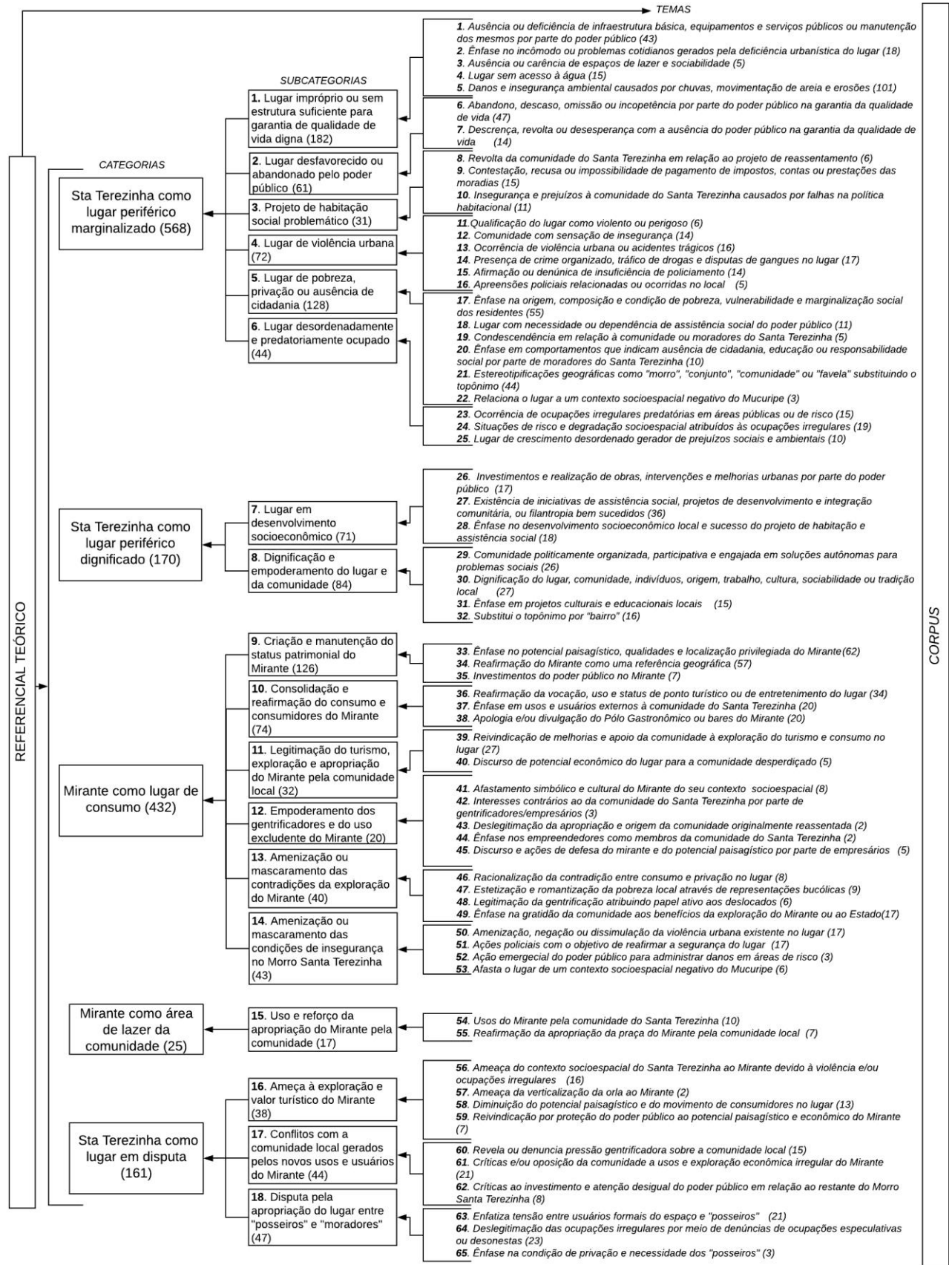
Limitar-nos-emos a expor aqui as subcategorias e categorias temáticas. A lista e contabilização completa dos temas, subcategorias, categorias temáticas, assim como suas distribuições detalhadas ao longo do recorte temporal, podem ser visualizadas em detalhes no Anexo 1 da pesquisa.

As subcategorias criadas a partir dos temas identificados na totalidade do material analisado e o conteúdo que estas agregam são apresentados na Tabela 3 abaixo.

A partir da condensação do conteúdo codificado em 18 subcategorias, 5 grandes categorias temáticas foram construídas, partindo do referencial teórico e do problema de pesquisa, compilando cinco grandes formas gerais de representações espaciais nos 146 textos distribuídos entre os 18 anos do recorte temporal. Essa terceira etapa de rearranjo dos temas se dá pela necessidade de persistir na condensação do conteúdo para se alcançar um número gerenciável de categorias para a realização de uma análise eficiente.

As categorias temáticas, sua contabilização e distribuição temporal são apresentadas a seguir tomando como ilustração para todas elas os gráficos 1 e 2. Reproduziremos os gráficos que mostram a distribuição das subcategorias componentes das categorias temáticas apresentadas, mas evitaremos qualquer interpretação dos dados nesse momento, pois o intuito é apresentar uma visão geral do resultado da categorização antes de prosseguirmos para a fase de interpretação.

Figura 30 – Diagrama ilustrativo do processo de categorização temática do *corpus*



Fonte: produzido pelo autor

Tabela 3 – Apresentação das subcategorias temáticas

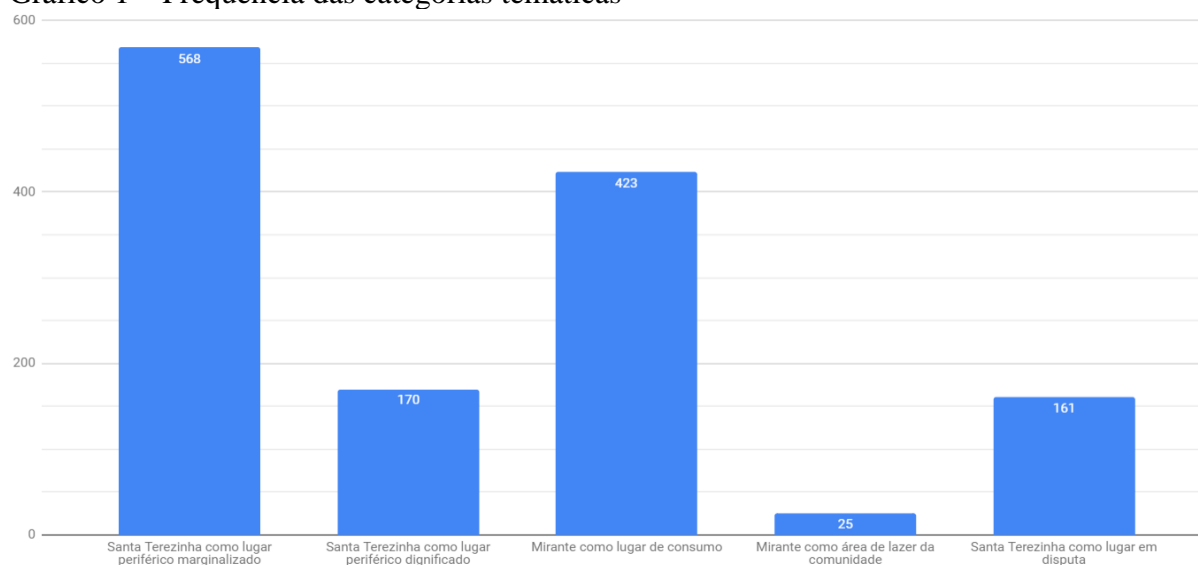
SUBCATEGORIA TEMÁTICA	CONTEÚDO COMPILADO
Lugar impróprio ou sem estrutura suficiente para garantia de qualidade de vida digna	Trechos que retratam o Morro Santa Terezinha como lugar danificado, carente de infraestrutura, equipamentos e serviços necessários para a mínima qualidade de vida urbana ou como área imprópria para habitação.
Lugar desfavorecido ou abandonado pelo poder público	Trechos que retratam o Morro Santa Terezinha e sua comunidade como abandonados, desfavorecidos ou marginalizados pela omissão ou prestação de serviços de má qualidade pelo poder público.
Projeto de habitação social problemático	Trechos que retratam o projeto de reassentamento da comunidade no Conjunto Santa Terezinha como problemático, desacreditado pela própria comunidade e gerador de prejuízos para a cidade, meio ambiente ou os próprios moradores.
Lugar de violência urbana	Trechos que retratam o Morro Santa Terezinha como lugar perigoso, inseguro, como <i>lôcus</i> de ações policiais, ou lugar de morada ou ameaçado por delinquentes, gangues e/ou presença de tráfico de drogas.
Lugar de pobreza, privação ou ausência de cidadania	Trechos que retratam ou enfatizam a condição de pobreza, privação ou penúria, a vulnerabilidade social e a necessidade urgente de assistência social da comunidade residente, estigmatizando tanto o lugar através de estereótipos geográficos como a comunidade através de estereótipos sociais e ênfase em comportamentos repreensíveis pelas classes privilegiadas.
Lugar desordenadamente e predatoriamente ocupado	Trechos que retratam o lugar como um espaço caótico, desordenado, informalmente, irregularmente ou desaconselhadamente ocupado de maneira precária de forma a gerar degradação social e ambiental.
Lugar em desenvolvimento socioeconômico	Trechos que retratam o lugar e a comunidade como em desenvolvimento, assistida socialmente pelo Estado de forma positiva, alvo de investimentos em urbanização e em processo de superação de carências e problemas socioespaciais gerados pela pobreza.
Dignificação e empoderamento do lugar e da comunidade	Trechos que retratam o lugar e a comunidade como politicamente organizados e atuantes, culturalmente autênticos, orgulhosos do lugar, possuidores de cidadania, valorizando os modos de vida e projetos locais e/ou não utilizando estereótipos geográficos estigmatizados ao se referir ao lugar.
Criação e manutenção do status patrimonial do Mirante	Trechos que enfatizam o valor patrimonial do mirante do Morro Santa Terezinha, reforçando seu potencial paisagístico, elencando suas qualidades como lugar especial ou exótico, referindo-se ao local como lugar em seu próprio direito, capitalizando sua inicial, referenciando-o independente de relação com o Morro Santa Terezinha ou com o Mucuripe.
Consolidação e reafirmação do consumo e consumidores do Mirante	Trechos que enfatizam os usos turísticos, de entretenimento ou lazer noturno, comercial ou gastronômico do Mirante e/ou Morro Santa Terezinha, reforçando seu potencial produtivo ou vocação, assim como sua adoção como <i>point</i> boêmio ou cultural, divulgando usos e reafirmando a presença e pertença de usuários <i>outsiders</i> ao lugar.
Legitimação do turismo, exploração e apropriação do Mirante pela comunidade local	Trechos que enfatizam, evocam ou sugerem o apoio da comunidade do Santa Terezinha em relação à exploração econômica/turística do Mirante
Empoderamento dos gentrificadores e do uso excludente do Mirante	Trechos que empoderam a apropriação dos gentrificadores (empresários e/ou moradores) em relação ao Morro Santa Terezinha e/ou o Mirante, enfatizando seu lugar na comunidade, deslegitimando a apropriação da comunidade local em desavenças e vinculando símbolos e práticas culturais, como shows de <i>jazz</i> , <i>blues</i> ou Bossa Nova, distantes do contexto sociocultural do Morro Santa Terezinha.



Amenização ou mascaramento das contradições da exploração do Mirante	Trechos que dissimulam, racionalizam ou escondem os conflitos e contradições do processo de gentrificação do entorno do mirante do Morro Santa Terezinha, que estetizam ou mascaram a condição de pobreza local e dão ênfase aos benefícios da exploração do Mirante para a comunidade do Morro Santa Terezinha.
Amenização ou mascaramento das condições de insegurança no Morro Santa Terezinha	Trechos que diminuem, negam, amenizam ou dissimulam a ocorrência de violência urbana no entorno do Mirante e/ou do Morro Santa Terezinha.
Uso e reforço da apropriação do Mirante pela comunidade	Trechos que enfatizam o uso e a apropriação da Praça do Mirante pela comunidade local, representam o local como espaço de lazer, reunião, de eventos e simbólico da comunidade residente no Morro Santa Terezinha.
Ameaça à exploração e valor turístico do Mirante	Trechos que retratam o Mirante boêmio como um patrimônio ameaçado ou em declínio devido aos problemas do seu contexto socioespacial, como ocupações irregulares e violência, à falta de atenção ou investimento do poder público ou à verticalização da orla do Mucuripe.
Conflitos com a comunidade local gerados pelos novos usos e usuários do Mirante	Trechos que revelam a sensação/receio de perda da comunidade local em relação ao Mirante ou às suas residências, insatisfação com ou oposição aos novos usos e usuários do Mirante boêmio, assim como críticas ao investimento/desenvolvimento desigual por parte do Estado na área.
Disputa pela apropriação do lugar entre "posseiros" e "moradores"	Trechos que enfatizam e revelam conflitos entre o grupo constituído por moradores formais do Morro Santa Terezinha (podendo incluir os gentrificadores) e o grupo constituído por famílias que ocupam irregularmente espaços públicos, de proteção ambiental ou de risco naquela área.

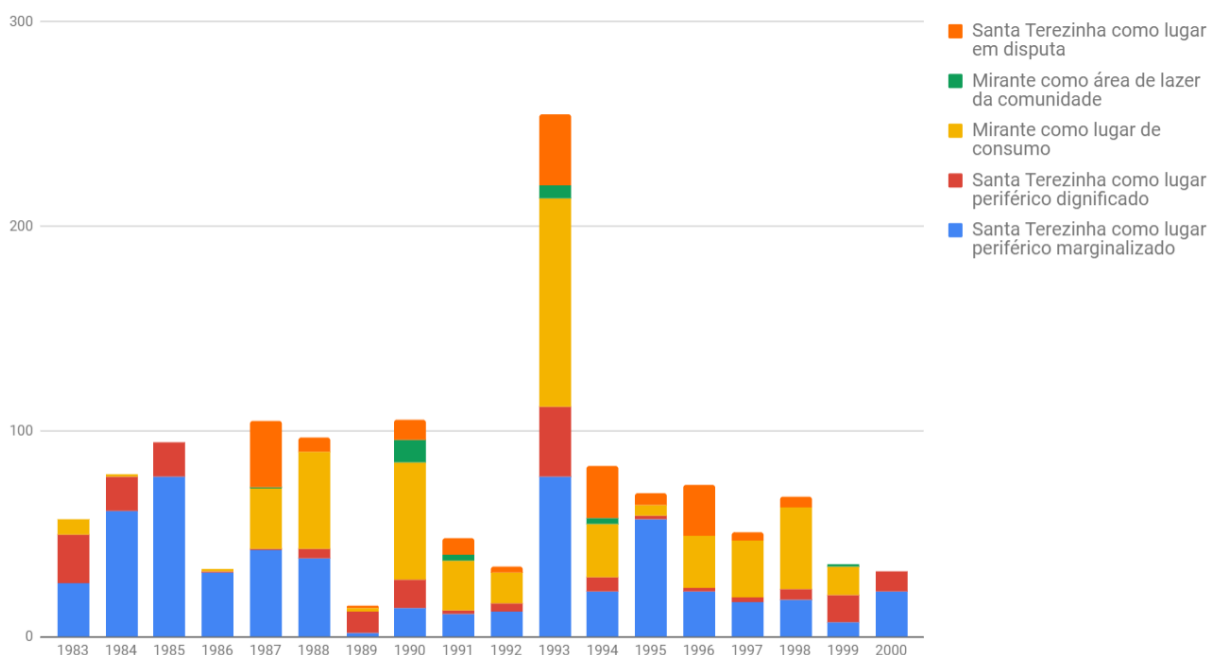
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 1 – Frequência das categorias temáticas



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 2 – Distribuição de categorias temáticas entre 1983-2000



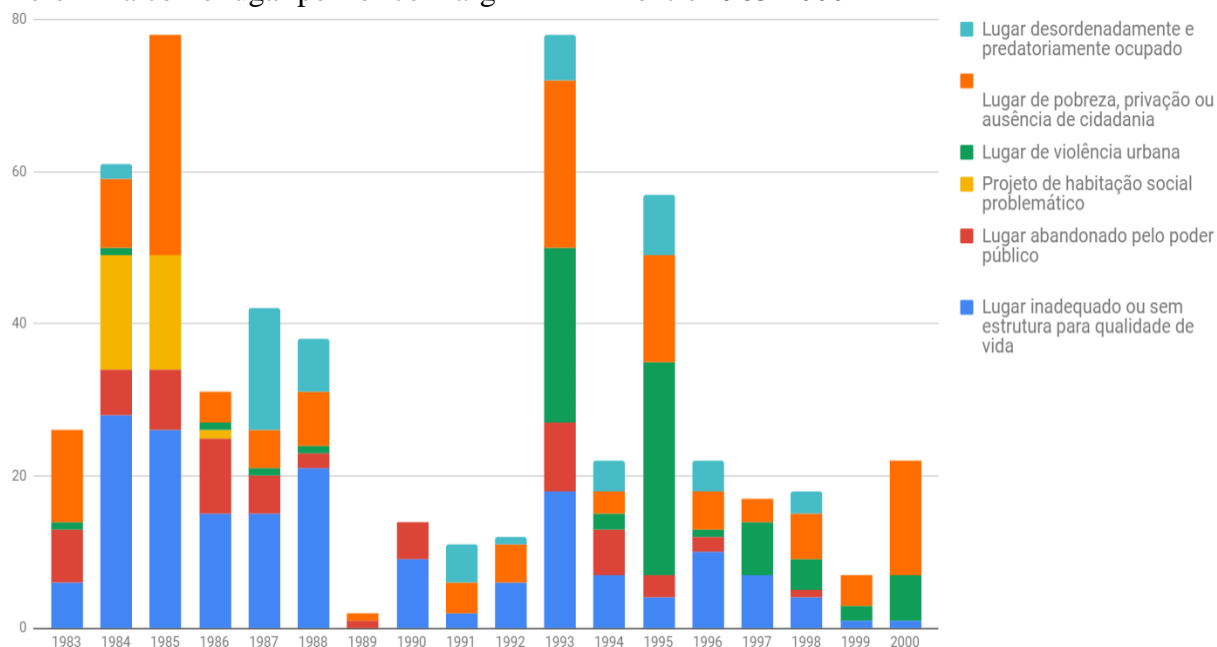
Fonte: produzido pelo autor

**a) Santa Terezinha como lugar periférico marginalizado:** representações do Morro Santa Terezinha e de sua comunidade reassentada como lugar problemático, enfatizando aspectos negativos como a ausência de urbanização, marginalização do lugar e ausência de Estado, a associação à violência urbana, crescimento desordenado, degradação socioambiental e a problemas gerados por ocupações em áreas de risco, como alagamentos e desmoronamentos. Também entram aqui ênfases em aspectos/condições negativas da comunidade, como a condição de pobreza, fome, desemprego, a generalização de situações de privação e miséria e a ênfase em comportamentos e grupos estigmatizados.

Tais temáticas são frequentemente associadas às reivindicações e denúncias de problemas urbanos por moradores ou lideranças. Mas, embora a publicação de reivindicações comunitárias, de certa forma, possa produzir representações favoráveis da comunidade, empoderando-a através da visibilidade de seus discursos de exigência do direito à cidade, a representação de lugar-problema permanece mais evidente, pois tais reivindicações e denúncias são cíclicas, construídas de forma semelhante às reivindicações e problemas de outros lugares periféricos, e amiúde não são acompanhadas de soluções ou posições do poder público, reforçando a representação de lugar à margem naturalizada.

Essa forma de representação do espaço é a mais frequente no material analisado. Observando o Gráfico 2, é possível constatar que também se trata da forma mais consistentemente presente ao longo do recorte temporal.

Gráfico 3 – Distribuição das subcategorias componentes da categoria temática “Santa Terezinha como lugar periférico marginalizado” entre 1983-2000



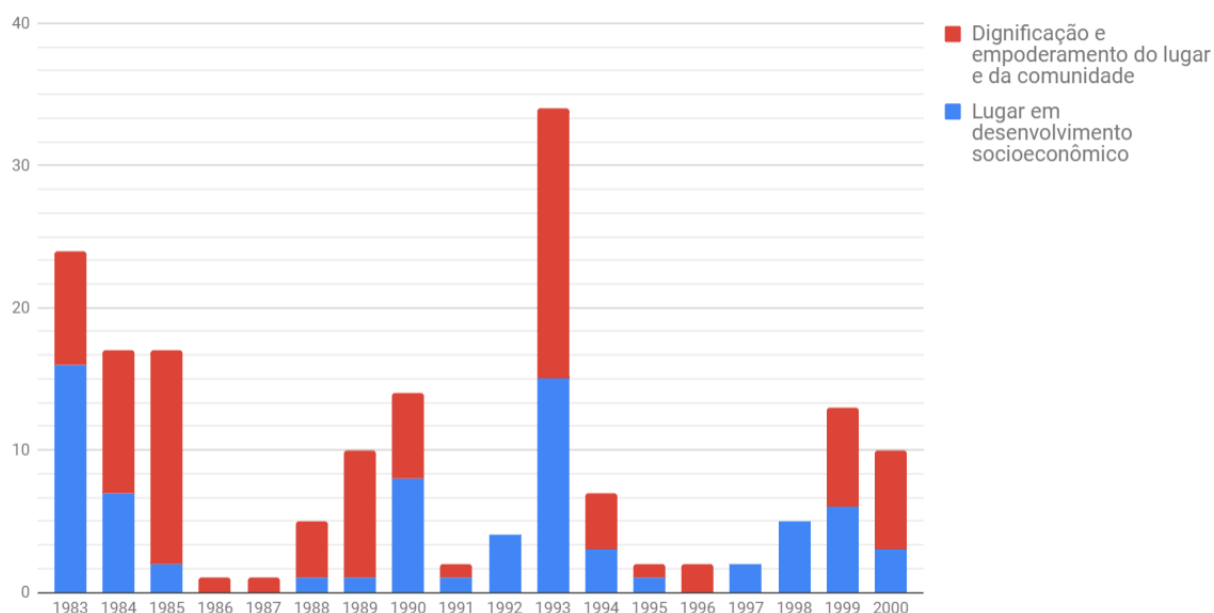
Fonte: produzido pelo autor

**b) Santa Terezinha como lugar periférico dignificado:** as representações opostas àquelas estigmatizantes, argumentamos, são as que dignificam o lugar sem recorrer à dissimulação da realidade local. Trata-se de uma linha, por vezes, tênue. Essa categoria condensa trechos que produzem representações de um lugar em desenvolvimento socioeconômico, de avanços de qualidade de vida da comunidade residente, enfatizando investimentos públicos em urbanização, equipamentos e serviços, resultados positivos de assistência social estatal e filantrópica, assim como retratos positivos da comunidade, valorizando sua cultura, organização política, sociabilidade, indivíduos residentes e relação da comunidade com o lugar.

As ocasiões em que respostas concretas às reivindicações da comunidade produzem representações do Morro Santa Terezinha, empoderando a apropriação da comunidade, estão classificadas nessa categoria temática.

Essa representação do Morro Santa Terezinha surge no *corpus* com significância intermitente. Sua frequência é razoavelmente significativa em relação a outras formas de representação do lugar, mas, sendo distribuída em pequenas frequências ao longo do recorte temporal, não se mostra em nenhum momento como representação dominante na amostra da cobertura analisada (Gráfico 2).

Gráfico 4 – Distribuição das subcategorias componentes da categoria temática “Santa Terezinha como lugar periférico dignificado” entre 1983-2000



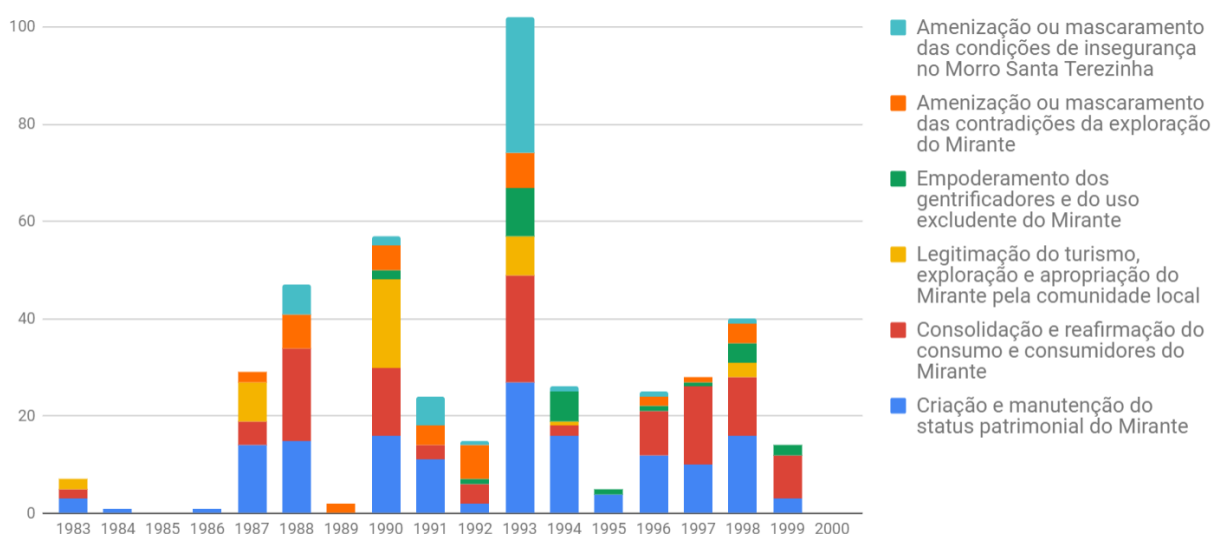
Fonte: produzido pelo autor

c) **Mirante como lugar de consumo:** são classificadas nessa categoria as passagens que valorizam o Mirante como lugar de turismo/consumo e o diferenciam de alguma forma do seu contexto socioespacial com tal. Estão presentes os temas que enquadram o Mirante, não como ponto geográfico, uma praça ou área de lazer da comunidade, mas como um *point* boêmio, lugar privilegiado pelo seu potencial paisagístico, turístico e de entretenimento noturno, frequentado e visitado por “nativos” e “turistas”, polo gastronômico, lugar de shows de *jazz*, bossa nova e MPB. Entram também as construções que reforçam os usos, os usuários e as práticas de consumo das classes médias.

Além disso, compõem essa forma de representação os discursos que legitimam de diversas maneiras a apropriação de parte do território do Morro Santa Terezinha por empresários, novos moradores das classes privilegiadas e consumidores, sejam estes turistas ou não. Discursos que dissimulam ou justificam de alguma forma o conflito pelo Mirante, a especulação imobiliária na área, a gentrificação e também discursos que mitigam ou mascaram problemas socioespaciais inaceitáveis por grupos privilegiados, tornando o Mirante além de território legítimo das classes médias, em livre de contradições e seguro.

Essa forma de representação do espaço é bastante significativa e passa a ocupar efetivamente as páginas do DN a partir de 1987, configurando-se ao longo da década de 90, contraditoriamente, como representação dominante no material coletado em paralelo àquelas estigmatizantes (Gráfico 2). À semelhança das características de distribuição das outras categorias apresentadas, esta também apresenta maior concentração no ano de 1993.

Gráfico 5 – Distribuição das subcategorias componentes da categoria temática “Mirante como lugar de consumo” entre 1983-2000

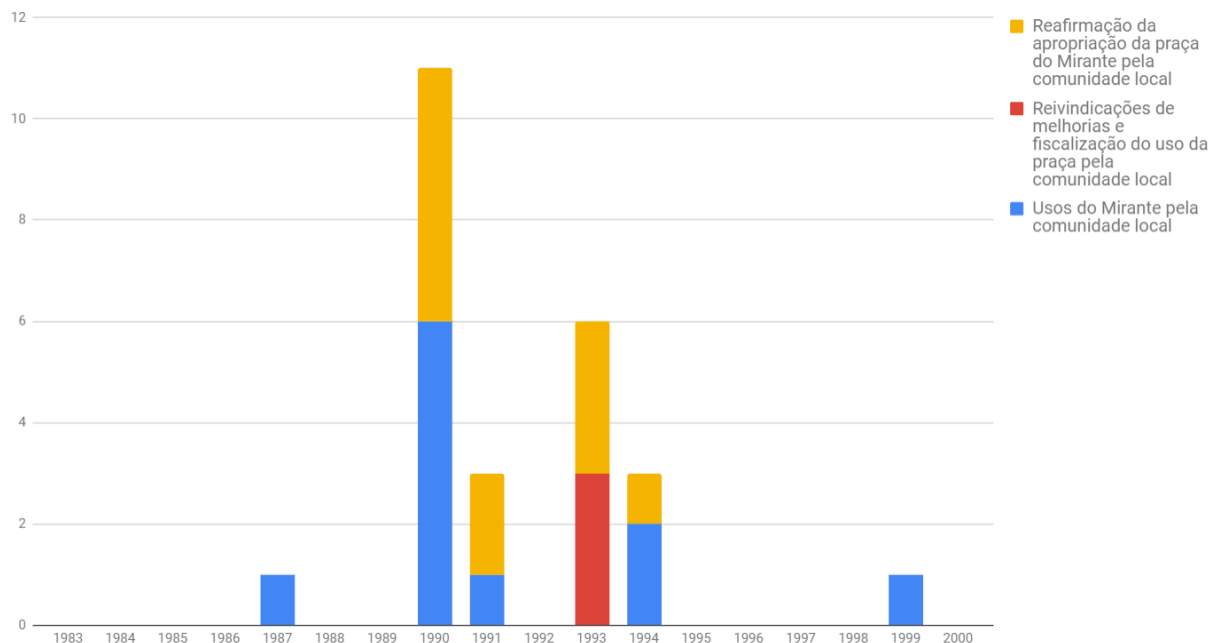


Fonte: produzido pelo autor

**d) Mirante como área de lazer da comunidade:** constituem essa forma de representação os trechos que reforçam a apropriação da Praça do Mirante pelos residentes do morro, representando o lugar como espaço de valor simbólico, de lazer, cultura e sociabilidade da comunidade do Morro Santa Terezinha, englobando a divulgação de festivais culturais, usos de lazer pelas crianças locais e reivindicações por melhorias e manutenção por parte do poder público para garantir o uso e a permanência dos residentes do morro ali.

Trata-se de uma forma de representação do Mirante que é marcada mais por sua ausência como um todo nos textos analisados do que pelo registro de sua presença. Destaca-se uma pequena ênfase dada a essa forma de representação do Mirante no ano de 1990, ano de inauguração da Praça. A distribuição dos registros dessa categoria mostra que se trata de uma forma de representação de pouca significância nas páginas DN que raramente compõe os textos analisados (Gráfico 2).

Gráfico 6 – Distribuição dos temas componentes da categoria temática “Mirante como área de lazer da comunidade” entre 1983-2000

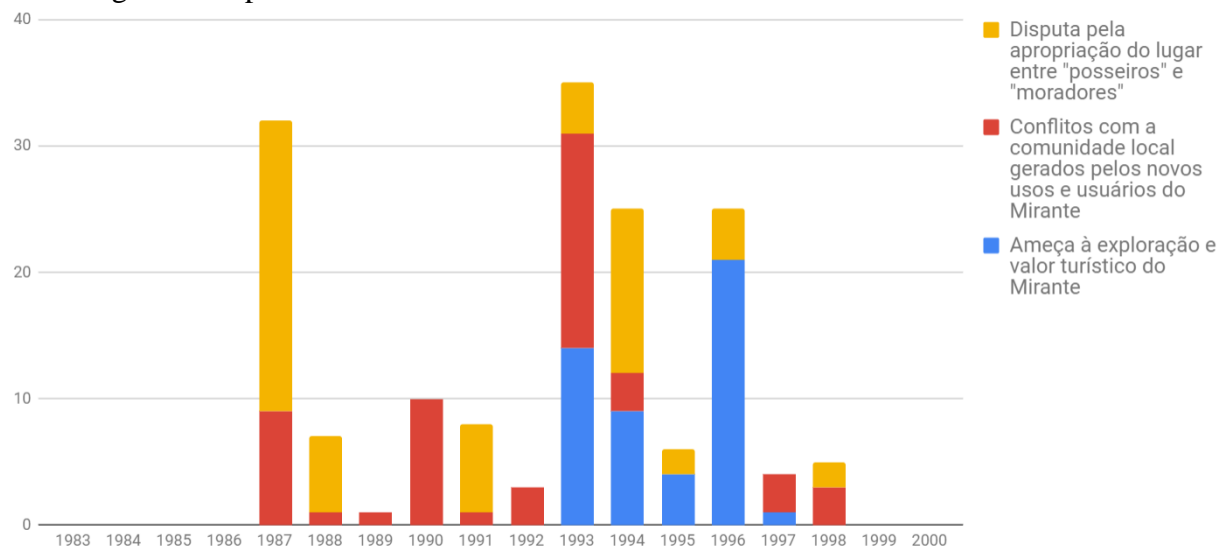


Fonte: produzido pelo autor

**e) Santa Terezinha como lugar em disputa:** os trechos que revelam o conflito pela apropriação do território do Morro Santa Terezinha por diferentes grupos sociais estão classificados nessa forma de representação. Trata-se de uma categoria heterogênea, em certo sentido, pois os discursos dos diferentes agentes produzem representações distintas que tem em comum apenas a sua forma em disputa. Os discursos de defesa do Mirante boêmio contra ocupações irregulares, a violência urbana ou o abandono das gestões; as passagens que evidenciam os conflitos de interesses entre moradores do conjunto e famílias que ocuparam as encostas do morro; as denúncias de usos abusivos da Praça do Mirante e o discurso de perda do lugar dos moradores; todos constituem formas de representar o espaço como objeto de disputa.

Embora apresente uma frequência razoavelmente significativa no *corpus*, semelhante às representações dignificadoras da comunidade do Santa Terezinha, sua distribuição ao longo do tempo é distinta. O Gráfico 3 mostra que essa forma de representação surge a partir de 1987 e é veiculada ao longo de boa parte dos anos 90. Os baixos registros e picos intermitentes de maior frequência, evidenciam que, apesar de as disputas territoriais serem um processo constante na história do Morro Santa Terezinha, apenas algumas manifestações desses conflitos em andamento movimentavam o discurso jornalístico.

Gráfico 7 – Distribuição dos temas componentes da categoria temática entre “Santa Terezinha como lugar em disputa” 1983-2000



Fonte: produzido pelo autor

Findas as categorias temáticas, apresentamos os registros das representações de discurso diretas, onde registramos os grupos sociais que eram chamados a compor o discurso jornalístico. Cada grupo social cujo discurso foi representado entre aspas simples foi registrado uma única vez por texto e classificado nas seguintes categorias:

**Voz de Movimentos Sociais:** todos os representantes de movimentos sociais, associações, sindicatos ou filantropos;

**Voz do Poder Público:** toda figura de autoridade ou funcionário público;

**Voz dos “Posseiros”:** todo indivíduo participante de ocupações irregulares, lideranças ou não;

**Voz de Outsiders em Geral:** todo indivíduo sem relação alguma com o lugar, ou seja, que não sejam moradores, empresários locais, consumidores, ocupantes, representantes do estado, lideranças sociais ou comunitárias;

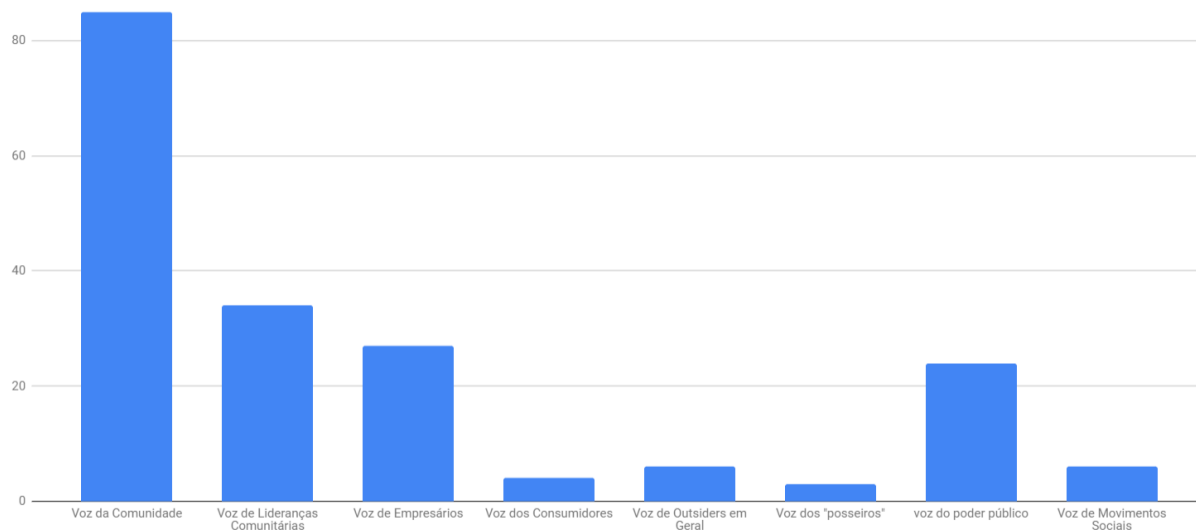
**Voz dos Consumidores:** todo indivíduo entrevistado enquanto consumidor, frequentador, visitante ou turista;

**Voz dos Empresários:** indivíduos que se identificam como empresários, gerentes, donos de restaurante que atuam no Mirante. Moradores donos de restaurantes foram identificados como empresários;

**Voz da Liderança Comunitária:** indivíduos identificados como líder comunitário local ou pertencente à Associação de Moradores do Morro Santa Terezinha ou instituição equivalente;

**Voz da Comunidade:** indivíduos identificados como moradores do Morro Santa Terezinha.

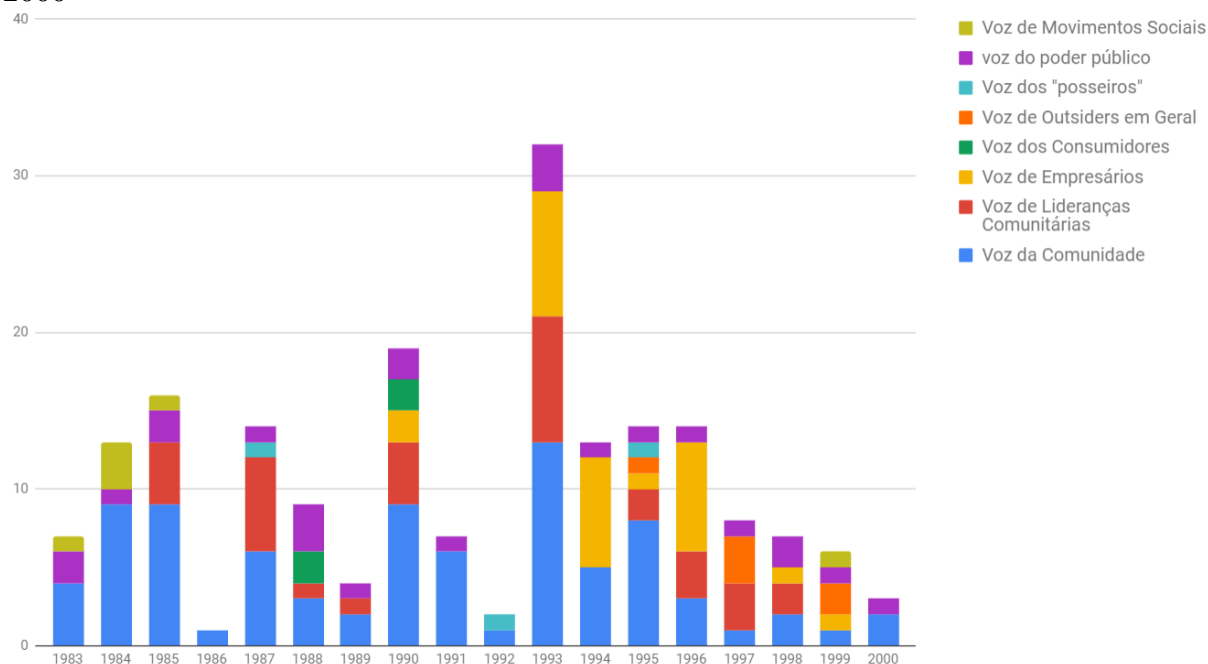
Gráfico 8 – Frequência da classificação da interdiscursividade direta



Fonte: produzido pelo autor



Gráfico 9 – Distribuição da classificação da interdiscursividade direta entre 1983-2000



Fonte: produzido pelo autor

A representação de discurso mais presente ao longo dos anos é a dos moradores do morro, seguida da liderança comunitária local, colocando representantes da comunidade como os mais presentes no discurso jornalístico em relação ao Morro Santa Terezinha. Empresários e o poder público são significativamente presentes e os discursos de ocupantes informais, movimentos sociais e consumidores são notavelmente baixos.

As análises realizadas a seguir não serão inflexíveis, invariavelmente fixas no nível mais condensado de conteúdo das categorias temáticas, por vezes sendo necessário um retorno aos registros menos sintetizados para a interpretação minuciosa do conteúdo e dos discursos dos textos.

### 5.3.3 A interpretação dos dados<sup>13</sup>

#### 5.3.3.1 Comentários sobre a integração da AC à ADC

Partimos para a etapa de interpretação dos dados, onde analisaremos os discursos que atravessam os textos do DN e investem ideologicamente as representações do Mo.S.T. em diferentes períodos e em momentos de transformação de territorial.

<sup>13</sup> Pode interessar ao leitor ler as páginas seguintes ao lado do Anexo 3, que compila todos os gráficos reproduzidos no corpo do texto da dissertação. A leitura do texto se tornará mais fluida dessa forma.

A análise inferencial dos dados relacionando a categorização temática à contextualização histórica será complementada por procedimentos do modelo teórico-metodológico de ADC proposta por Fairclough (2001). Portanto, analisaremos textos relevantes segundo o entendimento de que eventos discursivos devem ser observados em três dimensões simultâneas: como prática discursiva, como texto e como prática social. A tais dimensões Fairclough correlaciona diferentes pontos de análise a serem observados, ou seja, respectivamente, pontos relacionados a processos de produção e consumo de textos (intertextualidade e interdiscursividade), pontos relacionados à forma, superfície, organização textual (análise linguística propriamente dita), e pontos relacionados à interpretação dos textos à luz da prática social em que se situa o discurso (a natureza da prática social que a prática discursiva compõe).

Não cumprimos, entretanto, todas as instâncias de análise presentes em sua proposta, uma vez que “em qualquer análise particular algumas das categorias são provavelmente mais relevantes e úteis que outras, e os analistas provavelmente desejam focalizar um pequeno número de categorias” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 282). Este é o caso dessa pesquisa. Embora reconheçamos possíveis perdas analíticas, optamos por trabalhar com uma análise linguística superficial (limitando-nos ao estudo da lexicalização, figuras de linguagem, estrutura textual) e focar em aspectos da prática discursiva e na matriz social dos discursos. Tal decisão se faz necessária por não possuímos a expertise necessária para análises linguísticas profundas e por que estas, de qualquer forma, não seriam viáveis para abordar um *corpus* tão extenso, ainda que codificado. O modelo de Fairclough é otimizado, segundo o próprio autor, para a análise de pequenas amostras de discursos. No entanto, este defende que sua proposta não se constitui como um esquema de procedimentos fixo e rígido que atende a todas as análises discursivas, mas sim como diretrizes e indicações de pontos gerais que se aplicam a qualquer análise de discurso que compartilhe seu mesmo objetivo de compreender as relações entre linguagem, poder e transformações sociais.

Assim, a partir das inferências da AC realizaremos o que Fairclough (2001) define como “pontos críticos” ou “momentos de crise” ao longo do *corpus*. A demarcação desses momentos é uma estratégia importante para a amostragem de materiais extensos que passam por processos de codificação para a realização de análise de discurso, pois apontam

momentos do discurso onde há evidência de que as coisas estão caminhando de maneira errada: algum distúrbio a exigir que os participantes reparem um problema de comunicação, por exemplo, mediante solicitações ou ofertas de repetições, ou mediante a correção de um(a) participante por outro(a); disfluências excepcionais (hesitações, repetições) na produção de um texto; silêncios; mudanças súbitas de

estilo. (...) Tais momentos de crise tornam visíveis aspectos de práticas que devem ser normalmente naturalizados e, portanto, dificultar a percepção; mas também mostram mudança no processo, formas reais pelas quais as pessoas lidam com a problematização das práticas. (ibid., p.281)

Embora esta seja uma estratégia proposta para codificações de *corpus* formados por conversações ou falas em geral, entendemos que é metodologicamente válida para o nosso objetivo. Os marcos indicadores de mudanças significativas no conteúdo identificadas através da AC indicam “distúrbios” que esgarçam e tornam salientes as operações ideológicas que buscam reparar o “problema de comunicação” da dissonância entre representações do espaço e sua apropriação. Por textos relevantes para a ADC, portanto, entendemos as amostras que serão chamadas como testemunhas a depor pelas inferências produzidas pela relação entre a contabilização dos registros categorizados da AC e o estudo histórico do Mo.S.T.

Dividiremos a análise, então, segundo os períodos temporais definidos no capítulo anterior (Tabela 1) e não por categorias temáticas. Tal forma de exposição é mais frutífera, pois permite observar a relação entre formas de representação do Mo.S.T. em diferentes momentos históricos, visualizando melhor suas transformações e, portanto, o exercício do poder simbólico por trás da representação do espaço no/pelo discurso jornalístico.

### *5.3.3.2 O morro dos pescadores (1983-1986): o discurso controlado da periferia*

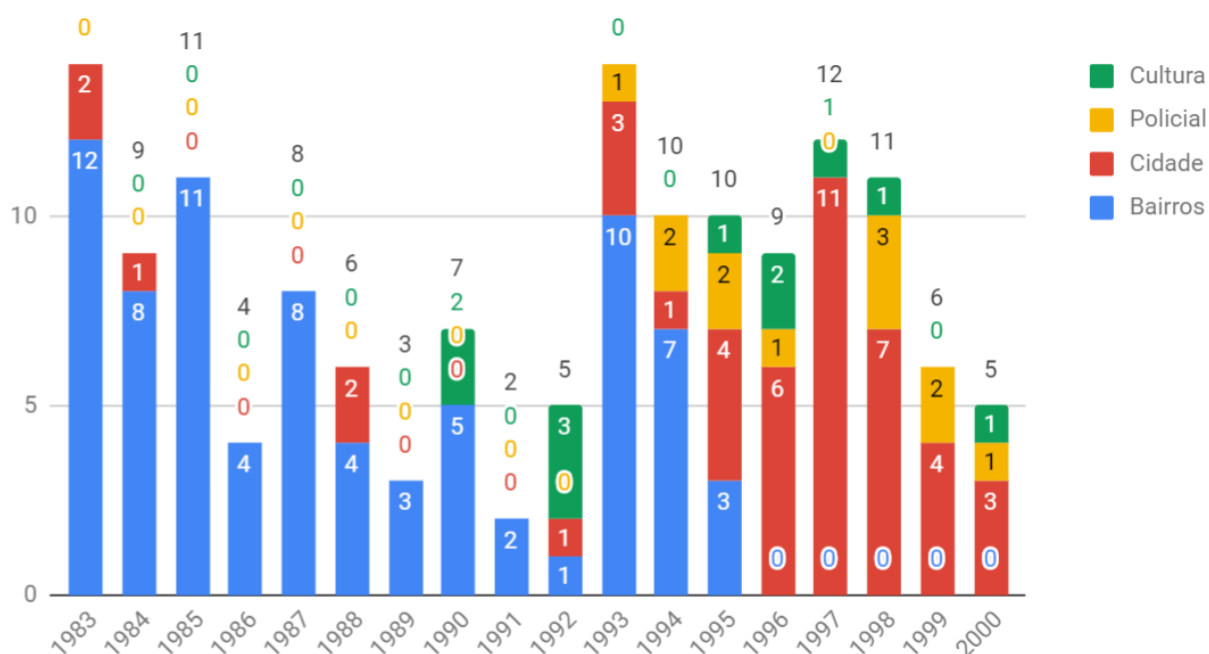
Durante o primeiro período duas formas de representação territorial se destacam nas páginas do DN: aquelas construídas por discursos estigmatizantes de marginalização e aquelas construídas por discursos dignificadores do lugar (Gráfico 2). São registrados trechos que abordam o potencial turístico do lugar, mas de pouca significância. As características do material veiculado nos anos 80 e primeira metade dos anos 90 – textos, em geral, de pouco destaque no jornal, mas que apresentam maior centralidade do lugar nos conteúdos (comparar Gráficos 11 e 12) – explica-se pela veiculação da maior parte do material desse período no Jornal dos Bairros (JB), editoria que apresentamos na ocasião da contextualização do DN.

Observa-se uma característica importante nas formas de representação do Mo.S.T. nesse período: embora os discursos penalizantes certamente sejam predominantes, os discursos relacionados à violência urbana ainda não são significativos na composição do estigma de lugar periférico do Santa Terezinha. As entrevistas corroboram essa percepção: a violência urbana não era uma preocupação para moradores ou jovens que frequentavam o Mirante nos seus primeiros anos. Este estigma, conforme podemos observar no Gráfico 3, se

constitui pelo discurso do abandono, do lugar inadequado ou sem estrutura urbana para vida digna, pelos retratos da condição de pobreza da população e do CHST como projeto problemático. A construção dessa imagem é fortemente relacionada à do JB. Fora dos limites desse caderno, o lugar é representado no *corpus* apenas por curtas passagens secundárias, relacionadas às notícias que cobrem o debate da época sobre a questão habitacional local, à atuação da Proafa em Fortaleza e à sua insígnia de projeto modelo, contraditoriamente às suas representações de abandono no JB. Em nenhuma dessas ocasiões de certo destaque no jornal o lugar é enunciado pela comunidade, mas sempre por figuras de autoridade pública, ao contrário das suas representações que circulavam no JB.

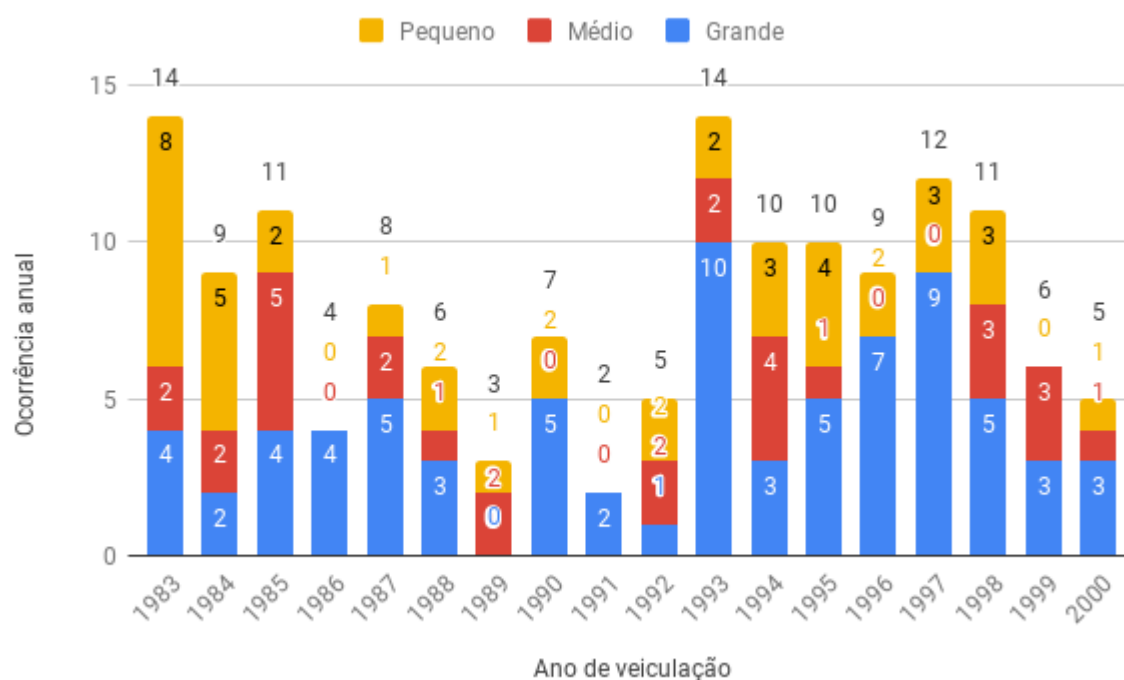
As representações mais significativas em termos de conteúdo, estigmatizantes ou dignificadoras, do Santa Terezinha nesse período – enunciadas pela comunidade ou por autoridades – integravam o discurso jornalístico do DN primariamente através do espaço do JB (ver Gráfico 10). É necessário, portanto, refletir sobre essa editoria em termos de prática discursiva.

Gráfico 10 – Divisão dos textos por editoria entre 1983-2000



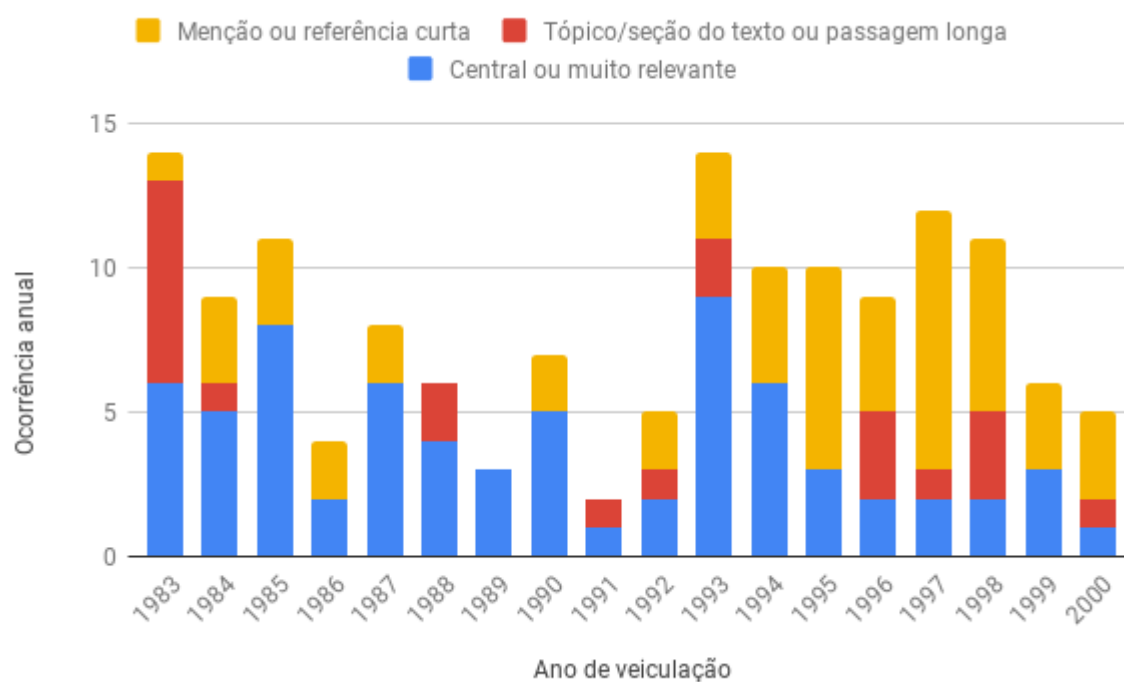
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 11 – Distribuição de textos por destaque da notícia na página do jornal entre 1983-2000



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 12 – Divisão de textos por centralidade do lugar no conteúdo do texto



Fonte: produzido pelo autor

Afirmamos anteriormente – apoiados pelo estudo do historiador Braga Neto (2011) – que o JB era caracterizado por um “tipo de discurso” (FAIRCLOUGH, p.159). Esse tipo de discurso é caracterizado por um *gênero*, um *tipo de atividade* (ou estrutura composicional), um *estilo* e um *discurso* próprios. Cabe explicitar esses elementos aqui, uma vez que esse tipo de discurso determina quantidades significativas de textos que constroem o Mo.S.T. como lugar periférico marginalizado durante mais de dois terços do recorte temporal.

Trata-se de um tipo de discurso que se inscreve no *gênero* jornalístico – especificamente no subgênero notícia. Um gênero específico engendra “processos particulares de produção, distribuição e consumo de textos”, (ibid., p. 161), determinando protocolos para sua leitura e interpretação (lembramos aqui do contrato cognitivo que sustenta a pretensão/ilusão de transparência, imparcialidade e objetividade do jornalismo). O tipo de discurso do JB, no entanto, é associado a um tipo de atividade e a um estilo específicos.

O tipo de atividade determina “uma sequência estruturada de ações das quais ele é composto, e em termos dos participantes envolvidos na atividade – isto é, o conjunto de posições de sujeito que são socialmente constituídas e reconhecidas em conexão com o tipo de atividade” (ibid. p.162). Dessa forma, em termos de posições de sujeito, a estrutura composicional desse gênero noticioso estabelece uma estrutura não dialógica em que são determinadas as posições de sujeito autor/produtor/fornecedor de informação (dotado de autoridade, porém fictício, pois sua produção é coletiva e institucional) e de sujeito receptor/leitor (idealizado pelo produtor da notícia em termos do seu repertório interpretativo). Argumentamos ainda que por meio da representação direta e indireta do discurso no âmbito da estrutura composicional tradicional do gênero jornalístico é determinada uma terceira posição de sujeito relator/fonte/entrevistado (igualmente fictícia, pois é sempre representado pelo discurso dos produtores do texto). A estrutura sequencial das ações se dá da seguinte forma (não sendo esta um padrão único e rígido, mas um esquema geral): um título sintetiza o problema/reivindicação de uma comunidade específica; os primeiros parágrafos apresentam o problema; representações de discursos diretos ou indiretos dos sujeitos relatores reforçam e detalham a denúncia/reivindicação; é apontada e chamada a tomar ação alguma instituição/autoridade responsável; problemas/reivindicações adicionais são apresentados, por vezes em um novo tópico; novas representações de discurso são produzidas; esse ciclo pode se repetir alternadamente e usualmente são representados novamente discursos de sujeitos relatores como recurso dramático de fechamento do texto.

O *estilo* desse tipo de discurso é caracterizado da seguinte forma: o tenor (tipo de relação entre os participantes) é caracterizado como relato casual; o modo é escrito-jornalístico; e o modo retórico é expositivo.

Finalmente, o *discurso* característico reproduzido é o que chamaremos de *reivindicações controladas da periferia*. Tal discurso é caracterizado não só pelo seu conteúdo e temas típicos: os problemas e carências de comunidades que vivem em territórios periféricos, mas também pela superficialidade acrítica na cobertura desses problemas, se limitando a entrevistar moradores ou lideranças que apenas afirmam as consequências do problema para o cotidiano da comunidade, sem reproduzir críticas sociais, contestações e sem associar as reivindicações da comunidade a mobilizações políticas maiores.

A desmobilização dos discursos reivindicatórios dessas comunidades é garantida pela própria estrutura compositiva/estilística que descrevemos. Tal estrutura dissimula a ação inevitavelmente ideológica do jornalista/jornal enquanto produtores e editores do texto, reforçando a ideia do contrato cognitivo ao usar o caráter expositivo e impessoal de relato e denúncia. O modo de escrita simula uma relação objetiva com o sujeito leitor e os supostos espaços para sujeitos subalternos implicados como relatores nessa interação posicionam o jornalista como um relator/defensor transparente da comunidade perante o poder público que é apenas superficialmente criticado. Essa espécie de visibilidade dada dos bairros periféricos, segundo Vidal (1994) é característica do jornalismo brasileiro desde a década de 60.

Podemos observar essa espécie de cerceamento/enquadramento do discurso subalterno no JB contrastando esse tipo de discurso com relação de interdiscursividade que o jornal mantém com a comunidade do Santa Terezinha. Por meio da AC podemos avaliar a frequência dos registros de sujeitos chamados a compor o discurso jornalístico (intertextualidade manifesta) através da representação discursiva direta (Gráfico 8) assim como a sua distribuição ao longo do recorte temporal estudado. Observa-se que o discurso da comunidade (somando a “voz da comunidade” e a “voz de liderança comunitária”) é visivelmente o discurso mais representado diretamente no conjunto dos textos coletados, especialmente nesse primeiro período histórico (1983-1986). Tratam-se de representações de discursos bem demarcadas pelo uso das aspas, enfatizando o afastamento do jornalista e, por isso, a originalidade e suposta autonomia do discurso citado, mas, como demonstra a distribuição de categorias temáticas nesse período (Gráfico 2), estas citações ocorrem sempre dentro de um contexto específico: as representações penalizantes, os retratos da pobreza, da ausência de qualidade de vida urbana, da insegurança ambiental e do abandono, enquanto as representações dignificantes, por outro lado, embora constituam a segunda maior forma,

apresentam baixa frequência em relação às primeiras e não contam com a representação dos discursos da comunidade, como veremos. Destaca-se como evidência desse cerceamento a baixíssima representação dos discursos dos movimentos sociais (Gráficos 8 e 9), que sabemos que eram extremamente ativos nesse período sob a bandeira da reforma urbana e mobilizavam as periferias e associações de bairros. Essa configuração intertextual evidencia a atuação do jornal como um regulador do que pode ser enunciado publicamente sobre a cidade e seus lugares, por quem, como e em que espaços e momentos. O poder de produzir o espaço urbano através da representação do espaço e dos espaços de representação (LEFEBVRE, 1991) é diferencialmente distribuído e, dessa forma, também o é a capacidade de (re)definir e proteger as constituições simbólicas de diferentes territórios da cidade. Os lugares periféricos como o Santa Terezinha, como vemos nas reivindicações controladas da periferia no JB, enfrentam barreiras de entrada (mas não intransponíveis) e cerceamento no discurso jornalístico.

A própria dicotomia das editorias Bairros/Cidade é significativa enquanto instância da prática discursiva ao analisar os textos. Remetendo à estrutura socioespacial segregada da metrópole, distingue-se simbolicamente centro e periferia no ambiente discursivo do jornal de forma velada através da eufemização (bairros no lugar de periferia). Essa segregação editorial é tão constituinte do tipo de discurso do JB quanto suas outras características interdiscursivas descritas acima, pois a própria editoria atua como recurso discursivo não só para a produção de textos, mas de consumo destes como elemento de coerência, acessado pelo leitor no ato da interpretação. O entendimento do JB como lugar das periferias no jornal precede a leitura e orienta as interpretações dos textos.

Evidentemente esse tipo de discurso não era o único a ser reproduzido dentro do JB, mas era um tipo que se mostrava como característico dessa editoria, representando dessa forma não apenas o Morro Santa Terezinha, mas diariamente um grande número de lugares periféricos da cidade. Até mesmo a crise dos pagamentos das prestações das residências do conjunto habitacional gerada pela crise inflacionária deflagrada nos anos 80 era abordada dentro dos padrões desse tipo de discurso, apresentando sem profundidade os efeitos da política econômica nacional sobre a pobreza e a crise habitacional urbana, como problemas da mesma ordem que buracos em vias. Um excerto da notícia intitulada *O Santa Terezinha está sem água*, de 1985, ilustra esse tipo de discurso, típico dos textos do JB:

As famílias que residem no Conjunto Terezinha, da Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (Proafa), pedem providências à Cagece, no sentido de que verifique o que está acontecendo no local, já que todo o fornecimento de água do conjunto está suspenso desde a manhã do último sábado. As dificuldades são muitas, notadamente para as pessoas que residem



nos locais mais altos do conjunto. Com a distância, essas pessoas têm que carregar latas na cabeça para levarem água às suas residências.

"Vamos ver se a Cagece vem aqui e resolve este problema, porque não dá pra se viver sem água. Nós estamos sendo obrigados a pedir água ao pessoal lá de baixo do morro, que tem poços e bombas. Eles é que estão quebrando o nosso "galho", porque de outra forma a gente não ia saber como fazer", conta Goretti da Cunha Oliveira, dona-de-casa, residente na área. Segundo ela, esta não é a primeira vez que ocorre falta d'água no Santa Tereza.<sup>14</sup>

Esse tipo de discurso responde pela maior parte das representações espaciais estigmatizantes ao longo da década de 80 e 90, mas, discursos opostos também circulavam no JB. Até o ano de 1983 o CHST ainda estava em finalização. A Proafa ainda gerenciava o conjunto e implementava alguns programas de assistência social conforme a nova política habitacional do BNH e do governo do estado. Associado fortemente à imagem da D. Luiza Távora – primeira-dama do Estado até 1982 – e, conseqüentemente, a Virgílio Távora (governador entre 1979 e 1982), um dos representantes da elite política do coronelismo no Ceará, o CHST, por vezes, era evocado como um projeto modelo pelo grupo político que o construiu. Dessa forma, embora positivas, são enunciações do lugar pelo Estado, representações de um lugar desenvolvido por agentes externos, operacionalizadas dentro de um discurso maior de propaganda do poder público em detrimento do empoderamento da apropriação da comunidade sobre seu espaço.

Observemos o ano de 1985, que se configura como um ponto crítico para análise de discurso. Os dados da categorização descritiva mostram que o CHST recebeu atenção um pouco diferenciada do DN nesse ano, apresentando não só um número elevado de textos, mas textos de destaque em termos de tamanho e centralidade do lugar como tema (Gráficos 11 e 12). Essa alteração pode ser explicada pelo momento de intensa mobilização política gerada pela disputa eleitoral que culminou na eleição de Maria Luiza e de uma severa crise inflacionária nacional e fiscal e urbanística local, que gerava uma crise dentro do Santa Terezinha em relação aos pagamentos de prestações das casas desde 1984. O momento conturbado explica em parte as condições de abandono e a intensidade das representações negativas do lugar. Mas 1985 também é o momento em que a comunidade do CHST, em resposta às crises, se mobilizava politicamente e realizava eleições para criação de sua associação de moradores. Esse processo importante tanto partia da própria comunidade, como das mobilizações de esquerda que permeavam organizações de bairros, como também da

---

<sup>14</sup>O SANTA Terezinha está sem água. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 de ago. 1985. Caderno Bairros

assistência social proporcionada pelo poder público, representada pela figura da Proafa. Vejamos, então, como o Mo.S.T. foi representado pelo DN na ocasião.

As eleições comunitárias foram cobertas pelo DN em um total de três textos publicados no JB. Além das propostas resumidas a um parágrafo dos candidatos à liderança local em apenas um dos textos, não são representados direta ou indiretamente os discursos de membros da comunidade local. A avaliação do processo e da importância da organização política para a comunidade nos diferentes textos, por exemplo, é um enunciado de assistentes sociais e não dos próprios indivíduos que a constituem:

AVANÇO [subtítulo do texto que demarca o novo tópico]

A participação da comunidade do Conjunto Santa Teresinha no processo eleitoral para a escolha da primeira diretoria da Associação foi muito destacada, segundo a coordenadora do Conjunto, Mércia Nogueira. Ela, que é assistente social, desenvolveu todo o trabalho de preparação junto com a comunidade, tendo a colaboração de uma equipe técnica formada pelas sociólogas Olga Lima e Carla Calvet, na área de organização comunitária.

Para Mércia Nogueira, a comunidade ali está muito avançada no que diz respeito à participação social e política. "Esse processo eleitoral serve para dar uma lição a muitos políticos". No Conjunto Santa Teresinha o analfabeto tem vez há muito tempo, quando da realização de outras eleições. Qualquer cidadão acima de 18 anos é considerado eleitor e a fórmula para que o analfabeto votasse com facilidade foi a adoção de cores diferentes para cada chapa.<sup>15</sup>

No ano conturbado e de grandes expectativas políticas de 1985, a comunidade possuía voto, eleições, mas não possuía voz no DN, nem mesmo sob a forma de comentários ilustrativos, típicos do discurso das reivindicações controladas da periferia. A representação da autonomia e do protagonismo da organização política comunitária é substituída por um discurso paternalista, embora de tom inegavelmente positivo, enunciado pelo poder público.

A observação da operacionalização das representações dignificadoras do Santa Terezinha não significa, no entanto, que tais representações não se oponham às máculas territoriais que circulavam no jornal nesse período, ou seja, que não representem positivamente o lugar e não empoderem em alguma medida sua apropriação pela comunidade. Como argumenta Foucault (apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 130), "os discursos são elementos táticos ou blocos que operam no campo de relações de força: pode haver discursos diferentes e mesmo contraditórios na mesma estratégia". Os discursos subalternos, embora restringidos e controlados, portanto, se imiscuem no discurso jornalístico, pois as práticas sociais e

---

<sup>15</sup>'VAMOS à luta' vence eleições da Associação do Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 de out. 1985. Caderno Bairros

discursivas dos sujeitos marginalizados compõem em algum grau a trama intertextual das representações do Santa Terezinha definidas no discurso jornalístico.

A última forma de representação que compõe o discurso do DN sobre o Mo.S.T. identificada nesse período é a de valorização do lugar e sua adequação ao consumo. Sua ausência nesse período é mais significativa que sua presença, como mostra o Gráfico 2. O Mirante do CHST já era frequentado como um ponto de encontro de tribos alternativas das classes privilegiadas nesse ponto do tempo. A violência urbana e os estigmas que ela enseja, segundo frequentadores do Mirante entrevistados, não eram um problema e o atravessamento das fronteiras entre centro e periferia era feito com maior facilidade – em uma direção, pelo menos. A disputa pelo alto do morro, portanto, já fermentava a partir dessa apropriação que produzia territorialidades que ainda se cruzavam e se reconheciam em alguma medida. Mas esses usos não chegavam às páginas do DN, eram restritos à formação de opinião orgânica entre turmas de estudantes universitários e artistas que buscavam prazer e a estilização da vida no exotismo e bucolismo urbano de uma periferia paisagisticamente atraente. Entre os discursos penalizantes do JB e os usos das representações dignificadoras do Mo.S.T., o potencial paisagístico da área que atraía nichos de jovens de Fortaleza e alguns visitantes trazidos por empresas de turismo ainda despontava timidamente.

Em uma atividade de celebração e integração promovida pelo centro comunitário do CHST em pequenas notas no JB, uma maratona convidava todos a disputarem uma corrida até o mirante do conjunto, “considerado o ponto mais alto do Mucuripe”<sup>16</sup>. No mesmo ano, em uma das representações dignificadoras, noticiava-se uma feirinha de artesanato local que era “colocada no roteiro turístico da cidade”<sup>17</sup>. Em 1984, ao noticiar uma expedição urbana de ecologistas que denunciavam as agressões ambientais na cidade, o DN reconhecia em uma passagem sobre o lugar que este, apesar de agredir e ser agredido pelas dunas, era possuidor de “uma das mais belas vistas panorâmicas da cidade”<sup>18</sup>. Em 1986, em uma denúncia típica do JB, o jornalista inicia o texto afirmando: “O Morro de Santa Terezinha é o lugar que tem a vista mais bonita de Fortaleza. Mas para seus moradores, a realidade é bem diferente. A Rua Sol Nascente e a Alto Bonito, se não forem recuperadas antes do inverno, desaparecerão”<sup>19</sup>.

<sup>16</sup>MARATONA do Santa Terezinha vai ser no dia 6. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 de fev. 1983. Caderno Bairros

<sup>17</sup>SEXTA-FEIRA é dia de artesanato no Santa Terezinha, em Mucuripe. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de mar. 1983. Caderno Bairros

<sup>18</sup>ECOLOGISTAS constataam a situação em Fortaleza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 de jun. 1984. Caderno Cidade

<sup>19</sup>CASAS podem desmoronar com destruição das ruas. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 13 de nov. 1986. Caderno Bairros

É importante observar o uso do vocabulário nessas construções: embora celebrem a qualidade paisagística do Mo.S.T., em nenhum momento citam “o Mirante”, grafado com inicial maiúscula como estratégia de lexicalização. Esse vocábulo (e essa identidade) provavelmente já circulava no discurso dos frequentadores do lugar, mas não existia no discurso jornalístico, não havia adentrado o *bios* midiático da cidade. Nesse sentido, a vista da orla, a beleza pitoresca e o ponto mais alto do Mucuripe ainda pertenciam simbolicamente ao Morro Santa Terezinha, mesmo que, nesse momento, jovens frequentadores já tivessem começado a fixar residências ali. Como veremos a seguir, somente em 1987 o DN, em conjunto com os turistas, “descobririam” no alto do morro um território a ser conquistado e demarcado com suas próprias bandeiras e seus próprios símbolos.

#### *5.3.3.3 O Morro do Mirante (1987-1992): a gestação e a manutenção do território de consumo*

A partir de 1987, transformações socioespaciais engendraram mudanças discursivas que constituíram novas formas de representação do Mo.S.T. nos textos do DN. O aumento do valor de troca e valor de uso do solo do morro estimulavam novos agentes a tentarem se apropriar do seu mirante natural e dos seus espaços livres. Tomava forma a exploração econômica do potencial paisagístico do morro e iniciavam-se as ocupações irregulares das encostas estimuladas pelo agravamento da crise habitacional de Fortaleza. Como veremos, as representações territoriais que ganham evidência no jornal são ideologicamente investidas no sentido de legitimar a reprodução da cidade capitalista, abominando a quebra de sua ordem e valorizando a mercantilização do espaço.

O Gráfico 13 ilustra o surgimento de um novo ambiente temático (que definiremos como o conjunto de assuntos tratados pelo jornal no qual circulam as representações do Santa Terezinha) a partir de 87. Notícias que versavam primariamente sobre o Mirante começam a ocupar espaço nas páginas dos jornais, assim como coberturas de eventos culturais, artísticos e roteiros de lazer envolvendo o lugar. Por outro lado, ocupações irregulares das encostas também surgem como novo assunto significativo, embora intermitentemente<sup>20</sup>. Os discursos estigmatizantes sobre o lugar, que até eram dominantes na cobertura do DN, persistiram produzindo nesse período as mesmas imagens de lugar à

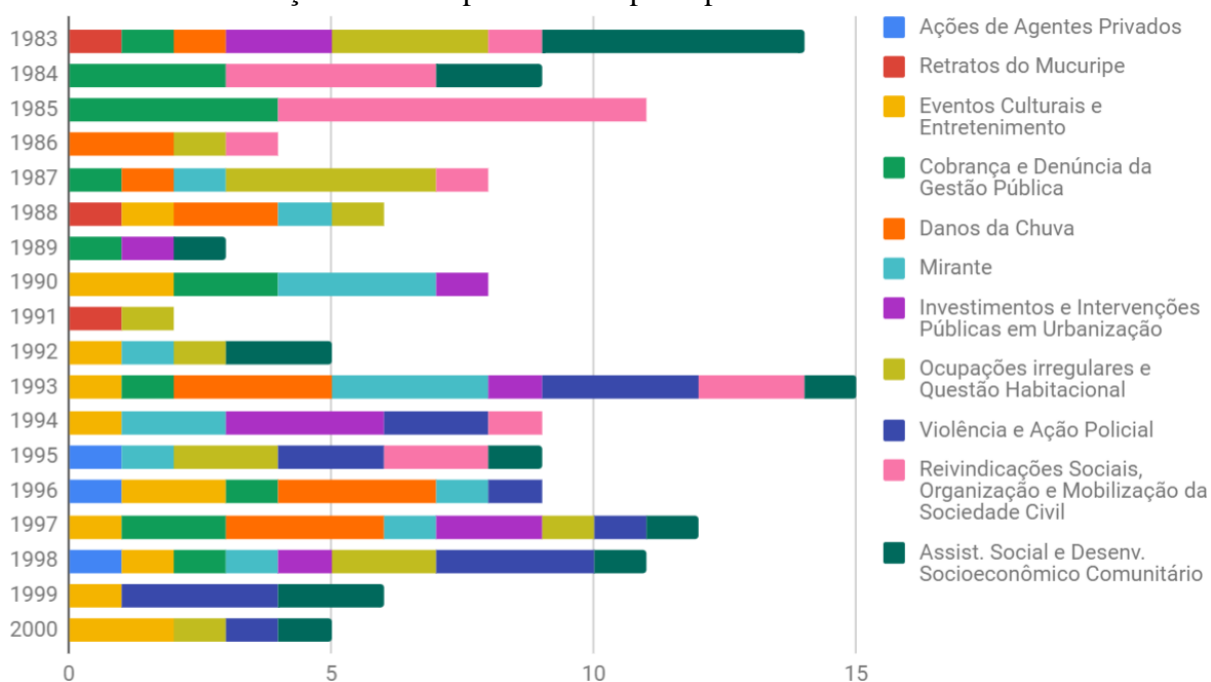
---

<sup>20</sup> Embora haja incidência do assunto “Ocupações Irregulares e Questão Habitacional” nos anos de 1983 e 1986, estes não tratam da ocorrência de ocupações irregulares, mas são referentes ao debate sobre a crise e política habitacionais em Fortaleza que ganhavam espaço no DN. Eram ocasiões como essas que o CHST era representado como projeto modelo defendido pelos agentes responsáveis pela política habitacional local.

margem, ambientalmente inseguro devido às erosões, mas, no entanto, passaram a dividir espaço principalmente com os discursos de valorização do Mo.S.T. e do Mirante que os representavam como lugares turísticos e de consumo para as classes privilegiadas (Gráfico 2).

Os discursos dignificadores se tornariam ainda menos evidentes, sendo desvirtuados pela dissimulação da realidade socioespacial que tentava representar o Mo.S.T. como seguro e livre de conflitos e perderiam ainda mais espaço no jornal com o surgimento de discursos dissonantes enunciados por diferentes agentes que disputavam o morro, evidenciando-o, ao contrário, como objeto de conflito material e simbólico, precariamente territorializado.

Gráfico 13 – Distribuição de textos por assuntos principais entre 1983-2000



Fonte: produzido pelo autor

Nesse período Fortaleza passa por grandes mudanças: têm início as gestões mudancistas estaduais (Tasso Jereissati, em 1987) e municipais (Ciro Gomes, em 1989), que passaram a fomentar a indústria do turismo no Ceará e em Fortaleza. Os mudancistas recorriam à mídia para produzir imagens atraentes e percepções favoráveis do estado e da cidade como destinos consumíveis por turistas e vendiam um projeto de cidade que o DN parecia corroborar, pois, como expomos antes, o jornal alinhava-se ideologicamente e politicamente com esse grupo. Coincide com esse momento o desenvolvimento da exploração

econômica do Mirante do Mo.S.T., tanto como atração turística quanto como lugar de lazer noturno para fortalezenses com poder de consumo.

Observando o Gráfico 5 percebe-se que, a partir de 1987, embora as representações do Mirante ou do Mo.S.T. como lugar de consumo sejam produzidas majoritariamente por discursos que reforçam a sua vocação de lugar turístico e reafirmem seus novos usos e usuários, tais construções passam a ser acompanhadas de temas que dissimulam problemas sociais, conflitos e contradições dessa exploração. Discursos que buscam legitimar o processo de des-territorialização da comunidade local e de produção de uma nova territorialidade voltada para o consumo e consumidores. Esses temas se mostraram mais frequentes justamente nos primeiros anos da década de 90, período em que o Mirante se afirmava como novo ponto turístico da cidade, com caráter oficial consagrado por uma praça reivindicada pela comunidade que, contraditoriamente, era expulsa de seus arredores pelo processo de gentrificação gerado pela valorização imobiliária da etapa mais alta do CHST.

O potencial paisagístico, que até 1986 era associado ao Mo.S.T., agora passa a pertencer a um lugar específico em seu interior: “o Mirante”. As qualidades e os usos do Mirante – e não do morro – passam a ser enunciadas pelo DN. O potencial turístico do espaço, que era explorado inicialmente pela comunidade local, passa a ser atraente o suficiente para empreendedores que somavam ao poder de consumo dos frequentadores de classe média/alta a oportunidade econômica do turismo que crescia. A possibilidade de exploração do Mirante tomava forma em discursos do potencial do lugar, explorando uma estratégia que surgia de maneira tímida: o uso da estrutura textual que enfatiza o contraste entre o potencial turístico e o abandono, outorgando ao primeiro a condição legitimadora da crítica ao segundo. Uma notícia que seria típica do JB, caso não adotasse exageradamente essa estratégia – *Conjunto Sta. Terezinha sem acesso para turista* – exemplifica:

Os turistas descobriram um lugar calmo e com a vista mais bonita de Fortaleza. Coincidentemente neste local tem um bar com prato típico da casa — biquara — onde não só os turistas, mas a própria comunidade faz ponto de encontro para beber e conversar. O bar é o "Pico da Neblina" do "Zé Pulim" localizado no ponto mais alto do morro do Conjunto Santa Terezinha, no Mucuripe. A comunidade pede às autoridades que recuperem a via de acesso do conjunto. Segundo o morador residente na Rua do Mirante, Cleilson Lima da Silva, estudante, muitos visitantes vão ao local só para ficar sentados olhando a paisagem. Desse lado, a cidade mostra os seus edifícios crescendo e tomando toda orla marítima, num canteiro de concreto. Em contraste, no pé do morro, as pequenas casas com pombais relembrando Fortaleza antiga, como os moradores originais do local.

Mas esta comunidade não vive só de felicidade. O pensamento de todos é que a cada dia que passa estão esquecidos pelas autoridades. Alguns comentam que para melhorar a vida da comunidade e conseqüentemente acomodar com dignidade os

visitantes, a recuperação das ruas do Mirante, Rua do Sol Nascente e a entrada (na subida do morro), se faz necessária e urgente. Já aconteceu várias vezes de ônibus com turistas desistirem de subir temendo as condições do asfalto que não dão a mínima segurança<sup>21</sup>

Além da estratégia argumentativa da estrutura textual, percebe-se que o discurso da beleza do lugar se transforma no discurso da experiência do lugar. Evoca-se o deleite da tranquilidade bucólica e exótica, segredo descoberto, ponto de encontro pacífico entre visitantes e locais, estetiza-se a pobreza da área através de eufemismos (“as pequenas casas [...] lembrando Fortaleza antiga”), associando ao Mirante símbolos utilizáveis pelos consumidores em busca da estilização/estetização da vida. O uso do vocábulo “contraste” começa a demarcar e explorar a construção da diferença entre o alto e a base do morro, que se constituirá em uma estratégia essencial na produção das fronteiras do Mirante no discurso dos seus usuários e do DN. Diferente do discurso jornalístico frio das denúncias, que demarca claramente a diferença entre fonte e jornalista, o texto se utiliza de estilo narrativo literário e o uso de representação do discurso indireta confunde as vozes e, portanto, as posições do jornal e dos entrevistados em relação ao que é enunciado. Mais que representar as necessidades da comunidade, as denúncias ganham o sentido de evidências do desperdício do potencial do Mirante através de um discurso de paraíso perdido na periferia a ser conquistado.

O Gráfico 14 nos mostra que, a partir de 1987, o Mirante ou vocábulos que se remetam a um território dentro de outro (o do Mo.S.T. ou CHST) passam a ser usados como referência geográfica nos títulos dos textos, demarcando seu reconhecimento pelo DN e, portanto, pelo seu público leitor. As representações em torno do Mirante e do Mo.S.T. se transformam rapidamente conforme a apropriação por consumidores e empreendedores se desenvolvem na virada para a década de 1990. Como afirmamos anteriormente, é interessante analisar as escolhas de lexicalização e gramaticais nos textos. Podemos observar, assim, como o Mirante é gradativamente inscrito como um território em seu próprio direito no interior do Mo.S.T. e do discurso jornalístico, assim como podemos observar como uma série de símbolos, usos e usuários passam a ser associados ao lugar. É um exercício rico para visualizar o uso da linguagem como evidência e instrumento de processos de reterritorialização *in situ* no sentido em que os definem Haesbaert (2004).

Em 1987, o uso das aspas é uma estratégia modal de distanciamento ao se referir ao lugar. O jornalista reproduz diretamente o discurso de apropriação dos seus usuários, mas

---

<sup>21</sup>CONJUNTO Sta. Terezinha sem acesso para turista. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 01 de mar. 1987. Caderno Bairros

não o legitima adotando seu uso, reconhecendo seu caráter inventado, não legítimo, assim como localiza geograficamente o mirante, inserindo-o no conjunto habitacional:

"O mirante", um dos locais mais bonitos de Fortaleza, está ameaçado por causa da invasão de barraqueiros. Localizado nas dunas, precisamente na segunda etapa do Conjunto Santa Terezinha," O mirante" proporciona uma bela visão de toda a capital cearense.<sup>22</sup>

Gráfico 14 – Divisão de textos por qualidade da referência geográfica nos títulos entre 1983-2000



Fonte: produzido pelo autor

Em 1988, fronteiras entre mirante e morro eram demarcadas pela ênfase na diferença. Mais que localizar o Mirante no Conjunto Santa Terezinha, o texto distingue entre um lugar e outro, produz diferença entre uma área especial privilegiada e um entorno contrastante que demanda racionalização ou torna-se contraditório. Marcam essa estratégia as construções “em pleno” e “o que há de pitoresco e até de extravagante”. A estratégia modal aqui (“o lugar *denominado* Mirante”) ainda distancia o autor do ato de apropriação do Mirante, mas a escolha de grafar o vocábulo com inicial maiúscula, como um nome próprio,

<sup>22</sup>CONSTRUÇÕES são ameaça ao mirante do Mucuripe. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 01 de abril. 1987. Caderno Bairros



demarca um lugar possuidor de identidade própria e evidencia seu reconhecimento pelo autor. O distanciamento marcado pela modalidade da frase, no entanto, também se dá por uma questão de coerência (é tanto um distanciamento do autor e como um distanciamento do intérprete): o Mirante ainda precisar ser descrito, localizado, explicado para um interlocutor específico, aquele que ainda não possui em sua cartografia simbólica da cidade “o Mirante” como um signo. O texto em questão, veiculado no caderno Cidade, divulga a inauguração de um restaurante no local:

Restaurante em pleno Conj Santa Terezinha conquista apaixonados [título do texto]

O restaurante "Panorâmico", localizado no lugar denominado Mirante, no Conjunto Santa Teresinha, é uma das mais novas opções de lazer. Situado numa área privilegiada, o restaurante proporciona aos que o visitam, uma visão espetacular da cidade, especialmente da orla marítima. Mas o que há de pitoresco e até extravagante, é que o "Panorâmico" fica em meio a área de um conjunto habitacional, onde as pessoas, geralmente de baixa renda, não possuem condições de freqüentar o local.<sup>23</sup>

Ainda em 1988, uma reportagem intitulada *Grande Mucuripe - bairro de pescadores e boemia* buscava construir um retrato romantizado e conciliador dessa região da cidade, que era (e ainda é) um obstáculo para a expansão da orla turística, tensionada pelo desejo do mercado de edifícios para as elites e o desejo de permanência e abrigo das comunidades daqueles expulsos das praias e do sertão. Um trecho nos permite antever como o Mo.S.T. era deslocado do seu entorno na cartografia simbólica que habita o leitor idealizado pelo texto e pelo DN, que o determina baseado em seu público-alvo:

O que é o grande Mucuripe? Para muitos, em especial aquelas pessoas que nunca estiveram no bairro, conhecendo-o somente pela ótica discriminatória de bairro pobre, a área é um aglomerado de casas situadas ao pé do Morro Santa Teresinha, onde a violência é uma constante. Entretanto, o Mucuripe é muito mais que isso, possuindo, entre outras coisas, todo um painel de tipos humanos, desde os pescadores — que transmitem seus ensinamentos de geração para geração — até as consideradas mulheres da "vida fácil". E é justamente em suas churrascarias, bares e botecos apertados, em particular aos sábados e domingos, que o Mucuripe abriga todas estas pessoas.<sup>24</sup>

Na cidade conceitualizada pelos *outsiders* e pelo DN, o morro se destacava como um lugar à parte do Mucuripe, região que começava a portar um estigma até então não associado ao Santa Terezinha: o da violência urbana. O texto quebra o padrão estilístico do

<sup>23</sup>RESTAURANTE em pleno Conj Santa Terezinha conquista apaixonados. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 05 de jun. 1988. Caderno Cidade

<sup>24</sup>GURGEL, Abílio. Grande Mucuripe - bairro de pescadores e boemia. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 de jul. 1988. Caderno Bairros

gênero jornalístico e se utiliza de um estilo típico de relatos de viagem, tornando implícito o valor turístico do Mucuripe. A espécie de *flanêrie* do jornalista reitera o discurso do paraíso perdido na periferia e cerca o Mucuripe e o Mo.S.T. de símbolos que remetem a uma espécie de bucolismo urbano, mitigando a violência, a pobreza e as barreiras simbólicas da segregação socioespacial, tornando o lugar adequado aos *outsiders* dos bairros nobres. O índice de ausência de violência, por exemplo, é a presença de consumidores, que mais uma vez são citados indiretamente, confundindo os discursos de entrevistados e do jornal:

Logo na entrada do bairro, nota-se que apesar da fama de violento que possui, ele atrai para seus limites pessoas de todas as classes sociais. O restaurante "DuPolvo" é um exemplo disso. Situado na entrada de acesso ao Morro Santa Terezinha, é considerado uma das casas onde melhor se saboreia pratos do mar — com um destaque especial para arraia ao molho. Na porta do estabelecimento é comum encontrar bons carros estacionados. Seus frequentadores, provenientes de diversos bairros da cidade, desmentem a má fama que é, injustamente, conferida ao Mucuripe, e asseguram ser uma das mais belas áreas de Fortaleza, principalmente, em cima do morro.

O fim do percurso é o topo do morro, o “Mirante”. A lexicalização e as estratégias gramaticais se alteram novamente. O substantivo é grafado com inicial maiúscula, dotando-o de identidade. As aspas indicam que o jornal reproduz um discurso que não é seu, mas que existe e circula na realidade que escolhe representar. A construção “no já conhecido ‘Mirante’”, marca a familiaridade do autor e cria o sentido implícito através da pressuposição de que a apropriação do Mirante já é dada, já deveria ser conhecida pelo leitor e, portanto, é real.

Em 31 de dezembro de 1988, em *O roteiro do sossego*<sup>25</sup>, um texto veiculado no caderno Cidade, o Mirante é listado ao lado das outras áreas turísticas e de lazer da cidade, como a Beira-Mar, a Ponte Metálica, o Parque do Cocó, como um lugar “ao ar livre e que conte com a tranqüila cumplicidade da natureza”, “[abençoado] por Deus, [capaz] de restaurar o folião da passagem do ano”, para quem “deseja esse momento de extrema paz e beleza”. O discurso exagerado da experiência acerca do Mirante e o paralelismo com outros pontos de turismo em um roteiro de lazer de férias mostra que seus novos usos de turismo, lazer e consumo e, portanto, a nova territorialidade, já são reconhecidos pelo público consumidor de Fortaleza. Isso demonstra como os lugares são simbolicamente realocados na cartografia simbólica hegemônica de Fortaleza, colocados dentro ou fora do repertório de territórios permitidos aos usuários privilegiados através do uso da linguagem. O lugar aqui já

---

<sup>25</sup>O ROTEIRO do sossego. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 31 de dez. 1988. Caderno Cidade

é nomeado em uma clara tentativa de estetização: “Portal do Mirante”. Tal como a Praia de Iracema (antes nomeada Praia do Peixe), os novos frequentadores pareciam sentir a necessidade de criar um topônimo apropriado aos seus usos que apagasse a apropriação anterior do lugar. Nesse texto o Mirante é localizado na “parte mais alta do Conjunto Santa Terezinha”, explorando a demarcação de diferença entre topo e base do morro.

Em 1990 o Mo.S.T. ganhava uma área de lazer que ao mesmo tempo atendia os anseios da comunidade e à necessidade de solidificar com investimentos públicos em urbanização o “mais novo polo gastronômico da cidade” (conforme anunciavam restaurantes no jornal<sup>26</sup>). O poder público, ao mesmo tempo que reconhecia a legitimidade da apropriação do Mirante como ponto turístico, reconhecia o direito dos moradores sobre o seu território. A praça, então, tentando conciliar as territorialidades, foi inaugurada Praça do Mirante Pescador, legitimando a identidade do “Mirante” e associando, através de uma jangada-monumento, o lugar à comunidade local. A estrutura textual da notícia que cobria o fato, no entanto, representava-o como um ganho importante primariamente para a exploração econômica, transformando o Mirante em um local apropriado e apresentável. O *lead* do texto diz:

Quem for ao Mirante, ponto mais alto do Conjunto Santa Teresinha, terá uma surpresa agradabilíssima. Em lugar das três ou quatro barracas de venda de bebida alcoólica e das dezenas de carros estacionados no escuro, o visitante encontrará uma praça pública, totalmente iluminada, limpa, com três níveis de piso, um monumento ao jangadeiro; bancos de concreto e um mirante de verdade, em cima do qual poderá se ter uma das melhores vistas de Fortaleza. A praça, construída pelo Governo do Estado, será inaugurada hoje à noite, pelo governador Tasso Jereissati e o prefeito Ciro Gomes e já recebe aplausos unânimes de toda a comunidade.<sup>27</sup>

Em um intervalo de aproximadamente três anos, o Mirante passa de “lugar descoberto” a lugar oficialmente consolidado no roteiro turístico e de lazer noturno de Fortaleza, área destinada e a consumidores das classes privilegiadas, ponto de encontro da boemia local. Em algumas ocasiões durante os anos 90, os jornais chegam até mesmo a utilizar o termo “Morro do Mirante”, sinédoque que demonstra a sobreposição do pequeno território destinado ao consumo sobre a totalidade do Santa Terezinha na cartografia simbólica dos leitores idealizados pelo DN.

A efetividade desse processo de des-territorialização pode ser verificada na baixíssima frequência com que representações da territorialidade no alto do morro pertencente

---

<sup>26</sup> Ver imagem 27

<sup>27</sup> CONJUNTO Santa Teresinha recebe à noite nova praça. Praça Mirante da Jangada é mais um ponto turístico. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 de mar. 1990. Caderno Bairros

à comunidade local surgem nos textos no mesmo período (Gráfico 2). Um texto de 1989, por exemplo, *Projeto cultural é desenvolvido na área do Santa Terezinha*<sup>28</sup>, embora produza discursos dignificadores (ainda enfatizando o discurso de autoridades sobre a comunidade), em nenhum momento cita o Mirante – a única área de lazer do conjunto – como lugar de práticas da comunidade, indicando que ou estas não ocorriam ali ou, mais insidiosamente, que estas não deveriam ocorrer ali ao suprimi-las dos jornais.

Mesmo após a construção da praça dedicada aos pescadores, os usos do local pela comunidade eram invisíveis. Enquanto inaugurações de restaurantes, shows de *jazz*, *blues*, bossa nova e MPB eram anunciados na editoria de Cultura por estabelecimentos que tinham acesso ao jornal, os festivais de quadrilha e culturais, apresentações musicais e de dança de artistas locais, as reuniões de jovens do Mucuripe, o movimento *Hip-Hop* que se desenvolvia ali e a reunião de pessoas nas noites de *réveillon* para contemplar a queima dos fogos, não chegavam às páginas dos jornais, nem mesmo no ambiente controlado do JB.

Ao longo da primeira metade dos anos 90, a “Praça do Mirante” (o complemento “Mirante Pescador” não resistiu ao uso) viria a se tornar um símbolo demarcador dos limites da apropriação do alto do morro pela comunidade. Circulam quase sempre em torno da praça os discursos de empoderamento da territorialidade dos moradores (temas relacionados aos usos, manutenção, proteção, celebração, perda da praça). O “Mirante”, por sua vez, se transformaria em símbolo demarcador da apropriação do entorno da praça por bares e restaurantes e passa a se referir ao polo gastronômico, ao *point* boêmio das classes privilegiadas de Fortaleza. Embora semelhantes, as duas bandeiras não remetiam exatamente ao mesmo território. Enquanto a sutil dicotomia alto/base do morro mantinha afastados os estigmas do Mo.S.T. do Mirante e velava a contradição daquela apropriação, a diferença mais difusa entre “Praça do Mirante” e “Mirante” mantinha separados os usuários do mesmo ponto geográfico, evitando o embaralhamento no espaço vivido e, especialmente, no solo informacional das duas territorialidades. Prova da eficiência dessa estratégia de segregação são os relatos dos entrevistados: os antigos frequentadores do Mirante não lembram de ter presenciado apropriações da praça por moradores, embora elas existissem; os moradores entrevistados jamais entraram nos bares e restaurantes, embora vivessem, literalmente, ao lado dos mesmos.

A produção da nova territorialidade no alto do morro, entretanto, não foi um processo sem resistência. Um olhar minucioso sobre a distribuição das representações do

---

<sup>28</sup>PROJETO cultural é desenvolvido na área do Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 de jul. 1989. Caderno Bairros

Santa Terezinha como objeto de disputa (Gráfico 7) nos mostra que, enquanto eram erigidas fronteiras no espaço e no discurso enfatizando a diferença entre Mirante e Morro, discursos críticos ao Mirante enunciados pela própria comunidade atravessavam mais ou menos sutilmente textos do DN e se colocavam como possibilidades de interpretação para o leitor.

Em texto que celebrava a Praça do Mirante – *Praça Mirante da Jangada é mais um ponto turístico* –, usos do lugar anteriormente criticados pela comunidade local eram utilizados agora como argumento legitimador da praça que transformaria o Mirante em ponto turístico oficial que traria os benefícios desejados pelos moradores do morro. No mesmo texto, no entanto, novas críticas surgem através de representações diretas do discurso dos residentes, agora reconhecendo a ameaça da gentrificação e a ocorrência de desenvolvimento desigual do lugar. As críticas atravessam o discurso jornalístico utilizando-se de táticas de amenização. Todas utilizam a mesma estrutura de coesão: as críticas são adendos à afirmação dos benefícios da construção da praça.

Os moradores, que antes conviviam com maconheiros, arruaceiros, bêbados e muito barulho, elogiam a construção da praça, porém têm uma reivindicação a fazer. "Espero que o Governo ponha na praça uma cabine da Polícia Militar (PM), para que as pessoas não quebrem, as luzem nem desrespeitem os turistas", pede dona Francisca Rodrigues da Silva, que mora em frente ao logradouro. Uma coisa, porém, dona Francisca terá em abundância: iluminação.

[...]

Conforme Verônica Viana da Silva a garotada do conjunto aproveita o espaço e dança forró e lambada. "Antigamente o local era escuro e feio. Agora mostra nova face. Recebemos bem o pessoal da terra e visitantes. A única preocupação nossa é com a agressão da especulação imobiliária, que ataca sempre os moradores pobres. Vamos contar com o apoio das autoridades nessa meta", acreditou.

[...]

Mesmo achando que a pracinha é de todos, o morador da Rua Bateu, Ivanildo Costa, disse que as famílias da zona baixa também necessitam das obras de saneamento e urbanização.

[...]

"Ninguém desconhece esse benefício, mas nós habitamos ruas cobertas de rampas de lixo com precária rede de esgoto. Acho que os governantes deveriam olhar com mais carinho para nós", argumentou.<sup>29</sup>

A única notícia que aborda e evidencia o processo de gentrificação do alto do Morro Santa Terezinha identificada em todo o material coletado se trata de um texto que se utiliza da ironia para ultrapassar o que parecia ser uma barreira editorial contra discursos críticos à apropriação do Mirante que enfatizassem as contradições desse processo. Em um

---

<sup>29</sup>PRAÇA Mirante da Jangada é mais um ponto turístico. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 de jun. 1990b. Caderno Bairros

texto intitulado *Restaurantes geram empregos no morro de Santa Terezinha*, 1992, o autor surpreende com o tom do restante do texto:

O morro de Santa Terezinha, no bairro Mucuripe, tem cada vez mais contrastes. Enquanto as casas simples estão a cada dia dando mais espaço para os ricos restaurantes e mansões, ainda há os antigos moradores que resistem em seus barracos e vivem do emprego oferecido por seus próprios invasores. Este é o caso de dona Raimunda Cosme dos Santos, 54 anos de idade, há 11 morando na Rua Samburá, 118. Ela lava as toalhas do restaurante "Tudo Em Cima" desde sua inauguração há três anos, assim como mais três de seus filhos.

Como mora ao lado do emprego, dona Raimunda não reclama do salário de Cr\$ 120 mil, sem nenhuma gratificação ou outro benefício, mesmo com a carteira assinada." [...]

A única coisa que não só dona Raimunda, mas todos os moradores antigos sentem falta é a paz que circundava o mirante alguns anos atrás, antes da especulação imobiliária. "Antigamente a gente conseguia dormir cedo, sem barulho. As crianças corriam soltas no descampado, não tinha esse mundo de carros" lamenta. Ela afirma que atualmente a segurança está bem maior, pois agora tem policiamento diário. "Mesmo sendo para o turista não ser assaltado, a polícia serve para proteger a gente também", comentou Sandra Lima, que trabalha como cozinheira em um dos restaurantes.<sup>30</sup>

Esse recurso à ironia é extremamente significativo. Sua ocorrência atesta a um só tempo a existência do discurso crítico à des-territorialização e à gentrificação e a necessidade de velar ou amenizar de alguma forma tal discurso. O texto citado evidencia não só o processo de gentrificação, de dominação via relações de trabalho, mas também um discurso da própria comunidade em relação a esses processos, diferente das assertivas livres de conflitos, às vezes afirmadas como unânimes e geralmente coniventes e favoráveis à exploração e à transformação do lugar que eram representadas no discurso jornalístico, como exemplificado no trecho abaixo, retirado de *Praça do Mirante altera vida no Santa Terezinha*<sup>31</sup>:

Apesar de estreita, ficando inclusive em alguns trechos — como em frente ao Restaurante Tudo em Cima — com o tráfego prejudicado, a Rua do Mirante não sofreu nenhuma ampliação com a construção da praça. Para a moradora desta rua, Francisca Duarte, estacionar um carro passou a ser complicado para os visitantes, mesmo assim ela não considera o fato um problema. "Eu sei que estacionamento aqui está difícil, mas na minha calçada eu sempre digo: pode subir o fio de pedra meu patrão. Comigo isso nunca causou preocupação", frisa com satisfação Francisca.

A diferença na frequência e na forma dada às representações do Mo.S.T. que revelam as disputas por trás da apropriação do Mirante (Gráficos 2 e 7) em relação às

<sup>30</sup>RESTAURANTES geram empregos no morro de Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de abr. 1992. Caderno Bairros

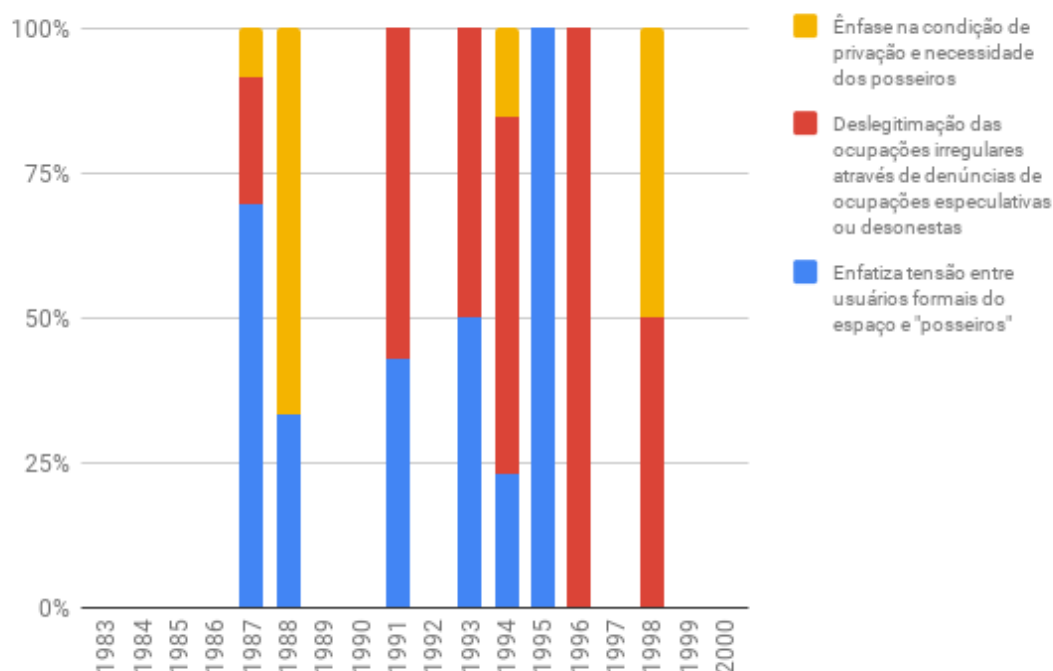
<sup>31</sup>PRAÇA do Mirante altera vida no Santa Teresinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 de abr. 1990a. Caderno bairro

representações opostas de valorização dessa apropriação (Gráficos 2 e 5) está entre os dados mais significativos produzidos pela AC. Essa discrepância nos permite observar a função ideológica da imprensa na reprodução capitalista da cidade ao definir o que é transformação legítima e não legítima da cidade: afinal, a compra das unidades do conjunto habitacional para usos residenciais ou comerciais, que ocorriam pelo menos desde 1984, eram proibidas pela Proafa e o discurso crítico a essa transformação não era acadêmico ou obscuro – segundo entrevistas, parte dos próprios jovens alternativos que frequentavam o Mirante condenavam tal prática, assim como moradores do CHST e funcionários da Proafa. Mais à frente refletiremos mais sobre esse dado relacionando-o com o enquadramento das ocupações irregulares das encostas do morro pelo DN, apresentados a seguir.

Enquanto o Mirante era gestado e consolidado, disputas territoriais ocorriam para além do alto do Mo.S.T. o ano de 1987 também marca a data em que ocupações irregulares começaram a acontecer nas encostas do morro após a construção do CHST. O noticiamento dessas práticas apresenta alguns padrões argumentativos no discurso do DN e surgem de forma mais intensa quando as transformações socioespaciais geradas pelas ocupações começam a ser consideradas uma ameaça ao Mirante pelos seus usuários.

Uma análise detalhada da subcategoria temática “Disputa pela apropriação do lugar entre ‘posseiros’ e ‘moradores’”, observando os temas que a constituem (Gráfico 15), mostra que a ênfase na tensão entre os ocupantes e os moradores formais e a deslegitimação das ocupações são os dois temas mais presentes nos textos que abordam o assunto, em detrimento dos trechos que enfatizam as necessidades e motivações das famílias ocupantes. A visualização dos registros da representação de discursos direta (Gráfico 8) mostra que a voz dos “posseiros” apresenta frequência notavelmente baixa, mesmo sendo o assunto Ocupações Irregulares e Questão Habitacional significativamente abordado no material coletado (Gráfico 13). Esses resultados da AC evidenciam do viés com o qual o DN tratava as ocupações irregulares e o conflito socioespacial gerado por estas. Alguns títulos ilustram essa posição: *Invasão nas dunas causa mal-estar aos moradores; Invasão de terras está preocupando moradores*. A questão é antes enquadrada como um problema para os moradores do que como um problema em si. A “invasão de terras” é substantivada e transformada em sujeito ativo e malfeitor, omitindo seu caráter de processo, de consequência de uma causa: a crise habitacional urbana e, mais radicalmente, a contradição da primazia do valor de troca sobre o valor de uso da terra que subjaz a produção capitalista do espaço urbano.

Gráfico 15 – Frequência relativa dos temas componentes da subcategoria “Disputa pela apropriação do lugar entre ‘posseiros’ e ‘moradores’” entre 1983-2000



Fonte: produzido pelo autor

Ao contrário do conflito entre comunidade local e gentrificadores, que entravam no discurso jornalístico através de brechas do ambiente de representação controlado a partir de certas táticas (amenização, ironia, pressuposições), o conflito entre a mesma comunidade local e os ocupantes é manifestamente evidente e um amplo espaço para o discurso de oposição da comunidade é garantido pelo jornal. Os discursos da comunidade e movimentos a favor das ocupações, por outro lado, não recebem espaço no jornal, embora a existência de moradores favoráveis e que resistiam às remoções tenham sido registradas pelo DN<sup>32</sup>.

Três discursos compõem a representação das ocupações irregulares no DN e buscam deslegitimar essas práticas. O primeiro é o discurso da degradação e preservação socioambiental, exemplificado acima, enunciado pelos moradores contrários às ocupações e por vezes por autoridades públicas, se utilizando de argumentos racionais de proteção ambiental, do perigo da produção de áreas de risco, da integridade das edificações do conjunto, da sensação de insegurança da comunidade, é direcionado para as consequências das ocupações. A argumentação racional dos moradores contrária às ocupações é reproduzida em detalhes, como o trecho abaixo exemplifica:

<sup>32</sup>SUOP inicia derrubada de casas no Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 21 de jul. 1988. Caderno Bairros



A Associação dos Moradores do Conjunto Santa Terezinha agora está denunciando o desmatamento que os "sem-terras" vêm praticando para a construção de suas casas. "Nós somos conscientes do problema de moradia para essas pessoas, mas acontece que a presença delas pode causar sérios transtornos para a gente. Estão fazendo o desmatamento de uma área verde localizada em cima das dunas. A retirada dessa vegetação pode causar o desmoronamento de nossas casas", disse Maria Vilanir de Oliveira, presidente da associação<sup>33</sup>.

O segundo é o *discurso da cidadania*, construído através de argumentos éticos que apelam para o senso de justiça burocrático, para direitos e deveres da comunidade, ocupantes e Estado, que empoderam a apropriação da comunidade local representando-a como pagadora de impostos e proprietários legítimos. É proferido por moradores e direcionado para a validade legal da apropriação informal do espaço. Um trecho exemplifica:

As famílias mais antigas prometem passar um abaixo assinado conclamando a todos para que não paguem mais os aluguéis à Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza, caso o Governo e a Prefeitura não tomem providências enérgicas para expulsar as famílias invasoras. À frente desse movimento está Iresmite Ribeiro de Moraes, que reside na casa de número 46 da Rua Pescador Jerônimo. "Não é possível que isso aconteça. Nós já viemos de várias favelas e agora vamos transformar este conjunto novamente numa favela?"

Iresmite entende que não é justo os habitantes do Conjunto Santa Terezinha continuarem a se esforçar para pagar as prestações enquanto estas famílias vão passar a residir gratuitamente. Assim como este morador, outros segmentos do Santa Terezinha pensam. Um fato curioso vem acontecendo em meio às demarcações. Algumas pessoas que se posicionaram contra estão também marcando lotes. Elas explicam que agem assim apenas para preservar a frente das suas residências.<sup>34</sup>

O terceiro é o que se transforma ao longo da década de 90 no *discurso da "especulação imobiliária"*, produto de argumentos de morais que deslegitimam a motivação das ocupações. Esse discurso é proferido por moradores e, especialmente, por empresários do Mirante é sintetizado sob a forma de acusações de especulação imobiliária contra os ocupantes, termo que parece ser deliberadamente utilizado de forma equivocada pelo DN, utilizando-se do que Fairclough (2001) chama de pressuposições manipulativas, valendo-se da intertextualidade difusa de uma "expressão pré-construída que circula em uma forma já pronta" (ibid., p. 156), para reforçar o sentido de que as ocupações irregulares são, em sua totalidade, gananciosamente motivadas e contra as regras do capitalismo justo.

<sup>33</sup>SANTA Terezinha - Invasão de terras está preocupando moradores. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 de jun. 1987. Caderno Bairros

<sup>34</sup>INVASÃO nas dunas causa mal-estar aos moradores. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 de maio. 1987. Caderno Bairros

O desdobramento que o DN dá às denúncias de especulação imobiliária contra as ocupações, aprofundando a apuração dos fatos com relatos e constatando casos, deve ser comparado com o discurso do periódico em relação ao efetivo processo de especulação imobiliária e consequente gentrificação no entorno do Mirante (lembremos agora do uso da ironia em *Restaurantes geram empregos no Morro de Santa Terezinha*, citado anteriormente). A diferença nas representações de conflitos pelo espaço revela a ação ideológica do DN que determina acessos diferentes ao poder de representar o espaço e, portanto, de produzi-lo. Foi com o auxílio desse acesso privilegiado que os usuários do Mirante demarcaram e sustentavam uma territorialidade própria, construindo a identidade do Mirante. O DN enquadrava diferencialmente as transformações que o Mirante produzia no entorno – legitimando-as e evitando suas contestações – e as transformações que a crise habitacional gerava na mesma área com um viés contrário.

A matriz social dos discursos que legitimam uma apropriação territorial e não outra é a instituição hegemônica da propriedade privada e da sua condição de mercadoria. Enquanto as ocupações irregulares das encostas, mesmo as realizadas com fins especulativas, são consideradas bárbaras “invasões”, ilegítimas, o processo de aquisição ilegal e o desvirtuamento de unidades de habitação social publicamente financiadas é considerado desenvolvimento legítimo e justo pela sua relação com a formalização da propriedade via compra e venda e não com o processo ou validade legal. O DN, como mostramos anteriormente, defende abertamente a ordem social da “livre empresa” e, portanto, a defende também ideologicamente nas representações que constrói da cidade. A transformação urbana fora dessa matriz socioeconômica é representada como ilegítima e, inversamente, são consideradas ilegítimas as críticas às transformações urbanas dentro dessa matriz.

Nos primeiros anos da década de 90, período de consolidação do Mirante como novo polo gastronômico da cidade, o discurso da “especulação imobiliária” passa a ser associado ao potencial paisagístico do Mo.S.T., evocando a valorização do lugar e o potencial paisagístico como causas (e vítimas) das ocupações irregulares.:

A beleza que se avista do Morro de Santa Terezinha, onde está situado um conjunto do mesmo nome, no bairro do Mucuripe, é o principal motivo que gerou a especulação imobiliária na área. Segundo seus moradores "todo dia se levanta uma casa nas encostas do morro", como afirmou a dona-de-casa, Maria Nazaré Andrade, 37 anos. A ação da Associação dos Moradores do Conjunto não está sendo eficaz para conter as invasões, uma vez que ao tentar interferir na questão seus membros foram ameaçados chegando a sofrer uma série de represálias.

Este fato ocorreu quando os invasores somavam ainda cerca de 20 famílias, ou seja, em torno de 100 pessoas. Hoje, a situação se agravou. Existem atualmente uma

média de mil invasores, o que representa a mesma população dos residentes no Conjunto Santa Terezinha. Muitos constroem suas casas somente com a intenção de vendê-la mais tarde por uma boa soma. Outras deixam suas casas no conjunto, em troca de um bom preço e vão se tornar invasores.<sup>35</sup>

Uma nova camada de pressuposições manipulativas – uma vez que tal relação não é explicada no texto – passa a compor o discurso denunciatório das ocupações irregulares, criando posições antagônicas entre o Mirante como vítima e a ocupação informal do morro pela população pobre com agente malfeitor. O status patrimonial atribuído à vista lugar (algo único, histórico, de importância simbólica, ameaçado e que deve ser preservado) passa a atuar como uma espécie de *proxy* do Mirante. Essa oposição é expressa sub-repticiamente, sem evidenciar a relação entre as duas realidades que foram cuidadosamente separadas pela construção da diferença alto/base do morro e Praça do Mirante/Mirante.

O discurso que busca minar a legitimidade das ocupações irregulares continuaria sendo explorado por moradores, empresários do Mirante e o jornal DN seguindo os mesmos padrões. No entanto, a partir de 1993, como veremos no tópico seguinte, o véu simbólico que separava o Mirante do Morro começa a perder sua eficiência.

#### 5.3.3.4 *O declínio do Mirante (1993-2000): o discurso da favelização e sua negação*

Até os primeiros anos da década de 90, as representações do Mirante e do Morro pareciam circular em vias paralelas que não se encontravam. O Mirante havia conseguido se firmar na cartografia simbólica de Fortaleza criando fronteiras através da diferença que subjazia como elemento constituinte das representações que o produziram, seus limites eram a negação e dissimulação do contexto socioespacial do Mo.S.T. e do Mucuripe. Tanto quanto afastar usuários indesejados ou torna-los anacrônicos – função que o alto custo dos imóveis e estabelecimentos e as práticas de consumo cultural das classes privilegiadas logravam –, os muros simbólicos do Mirante também mantinham longe a realidade pobre do Mucuripe como significado que o atravessasse. Poucas foram as ocasiões em que os conflitos resultantes desse processo de des-territorialização chegaram às páginas do DN e inexistentes as ocasiões em que chegaram ao jornal explicitamente até então.

O ano de 1993, no entanto, altera essa configuração e marca mais um ponto crítico que merece olhar atento. Esse ano específico foi identificado pela AC como momento de

---

<sup>35</sup>ESPECULAÇÃO imobiliária provoca deslizamentos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 de maio. 1991. Caderno Bairros

extrema relevância, dada sua intensidade nas frequências das diversas categorias (comparar o ano em questão com o auxílio dos Gráficos no Anexo 1).

O crescimento desordenado de Fortaleza se reproduzia no Mucuripe e já havia transformado o Mo.S.T. em um novo lugar: a população original do morro havia mais que dobrado e os problemas sociais e o abandono estatal que já afetavam a comunidade cresciam ao mesmo passo. O conseqüente aumento da violência urbana dividia jovens da região em gangues que começavam uma disputa pelo tráfico de drogas local. Além disso, as ocupações desordenadas resultavam na produção de áreas de risco e a insegurança ambiental transformava os receios da população noticiados até então em acidentes de maior gravidade.

Essas mudanças socioespaciais alcançaram o DN por meio de discursos que construíram novas representações do Mucuripe, do Mo.S.T. e do Mirante. Definimos 1993 como um ponto crítico e histórico de transformação pois foi nesse ano que observamos o primeiro noticiamento de eventos que rompiam o isolamento do Mirante consolidado como ponto turístico do seu contexto socioespacial e simbólico. Um confronto de gangues gerou quatro suítes<sup>36</sup> que evidenciam o esforço comunicativo para lidar com um distúrbio. A análise detalhada das subcategorias que compõem a categoria “Mirante como lugar de consumo” (Gráfico 5) nos permite visualizar a intensidade desse esforço comunicacional.

A análise desses textos nos permitirá perceber como a transformação do contexto socioespacial do Mucuripe, por um momento, embaralhava as territorialidades sobrepostas no Mo.S.T., expondo a contradição e a ficção da sua segregação. Poderemos observar também o exercício do poder simbólico na reconstrução da segregação, no desembaralhamento dessas territorialidades, realçando as construções ideológicas utilizadas como ferramentas nesse processo. Dessa forma, prosseguiremos cientes de como os diferentes modos de representação do lugar registrados na AC se apresentaram até o final dos anos 90.

Os títulos e subtítulos dos suítes já revelam muito. A ordem dos mesmos sintetiza a narrativa de correção das representações do espaço perturbadas pela quebra da segregação entre território privilegiado e pobre: *Arrastões colocam em polvorosa a população: Santa Terezinha e Castelo Encantado* (10/03/1993); *Policiais invadem morros para combater violência: brigas de gangues é pelo controle do tráfico de drogas* (11/03/1993); *Movimento no Mirante com queda de 95%: confrontos de gangues perturba paz no Morro* (16/04/1993); *Santa Terezinha paira sobre a miséria do Mucuripe: saúde e falta d’água são os principais problemas do Morro* (17/10/1993).

---

<sup>36</sup> Segundo o Manual de Redação da Folha de São Paulo: “suíte - Do francês suite, isto é, série, sequência. Em jornalismo, designa a reportagem que explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior.”

O primeiro texto – *Arrastões colocam em polvorosa a população* – noticia um conflito entre gangues que ocorreu ao longo de três dias. A gravidade do evento era reforçada por haver ocorrido durante um período em que a prática de “arrastões” no Rio de Janeiro era noticiada em jornais nacionais, inserindo o fato noticiado em uma trama intertextual da mídia nacional que afeta sua interpretação e contribui para o destaque dado ao fato, veiculado no caderno Cidade. O parágrafo a seguir corresponde ao *lead* da notícia:

A onda de violência provocada pelas gangues de bairros, que promovem arrastões, chegou com força na área do Mucuripe, envolvendo grupos do Castelo Encantado e Morro Santa Terezinha. De sexta até segunda-feira últimas ocorreram conflitos diários entre pelo menos 30 pessoas, muitos dos quais menores, que subiram o morro do Mirante munidos de pedras, pedaços de pau e facas agredindo-se e até chegaram a trocar tiros com a polícia. Como consequência, na tarde de ontem o morro do Mirante, uma das áreas de Fortaleza bastante freqüentadas por turistas recebeu em seus restaurantes poucas pessoas. Do outro lado, moradores, preocupados com as cenas de violência que presenciaram reclamavam uma ação urgente das autoridades competentes para não só garantir segurança no morro, como também evitar que a prática dos arrastões se alastre a outros bairros, a exemplo do que se vê no Rio de Janeiro.<sup>37</sup>

A lexicalização e a estrutura textual reforçam a diferença entre alto/base do morro: o texto diferencia o “Morro Santa Terezinha”, lugar das gangues, do “morro do Mirante”; as gangues “subiram o morro do Mirante” enquanto os moradores “do outro lado” presenciavam as cenas. Em termos de coesão, a passagem define três sujeitos que ocupam diferentes papéis na narrativa: criminosos, vítima e testemunhas. A violência é retratada como uma agressão ao Mirante, pois define como consequência do evento uma reação sua: o seu esvaziamento. Os moradores são implicados secundariamente como testemunhas, observadores do fato, e são utilizados como recurso para enunciar a urgência da demanda por soluções para o problema.

Em seguida é entrevistado um morador do morro envolvido nos confrontos, citando-o para determinar a causa do conflito (tráfico de drogas). A fala da líder comunitária local é utilizada para descrever o problema, narrando outros eventos relacionados, vítimas anteriores e revelando a gravidade do problema da insegurança na região. Os parágrafos finais, no entanto, chegam a uma resolução que volta ao protagonismo do Mirante, que passa de parte prejudicada para ator no combate à violência, reforçando mais uma vez o papel secundário da comunidade:

---

<sup>37</sup>ARRASTÕES colocam em polvorosa a população. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 10 de mar. 1993. Caderno Cidade

Diante da repetição dos confrontos, os proprietários de restaurantes na área do morro do Mirante reuniram-se na manhã de ontem tentando mobilizar-se para solicitar à delegacia do Serviluz um plano para apanhar os líderes das gangues, a quem atribuem o papel de insufladores do movimento. Sérgio Tringale, do restaurante La Vie on Rose, informou que foram contratados três homens para fazer a segurança armada no local. Sua maior preocupação conforme revela é que haja uma ação efetiva e ágil das autoridades para coibir conflitos do tipo, sob pena da coisa se generalizar e a população acabar sendo um alvo da ação das gangues.

"Se pegar aqui, vai haver a mesma coisa em qualquer lugar de Fortaleza", adverte Tringale. Acrescenta que este é um problema que requer uma ação política urgente. Ele se manifestou ainda contra a maior divulgação do ocorrido, considerando que é um reforço à "moda do arrastão". As famílias do morro assistem impotentes ao problema e amedrontadas procuram segurança dentro das próprias casas (ibidem.)

A estrutura do texto constrói uma narrativa que insiste na diferença entre o Mirante e seu entorno. A alternância de discursos entre empresários e moradores como sujeitos distintamente envolvidos no mesmo evento reforça essa diferença. O Mirante é vítima de uma “onda” que invadiu repentinamente seu território e sua ação no sentido de impedir, conter e se opor a tal realidade, inclusive se armando, é uma possibilidade, sua segurança é restaurável. No texto é construída a pressuposição de que o Mirante é um território inscrito em outra ordem simbólica que não a da periferia, pois a transposição das suas fronteiras é considerada um indício de violência grave, de epidemia que, se é capaz de afetar o Mirante, pode afetar qualquer outro território da cidade inscrito na ordem simbólica do centro, atribuído o status de seguro. Constrói-se assim a pressuposição do paralelismo do Mirante com as áreas privilegiadas da cidade, embora estivesse situado em uma região que começava a sucumbir aos problemas sociais urbanos característicos da desigualdade social nas grandes cidades. A mesma gravidade, no entanto, não é atribuída à sequência de eventos violentos no Morro e no Mucuripe enumerados. Ali a violência é naturalizada pelo DN, pois pertence à periferia, enquanto é desnaturalizada, tornada estranha, no Mirante, pois pertence ao centro.

Apenas um dia depois outra notícia de grande destaque é veiculada no caderno Policial: *Policiais invadem morros para combater violência*. O texto narra e expõe os resultados de duas grandes operações policiais que contaram com a participação de uma série de autoridades públicas (delegados, secretário de segurança), construções demarcadoras de eficiência (“8 homens fortemente armados”, “grande operação”, “acompanhando de perto a operação”) e resultaram em dezenas de presos. No entanto, um tema se interpõe reiteradamente às descrições de prisões ao longo dos parágrafos do texto:

Uma ação conjunta entre as Polícias Civil e Militar foi efetuada ontem destinada a sustar a onda de violência que movimenta gangues nos bairros Santa Terezinha e Castelo Encantado. [...] investigações que visam desmontar a violência praticadas por estas gangues [...] as detenções foram resultado de uma grande operação

policial posta em prática no sentido de reprimir a ação de gangues de mirins que agem naquela zona de Fortaleza, especialmente no chamado Mirante, ponto turístico da cidade. [...] desencadeou na operação policial militar com vistas a 'limpar a área'.<sup>38</sup>

A operação também serve um propósito comunicacional e tem caráter midiático, recebendo destaque no caderno Policial. A ação da polícia pode ter atendido anseios da comunidade em termos concretos, mas a operação midiática atende o anseio do reestabelecimento simbólico da ordem e do consenso de segurança para os gentrificadores no Mirante, condição indispensável para a manutenção do uso turístico e de consumo do lugar, pois, embora esses usuários aceitassem a contradição do lugar de consumo em meio à pobreza e da des-territorialização da comunidade local, não estão dispostos a superar o estigma da violência, afinal, diferentemente de moradores e comerciantes, consumidores não estão presos à terra, mas aos signos, e podem sempre partir para outro lugar que supram suas necessidades simbólicas identitárias, distintivas e de estetização/estilização da vida.

O terceiro suíte evidencia a fragilidade das fronteiras simbólicas que isolam o lugar de consumo do seu entorno pobre. O esvaziamento dos restaurantes do Mirante foi noticiado no JB na matéria *Movimento no Mirante com queda de 95%*. Embora pela primeira vez no material coletado a contradição da segregação Mirante/Morro seja diretamente abordada em uma passagem, tal segregação e existência paralela de dois territórios no mesmo espaço é assumida com naturalidade, assim como a eficiência das fronteiras que os dividem é reafirmada, indicando que o evento de violência que as atravessaram é um fato inédito:

O Mirante, onde se localiza a maioria dos restaurantes, é uma área delicada para a exploração do turismo, desde o seu início. Tendo em vista que os comércios existentes são direcionados para uma faixa da população com alto poder aquisitivo, enquanto a maioria dos moradores da favela Santa Terezinha não tem, muitas vezes, um prato de comida. No entanto, nunca antes havia se registrado um confronto tão explícito entre essas duas realidades distintas.<sup>39</sup>

O texto é construído no sentido de reafirmar a segurança do lugar, diminuindo a gravidade dos fatos. O confronto armado entre gangues que resultou, inclusive, em tiroteio com a polícia é eufemizado como um “desentendimento entre turmas de garotos do bairro vizinho” que provocou “uma grande confusão que afugentou turistas e frequentadores”. A escolha do vocabulário do texto é precisa: a violência é afastada do Santa Terezinha e é

<sup>38</sup>POLÍCIAS invadem morros para combater violência%. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 de mar. 1993. Caderno Policial

<sup>39</sup>MOVIMENTO no Mirante com queda de 95%. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 16 de abr. 1993. Caderno Bairros

localizada no bairro vizinho (Castelo Encantado) ou na base do morro (classificado como favela pela primeira vez no *corpus*), entre os próprios moradores, enfatizando a ação de “descer o morro” praticada pelos policiais. Além disso, o tema da garantia da segurança pelo policiamento é reiterado ao longo do texto, enfatizando a repressão e o disciplinamento da própria comunidade local:

O policiamento agora está ostensivo e de ação rápida. Com duas cabines, uma na praça do Mirante e outra na subida do morro, ao lado do Projeto ABC, não se tem registrado qualquer ocorrência, quer seja de furto ou roubo de carros de turistas. As brigas que ocorrem, são sempre entre os próprios moradores e não raro os policias descem o morro para resolver os problemas "in loco". Na última terça feira, uma querela levou os soldados da PM a descerem o morro para capturar um tarado exibicionista. Apesar do protesto dos moradores e familiares, que rodearam a cabine, o homem foi algemado. Após o chamado do soldado, a viatura com o oficial de plantão chegou em meia hora para levar o preso. (ibidem.)

Além disso, o jornal permite que sua própria credibilidade seja contestada como estratégia de dissimulação da violência ao reproduzir os discursos de empresários que afirmam a inveracidade das notícias, inserindo o texto em uma cadeia intertextual de forma a negar os sentidos produzidos pelos textos o antecedentes e reforçando o argumento dos próprios empresários: um estigma injustificado é a causa da fuga de consumidores. Embora as aspas demarquem a distinção entre os enunciadores e, portanto, dos seus discursos, a escolha de não contestar ou responder à acusação reforça o discurso do estigma injustificado, pois o jornal consente silenciando:

Segundo o gerente do restaurante La Vie en Rose (apontado como um dos estabelecimentos atingidos pelo confronto), Paulo César Gonçalves, não existiu a violência divulgada pelos meios de comunicação. "Alardearam demais. A imprensa aumentou os fatos, denegrindo a imagem do Mirante e, conseqüentemente, diminuiu o movimento". (ibidem.)

O quarto e último suíte – *Santa Teresinha paira sobre a miséria do Mucuripe* – é um esforço reconstrução de muros simbólicos pela diferença e negação do entorno. No entanto, o texto destaca o Mo.S.T. do contexto Mucuripe, e não só Mirante (embora este também seja representado). Em uma reportagem de página inteira no JB é representado um lugar pobre, mas não violento como o restante do Mucuripe. Tenta-se reconstruir a medida tolerável da contradição entre lugar de consumo e lugar de pobreza que existia antes do distúrbio da violência. A fixação de sentido produzida pelo conjunto título e subtítulo evidencia essa estratégia de representação do espaço: “Santa Teresinha paira sobre a miséria do Mucuripe: saúde e falta d'água são os principais problemas do Morro”.



Nos textos veiculados no JB na primeira metade dos anos 80 identificamos como as representações dignificadoras do Mo.S.T. por vezes eram usadas para compor discursos de propaganda política. Aqui evidenciamos como construções dignificadoras, e até mesmo as representações de lugar marginalizado, podem ser ideologicamente produzidas com o intuito de readequar simbolicamente o mosaico de territórios da cidade. Os eventos violentos noticiados anteriormente compõem a trama intertextual da reportagem, sendo evocados manifestamente ou não em diversas passagens. O primeiro parágrafo do texto mostra como se trata de um discurso que busca negar um outro, *discurso da favelização* – ao qual chamaremos o discurso estigmatizante que associa a violência e a precarização socioambiental de áreas marginalizadas atuando como operador de (re)significação da cidade criminalizando lugares de pobreza. O uso do vocábulo “bairro”, em oposição ao uso tradicional do “morro”; a ênfase na diferença em relação ao seu contexto e no status formal, planejado do conjunto habitacional original são indicadores de que se trata de um discurso antagônico ao discurso da favelização:

Localizado no alto do morro que leva o seu nome, o bairro Santa Teresinha está bem acima dos problemas que afligem o grande Mucuripe, do qual faz parte. Rodeado de pobreza por todos os lados, ele se destaca como uma verdadeira ilha onde a violência e a miséria têm que fazer um bom esforço para subir, para alegria e satisfação dos seus moradores. A diferença com relação aos outros bairros que formam o Mucuripe é que o Santa Teresinha nasceu no papel, sendo planejado e construído há cerca de 12 anos, com o objetivo de abrigar as populações de antigas favelas da área.<sup>40</sup>

O texto elenca diversos programas de assistência social e seus resultados positivos. Utilizando-se de estilo informal, a reportagem transita no limite entre texto jornalístico literário e texto publicitário, buscando reconstruir o discurso do bucolismo urbano e do paraíso perdido na periferia utilizado quando o Mirante se afirmava como novo ponto turístico e de consumo da cidade. Ao abordar carências do Mo.S.T., são enfatizadas a falta de assistência médica, de água, a desidratação de crianças, assim como as ocupações irregulares, reproduzindo o discurso da “especulação imobiliária”. O problema da insegurança é desarticulado por meio de dissimulações, amenizando o grau de violência, atribuindo-a ao morro vizinho (Castelo Encantado), indicando a presença da polícia ativa, reafirmando a diferença alto/base do morro e usando a representação direta do discurso de moradores e

---

<sup>40</sup>DE CASTRO, Dedé e STÉFANO, Bruno. Santa Teresinha paira sobre a miséria do Mucuripe. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 de out. 1993. Caderno Bairros

lideranças da comunidade, que emprestam a credibilidade de quem denuncia a violência ao discurso de negação da mesma:

Quanto à segurança, Franceli Nogueira diz que os maiores problemas são com os pichadores, que fazem bastante arruaça, mas, não chegam a provocar grandes confusões. Alguns moradores afirmam que muitos deles são crianças que querem apenas se divertir, oriundos do Castelo Encantado e que preferem fazer maior bagunça na parte de baixo do Mucuripe, principalmente na praia. "Mesmo porque, o espaço aqui é pequeno e eles gostam de muita agitação", explicam.

[..]

Local tradicionalmente calmo, há pouco tempo o Mirante teve sua tranquilidade ameaçada por duas gangues de baderneiros que foram logo afastadas por um grupo de policiais que agiu sem truculência, o que, aliás, não é comum acontecer. E, de garantia, deixou lá uma guarita, com dois megafones de plantão. (ibidem.)

O discurso do potencial paisagístico e do consumo do Mirante são costurados ao discurso rico em representações dignificantes do Mo.S.T. construído pela reportagem. A legitimação dos usos e usuários de classe média é reafirmada pelas descrições da experiência do lugar que representam o Mirante como a epítome do bucolismo urbano, fruto do desenvolvimento de um bairro "pitoresco e simpático", racionalizando a desigualdade social estetizando a pobreza e mascarando a segregação socioespacial através do uso ambíguo de "gente da terra" como forma de criar a pressuposição de um lugar compartilhado democraticamente com a comunidade local, livre de conflitos:

Entretanto, o maior destaque do Morro de Santa Teresinha é mesmo o privilégio de uma bela vista da orla marítima, que se pode ter da pracinha do Mirante, em harmonia com a visão do amontoado de casas do Castelo Encantado, logo abaixo. Ali, turistas e gente da terra se encontram e se confraternizam ao som de uma batucada matutina de domingo ou sob o espetáculo do pôr-do-sol, sempre regados a muita cerveja ou muita cachaça. Segundo o garçom José Airton Silvestre, de 52 anos, que trabalha no restaurante mais antigo do Mirante, o Panorâmico, o local possui uma boa concentração de bares e restaurantes.

[...]

Daí para cá, o antigo Conjunto Nossa Senhora da Paz foi crescendo, até se tornar um dos bairros mais simpáticos e pitorescos de Fortaleza. Onde, inclusive, fica o Mirante, o ponto mais elevado da cidade, proporcionando uma vista panorâmica de incomparável beleza. A cidade e o mar ficam a seus pés, como na canção de Orestes Barbosa. Altaneiro, muitos metros acima da Aldeota, Avenida Beira-Mar, Morro do Teixeira, Castelo Encantado e Praia do Futuro, bairros confinantes, o Mirante é um ponto de atração turística, com uma bem montada rede de restaurantes típicos, oferecendo uma grande variedade de pratos à base de frutos do mar. Além dos restaurantes, há outros recantos aconchegantes, discretos e românticos. Faltando apenas uma pousada para um descanso mais relaxante. (ibidem.)

A sequência de textos que se relacionam ao mesmo evento disruptivo da ordem estabelecida no alto do morro evidencia as estratégias discursivas utilizadas para reordenar e manter a sobreposição dessas territorialidades nesse período histórico (1993-2000): a

reconstrução da diferença que a violência urbana havia provado ser fictícia e a mitigação do discurso da favelização que começava a produzir novas formas de representação do Mo.S.T., como veremos a seguir.

Iniciemos a análise das formas de representação por aquelas mais presentes no material coletado nesse período: os estigmas territoriais. A distribuição dos registros das subcategorias que compõem a categoria Santa Terezinha como lugar periférico marginalizado (Gráfico 3), nos mostra que, a partir de 1993, a associação do morro com a violência urbana passa a ser significativa e recorrente no DN, evidenciando uma alteração nos discursos que compõem as representações de lugar marginalizado. O aumento dos índices de violência em Fortaleza e nas áreas mais pobres da cidade passou a afetar as representações que diferentes agentes construíam do Mo.S.T. Assaltos, assassinatos, prisões, tráfico de drogas, representações típicas das páginas policiais passaram a gravitar em torno do lugar associadas à precarização socioespacial do morro agravada em parte pelas ocupações irregulares desordenadas. O discurso da favelização não era restrito ao sensacionalismo do caderno Policial, circulava no seio da sociedade em geral que passa a significar o lugar como uma área perigosa ou insegura. O uso da representação de discursos em diferentes ocasiões demonstra a circulação desse sentido na cidade. Em 1995, ao noticiar um abaixo-assinado exigindo segurança de moradores de um bairro de classe média adjacente, era reproduzido o discurso de um líder comunitário: “Ricardo Bleasby Portela afirma que a proximidade com as favelas do Morro Santa Terezinha, Verdes Mares, Castelo Encantado e Trilho provocam um estado de insegurança muito grande na região”<sup>41</sup>. Outro trecho, de uma notícia de 1999, deixa transparecer mais uma vez os estigmas da violência consolidados no discurso de *outsiders*:

Em contraste, motoristas, empresários e principalmente a polícia conhecem os locais e horários mais visados pelos assaltantes. Antônio Azevedo, presidente do Sindiônibus revela: BR116 (próximo ao Makro); proximidade do Restaurante Sandra's, nas Dunas; Autran Nunes; Morro Santa Terezinha; e proximidades do Sesi da Barra do Ceará, na Avenida Francisco Sá. O horário, das 18 às 21 horas.<sup>42</sup>

Ao longo dos anos 90, o discurso da favelização passa a compor até mesmo os discursos de resistência e dignificação do Mo.S.T., que passam a ser compostas também por passagens que representam uma comunidade mobilizada contra a violência, o uso e tráfico de drogas, buscando resgatar e dignificar a juventude local. Em 2000, último ano do nosso

<sup>41</sup>ABAIXO-ASSINADO de moradores do Papicu exige segurança da PM. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 de jul. 1995. Caderno Bairros

<sup>42</sup>ASSALTOS a ônibus começam a virar rotina. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 de fev. 1999. Caderno Cidade

recorte, por exemplo, é clara a representação já consolidada do morro como lugar de violência urbana, revestido de imagens estereotípicas das periferias pobres de grandes cidades, que constitui até mesmo o discurso crítico na apresentação de um grupo de *Rap* local:

A música como elemento de transformação. Utilizando rimas e adotando a explosividade do rap como veículo de comunicação, o grupo "Conscientes do Sistema", formado por jovens da periferia de Fortaleza, a maior parte residente no morro Santa Terezinha, encontrou na arte a solução para escapar à sina de quem convive sob o fogo cruzado das gangues do subúrbio.

[...]

No labirinto de ruas que interliga as favelas do morro, os garotos do grupo são unanimidade. O trabalho contundente da equipe, além de denunciar as mazelas da comunidade, contribui para a redução dos conflitos de gangues na região, aglutinando a juventude da periferia em torno da proposta musical do grupo. A palavra visceral, em substituição a violência; a atitude enérgica e a lucidez crítica contra a covardia das drogas. Porta-voz dos interesses da comunidade, o "Conscientes do Sistema" e sua arte politizada são um sinal claro de insatisfação social na periferia, a resistência do subúrbio.<sup>43</sup>

O uso das representações de periferia violenta no discurso jornalístico, circulando na sociedade em geral e nos próprios movimentos de resistência locais mostram que as representações mais frequentes que recobriam o morro, de fato, foram profundamente alterados com o tempo. Do lugar marginalizado pelo poder público e marcado pela pobreza e falta de estrutura urbana durante a década de 80, o Mo.S.T. se transformara em um território permeado pelo estigma territorial da violência urbana, signos que os consumidores e turistas já não estavam dispostos a ignorar. As travessias das fronteiras da cidade segregada deixavam de ser realizadas com a mesma tranquilidade – agora para nenhum dos lados.

Mas como essa transformação de lugar à margem para lugar violento se relaciona com as representações do Mirante das classes médias? O Gráfico 2 nos mostra que os discursos de valorização e afirmação do Mirante circulavam nas páginas dos jornais até 1999, em paralelo e em intensidade semelhante às representações estigmatizantes que eram cada vez mais conformadas pelo discurso da favelização.

A imagem do lugar turístico, polo gastronômico *cult* de Fortaleza, isolado de seu entorno se recuperaria da queda no movimento de consumidores. Após 1993, no entanto, o Mirante passava a ser representado como lugar ameaçado. A sua imagem não estava isolada de conflitos como antes.

Uma vez que estava consolidado como ponto turístico, os donos de restaurantes do Mirante passavam a ser considerados donos tradicionalmente legítimos daquele espaço e eram chamados a compor o discurso jornalístico no lugar da comunidade local contra as

<sup>43</sup>RICARDO, Laécio. A Voz da Resistência. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 de jul. 2000. Caderno Cultura

ocupações das encostas que ainda ocorriam no morro. Dois gráficos resultantes da análise de conteúdo ilustram essa nova relação. A distribuição da frequência das subcategorias componentes da categoria Santa Terezinha como lugar em disputa (Gráfico 7) mostra que em meados dos anos 90 surgem de maneira significativa temas que retratam ameaças ao Mirante. Já o gráfico da distribuição dos registros de representações de discursos diretas (Gráfico 9) demonstram que a partir de 1993 os empresários passam a receber maior espaço como sujeitos enunciadorees do lugar, tendo seus discursos representados diretamente pelo DN. O texto *Comerciantes querem preservar turismo no Morro Sta. Terezinha*<sup>44</sup>, 1994, exemplifica:

Há muitos anos foi erguido no morro Santa Terezinha um conjunto habitacional, com casas populares. Com o tempo, restaurantes renomados também subiram o morro, tornando a área uma atração turística da cidade, pela bela vista que se tem de Fortaleza, daquele ponto. As próprias casas dos moradores foram dando lugar aos grandes restaurantes. Hoje, a área volta a ser tomada por famílias de invasores que, segundo os comerciantes, nada têm de favelados.

[...]

O proprietário do restaurante Albatroz, Paulo Roberto Melo, alerta para o fato de que, no mesmo local, algumas casas já apresentam placas de "vende-se", numa demonstração de que, quem construiu a casa o fez com fim comercial. Todos os proprietários de restaurantes da Rua do Mirante fizeram uma cerca de arame, ainda na encosta, visando impedir novas construções. Os comerciantes denunciam o perigo de desabamento dos barracos, com a chegada do inverno. Pedem também providências às autoridades, no sentido de garantir o fluxo turístico da área.

No entanto, a ameaça das ocupações ao potencial paisagístico, o ponto central dos discursos da ameaça ao Mirante, era uma corruptela do conflito que de fato os mobilizava. Não era o potencial paisagístico que levava os consumidores ao polo gastronômico, mas o capital simbólico objetificado ali. Capital que era o sustentáculo do lugar, ao ser continuamente convertido em capital econômico. Portanto, era o discurso da favelização, associado à paisagem da pobreza urbana que se multiplicava a cada nova ocupação das encostas, que ameaçava o consumo do Mirante, pois afastava os usuários que atribuíam, mais que a mídia local, o capital simbólico a este território e sustentavam tal territorialidade.

Embora fosse retratado como ameaçado de desaparecimento devido às ocupações, o Mirante havia logrado blindar-se no discurso jornalístico do estigma da violência e manter erguidos pelo menos no *bios* midiático os muros simbólicos que afastavam o seu contexto socioespacial. Em 1995, as guerras de gangues persistiam e aumentavam no Mucuripe e Mo.S.T., chegando a ocasionar mortes, e chegavam às páginas do DN, entretanto, sem referências ao Mirante. O parágrafo abaixo corresponde ao *lead* da notícia:

---

<sup>44</sup>COMERCIANTES querem preservar turismo no Morro Sta. Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 22 de nov. 1994. Caderno Cidade

O Morro Santa Terezinha está em pé de guerra. As gangues de menores que se proliferam há dois anos estão em confronto permanente pelas ruas do conjunto, deixando apavorados os moradores novos e antigos que clamam por uma intervenção decisiva do Governo do Estado, principalmente através da Secretaria de Segurança Pública e Comando da Polícia Militar (PM). Ontem, mais um jovem amanheceu morto devido à violência dos grupos que já promoveram, desde o início do ano, dezenas de episódios de verdadeiro terror nas portas dos cidadãos impotentes diante de uma situação descontrolada. Os moradores enviaram à PM e ao vice-governador Moroni Torgan, o pedido: SOS Segurança do Santa Terezinha.<sup>45</sup>

No mesmo ano, em contraste, mais denúncias da ameaça das ocupações irregulares ao Mirante eram veiculadas<sup>46</sup>. No ano seguinte, 1996, o mesmo. Nenhuma citava a violência como questão, as duas aumentavam o tom do discurso da “especulação imobiliária” e da ameaça ao Mirante. O texto de 1996 ilustra:

Os problemas surgiram com a ocupação das encostas. Diz Assis que pequenos comerciantes estão invadindo diversas áreas do morro, construindo casas e alugando ou vendendo-as. Eles constroem os imóveis para alugar, trocar por carros. "E um dinheiro fácil: o milheiro do tijolo custa R\$ 70,00; com dois mil tijolos eles fazem uma casa de três compartimentos e vendem por R\$ 3 mil", explica, lembrando que alguns chegam a construir oito, dez casas. "Fazem tudo em nome da pobreza, da falta de moradia. Certo que existem as pessoas que precisam, mas existem os especuladores."

[...]

A situação está deixando os comerciantes desnorteados. Situado no Morro Santa Terezinha, o Mirante vem sendo afetado pelas constantes invasões das encostas e pela corrida imobiliária desenfreada. Os donos de restaurantes estimam que o movimento caiu pela metade nos últimos quatro anos. Tanto pela descaracterização como pela falta de infra-estrutura de apoio. Quem fica, reclama. "Os fregueses mais antigos costumam dizer que o Mirante vem perdendo muito", conta. "São os primeiros a reclamar."<sup>47</sup>

As representações do Mirante como objeto de conflito que velavam a contradição que se acirrava no Mo.S.T. e amorteciam o impacto dos estigmas da violência sobre o lugar, mas não eram as únicas que mantinham simbolicamente aquela territorialidade. O Mirante ainda era representado como lugar de consumo das classes privilegiadas, desconectado e negando seu entorno. Essas formas de representação do lugar foram identificadas no arquivo do DN até o ano de 1999. Textos como *Moto Museu XX: Nova opção de lazer no Morro de Santa Teresinha*, *Música instrumental no Mirante*, *Mirante leva turistas ao Morro Santa Teresinha*, *Lúdico sobe o Morro do Mirante*, *Morro Santa Terezinha tem a melhor vista da*

<sup>45</sup>GANGUES amedrontam morro Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 de fev. 1995. Caderno Cidade

<sup>46</sup>SANTA Terezinha sofre construções indevidas. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 22 de fev. 1995. Caderno Bairros

<sup>47</sup>DENUNCIADA descaracterização criminosa no Mirante. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 de jun. 1996. Caderno Cidade

*cidade, Morro de Santa Teresinha agrada os olhos e o paladar* são exemplos de ocorrências em que inaugurações de estabelecimentos e símbolos da cultura boêmia, apologias ao Mirante, seu status turístico e seu polo gastronômico eram veiculados no jornal à revelia da realidade problemática do Mo.S.T no mesmo período. Em *Morro Santa Terezinha agrada aos olhos e paladar*, o discurso de valorização do Mirante e do seu potencial paisagístico chega ao ápice da linguagem persuasiva, quase publicitária, retomando o discurso da beleza paradisíaca do lugar, divulgando seus usos e associando-os aos seus usuários consumidores:

Poucos recantos de Fortaleza podem oferecer vista tão bonita quanto o mirante no Morro de Santa Teresinha. Daquele local, vislumbra-se o mar, as jangadas ancoradas no Mucuripe, a ponte metálica e o conjunto de prédios modernos que contorna aquele trecho do litoral.

Contudo, uma das vocações que vem ganhando cada vez mais vida é o polo gastronômico mantido por vários restaurantes que se firmaram no alto do morro. A comida primorosa, com a preponderância dos frutos do mar, atrai não apenas o fortalezense amante da boa mesa, como também os visitantes, que se identificam fácil com o aconchego e a beleza do lugar.

O mirante há tempos vem abrigando um diversificado equipamento de lazer. Além de se comer bem, no Morro são possíveis bons locais para se dançar, beber e até museus para visitasões.

[...]

Apesar da seletividade da clientela, Fernanda lembra que a diversidade dos atrativos do mirante é que faz com que haja um público heterogêneo e ligado a interesses especiais.

Por isso, já funcionam um bar típico para a paquera, o Alô Brasil (onde telefones ficam dispostos para a clientela a fim de proporcionar uma comunicação entre as pessoas nas dezenas de mesas); outro próprio para dançar o forró, o Hard Forró Café; outro com shows variados, o Lúdico, dentre outros<sup>48</sup>

No mesmo ano outro texto noticiava um fato diferente. Um projeto que visava atender crianças e adolescentes em áreas de risco, especialmente aquelas dependentes químicas passava a atuar no morro. Sua sede era instalada na “Rua do Mirante”. Embora as denúncias de ameaça ao lugar permitissem antever a desvalorização do lugar pelos consumidores, o DN persistia determinando que usos e de usuários poderiam ser inscritos no território do “Mirante”. O tom dos discursos de valorização parecia aumentar na mesma medida em que o discurso da favelização cristalizava o estigma da violência no Mo.S.T.

As realidades que os discursos insistiam em separar artificialmente, entretanto, não se sustentariam por muito tempo. Os empresários do Mirante fechavam as portas,

---

<sup>48</sup>MORRO de Santa Teresinha agrada os olhos e o paladar. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 13 de jul. 1999. Caderno Cidade

assumiam o discurso da favelização e denunciavam a fuga dos clientes por conta da violência urbana. Apesar do esforço em negar o entorno nos discursos que buscavam sustentar o status do lugar de consumo, o capital simbólico do Mirante era corroído e os consumidores passavam a buscá-lo em outras áreas (como o então recém-inaugurado Centro Cultural Dragão do Mar, por exemplo, e outros bares se tornavam os *points* da moda), deixando para os empresários que não haviam abandonado o lugar ainda o desejo e o discurso da “revitalização”. No ano de 2002 o Mirante capitulava nas páginas do DN e publicava uma notícia no caderno cidade: *Restaurantes abandonam o Morro Santa Terezinha*<sup>49</sup>.

### 5.3.3.5 Conclusões da Análise

Foram analisados 146 textos de jornal que versam, com maior ou menor centralidade, sobre o mesmo ponto geográfico em Fortaleza. Entretanto, os textos versam sobre lugares diferentes. Folhear essa compilação de notícias coletadas é saltar de um para outro – lugares completamente diferentes, distantes até – sem deixar de olhar, no entanto, para a mesma formação geográfica das dunas do Mucuripe. A questão aponta para a complexidade que envolve as instâncias de produção do espaço – percebida por Lefebvre (1991) ao tentar sintetizá-la na sua concepção espacial “trialeítica” – e para a possibilidade de exercer poder e definir a produção e a transformação das cidades a partir dos sentidos e do que Haesbaert (2004) define como apropriação, em oposição à dominação, no processo de produção de territorialidades (os elementos concretos e abstratos, materiais e simbólicos que definem um território enquanto tal).

Os resultados da AC permitem visualizar com clareza: duas formas de representação antagônicas, circulam em intensidade semelhante e ao mesmo tempo nas páginas do DN. Uma de um lugar pobre, marginalizado e violento (o Morro) e outra de um lugar pitoresco, turístico, badalado, adequado ao consumo das classes privilegiadas (o Mirante). Representações de territórios que habitam o mesmo ponto geográfico, mas em poucas ocasiões se amalgamam no solo informacional do *bios* midiático.

O discurso do jornal se estrutura em torno dessas representações antípodas. Outras formas também foram observadas – a representação do espaço como objeto de conflito entre moradores, gentrificadores e ocupantes pobres e outra dignificadora do lugar e da comunidade pobre –, mas são, de maneira geral, sujeitas àquelas, pois são produzidas, afinal, por discursos

---

<sup>49</sup>RESTAURANTES abandonam o Morro Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 03 de set. 2002. Caderno Cidade



de negativa do estigma (a dignificação) ou discursos derivados da própria existência dessas territorialidades opostas ou quando estas são ameaçadas por terceiros (o espaço em disputa).

Analisamos o discurso jornalístico visando compreender como essa configuração de representações distintas eram produzidas discursivamente, pois compreender a cisão do espaço em termos de sentidos requer compreender como estes são usados como instrumentos de poder na sua apropriação. Observamos o que sintetizaremos como produção de identidade, a produção da diferença e a negação do externo como principais estratégias de linguagem nesse processo. A produção de identidade corresponde à definição do espaço, dotando-o de nome (“o Mirante”) e relacionando-o a signos arbitrariamente (os usos, os usuários, as experiências, a vocação, outros lugares da cidade). Verificamos essa estratégia na gestação do Mirante, no período de sua consolidação como ponto turístico e *point* boêmio na virada para os anos 90. A produção da diferença diz respeito à ênfase nas dicotomias que subjazem os textos e operam evidenciando as fronteiras da identidade territorial (alto/base do morro, Mirante/Praça do Mirante, Morro do Mirante/Morro Santa Terezinha, Mirante/Rua do Mirante), realçando, portanto, a classificação dos territórios, dos usos, usuários, eventos, fatos, sentidos distintos associados a cada território. Percebemos a produção da diferença especialmente, mas não só, em momentos de conflito, quando agentes ou discursos evidenciavam o caráter fictício da segregação entre territórios e confundiam as territorialidades sobrepostas. A negação do outro diz respeito ao apagamento ou dissimulação do que é classificado como externo às fronteiras ou de lá procede, ou seja, é o corte de relações, a invisibilização do entorno e o silenciamento dos sinais que evidenciam a existência do que existe fora. Vemos a negação do outro nas representações do Mirante que não o relacionam com o entorno do Morro (além da situação geográfica) e vice-versa (as representações do Morro que ignoram o Mirante), nas negações e dissimulações dos problemas sociais do entorno, na racionalização da contradição social expressa na paisagem, no silenciamento da comunidade des-territorializada em relação ao processo de gentrificação, assim como das suas apropriações do mesmo espaço, enfim, a negação da outra territorialidade que se situava no mesmo espaço geográfico. Ao longo da análise buscamos identificar diferentes tipos de discursos e escolhas linguísticas em que eram operadas essas estratégias.

As representações do Mirante que surgiam no discurso jornalístico produzidas a partir dessas estratégias, entretanto, não eram somente formas simbólicas produzidas para/na imprensa. Segundo Stuart Hall (1997) as representações não procedem os objetos da realidade, mas os constituem, os produzem em termos de sentido como uma força primária da

cultura. Dessa forma, representações do Mirante e do Morro os constituíam enquanto territórios em uma relação dialética com as práticas culturais dos usuários que possuíam maior poder simbólico e se apropriavam daquele espaço. Ou seja, eram produto e produtoras da experiência daquele espaço.

Nessa relação entre as práticas culturais que ocorriam no Mirante e a produção de sentidos, operam os mecanismos da cultura de consumo, que permeia de significados distintivos as mercadorias – entendidas aqui em sentido amplo como objetos, serviços, estabelecimentos, destinos, cidades, lugares, imagens, etc. – transformando-as em elementos de uma linguagem de diferenciação e pertencimento social, exclusão e inclusão, objetificando capital cultural e simbólico (FEATHERSTONE, 2001) que se torna convertível em capital econômico.

Não é à toa que todos os frequentadores do Mirante oficialmente ou informalmente entrevistados (à exceção dos que fixaram residência ali e criaram outra forma de relação com o espaço) não se recordavam bem do entorno ou das transformações que ocorriam ali, ignoravam as ocupações das encostas, os primeiros indícios de violência urbana, a des-territorialização causada pela gentrificação, as apropriações da praça pela comunidade local, mas se recordavam bem dos bares favoritos por nome, do tipo de público de diferentes estabelecimentos, de diferentes pratos e *drinks*, dos lugares para comer e dos lugares para beber, dos lugares caros e baratos, dos shows, dos músicos, dos garçons, de outras turmas de jovens, das companhias, de momentos específicos, do pôr-do-sol, enfim, de experiências sociais e afetivas relacionadas ao consumo do Mirante. Todos chegavam e deixavam o lugar em carros, desconhecendo, às vezes, até como chegar ali. Portanto, também eram as representações produzidas pelos próprios usuários (incluindo os empresários) e suas experiências – seus próprios discursos de exclusão e pertencimento – que construía sentidos do Mirante que chegavam até o discurso jornalístico que as reproduzia, legitimava, usava estratégias de linguagem semelhantes ou as reinventava em um ciclo virtuoso de apropriação do espaço.

A operacionalização ideológica do jornal no processo de apropriação é mais ampla que os usos do sentido na construção da realidade em favor do grupo dominante que se beneficiava da apropriação do Mirante identificados no discurso jornalístico. Além da adoção do discurso dos gentrificadores, identificamos a atuação do jornal como agente que permite a circulação diferencial de certos discursos sobre a cidade ou silencia, reconstrói, deturpa outros. Formas de representação distintas de dois conflitos pelo mesmo espaço foram identificadas a partir da AC e comparadas a partir da ADC, corroborando que o jornal atua

como instituição que define a legitimidade das transformações da cidade através da decisão de que discursos são legítimos para constituí-las semanticamente enquanto realidade social. O apagamento dos discursos críticos à apropriação – reconhecido até mesmo por alguns consumidores – são decisões ideologicamente motivadas do jornal enquanto agente social. Dessa forma, o DN torna arbitrariamente a gentrificação do morro um processo legítimo, tornando inválida suas críticas e a ilegalidade dessa apropriação, enquanto torna ilegítima e condenável a transformação do morro pelas ocupações informais das encostas. A matriz social por trás dessas práticas discursivas do jornal é o modo de produção capitalista do espaço urbano, no qual é intrínseca a primazia do valor de troca da terra em detrimento de seu valor de uso, concebendo o espaço primariamente como propriedade privada dedicada à reprodução de capital. A imprensa opera, portanto, chancelando as transformações que ocorrem dentro ou fora dessa matriz, controlando suas existências no *bios* midiático da cidade inevitavelmente mediada.

Observamos ainda que as representações do Mirante no período de seu declínio passam a ser fortemente produzidas por discursos de dissimulação e persuasivos, utilizando-se de estilo característico do gênero publicitário, indicando um caráter de propaganda – não necessariamente paga – desses eventos discursivos. Evidencia-se, então, o uso estratégico das representações do espaço com o intuito de alterar outros sentidos que eram atribuídos ao lugar pela força do que chamamos de discurso da favelização, coletivamente produzido, que fortalecia o estigma territorial do Morro. A continuação do declínio e posterior abandono do Mirante, pouco tempo depois, assim como a cessão súbita dessas formas de representação do lugar reforçam o indício do que entendemos ser o caráter de propaganda das representações espaciais: aquelas colocadas em circulação no *bios* midiático da cidade sem o lastro dos sentidos coletivamente produzidos pelas práticas culturais.

As constatações da análise desse estudo de caso nos permitem, finalmente, formular uma resposta positiva para nossa hipótese: o jornal se constituiu como ferramenta e ambiente de construção da dimensão simbólica da territorialidade do Mirante, operando como meio de semantização do espaço, auxiliando sua gestação e manutenção como espaço-mercadoria de valor na lógica cultural do consumo, adequando-o e integrando-o ao que chamamos de cartografia simbólica das classes privilegiadas através de diferentes estratégias de representação do espaço.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de um estudo de caso do Mirante do Morro Santa Terezinha, corroboramos a hipótese que estimulou essa pesquisa: observamos como o jornalismo atua como ferramenta e meio de produção simbólica de territorialidades ao atribuir sentidos ideologicamente investidos ao espaço intraurbano fragmentado de forma a adequar territórios que possuem potencialidade econômica ao consumo das classes privilegiadas. Entretanto, colocamos na posição de objeto através de um estudo de caso e da formulação do nosso problema de pesquisa apenas um fio da tessitura que é a relação entre cidade, poder, linguagem e mídia. Muitos outros exigem observação para tornar mais claro o mesmo caso que estudamos.

Como todo processo de pesquisa qualitativa, a investigação produz mais perguntas que respostas, dados inesperados, novas intuições e desejos de hipóteses que emergiram ou subjaziam desconhecidas à própria pergunta inicial respondida.

Verificamos a cobertura de um jornal e, assim, apontamos uma forma de ação discursiva ideológica da imprensa sobre a produção da cidade. No entanto, quanto mais avançamos no processo de relacionar o discurso jornalístico e o trabalho de contextualização histórica do Morro Santa Terezinha, mais percebemos a necessidade de analisar o tensionamento de discursos enunciados por outros agentes. Fixamos o olhar nas representações de uma instituição hegemônica de produção de consenso para observar o exercício do poder simbólico na escrita da cartografia simbólica da cidade que habitam as classes privilegiadas de Fortaleza, transformando um espaço periférico em espaço/objeto de consumo, mas esse recorte nos obrigou a perder de vista as disputas discursivas que engendradas por outros agentes, sejam estes dominantes ou dominados. Embora algumas representações do espaço circulem privilegiadas pelos meios de comunicação no *bios* midiático, não se impõem soberanas àquelas produzidas pelo espaço vivido e tampouco são blindadas aos processos resistentes de decodificação nos atos de recepção.

Os depoimentos dos entrevistados atestam a necessidade de buscar tanto as representações produzidas por outros agentes, em outros meios e até mesmo por outros gêneros jornalísticos, quanto a necessidade de analisar a recepção dessas representações para compreender de forma mais profunda a relação entre mídia, cultura e transformação do espaço urbano. Por um lado, frequentadores afirmaram não se recordar do Mirante nas páginas de jornais, mesmo em um período histórico em que este meio de comunicação

possuía mais poder de formação de opinião sobre a sociedade; por outro lado, moradores do Morro Santa Terezinha recordam-se bem de discursos estigmatizantes em torno do Morro e do Mirante na imprensa marrom televisiva, indicando que muitos outros meios de circulação de formas simbólicas atuavam representando aquele espaço no mesmo período.

Analisamos ainda a relação entre a cultura de consumo e a apropriação do espaço-mercadoria. Observamos como o jornal estudado buscava associar símbolos, experiências, usos e usuários permitidos e não permitidos, explorando a lógica simbólica do consumo que transforma mercadorias em signos para criar espaços de representação, transformando-o, como outra mercadoria qualquer, em objeto consumível que serve à estilização/estetização da vida e a afirmação identitária sujeito ao poder de mercado dos indivíduos. Mas, embora a cobertura do Morro Santa Terezinha permita a visualização das mudanças na representação do espaço no discurso jornalístico, outras estratégias – incluindo a publicidade paga por estabelecimentos, formação de opinião orgânica entre os consumidores, a moda e as cenas culturais – atuavam da mesma forma, indicando ainda outras formas culturais de atuar sobre as transformações do Morro Santa Terezinha que demandam esclarecimento.

Da mesma forma que a produção do Mirante como objeto de consumo necessita de maiores esclarecimentos, seu abandono também se mostra como fenômeno mais complexo. As entrevistas apontaram que embora a violência urbana e o discurso da favelização em torno do Morro Santa Terezinha tenham tido parte nesse processo, não o explicam inteiramente. Os frequentadores não afirmaram categoricamente que deixaram o Mirante por medo, mas também pelo esvaziamento do capital simbólico objetificado ali, que se perdia com a popularização e turistificação do lugar. Mudanças geracionais também pareceram ter parte no processo: novas tribos buscavam novos lugares de afirmação identitária, distinção e estilização da vida.

A investigação da rápida produção e abandono do Mirante como território de consumo, o projeto de revitalização do Morro Santa Terezinha concretizado em 2018 e processos semelhantes que ocorrem em Fortaleza e outras cidades apontam para a possibilidade de investigação da ocorrência de ciclos de consumo do espaço intraurbano. Tal intuição de pesquisa fragilmente formulada aqui poderia revelar processos mais complexos de relação entre a cultura de consumo, a atuação da mídia e a cidade-mercadoria.

As observações realizadas nessa pesquisa, embora não respondam as muitas perguntas aqui levantadas, são um marco inicial nesse percurso, proporcionando um fio inicial, um ponto de comparação ou mesmo refutação.

Além disso, estimulamos, como outros poucos pesquisadores que estudaram o Morro Santa Terezinha, a pesquisa acerca desse lugar enriquecedor para a compreensão da dinâmica urbana de Fortaleza que parece esquecido pela academia da mesma forma que foi esquecido, durante anos, pelo Estado.

## REFERÊNCIAS

- A "CANTRIZ" Marta Aurélia num show solo. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 de ago. 1990. Caderno Cultura
- A TRANSFORMAÇÃO do Mucuripe em distrito volta a ser debatida. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 27 de jan. 1986. Caderno Bairros
- ABAIXO-ASSINADO de moradores do Papicu exige segurança da PM. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 de jul. 1995. Caderno Bairros
- ABRASEL quer preservar Morro de Sta. Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de nov. 1994. Caderno Bairros
- ABSOLUTO - Música instrumental no Mirante. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 de jun. 1996. Caderno Cultura
- ÁGUAS invadem casas em favela do Mucuripe. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 10 de mar. 1983. Caderno Bairros
- ALBANO, Maurício. Morro Santa Terezinha na década de 90. **Blog Fortaleza Nobre**. Fortaleza, 2014. Disponível em: <<http://www.fortalezanobre.com.br/2014/02/das-deserticas-dunas-do-mucuripe-local.html>>. Acesso: 28 dezembro 2018.
- ALMEIDA, André Araújo. **Segregação urbana na contemporaneidade: o caso do poço da draga na cidade de fortaleza**. 2015. 258 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo 2015. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/389>>. Acesso em: 25 de jul. 2018
- ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARAGÃO, Thêmis A. **Influência das políticas habitacionais na construção do espaço Urbano metropolitano de Fortaleza: história e perspectivas**. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- ÁREAS de risco crescem na zona oeste. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 de jan. 1998. Caderno Cidade
- AREIA impede escoamento d'água nas ruas do conjunto no Mucuripe. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 25 de jan. 1985. Caderno Bairros
- ARRASTÕES colocam em polvorosa a população. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 10 de mar. 1993. Caderno Cidade
- ASSALTANTE de farmácias perseguido e capturado. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 de jan. 1998. Caderno Policial
- ASSALTOS a ônibus começam a virar rotina. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 de fev. 1999. Caderno Cidade
- ASSOCIAÇÕES discutem o plano Proafa para 1984. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 28 de nov. 1983. Caderno Bairros

AUTOR de assaltos e homicídio é capturado por equipe da PM. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 de mar. 1999. Caderno Policial

BALÉ. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 de jul. 1992. Caderno Cultura

BANGALÔS construídos na Praia de Iracema, primeira metade do século XX. **Arquivo Nirez**. Fortaleza, 2018

BANGALÔS da Praia de Iracema destruídos pelo avanço do mar causado pelas obras do porto do Mucuripe. **Arquivo Nirez**. Fortaleza, 2018

BATISTA, Vera M. Prefácio. In: MENDONÇA, Kleber. **A pacificação dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa**. Rio de Janeiro: Caravanas, 2018

BAPTISTA, Luís. Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): ensaiando um ponto de partida. In: **Fórum Sociológico: cidade lúdica, cidade residencial**, Lisboa: Instituto De Divulgação Sociológica, n. 13/14, p. 47-58, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BELMINO, Sílvia H. **Sinta na pele esta magia: a propaganda turística do Ceará (1987-1994)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2018

BEZERRA, Roselane. **O bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boemia”**: usos e abusos num espaço urbano. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009

BEZERRA, Nelson. O farol novo à esquerda e a indústria. **Fanpage Acervo do Mucuripe**. Fortaleza, 2017. Altura: 510 pixels. Largura: 762 pixels. 81,4 Kb. Formato JPG. Disponível em: <<https://www.facebook.com/acervomucuripe/photos/a.746941002027880/1484979741557332/?type=3&theater8>>. Acesso: 28 dezembro 2018.

BLASFÊMEAS de volta. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 de mar. 1992. Caderno Cultura

BOSI, Isabela. **Bar do Anísio: casa de liberdades**. Fortaleza: UFC, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BUENO, Maria do Carmo Dias. **Vista aérea da cidade**. Fortaleza, 2009. 1 fotografia: color. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=450486>>. Acesso em: 28 dezembro 2018.

CABRAL, Sidarta N. **A experiência de educação patrimonial no Grupo Enxame - o Mucuripe conta sua cultura a partir de suas juventudes**. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21045/1/2016\\_dis\\_sncabral.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21045/1/2016_dis_sncabral.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2018

CAGECE automatiza sistema de abastecimento. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 30 de dez. 1998. Caderno Cidade



CARLOS, Ana Fani A., VOLOCHKO, Danilo, ALVAREZ, Isabel P. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto. 2015.

CASAS podem desmoronar com destruição das ruas. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 13 de nov. 1986. Caderno Bairros

CASTRO, Dedé de; STÉFANO, Bruno. Santa Teresinha paira sobre a miséria do Mucuripe. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 de out. 1993. Caderno Bairros

CHERTIER, Gilles. [Ocupações irregulares no campo de dunas do Mucuripe na década de 80]. **Blog Fortaleza Nobre**. Fortaleza, 2014. Disponível em: <<http://www.fortalezanobre.com.br/2014/02/das-deserticas-dunas-do-mucuripe-local.html>>. Acesso: 28 dezembro 2018.

CHOVE 47 milímetros e Fortaleza sofre no Centro e na periferia. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 27 de mar. 1993. Caderno Cidade

CHUVA de 109.4mm faz estragos em Fortaleza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 12 de mar. 1996. Caderno Cidade

CHUVAS agravam problema do Conj Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 de fev. 1988. Caderno Bairros

CHUVAS caracterizam o início do inverno no CE. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de fev. 1996. Caderno Cidade

CIDADE sofre devastação de áreas verdes. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 03 de fev. 1998. Caderno Cidade

CINCO lugares para apreciar o melhor pôr do sol do mundo: o daqui. **Revista Vós**. Guia. 23 de junho, 2017. Disponível em: <<http://www.somosvos.com.br/por-do-sol/>>. Acesso em: 28 dezembro 2018

COHAB cobra duas vezes prestações das casas aos mutuários. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 de set. 1984. Caderno Bairros

COMERCIANTES querem preservar turismo no Morro Sta. Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 22 de nov. 1994. Caderno Cidade

COMUNIDADE terá 'Maratona Santa Teresinha', amanhã. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 05 de mar. 1983. Caderno Bairros

COMUNIDADE lutará agora através de uma associação. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 12 de mar. 1985a. Caderno Bairros

COMUNIDADE do Mucuripe discute seus problemas. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 de out. 1985b. Caderno Bairros

COMUNIDADE do Mucuripe quer área como distrito. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 de set. 1985c. Caderno Bairros

COMUNIDADE crítica destruição da bela Praça do Mirante. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 6 de nov. 1993. Caderno Bairros

COMUNIDADES vão ao Palácio com solidariedade ao governador Mota. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 de nov. 1984. Caderno Cidade

CONJUNTO Santa Terezinha está com seu acesso bem danificado. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 22 de jul. 1983. Caderno Bairros

CONJUNTO Sta. Terezinha sem acesso para turista. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 01 de mar. 1987. Caderno Bairros

CONJUNTO Palmeiras é o bairro de Fortaleza com pior desenvolvimento. **O Povo**. Caderno Fortaleza, 20 de fevereiro, 2014. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/02/20/noticiafortaleza,3209850/conjunto-palmeiras-e-o-bairro-de-fortaleza-com-pior-desenvolvimento.shtml>. Acesso em: 28 dezembro 2018

CONJUNTO Santa Teresinha recebe à noite nova praça. Praça Mirante da Jangada é mais um ponto turístico. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 de mar. 1990. Caderno Bairros

CONSTRUÇÃO de casas provoca polêmica no Morro do Mirante **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de ago. 1995. Caderno Bairros

CONSTRUÇÕES são ameaça ao mirante do Mucuripe. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 01 de abril. 1987. Caderno Bairros

CONTINUA falta d'água em vários bairros da cidade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 21 de out. 1997. Caderno Cidade

CORIOLANO, Luzia. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CRIANÇAS participam no 'Santa Teresinha' de gincana de férias. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 12 de jul. 1984. Caderno Bairros

CRIANÇAS carentes do morro Santa Terezinha dançam no TJA com direção de Dora Andrade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 de jul. 1992. Caderno Cultura

CRIANÇAS do Mucuripe alertam contra dengue. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 de jun. 1995. Caderno Cidade

CRIANÇAS do Morro Santa Terezinha na era da informática. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 de jan. 1997. Caderno Cidade

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2011.

DEFESA Civil inicia ação preventiva ao período de chuvas. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 05 de fev. 1997. Caderno Cidade

DEIXA a desejar conservação de logradouros - Praça do Mirante precisa de uma reforma em Regra. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 31 de mar. 1994. Caderno Bairros

DENUNCIADA descaracterização criminoso no Mirante. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 de jun. 1996. Caderno Cidade

DESEMPREGADO é assassinado a faca. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 de set. 1996. Caderno Policial

DESLIZAMENTOS ameaçam moradores de conjunto. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de fev. 1987. Caderno Bairros

DESLIZAMENTOS afastam famílias do Morro do Teixeira. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 25 de mar. 1997. Caderno Cidade

DESPERDÍCIO d'água em Fortaleza atinge índice de 35%. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 de jan. 1997. Caderno Cidade

DIA "Q" do encanto. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 30 de set. 1995. Caderno Cultura

DICAS para ver o Halle-Bopp hoje. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 de abr. 1997. Caderno Cidade

DIFÍCIL acesso ao mirante no morro Sta.Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 de jan. 1993. Caderno Bairros

DLP vai desobstruir hoje Avenida Dolor Barreira. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 05 de jan. 1994. Caderno Bairros

DLU começa tarefa de desobstrução da Av Dolor Barreira. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 de jan. 1994. Caderno Bairros

DUNA da Barra do Ceará ameaça casebres. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 12 de nov. 1998. Caderno Cidade

DUNAS perdem seu antigo visual com o aumento de favelas. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 de jan. 1992. Caderno Bairros

ECOLOGISTAS constataam a situação em Fortaleza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 de jun. 1984. Caderno Cidade

EDSON Queiroz visita P. do Futuro. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 25 de mar. 1996. Caderno Cidade

ENCONTRO reúne hoje rezadores e técnicos no Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 13 de ago. 1984. Caderno Bairros

ENSEADA do Mucuripe vista de cima no sentido norte-sul. **Fórum Skyscraper City**. 2009. Altura: 501 pixels. Largura: 800 pixels. 94,5 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=831918>>. Acesso: 28 dezembro 2018.

ENTIDADES sugerem maior entrosamento da Proafa. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 de jul. 1986. Caderno Bairros

ENTUPIÇÃO nas tubulações leva a cidade ao caos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 13 de mar. 1996. Caderno Cidade

EROSÃO ameaça ruas do Conjunto Santa Teresinha Comunidades vão ao Palácio com solidariedade ao governador Mota. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 de abr. 1984. Caderno Cidade

EROSÃO causa danos no morro Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 de jul. 1993. Caderno Bairros

ESPECULAÇÃO imobiliária provoca deslizamentos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 de maio. 1991. Caderno Bairros

ESPÍNOLA, Rodolfo. **Caravelas, jangadas e navios: histórias do Ceará, resgates e contratos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2010

ESTACIONAMENTO na Praça do Mirante gera protesto. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 de out. 1993. Caderno Bairros

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001

FALTA de água modifica a vida no Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 de nov. 1989. Caderno Bairros

FALUDI, Stivan; SANTOS, Lindalvo Bezerra dos. **Casas dos jangadeiros da Praia do Meireles em Fortaleza (CE)**. Fortaleza, 1952. 1 fotografia: p&b. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=410292>>. Acesso em: 28 dezembro 2018

FAMÍLIAS carentes recebem bolsa da Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 de fev. 2000. Caderno Cidade

FEZ um chafariz para dar água às famílias do Morro. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 de set. 1993. Caderno Bairros

FIRMINO, Erilene. Carreira militar não tem mais antigas vantagens. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 de jun. 1996. Caderno Cidade

FORTALEZA. SEUMA. Arquivo KMZ Bairros. In: **Canal Urbanismo e Meio Ambiente**. Disponível em: <<https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/infocidade/11-arquivos-kml-s-e-kmz-s>>. Acesso: 28 dezembro 2018.

GANGUES amedrontam morro Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 de fev. 1995. Caderno Cidade

GIGI Castro faz show hoje no Alto Bonito. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 de maio. 1990. Caderno 3

GIRÃO, Blanchard. **Mucuripe: De Pinzón ao Padre Nilson**. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1998.

GONDIM, Linda M. P. Os “governos das mudanças” no Ceará: um populismo weberiano?. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 19.1995., Caxambu – MG. **Anais...** Caxambu – MG, 1995. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/19-encontro-anual-da-anpocs/gt-18/gt16-15/7654-lindagondim-modelo/file>>

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O dragão do mar e a fortaleza pós-moderna**. São Paulo. Annablume. 2006

GRITHO atenderá comunidade do Morro de Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 de nov. 1999. Caderno Cidade

GURGEL, Abílio. Grande Mucuripe - bairro de pescadores e boemia. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 de jul. 1988. Caderno Bairros

HABITAÇÃO - problema que afeta a grande maioria- I. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 de mar. 1983a. Caderno Cidade

HABITAÇÃO - problema em estudo por parlamentares. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 de ago. 1983b. Caderno Cidade

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. In: **GEOgraphia**, Niterói, ano 9, n.17, p.19 - 46, 2007

HALL, Stuart (ed.). **Representation**: cultural representations and signifying practices. Londres: SAGE Publications, 1997

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2012

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7. p. 67-78, jul./dez. 1999

COELHO, Massilon; ALBUQUERQUE, Saboia; ANTERO, José G. H.; BRANDÃO, Antonio J. S. Conjunto Santa Terezinha. **Cadernos Brasileiros de Arquitetura**, São Paulo: Projeto Editores Associados, v. 9, abril, 1982.

IATE CLUBE reúne requinte e esportes náuticos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 12 de dez. 1998. Caderno Cidade

INDÚSTRIAS querem remanejar famílias do pólo do Mucuripe. . **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 de maio. 1994. Caderno Cidade

INTEGRANTES de gangues capturados no Mucuripe. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 30 de maio. 1998. Caderno Policial

INVASÃO nas dunas causa mal-estar aos moradores. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 de maio. 1987. Caderno Bairros

IRMÃOS atropelados e mortos por trator. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 03 de dez. 1999. Caderno Policial

JANSSON, André. For a Geography of Communication. In: NATIONAL CULTURAL STUDIES CONFERENCE, 1, 2005, Suécia. **Anais.....** Suécia: ACSIS Norrköping, 2005. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.ep.liu.se/ecp/015/040/ecp015040.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

KELMER, Ricardo. Dois morros. In: **Blog do Kelmer**. 01 de out. 2009. Disponível em: <<https://blogdokelmer.com/2009/10/01/dois-morros/>>. Acesso em: 31/12/2018

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Basil Blackwell, 1991

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001

LEY, David. Alternative explanations for inner-city gentrification: a Canadian assessment. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v. 76, n. 4, p. 521-535, 1986

LIMA, Maria S. O. **Cidade dos pescadores**: etnografia dos pescadores do Mucuripe. 2018. 220 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/33797/1/2018\\_msolima.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/33797/1/2018_msolima.pdf)>. Acesso em: 25 de jul. 2018

LÚDICO sobe o Morro do Mirante. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 21 de maio. 1998. Caderno Cultura

MACIEL, Anna Emília. A (re)produção do espaço no Grande Mucuripe, em Fortaleza, Ceará – Brasil. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p.469-478, nov. 2015. Semestral. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5548137>>. Acesso em: 25 jul. 2018

MAIS de 12 mil alunos sem escola nas próximas férias. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 5 de jun. 1997. Caderno Cidade

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: **Espaço e Debates**. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.

MARATONA do Santa Terezinha vai ser no dia 6. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 de fev. 1983. Caderno Bairros

MARATONA tem inscrições até próximo 4 de março. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 de fev. 1983. Caderno Bairros

MARIA Luiza: há 30 anos, uma onda vermelha tomava conta de Fortaleza. **O Povo**. Caderno Dom, 15 de novembro, 2015. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/dom/2015/11/14/noticiasjornaldom,3534171/maria-luiza-ha-30-anos-uma-onda-vermelha-tomava-conta-de-fortaleza.shtml>> . Acesso em: 28 janeiro 2018

MENDONÇA, Kleber. **A pacificação dos sentidos**: mídia e violência na cidade em disputa. Rio de Janeiro: Caravanas, 2018

MIRANTE leva turistas ao Morro Santa Teresinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 28 de nov. 1997. Caderno Turismo

MORADORES contra mudança do Lagamar para o Palmeiras. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, s/d de mar. 1983. Caderno Cidade

MORADORES protestam em passeata contra prestações da casa. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 16 de abr. 1984a. Caderno Bairros

MORADORES do 'Santa Terezinha' levam documento ao Governador. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 de jul. 1984b. Caderno Bairros

MORADORES da Dolor Barreira enfrentam problemas d'água. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 de out. 1984c. Caderno Bairros

MORADORES do Santa Terezinha começam calendário cultural. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de fev. 1994. Caderno Bairros

MORRO do Mucuripe é invadido por famílias que querem uma casa. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 de maio. 1987. Caderno Bairros

MORRO do Mirante é uma boa opção para os turistas neste mês. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 6 de jan. 1993. Caderno Cidade

MORRO Santa Terezinha quer policiamento. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 9 de dez. 1997. Caderno Cidade

MORRO Santa Terezinha tem a melhor vista da cidade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de dez. 1998. Caderno Cidade

MORRO de Santa Teresinha agrada os olhos e o paladar. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 13 de jul. 1999. Caderno Cidade

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em Psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOTO Museu XX - Nova opção de lazer no Morro de Santa Teresinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 16 de fev. 1996. Caderno Turismo

MOURA, Fernanda. Foto veiculada no artigo: Vídeo em-time-lapse mostra o mirante de Fortaleza como você nunca viu. **Tribuna do Ceará**. Caderno Cotidiano, 10 de julho, 2015. Disponível em: < <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/cotidiano-2/video-em-time-lapse-mostra-o-mirante-de-fortaleza-como-voce-nunca-viu/>>. Acesso em: 28 janeiro 2018

MOVIMENTO no Mirante com queda de 95%. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 16 de abr. 1993. Caderno Bairros

MUCURIBE desmembra atividades sociais da área educacional. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 de maio. 1987. Caderno Bairros

MULHER encontrada morta numa duna do Morro Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 de fev. 1995. Caderno Policial

NEGREIROS, Adriana. Miséria agrava a situação em 47 áreas de risco. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 de jan. 2000. Caderno Cidade

NO CAMPO do América nasce o sistema de mutirão e feira. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 30 de maio. 1983. Caderno Bairros

NO SANTA Terezinha, as chuvas agravam problemas. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 03 de mai. 1986. Caderno Bairros

O MODERNO junta-se ao antigo no Mucuripe. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 12 de abr. 1991. Caderno Bairros

O MORRO aprende a falar inglês. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 31 de ago. 1999. Caderno Cidade

O ROTEIRO do sossego. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 31 de dez. 1988. Caderno Cidade

O SANTA Terezinha está sem água. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 de ago. 1985. Caderno Bairros

OFICINAS sobre sexualidade no Morro Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 de mar. 1998. Caderno Cidade

ORLA de Fortaleza vista de cima no sentido oeste-leste. **Fórum Skyscraper City**. 2013. Altura: 682 pixels. Largura: 1024 pixels. 242 Kb. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1587592>>. Acesso: 28 dezembro 2018.

PAISAGEM da orla do Mucuripe em 1935. **Museu da Imagem e do Som**. Fortaleza, 2018.

PAISAGEM da enseada do Mucuripe na década de 80 mostrando o campo de dunas ao fundo. **Acervo do Mucuripe**. 2017. Altura: 413 pixels. Largura: 720 pixels. 45 Kb. Formato JPG. Disponível em: <<https://www.facebook.com/acervomucuripe/photos/a.746941002027880/1311514852237156/?type=3&theater>>. Acesso: 28 dezembro 2018.

PAIVA, Ricardo Alexandre. Os impactos da "urbanização turística" no litoral de Fortaleza: fragmentação e diferenciação socioespacial. In: XI SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 11., 2014., Fortaleza. **Anais Anptur...** Fortaleza: UECE, 2014. v. 1, p. 1 – 20. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/131.pdf>>. Acesso em: 25 de jul. 2018.

PAIVA, Ricardo Alexandre. A metrópole híbrida: uma perspectiva histórica da urbanização de Fortaleza. **Arquitextos**, São Paulo, ano 17, n. 199.00, Vitruvius, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.199/6341>>. Último acesso em: 21 de julho, 2018

PASSEATA pára o tráfego e reivindica saneamento. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 de jun. 1985. Caderno Bairros

PEGAS amedrontam - Moradores temem pelo pior no Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 16 de maio. 1993. Caderno Bairros

PEREIRA, Virgílio B; SLATER, Tom; WACQUANT, Loïc. Territorial stigmatization in action. **Environment and Planning**, Londres: Pion, v. 46, p. 1270-1280, 2014

PEREIRA, Álvaro L. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 16, n.32, p. 307-328, 2014

PERIGO volta a ameaçar casas construídas nos pontos mais altos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 de jun. 1988. Caderno Bairros

PESCADOR é assassinado a tiros no bairro Mucuripe. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 de fev. 1995. Caderno Policial,

PM prende 4 envolvidos com furtos e tráfico no Mucuripe. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 de ago. 1994. Caderno Policial

POBREZA supera a magia no bairro do Mucuripe. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 13 de set. 1983. Caderno Bairros

POLÍCIAS invadem morros para combater violência%. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 de mar. 1993. Caderno Policial



PRACINHA do Mirante com reinauguração neste final de semana. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 de jun. 1994. Caderno Bairros

PRAÇA do Mirante altera vida no Santa Teresinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 de abr. 1990a. Caderno bairro

PRAÇA Mirante da Jangada é mais um ponto turístico. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 de jun. 1990b. Caderno Bairros

PRAÇA já começa a apresentar sinais de depredação. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 12 de dez. 1990c. Caderno Bairros

PREFEITURA arma esquema visando quadra invernososa. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 31 de dez. 1993. Caderno Bairros

PRESOS envolvidos na execução de menor. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 de maio. 1998. Caderno Policial

PROAFA cobra prestação considerada exorbitante. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 01 de set. 1985. Caderno Bairros

PROAFA vai atuar agora na região metropolitana. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 de jan. 1983. Caderno Bairros

PROCISSÃO encerra festejos de Nossa Senhora da Saúde. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 de set. 2000. Caderno Cidade

PROFESSOR afirma - arrombamento do dique do Gavião já era previsível. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 25 de abr. 1995. Caderno Cidade

PROJETO cultural é desenvolvido na área do Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 de jul. 1989. Caderno Bairros

PROJETO Limpando Fortaleza tira toda sujeira das ruas do bairro Lago Jacarey. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 de set. 1993. Caderno Bairros

PROPRIETÁRIOS usam polícia para a retirada dos invasores. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de jun. 1987. Caderno Bairros

QUADRILHA assalta mansão na Praia do Futuro. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 de jun. 1994. Caderno Policial

RAFFESTIN. Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

RAMOS, Lidiane C. **Mucuripe: Verticalização, Mutações e Resistências no Espaço Habitado**. 2003. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16718/1/2003\\_dis\\_lcramos.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16718/1/2003_dis_lcramos.pdf)>. Acesso em: 25 de jul. 2018

REIS, Ruth. ZANETTI, Daniela. Comunicação e Territorialidades: em torno do poder e da cultura. In: REIS, Ruth, ZANETTI, Daniela. **Comunicação e territorialidades: poder, cultura e mídia**. Vitória: EDUFES, 2018

RESTAURANTE em pleno Conj Santa Terezinha conquista apaixonados. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 05 de jun. 1988. Caderno Cidade

RESTAURANTES geram empregos no morro de Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de abr. 1992. Caderno Bairros

RESTAURANTES oferecem várias formas de pagamento. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 01 de jun. 1995. Caderno Cidade

RESTAURANTES abandonam o Morro Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 03 de set. 2002. Caderno Cidade

RICARDO, Laécio. A Voz da Resistência. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 de jul. 2000. Caderno Cultura

SALES, Iracema. Migrações contribuem para formação de áreas de risco. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 de abr. 1997. Caderno Cidade

SALGUEIRO, Teresa B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, 1998

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada do século. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 16, p.31-49, jun. 2001

SANTA Terezinha vai ganhar mais 251 casas do Governo do Estado. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de abr. 1983. Caderno Bairros

SANTA Terezinha realiza eleição em outubro com três candidatos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 de set. 1985a. Caderno Bairros

SANTA Terezinha reclama da falta de assistência. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 de mar. 1985b. Caderno Bairros

SANTA Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, XX de abc. 1985c. Caderno Bairros

SANTA Terezinha - Invasão de terras está preocupando moradores. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 de jun. 1987. Caderno Bairros

SANTA Terezinha busca recuperação de casas e drenagem. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 de jan. 1989. Caderno Bairros

SANTA Terezinha sofre construções indevidas. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 22 de fev. 1995. Caderno Bairros

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo, Brasil: EDUSP, 2002

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países desenvolvidos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979

SCHMID, Christian. Henri Lefebvre's theory of the production of space: towards a three-dimensional dialectic. In: GOONEWARDENA, Kanishka et al. **Space, difference, everyday life: reading Lefebvre**. Nova York: Routledge, 2008.

SERPA, Ângelo. **Lugar e mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SEXTA-FEIRA é dia de artesanato no Santa Terezinha, em Mucuripe. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de mar. 1983. Caderno Bairros

SITUAÇÃO ainda é de temor nos morros. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 3 de maio. 1997. Caderno Cidade

SLATER, Tom. Missing Marcuse: On gentrification and displacement. **City**, Abingdon, v. 13, n. 13, p. 292-311, 2009

SLATER, Tom. Gentrification of the city. In: WASTSON. Sophie (Ed.). **The New Blackwell Companion to the City**. Oxford: Blackwell Publishing, 2011

SMITH, Neil. Gentrification and uneven development. In: **Economic geography**, Worcester: Clark University, v. 58, n. 2, p. 139-155, abril 1982

SMITH, Neil. **Uneven development: nature, capital and the production of space**. Athens: University of Georgia Press, 2008

SODRÉ, Muniz. Objeto da comunicação é a vinculação social. Entrevista a Desirée Rabelo. **PCLA**, São Paulo, v. 3, n. 1, out-dez, 2001

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para um método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUZA, Marcelo L. S. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani A. SOUZA, Marcelo L. SPOSITO, Maria E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.

SUOP inicia derrubada de casas no Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 21 de jul. 1988. Caderno Bairros

THOMPSON, John. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, Brasil: Vozes, 2014

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, Brasil: Vozes, 2007

TRAFICANTE é preso com maconha na Zona Leste. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 22 de out. 2000. Caderno Policial

URBANIZAÇÃO valoriza casas do Castelo Encantado. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 de jul. 1997. Caderno Cidade

VALA é perigo na descida do morro Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 12 de ago. 1990. Caderno Bairros

'VAMOS à luta' vence eleições da Associação do Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 de out. 1985. Caderno Bairros

VN PROPAGANDA. [**Tudo em Cima Bar Restô**]. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 1988

WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. In: **Sociologia: problemas e práticas**, v. 16, p.27-39, nov. 2006.

ZUKIN, Sharon. **The Culture of Cities.** Massachussets: Blackwell Publishing, 1995

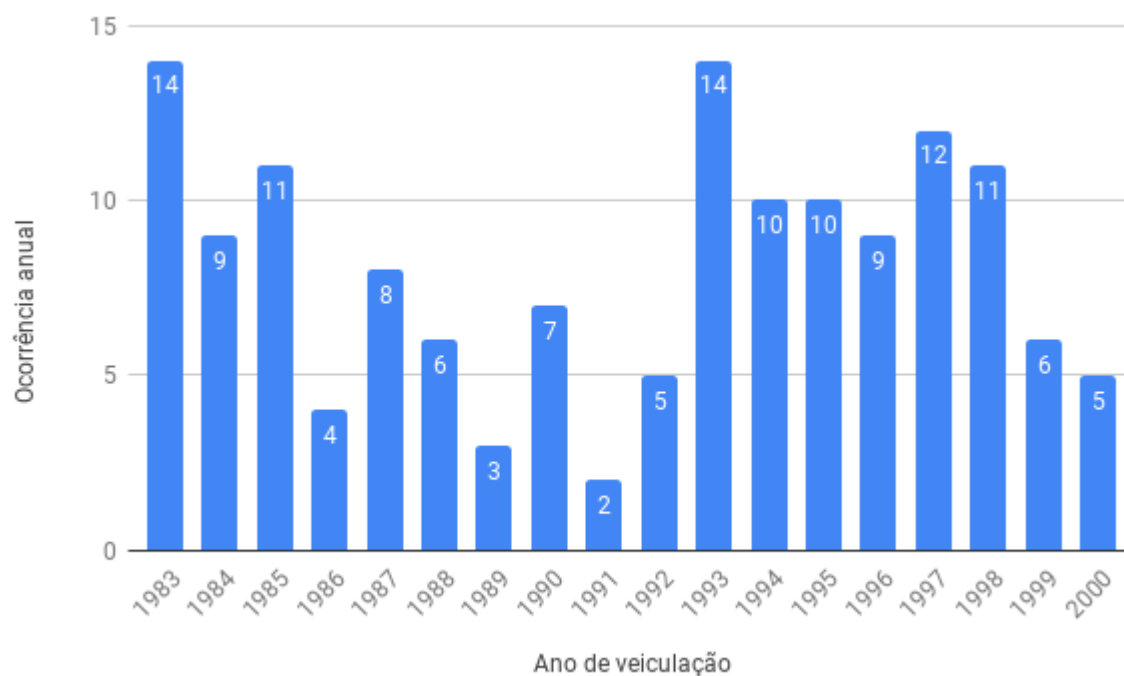
## ANEXO 1 – APRESENTAÇÃO DETALHADA DOS RESULTADOS DA CATEGORIZAÇÃO DO *CORPUS* DE PESQUISA

Tabela 1 – Dados gerais do material coletado na primeira etapa

Visão Geral do Corpus	
Nº total de textos	146
Anos contemplados	1983-2000
Média de textos por ano	8,11

Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 1 – Distribuição dos textos por ano



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 2 – Distribuição dos textos por mês de veiculação



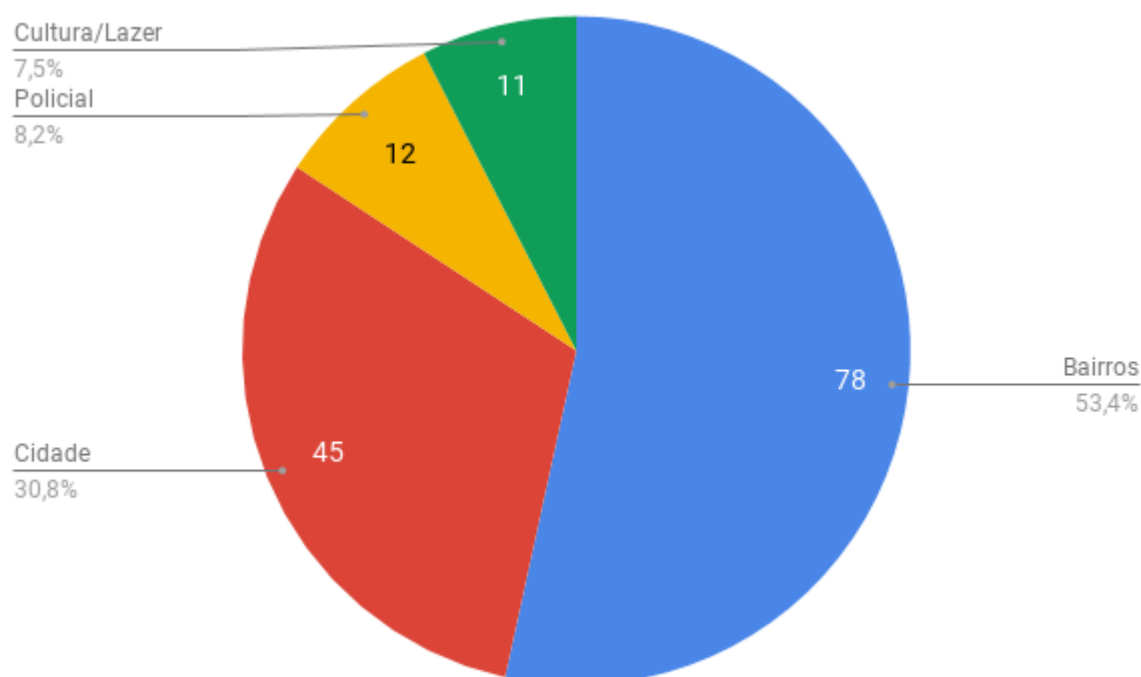
Fonte: produzido pelo autor

Tabela 2 – Divisão de textos por caderno

Cadernos / Editorias				
Bairros	Cidade	Policial	Cultura/Lazer	Total
78	45	12	11	146

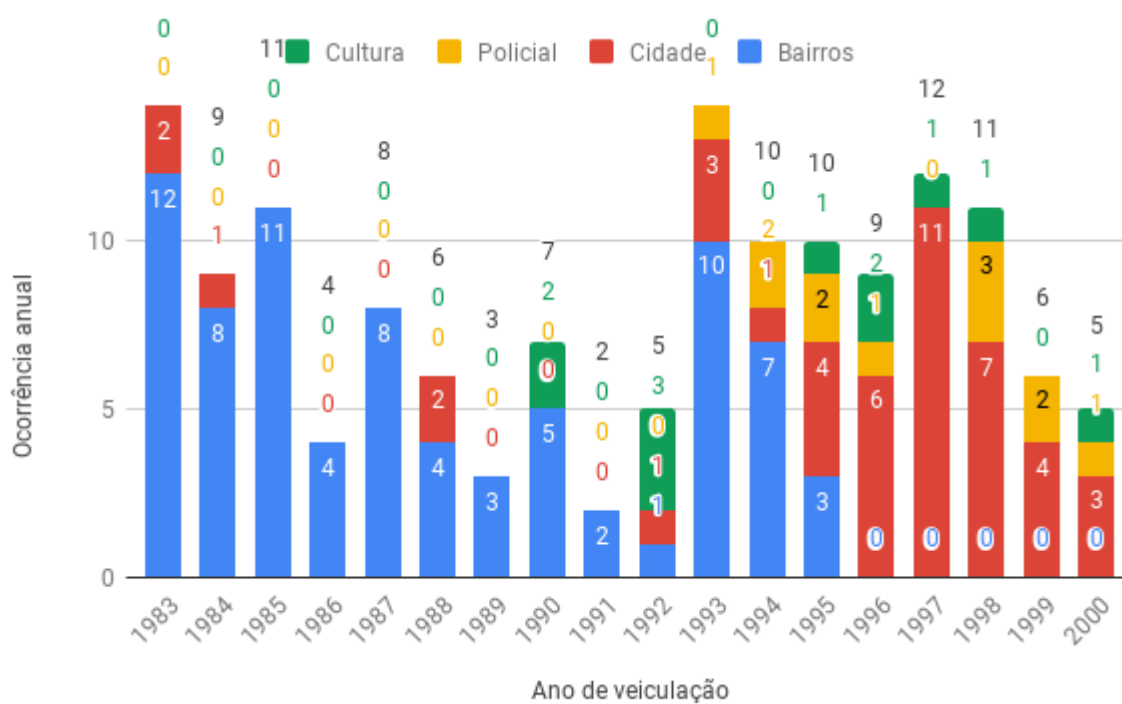
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 3 – Divisão de textos por caderno



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 4 – Distribuição de cadernos/editorias dos textos entre 1983-2000



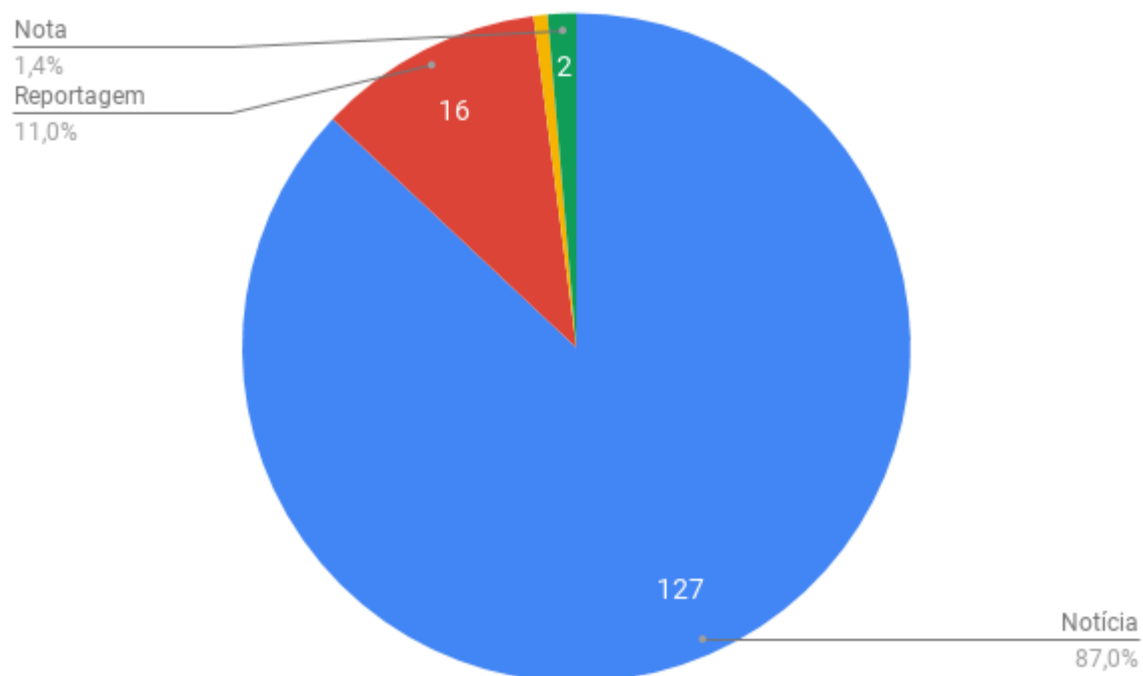
Fonte: produzido pelo autor

Tabela 3 – Divisão de textos por tipo de texto jornalístico

Tipologia dos Textos Coletados				
Notícia	Reportagem	Entrevista	Nota	Total
127	16	1	2	146

Fonte: produzido pelo autor

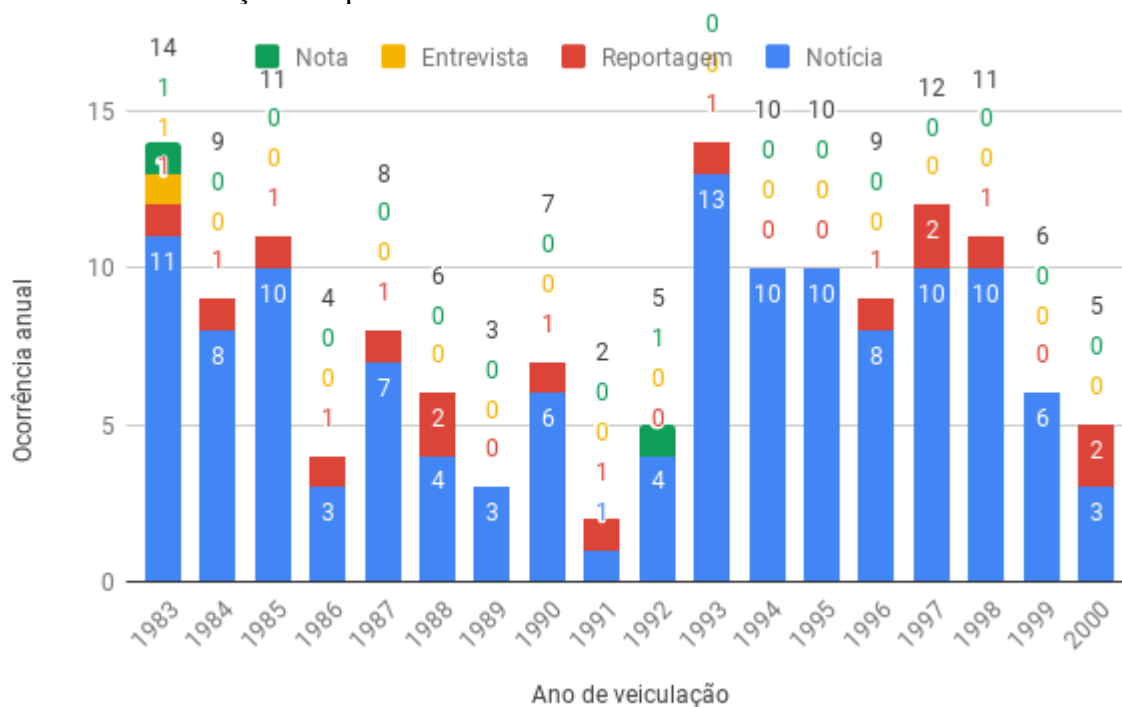
Gráfico 5 – Divisão de textos por tipo de texto jornalístico



Fonte: produzido pelo autor



Gráfico 6 – Distribuição de tipos de textos entre 1983-2000



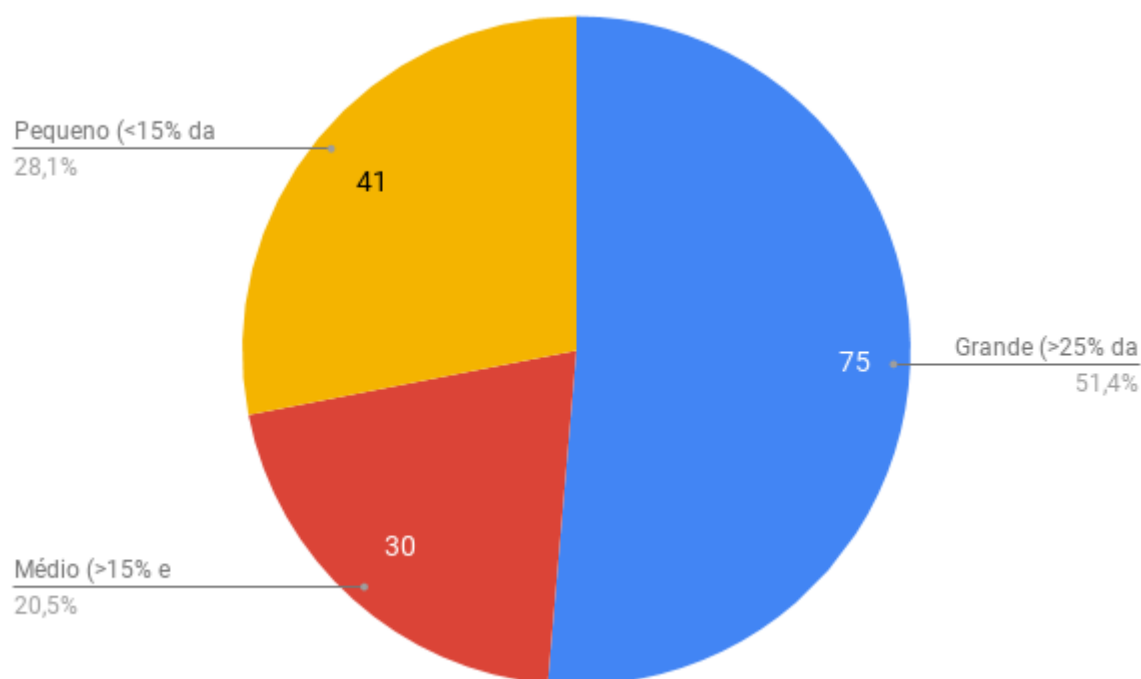
Fonte: produzido pelo autor

Tabela 4 – Divisão de textos por destaque da notícia na página do jornal

Destaque das notícias nas páginas			
Grande (>25% da página)	Médio (>15% e <25% da página)	Pequeno (<15% da página)	Total
75	30	41	146

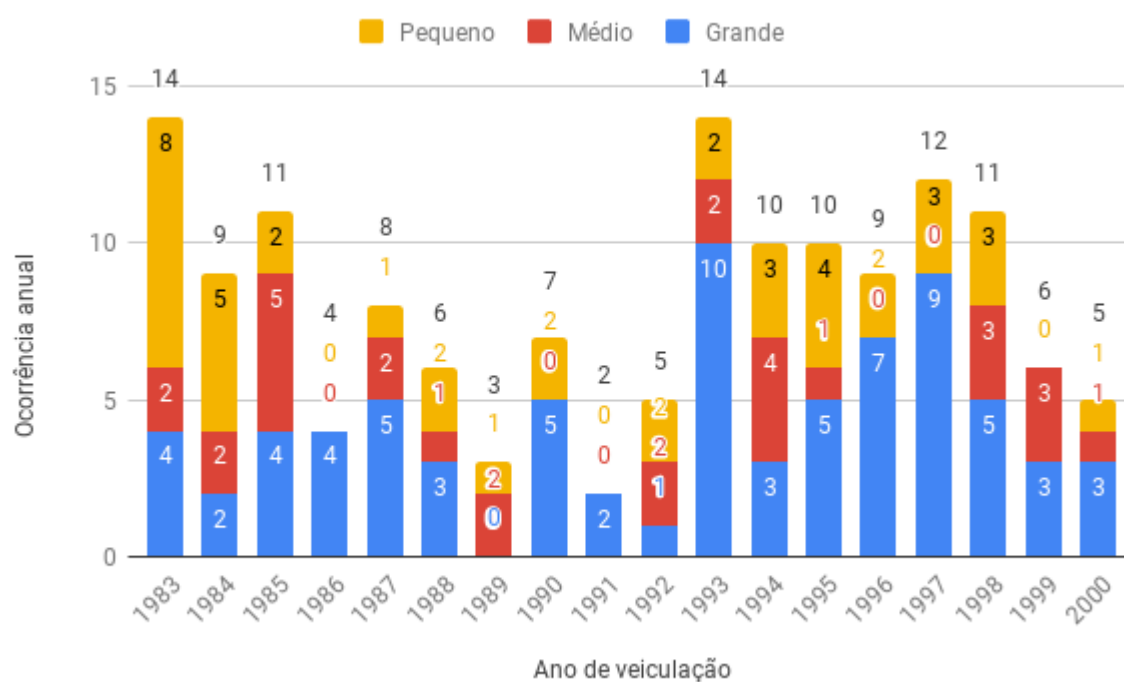
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 7 – Divisão de textos por destaque da notícia na página do jornal



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 8 – Distribuição de textos por destaque da notícia na página do jornal entre 1983-2000



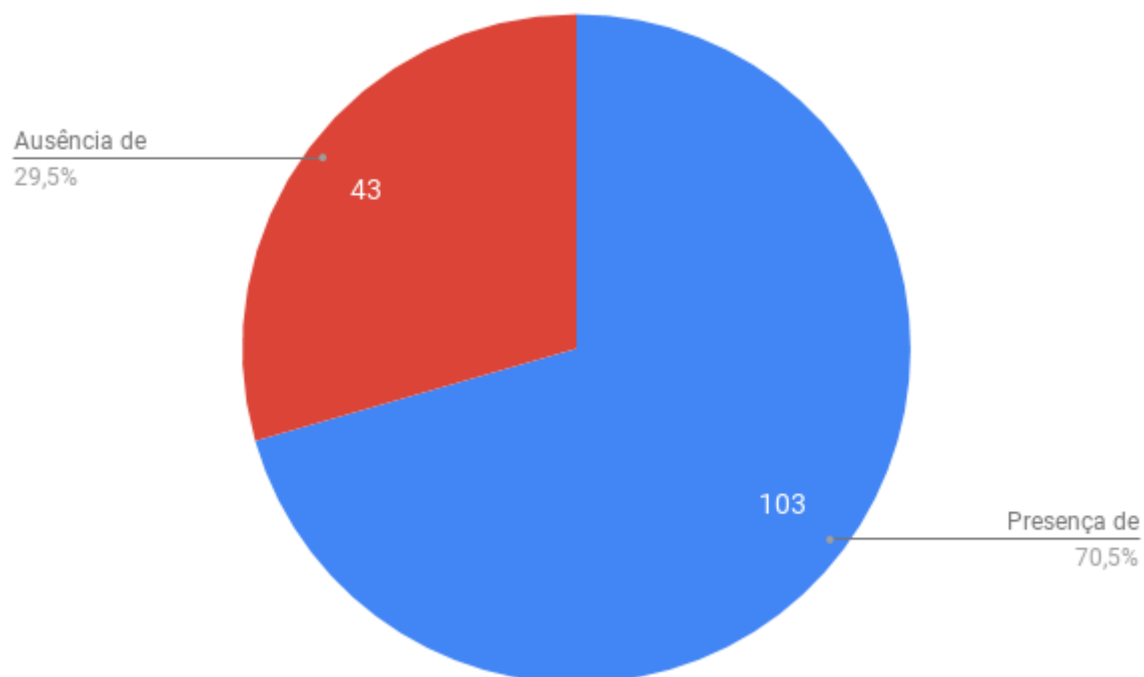
Fonte: produzido pelo autor

Tabela 5 – Divisão de textos por presença ou ausência de imagem

Presença de Imagem na Notícia		
Presença de Imagem	Ausência de Imagem	Total
103	43	146

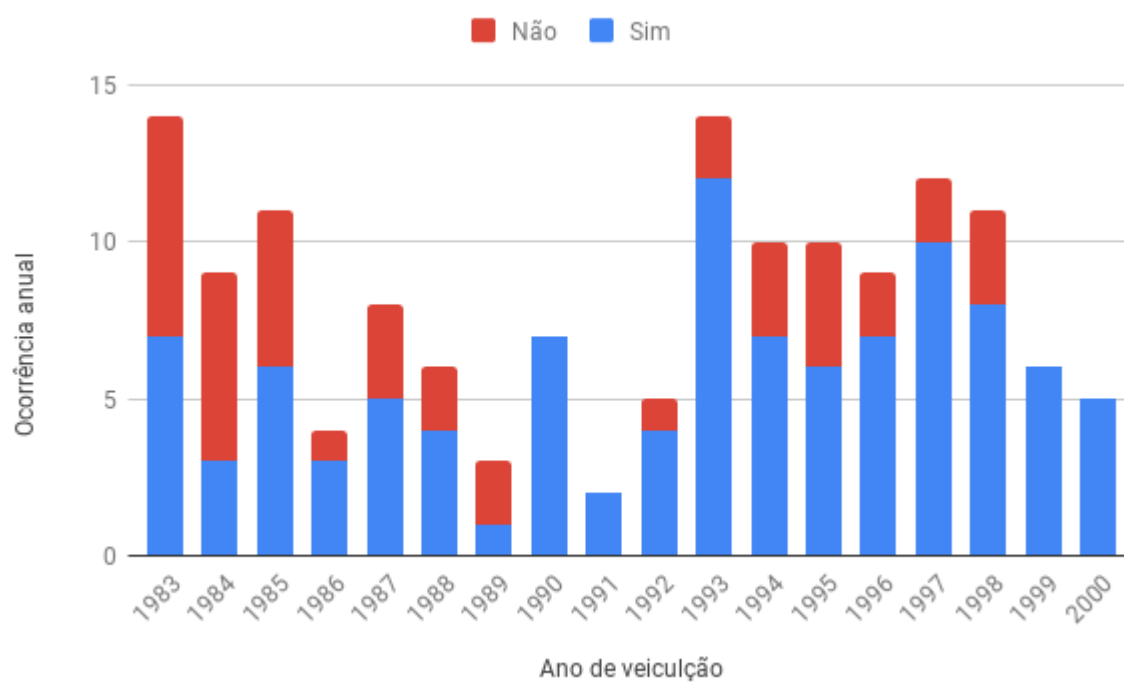
Fonte: produzido pelos autor

Gráfico 9 – Divisão de textos por presença ou ausência de imagem no texto



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 10 – Distribuição de textos por presença ou ausência de imagem no texto entre 1983-2000



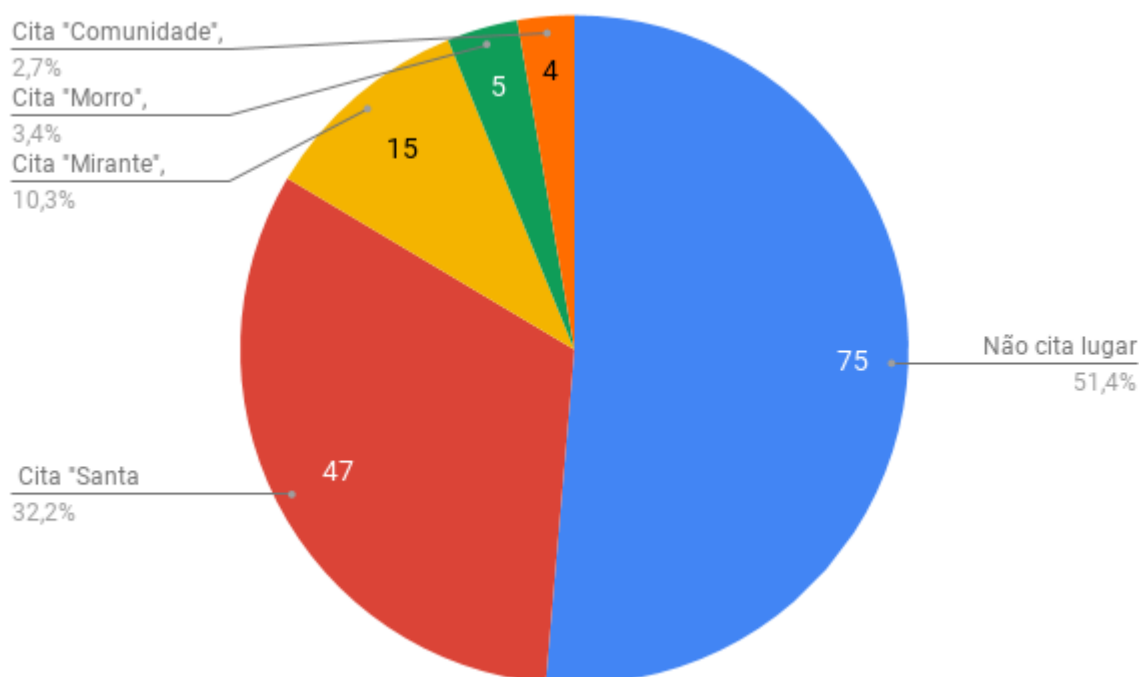
Fonte: produzido pelo autor

Tabela 6 – Divisão de textos por referência tipo de referência geográfica nos títulos

Referência ao lugar nos títulos dos textos					
Não cita lugar	Cita "Santa Terezinha"	Cita "Mirante", "Praça", "Restaurantes" ou equivalente	Cita "Morro", "Conjunto" ou equivalente	Cita "Comunidade", "Moradores" ou equivalente	Total
75	47	15	5	4	146

Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 11 – Divisão de textos por referência tipo de referência geográfica nos títulos



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 12 – Distribuição de textos por referência tipo de referência geográfica nos títulos entre 1983-2000

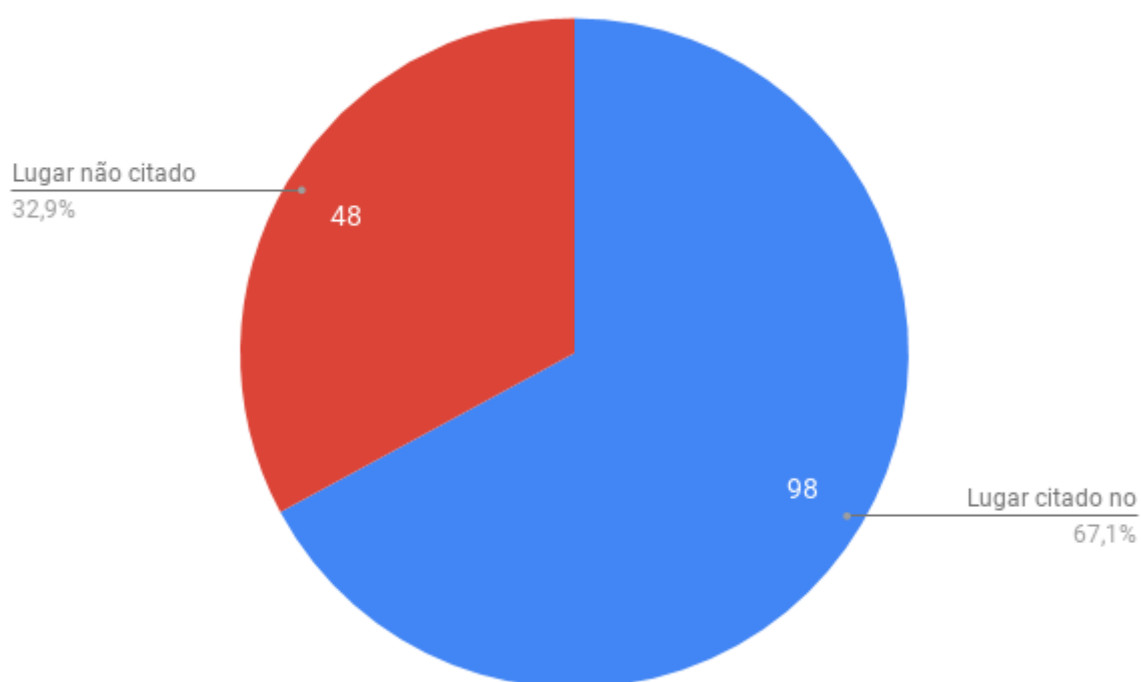


Fonte: produzido pelo autor

Tabela 7 – Divisão de textos por presença do lugar nos leads dos textos

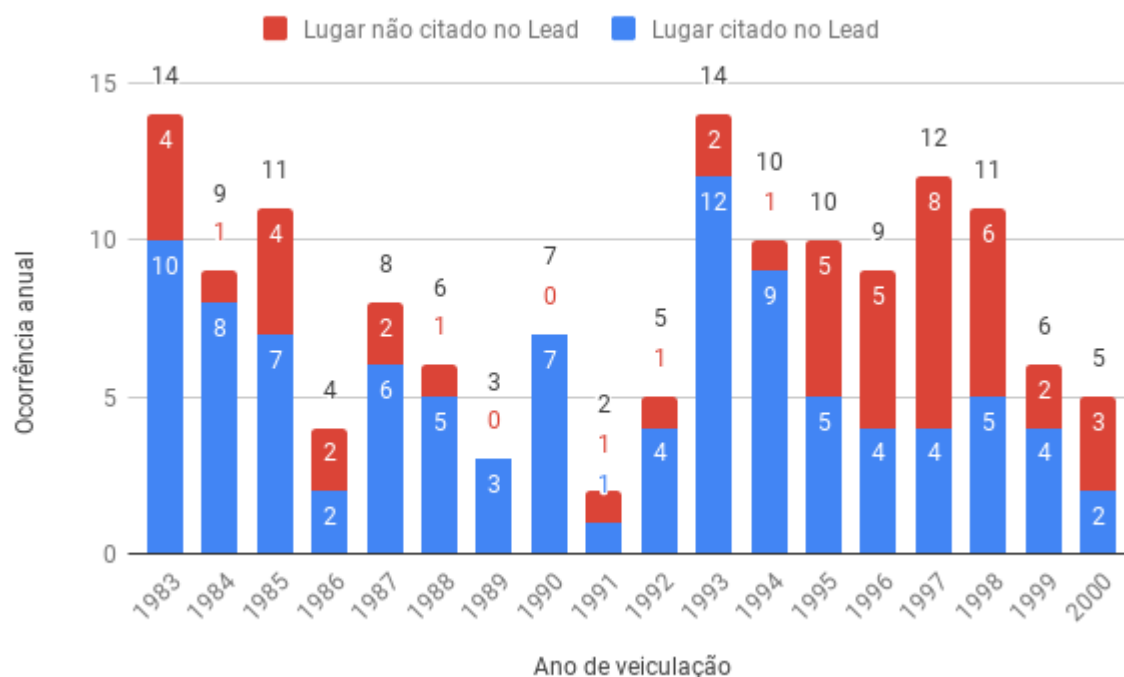
Presença do lugar nos Leads dos textos		
Lugar citado no <i>Lead</i>	Lugar não citado no <i>Lead</i>	Total
98	48	146

Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 13 – Divisão de textos por presença do lugar nos *leads* dos textos

Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 14 – Distribuição de textos por presença do lugar nos leads entre 1983-2000



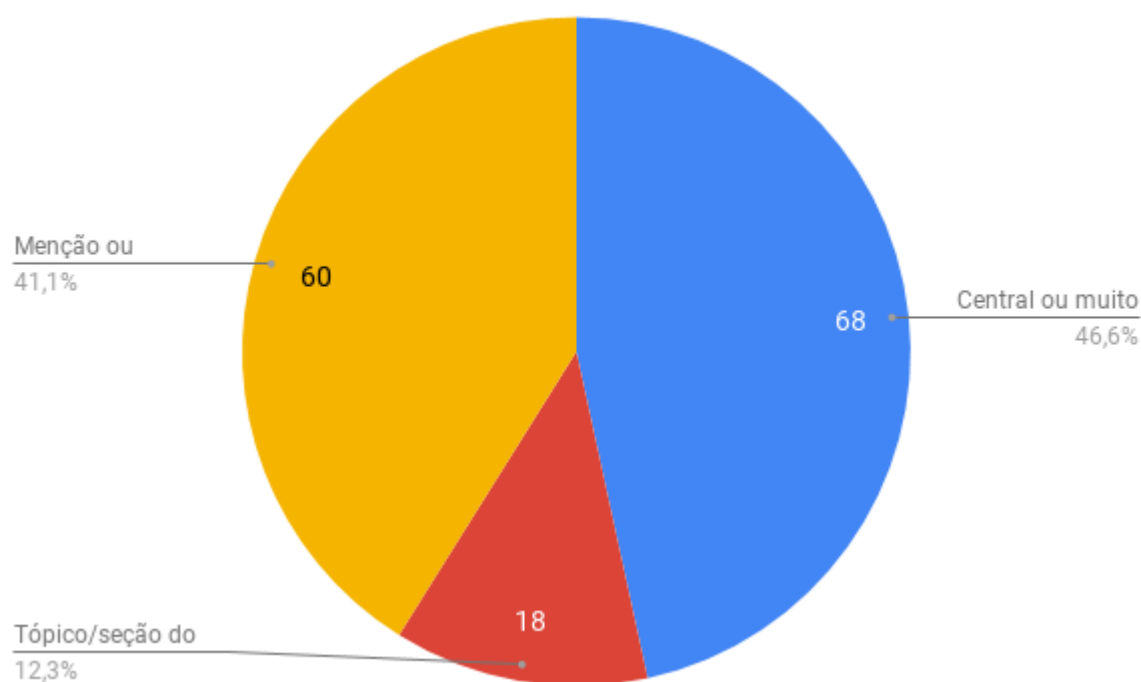
Fonte: produzido pelo autor

Tabela 8 – Divisão de textos por centralidade do lugar no conteúdo do texto

Status do lugar nos textos			
Central ou muito relevante	Tópico/seção do texto ou passagem longa	Menção ou referência curta	Total
68	18	60	146

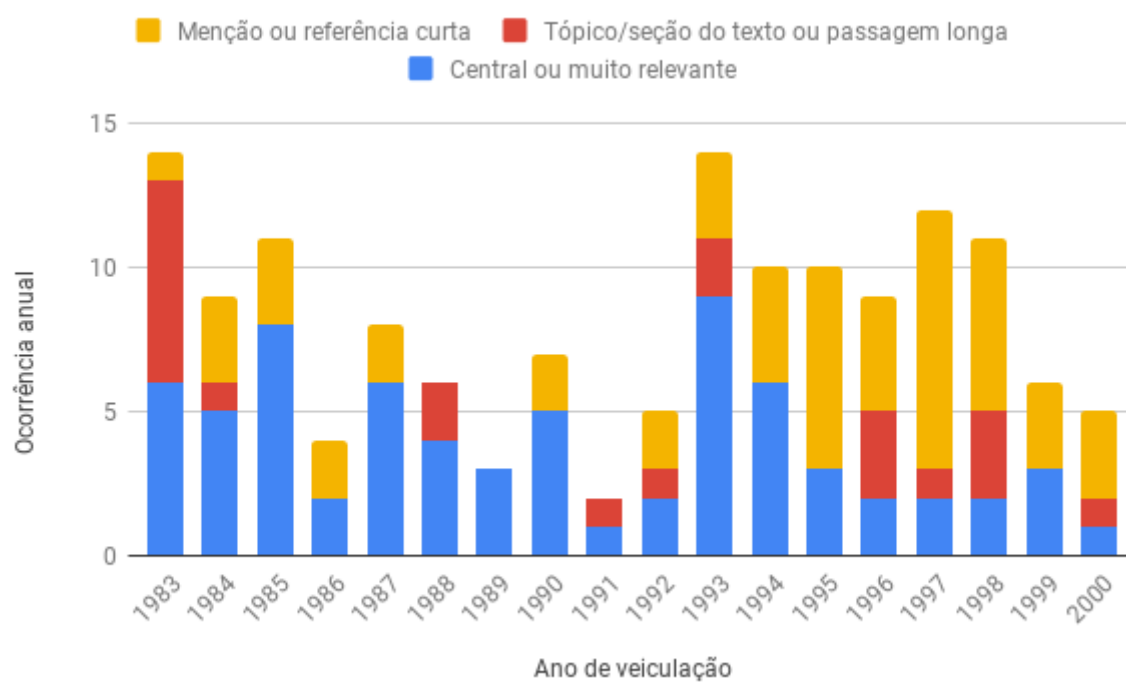
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 15 – Divisão de textos por centralidade do lugar no conteúdo do texto



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 16 – Divisão de textos por centralidade do lugar no conteúdo do texto



Fonte: produzido pelo autor

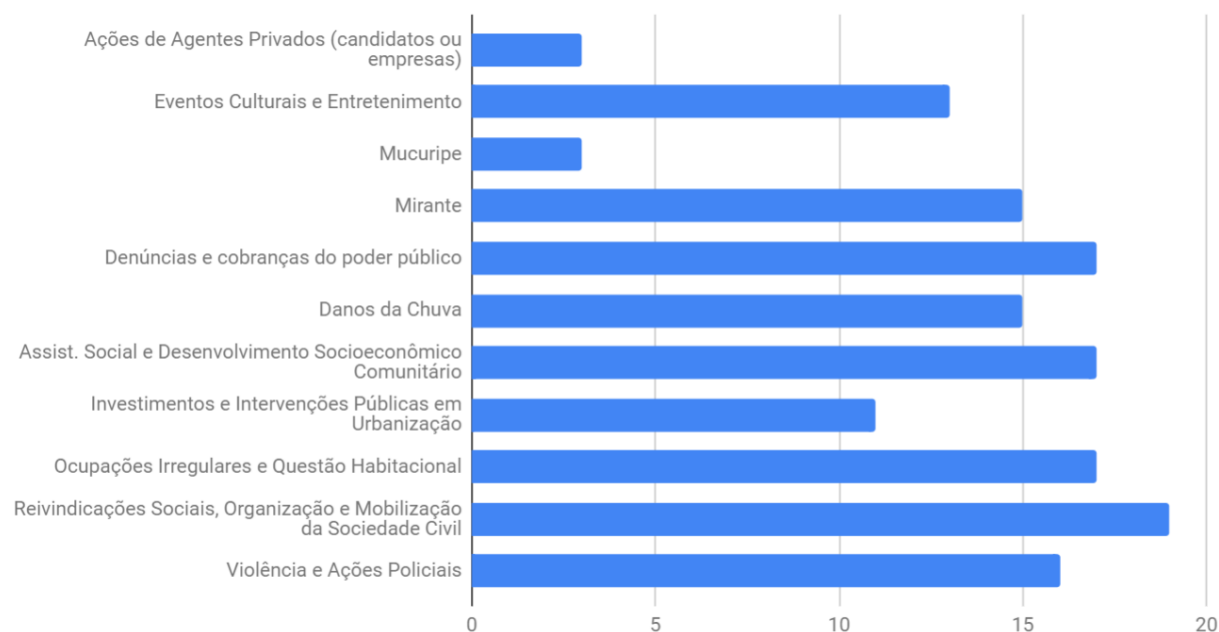


Tabela 9 – Divisão de textos por assuntos principais e temas específicos dos textos

Assuntos principais dos textos	Qtd	Temas específicos dos assuntos dos textos	Qtd
Ações de Agentes Privados (candidatos ou empresas)	3	Ações de Agentes Privados	3
Eventos Culturais e Entretenimento	13	Perfis de artistas	1
		Festejos Religiosos	1
		Eventos no Mirante	5
		Roteiros culturais e sugestões de entretenimento	6
Mucuripe	3	Mucuripe Boêmio	2
		Mucuripe em Declínio	1
Mirante	15	Apologia ao Mirante	7
		Defesa do Mirante	8
Denúncias e cobranças do poder público	17	Problemas Infraestruturais e Ausência de Manutenção	13
		Denúncias e Críticas à Gestão	4
Danos da Chuva	15	Registros de Danos das Chuvas	12
		Planejamento para quadra invernososa	3
Assist. Social e Desenvolvimento Socioeconômico Comunitário	17	Economia Solidária e Integração Social	5
		Iniciativas Voluntárias de Assistência	6
		Iniciativas do Poder Público de Assistência e Integração Social	6
Investimentos e Intervenções Públicas em Urbanização	11	Saneamento e Manutenção	4
		Urbanização e Habitação	7
Ocupações Irregulares e Questão Habitacional	17	Ocorrência de Ocupações Irregulares	6
		Ocupação de Áreas de Risco	6
		Questão Habitacional	5
Reivindicações Sociais, Organização e Mobilização da Sociedade Civil	19	Manifestações Populares	7
		Organização e Deliberação Comunitária	9
		Denúncias de comportamentos prejudiciais e vandalismo	3
Violência e Ações Policiais	16	Ação Policial	7
		Mortes e Assassinatos	3
		Assaltos, apreensões e Outras Ocorrências	3
		Gangues	3
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>Total</b>	<b>146</b>

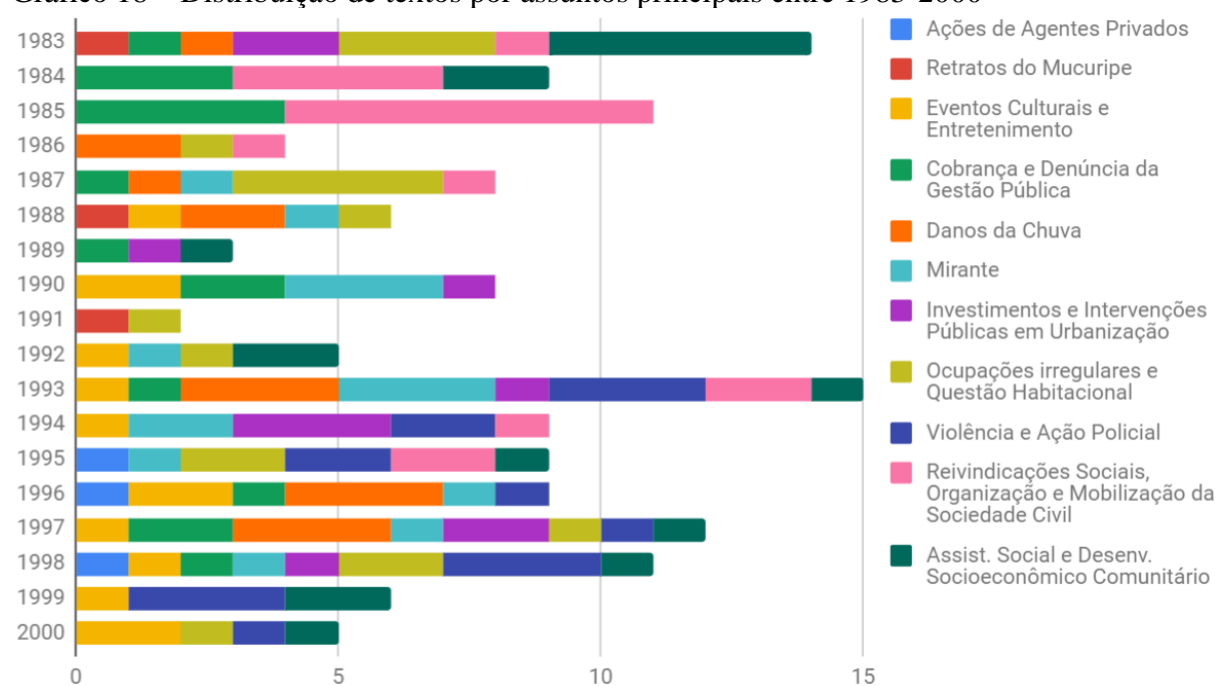
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 17 – Divisão de textos por assuntos principais



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 18 – Distribuição de textos por assuntos principais entre 1983-2000



Fonte: produzido pelo autor



Tabela 10 – Contabilização de ocorrências de temas e grupos temáticos

TEMAS	Qtd	GRUPO TEMÁTICO	Qtd
Ausência ou deficiência de infraestrutura básica, equipamentos e serviços públicos ou manutenção dos mesmos por parte do poder público	43	Lugar impróprio ou sem estrutura suficiente para garantia de qualidade de vida digna	182
Ênfase no incômodo ou problemas cotidianos gerados pela deficiência urbanística do lugar	18		
Ausência ou carência de espaços de lazer e sociabilidade	5		
Lugar sem acesso à água	15		
Danos e insegurança ambiental causados por chuvas, movimentação de areia e erosões	101		
Abandono, descaso, omissão ou incapacidade por parte do poder público na garantia da qualidade de vida	47	Lugar desfavorecido ou abandonado pelo poder público	61
Descrença, revolta ou conformismo com a ausência do poder público na garantia da qualidade de vida	14		
Revolta da comunidade reassentada em relação ao projeto de reassentamento	5	Projeto de habitação social problemático	31
Contestação, recusa ou impossibilidade de pagamento de impostos, contas ou prestações das moradias	15		
Insegurança e prejuízo da comunidade causados por falhas na política habitacional	11		
Qualificação do lugar como violento ou perigoso	6	Lugar de violência urbana	72
Comunidade com sensação de insegurança	14		
Ocorrência de violência urbana ou acidentes trágicos	16		
Presença de crime organizado, tráfico de drogas e disputas de gangues no lugar	17		
Afirmação ou denúncia de ausência ou insuficiência policiamento	14		
Apreensões policiais relacionadas ou ocorridas no local	5		
Ênfase na origem, composição e condição de pobreza, vulnerabilidade e marginalização social dos residentes	55	Lugar de pobreza, privação ou ausência de cidadania	128
Lugar com necessidade ou dependência de assistência social do poder público	11		
Condescendência em relação à comunidade local	5		
Ênfase em comportamentos que mostram ausência de cidadania ou responsabilidade social por parte de moradores	10		
Estereotipificações geográficas como "morro", "conjunto", "comunidade" ou "favela"	44		
Aproxima o lugar a um contexto socioespacial negativo do Mucuripe	3		
Ocorrência de ocupações irregulares predatórias em áreas públicas ou de risco	15	Lugar desordenadamente e predatoriamente ocupado	44
Situações de risco, degradação socioespacial ou prejuízos materiais gerados pelas ocupações irregulares	19		
Lugar de crescimento desordenado gerador de prejuízos sociais e ambientais	10		
Investimentos e realização de obras, intervenções e melhorias urbanas por parte do poder público	17	Lugar em desenvolvimento socioeconômico	71
Ocorrência de iniciativas de assistência social, projetos de desenvolvimento comunitário, integração comunitária ou filantropia bem sucedidos	18		
Ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e sucesso do projeto de habitação e assistência social	36		

Comunidade politicamente organizada, participativa e engajada em soluções autônomas para problemas sociais	26	Dignificação e empoderamento do lugar e da comunidade	84
Dignificação do lugar, comunidade, indivíduos, origem, trabalho, cultura, sociabilidade ou tradição local	27		
Ênfase em projetos culturais e educacionais locais	15		
Substitui o lugar por “bairro”	16		
Ênfase no potencial paisagístico, qualidades e localização privilegiada do Mirante	62	Criação e manutenção do status patrimonial do Mirante	126
Reafirmação do Mirante como uma referência geográfica	57		
Investimentos do poder público no potencial do lugar	7		
Reafirmação da vocação, uso e status de ponto turístico do lugar	34	Consolidação e reafirmação do consumo e consumidores do Mirante	74
Reafirmação de usos e usuários outsiders	20		
Reafirmação do Pólo Gastronômico / bares do Mirante	20		
Reivindicação de melhorias e apoio da comunidade à exploração do turismo no lugar	27	Legitimação do turismo, exploração e apropriação do Mirante pela comunidade local	32
Potencial econômico do lugar desperdiçado	5		
Interesses contrários ao da comunidade por parte dos gentrificadores / empresários	3	Empoderamento dos gentrificadores e do uso excludente do Mirante	20
Deslegitimação da apropriação e origem da comunidade original	2		
Ênfase nos empreendedores como membros da comunidade	2		
Discurso e ações de defesa do mirante e do potencial paisagístico por parte de empresários	5		
Afastamento simbólico e cultural do Mirante do seu contexto socioespacial	8		
Racionalização da contradição entre consumo e privação	8	Amenização ou mascaramento das contradições da exploração do Mirante	40
Estetização e romantização da pobreza através de representações bucólicas urbanas	9		
Legitimação da gentrificação atribuindo papel ativo aos deslocados	6		
Ênfase na gratidão da comunidade e benefícios advindos da exploração e empresários do Mirante	17		
Amenização, negação ou dissimulação da violência urbana existente no lugar	17	Amenização ou mascaramento das condições de insegurança no Morro Santa Terezinha	43
Ações policiais com o objetivo de reafirmar a segurança do lugar	17		
Ação emergencial do poder público para administrar danos em áreas de risco	3		
Afasta o lugar de um contexto socioespacial negativo do Mucuripe	6		
Usos do Mirante pela comunidade local	10	Uso e reforço da apropriação do Mirante pela comunidade	17
Reafirmação da apropriação da praça do Mirante pela comunidade local	7		
Ameaça do contexto socioespacial do Santa Terezinha ao Mirante devido à violência e ocupações irregulares	16	Ameaça à exploração e valor turístico do Mirante	38
ameaça da verticalização da orla ao Mirante	2		
Diminuição do potencial paisagístico e do movimento de consumidores no lugar	13		
Reivindicação por proteção do poder público ao potencial paisagístico e econômico do Mirante	7		

Revela ou denuncia pressão gentrificadora sobre a comunidade local	15	Conflitos com a comunidade local gerados pelos novos usos e usuários do Mirante	44
Críticas e/ou oposição da comunidade a usos e exploração econômica irregular do Mirante	21		
Críticas ao investimento e atenção desigual do poder público em relação ao restante do Morro Santa Terezinha	8		
Enfatiza tensão entre usuários formais do espaço e "posseiros"	21	Disputa pela apropriação do lugar entre "posseiros" e "moradores"	47
Deslegitimação das ocupações irregulares através de denúncias de ocupações especulativas ou desonestas	23		
Ênfase na condição de privação e necessidade dos "posseiros"	3		
<b>Total</b>	<b>1347</b>	<b>Total</b>	<b>1347</b>

Fonte: produzido pelo autor

Tabela 11 – Ocorrência sub-categorias e categorias temáticas no material coletado

GRUPO TEMÁTICO	Qtd	CATEGORIA TEMÁTICA	Qtd		
1. Lugar impróprio ou sem estrutura suficiente para garantia de qualidade de vida digna	182				
2. Lugar desfavorecido ou abandonado pelo poder público	61				
3. Projeto de habitação social problemático	31				
4. Lugar de violência urbana	72				
5. Lugar de pobreza, privação ou ausência de cidadania	128	Santa Terezinha como lugar periférico marginalizado	518		
6. Lugar desordenadamente e predatoriamente ocupado	44				
7. Lugar em desenvolvimento socioeconômico	71	Santa Terezinha como lugar periférico dignificado	155		
8. Dignificação e empoderamento do lugar e da comunidade	84				
9. Criação e manutenção do status patrimonial do Mirante	126	Mirante como lugar de consumo	335		
10. Consolidação e reafirmação do consumo e consumidores do Mirante	74				
11. Legitimação do turismo, exploração e apropriação do Mirante pela comunidade local	32				
12. Empoderamento dos gentrificadores e do uso excludente do Mirante	20				
13. Amenização ou mascaramento das contradições da exploração do Mirante	40				
14. Amenização ou mascaramento das condições de insegurança no Morro Santa Terezinha	43				
15. Uso e reforço da apropriação do Mirante pela comunidade	17			Mirante como área de lazer da comunidade	17
16. Ameça à exploração e valor turístico do Mirante	38			Santa Terezinha como lugar em disputa	129
17. Conflitos com a comunidade local gerados pelos novos usos e usuários do Mirante	44				
18. Disputa pela apropriação do lugar entre "posseiros" e "moradores"	47				
<b>Total</b>			<b>1347</b>		

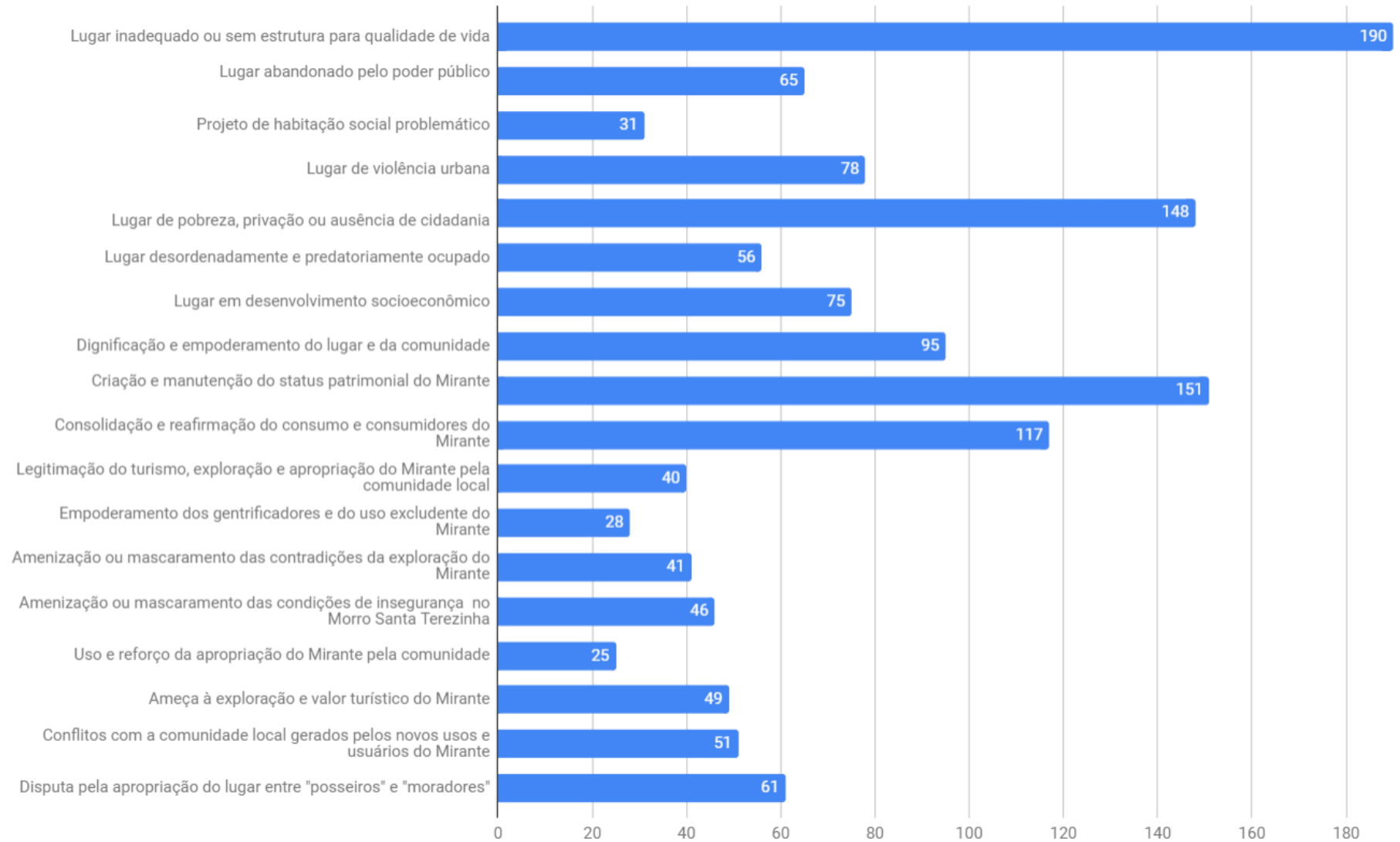
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 21 – Ocorrência de temas no material coletado na primeira etapa de construção do *corpus*



Fonte: produzido pelo autor

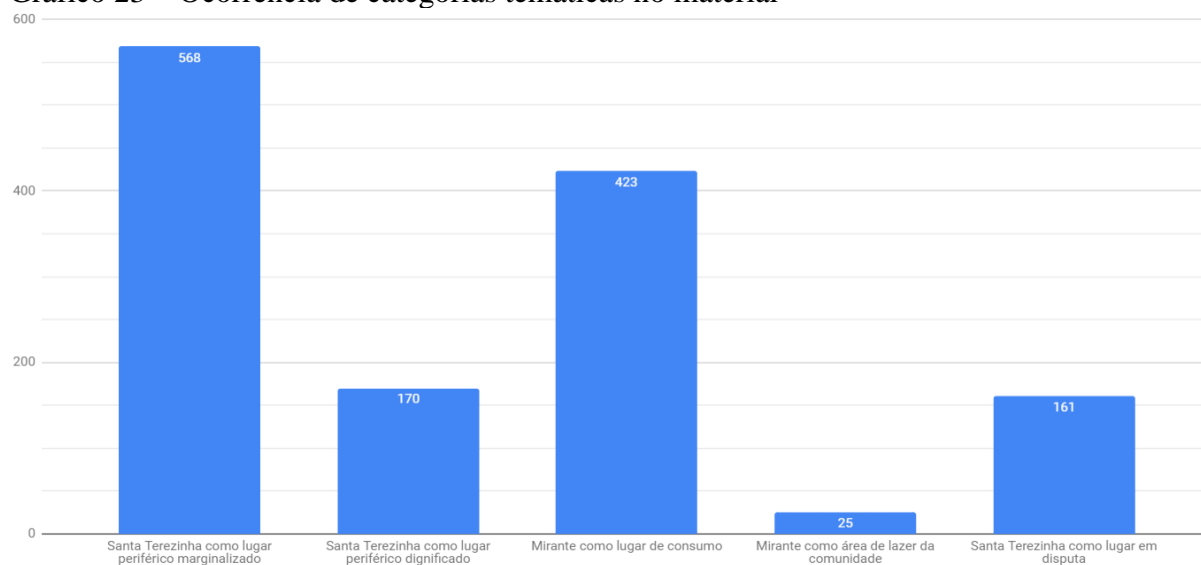
Gráfico 22 – Ocorrência de subcategorias temáticas no material



Fonte: produzido pelo autor

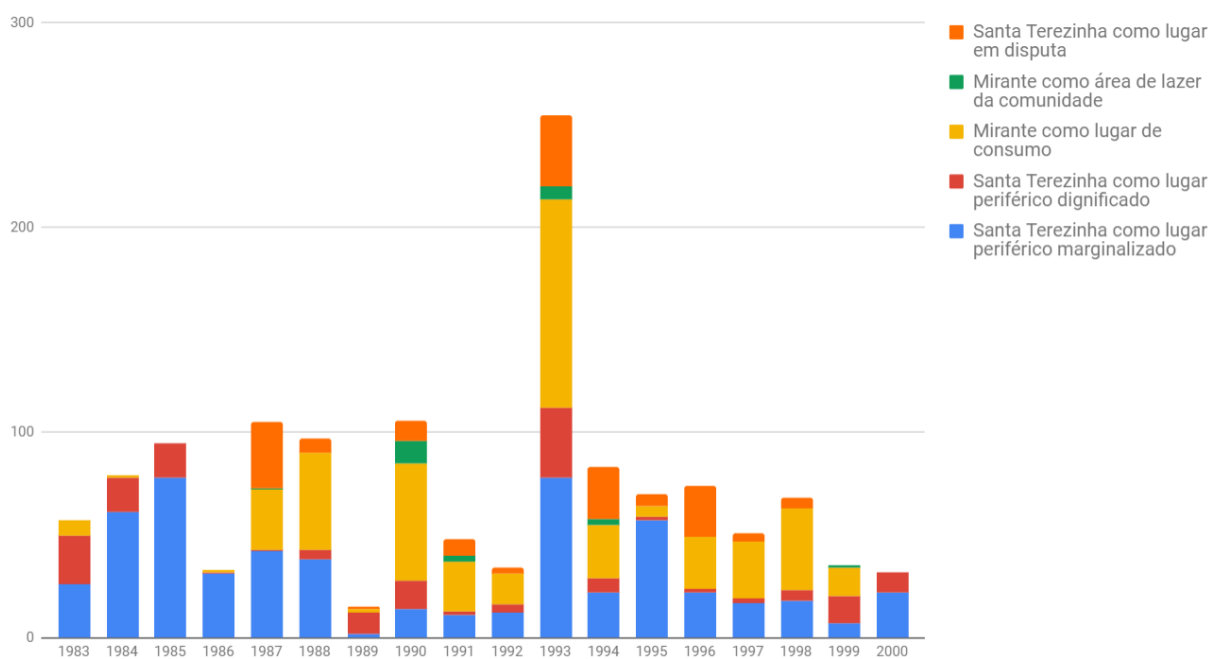


Gráfico 23 – Ocorrência de categorias temáticas no material



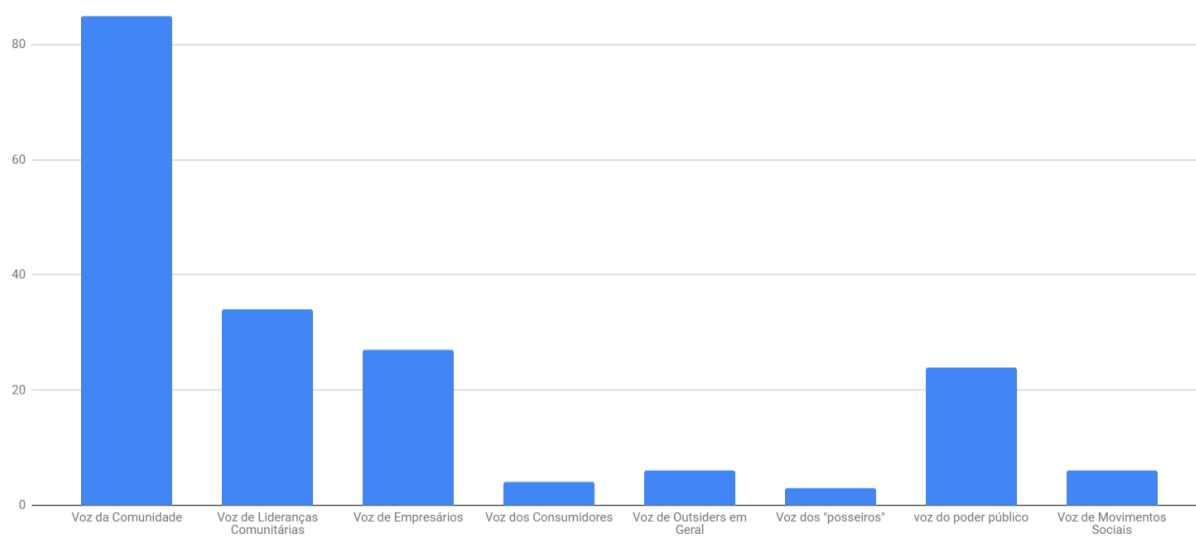
Fonte: produzido pelos autores

Gráfico 24 – Distribuição de categorias temáticas entre 1983-2000



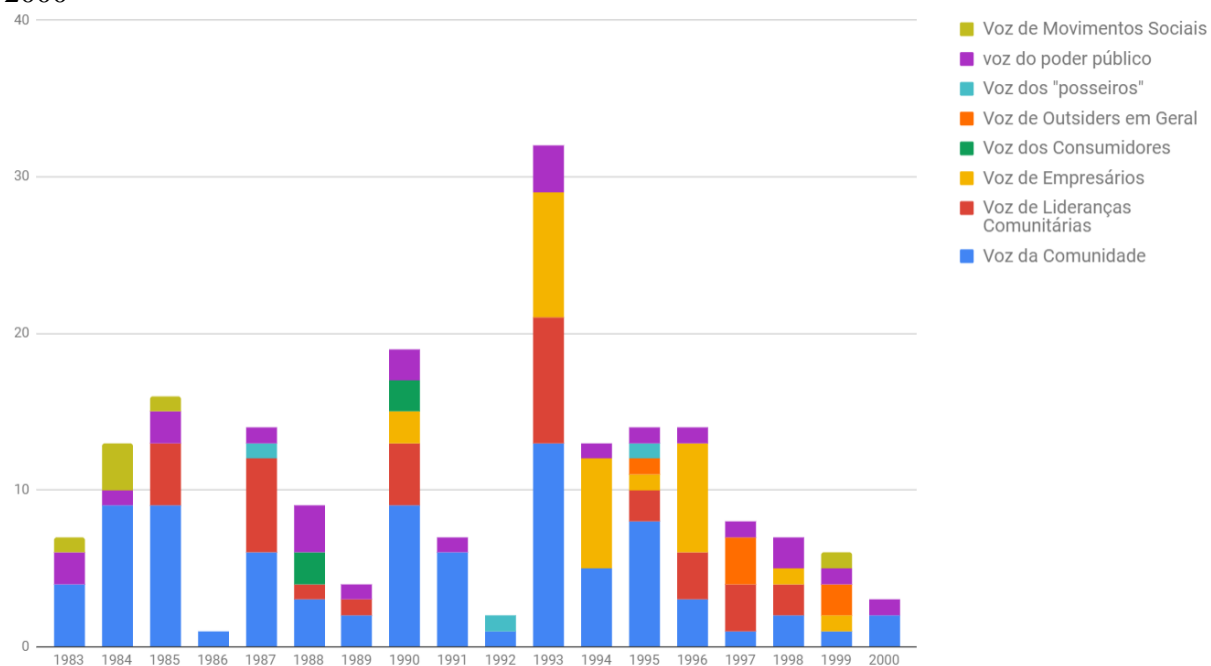
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 25 – Frequência da classificação da interdiscursividade direta



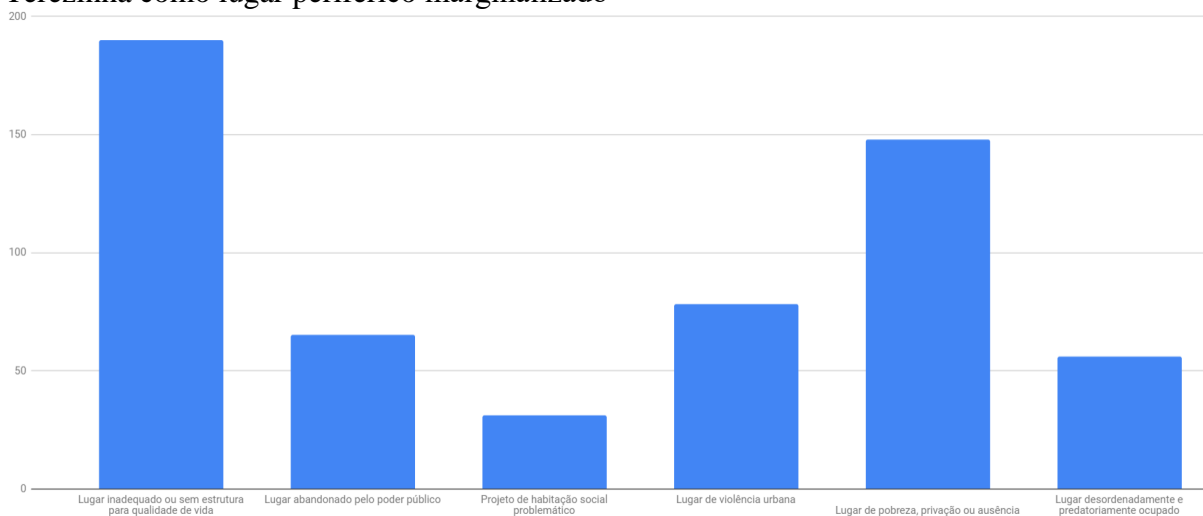
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 28 – Distribuição da classificação da interdiscursividade direta entre 1983-2000



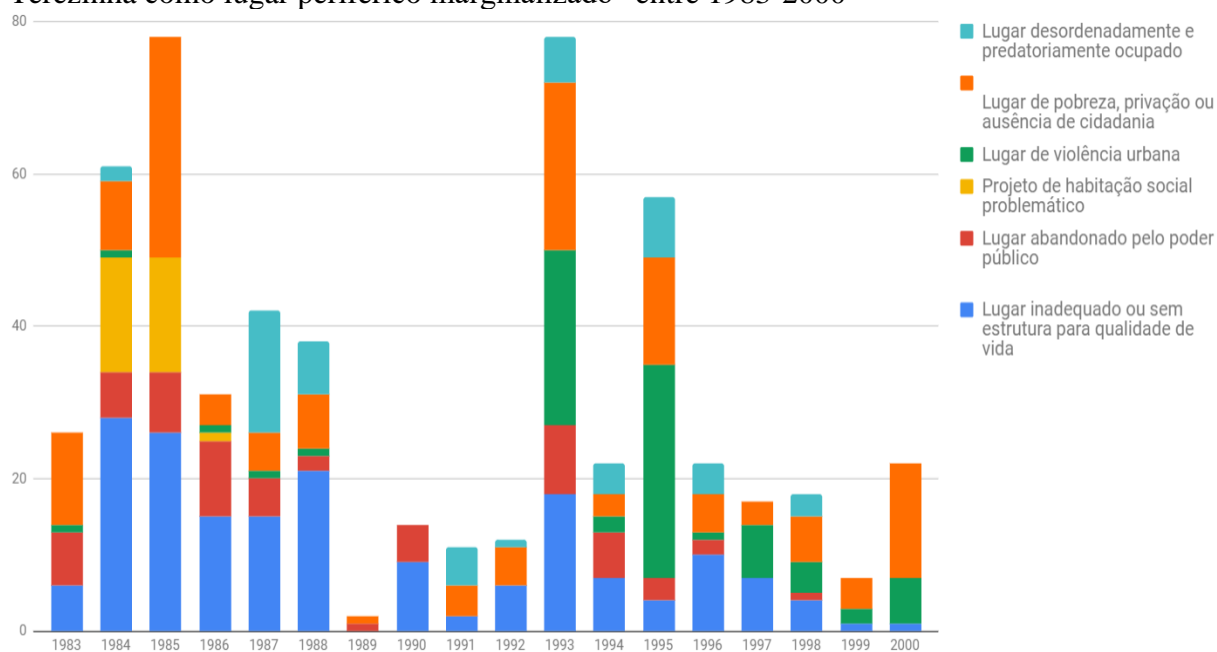
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 29 – Frequência das subcategorias componentes da categoria temática “Santa Terezinha como lugar periférico marginalizado”



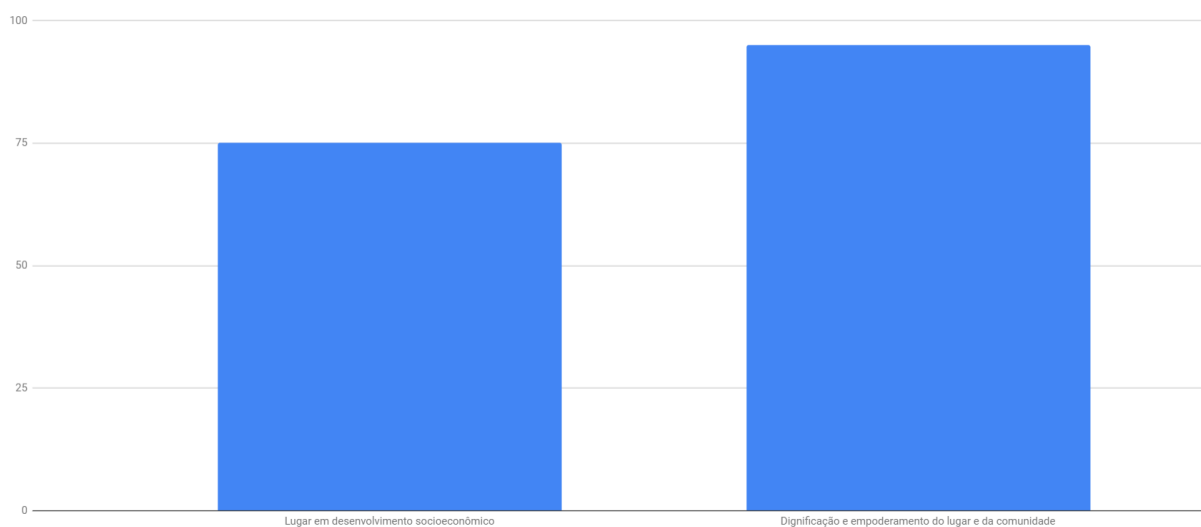
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 30 – Distribuição das subcategorias componentes da categoria temática “Santa Terezinha como lugar periférico marginalizado” entre 1983-2000



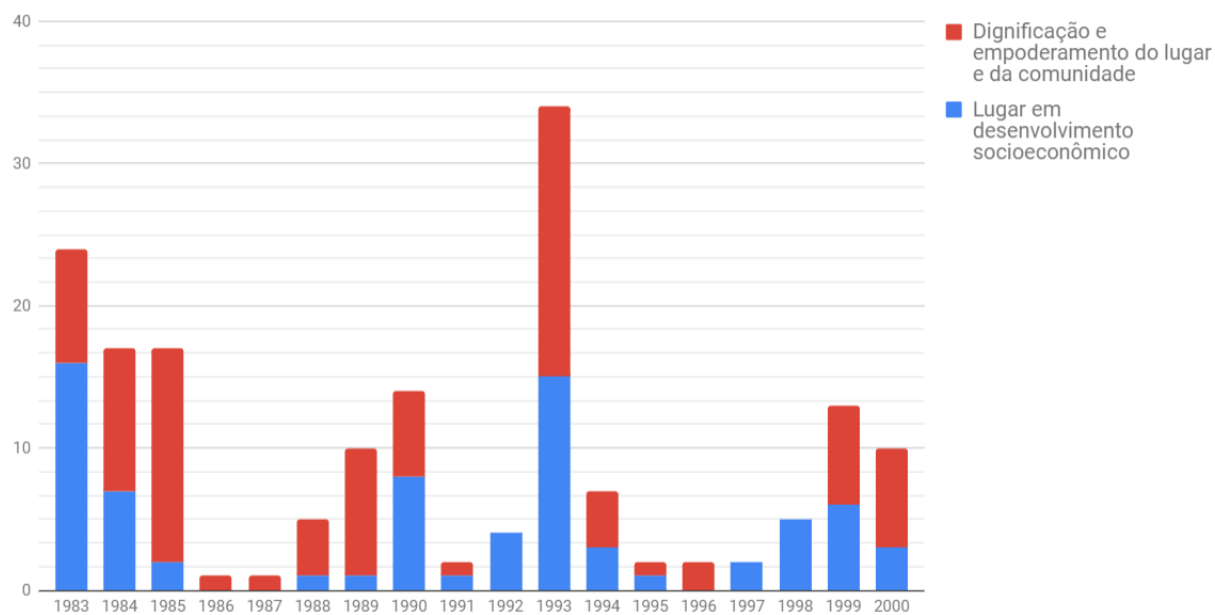
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 31 – Frequência das subcategorias componentes da categoria temática “Santa Terezinha como lugar periférico dignificado”



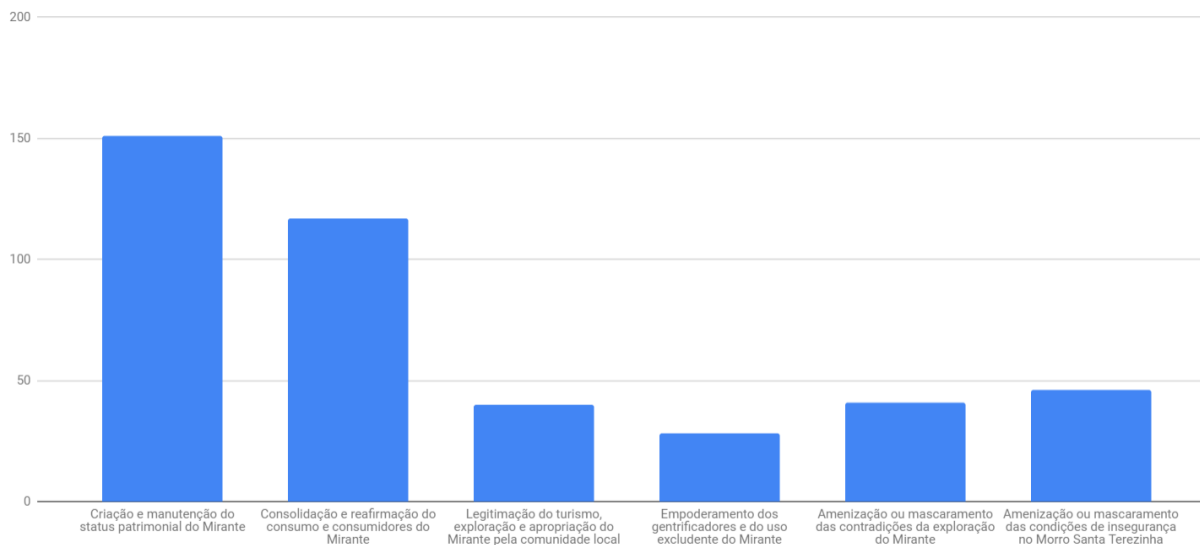
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 32 – Distribuição das subcategorias componentes da categoria temática “Santa Terezinha como lugar periférico dignificado” entre 1983-2000



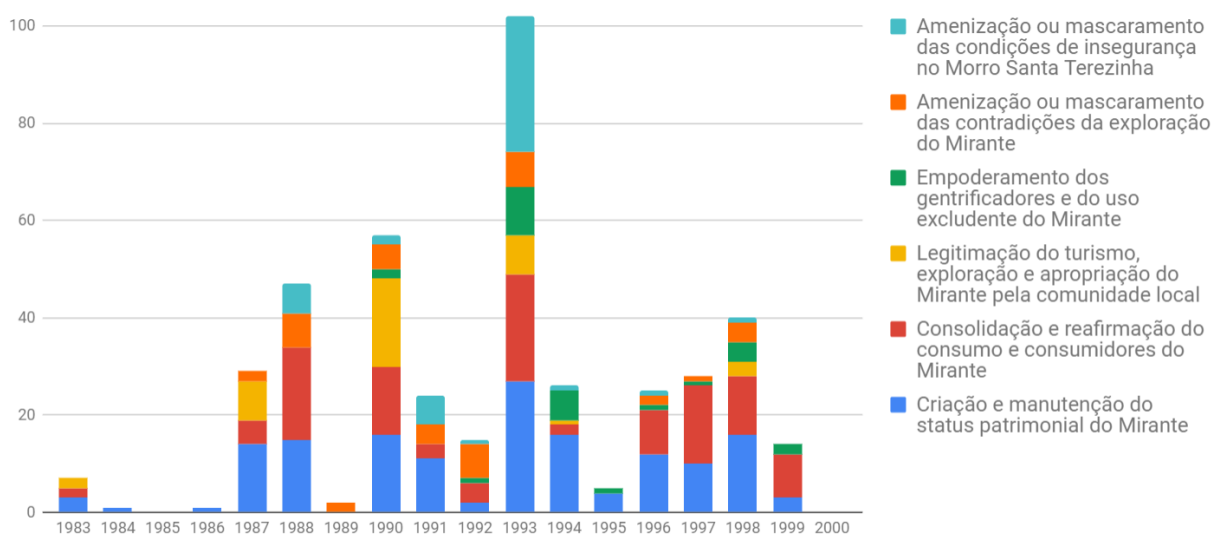
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 33 – Frequência das subcategorias componentes da categoria temática “Mirante como lugar de consumo”



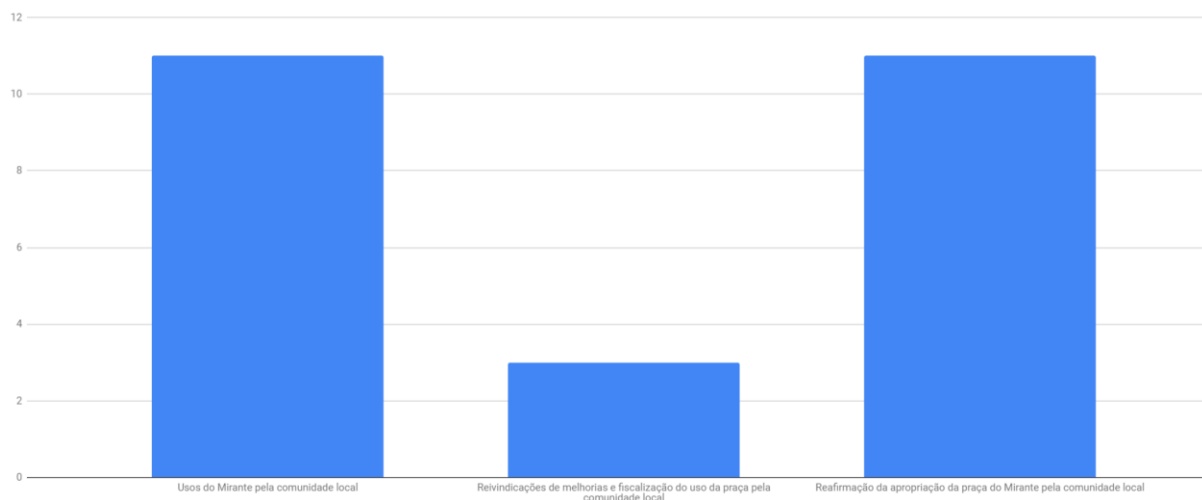
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 34 – Distribuição das subcategorias componentes da categoria temática “Mirante como lugar de consumo” entre 1983-2000



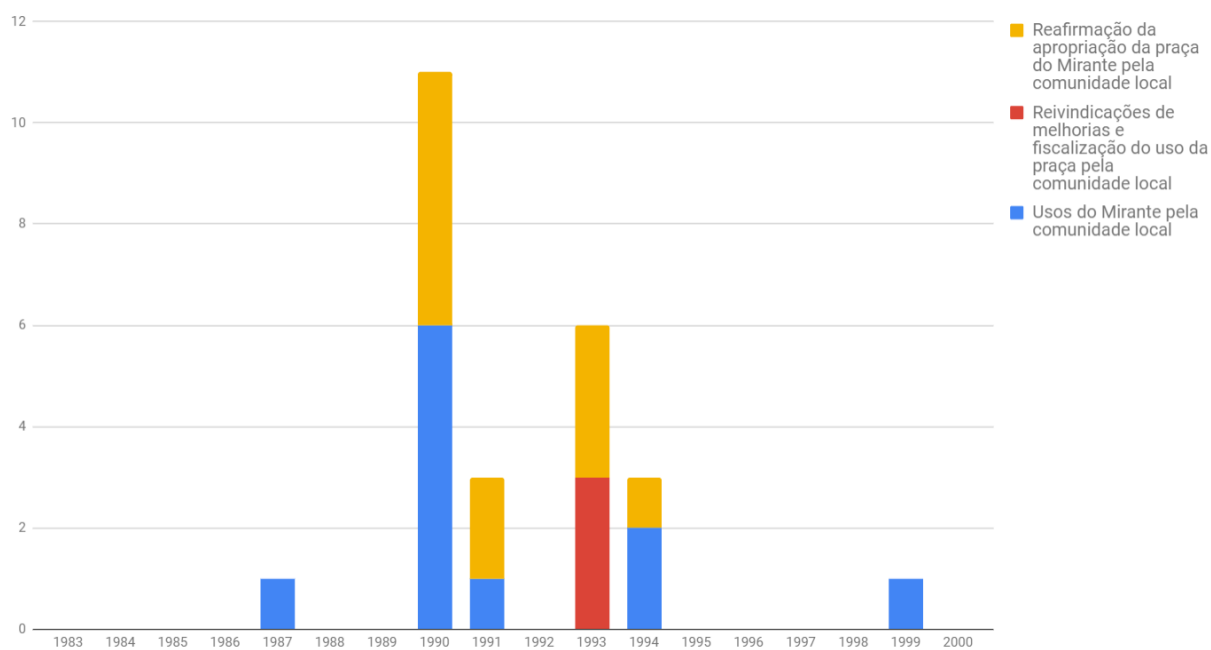
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 35 – Frequência dos temas componentes da categoria temática “Mirante como área de lazer da comunidade”



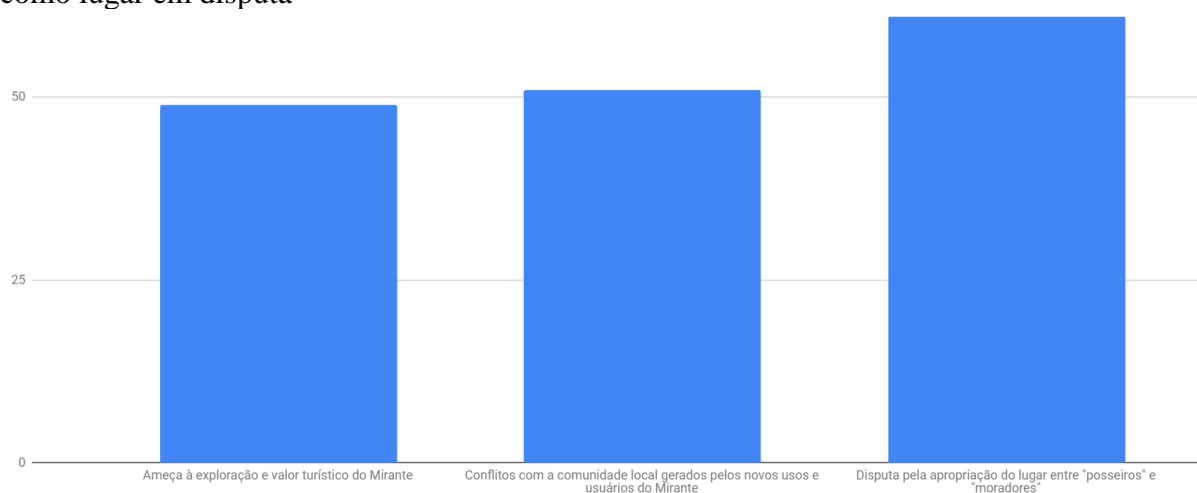
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 36 – Distribuição dos temas componentes da categoria temática “Mirante como área de lazer da comunidade” entre 1983-2000



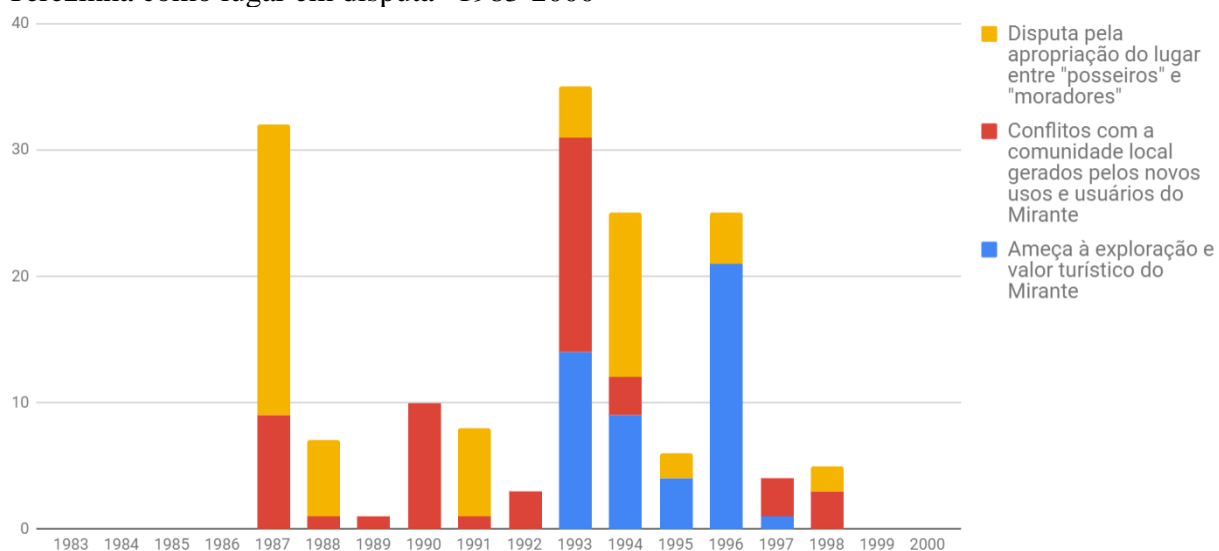
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 37 – Frequência dos temas componentes da categoria temática “Santa Terezinha como lugar em disputa”



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 38 – Distribuição dos temas componentes da categoria temática entre “Santa Terezinha como lugar em disputa” 1983-2000



Fonte: produzido pelo autor

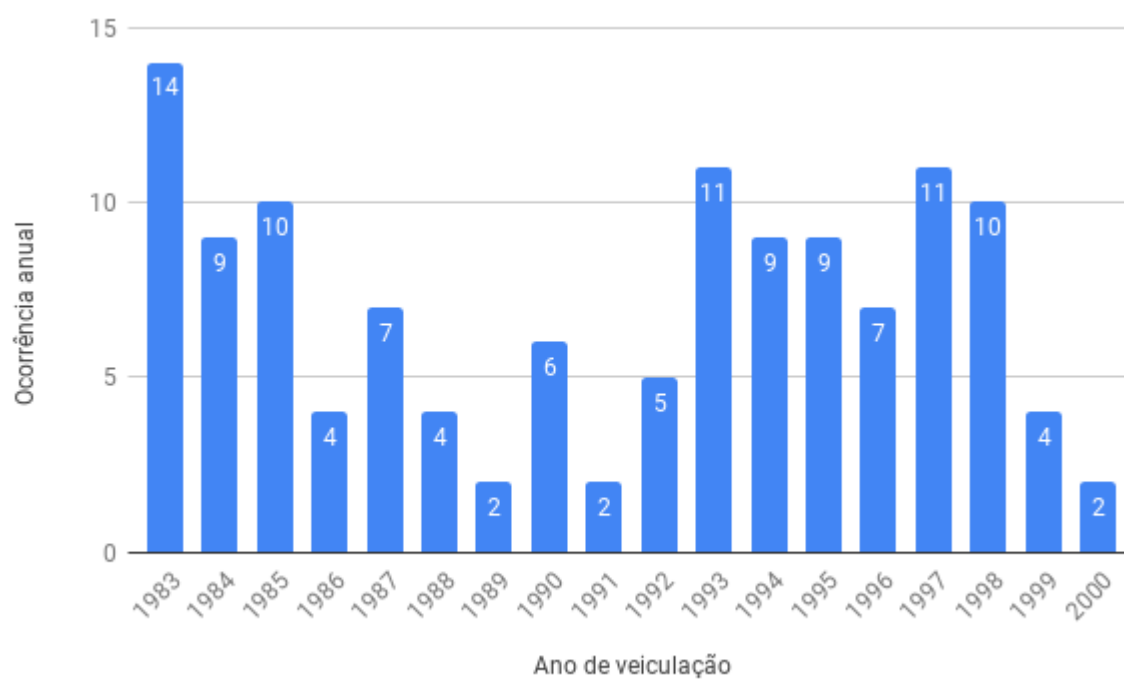
## ANEXO 2 – DESCRIÇÃO DETALHADA DO MATERIAL COLETADO NA PRIMEIRA ETAPA DE CONSTRUÇÃO DO CORPUS

Tabela 1 – Dados gerais do material coletado na primeira etapa

Nº total de textos	126
Anos contemplados	1983-2000
Média de textos por ano	7

Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 1 – Distribuição dos textos por ano do material coletado na primeira etapa



Fonte: produzido pelo autor



Gráfico 2 – Distribuição dos textos por mês de veiculação



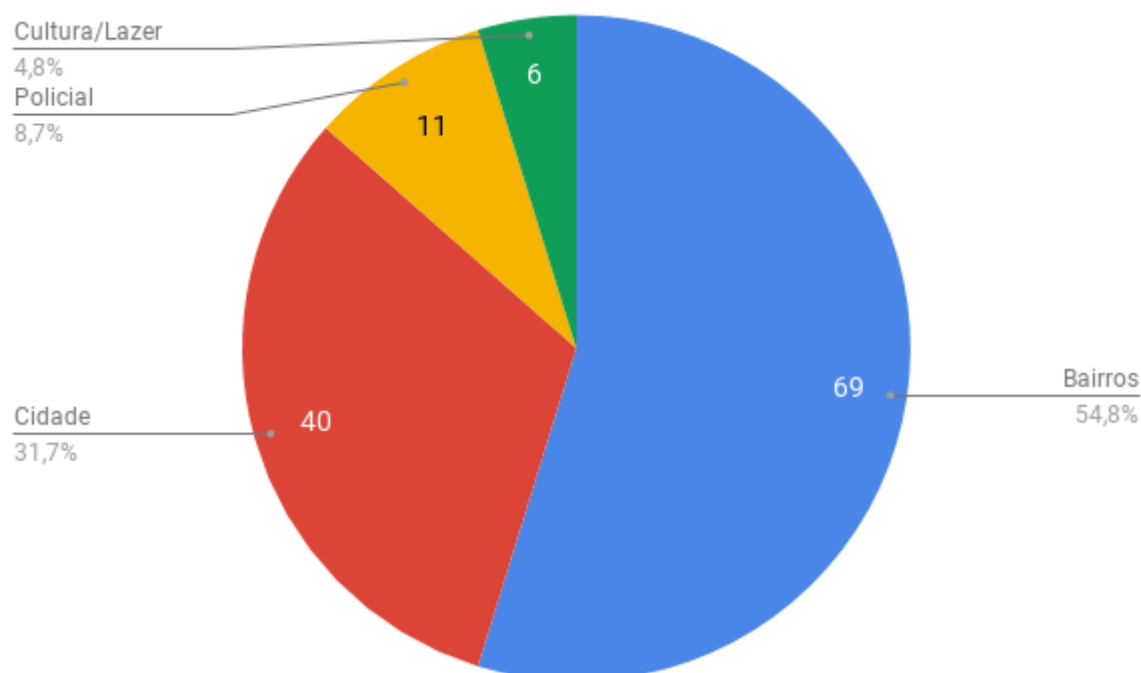
Fonte: produzido pelo autor

Tabela 2 – Divisão de textos por caderno

Bairros	Cidade	Policial	Cultura/Lazer (Caderno 3)	Total
69	40	11	6	126

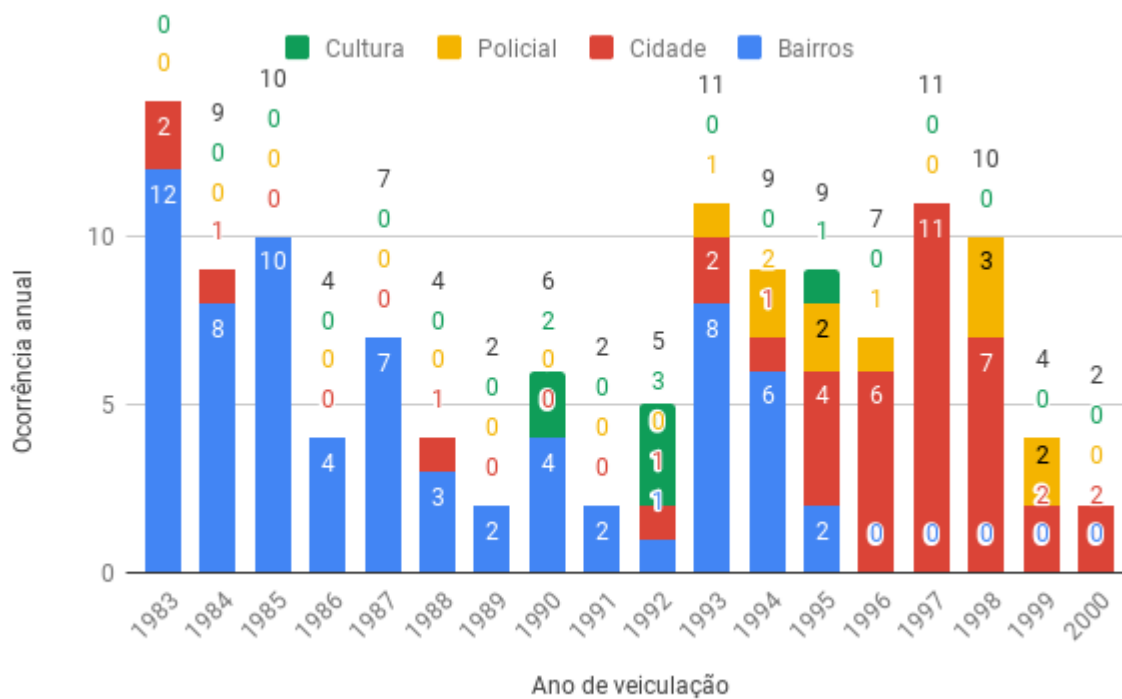
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 3 – Divisão de textos por caderno



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 4 – Distribuição de cadernos/editorias dos textos entre 1983-2000



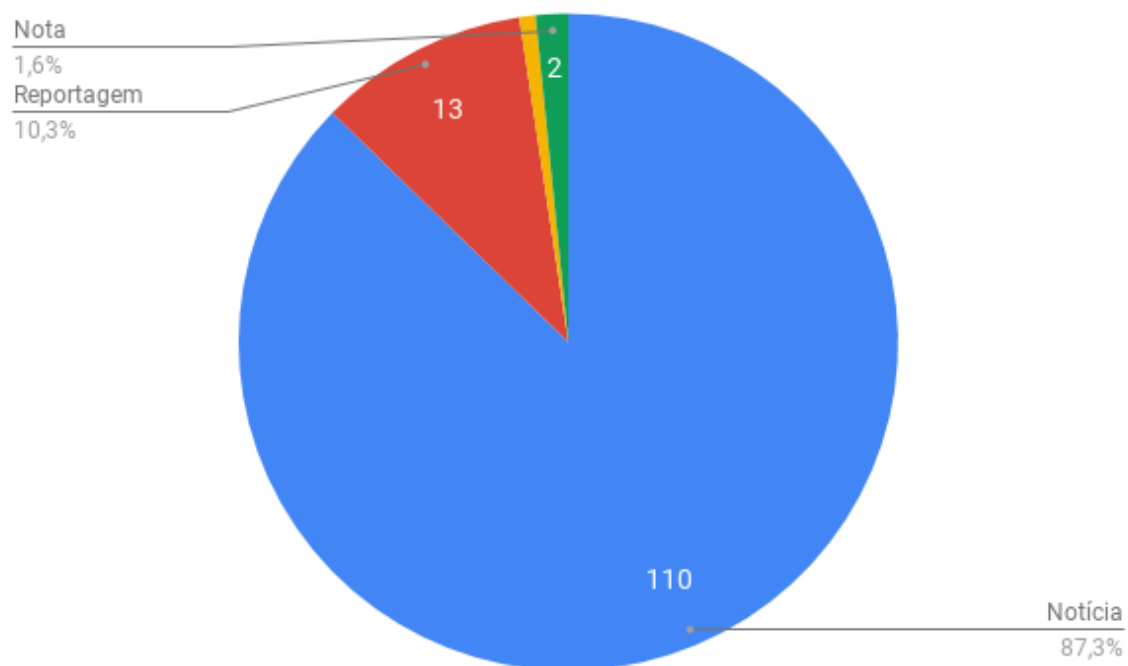
Fonte: produzido pelo autor

Tabela 3 – Divisão de textos por tipo de texto jornalístico

Notícia	Reportagem	Entrevista	Nota	Total
110	13	1	2	126

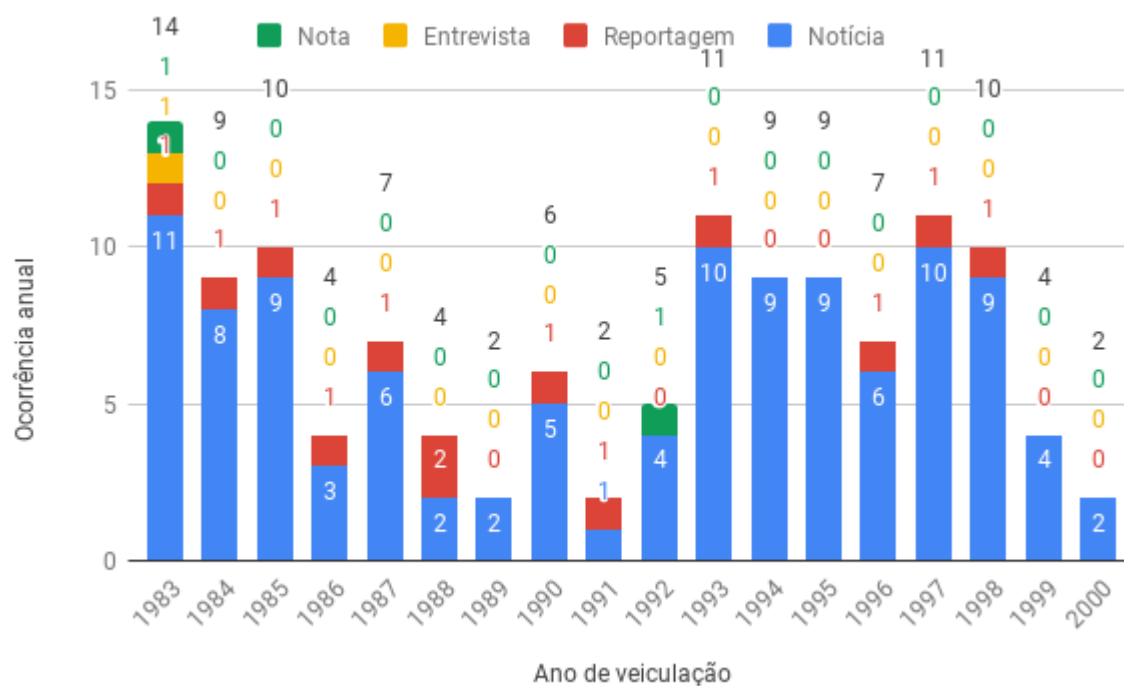
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 5 – Divisão de textos por tipo de texto jornalístico



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 6 – Distribuição de tipos de textos entre 1983-2000



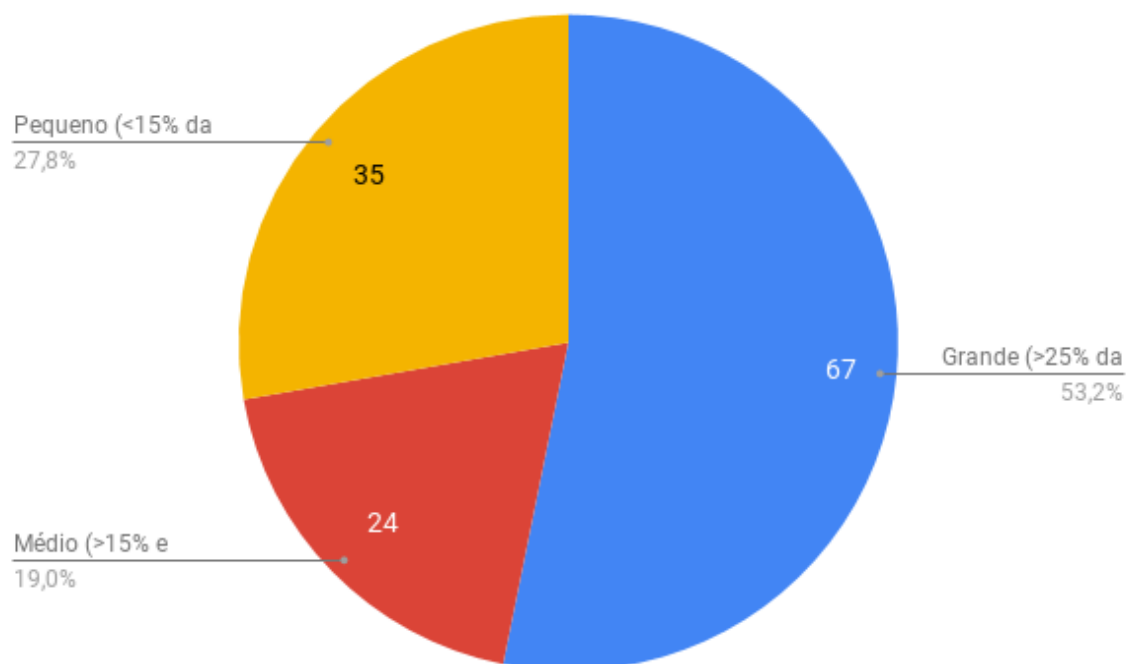
Fonte: produzido pelo autor

Tabela 4 – Divisão de textos por destaque da notícia na página do jornal

Grande (>25% da página)	Médio (>15% e <25% da página)	Pequeno (<15% da página)	Total
67	24	35	126

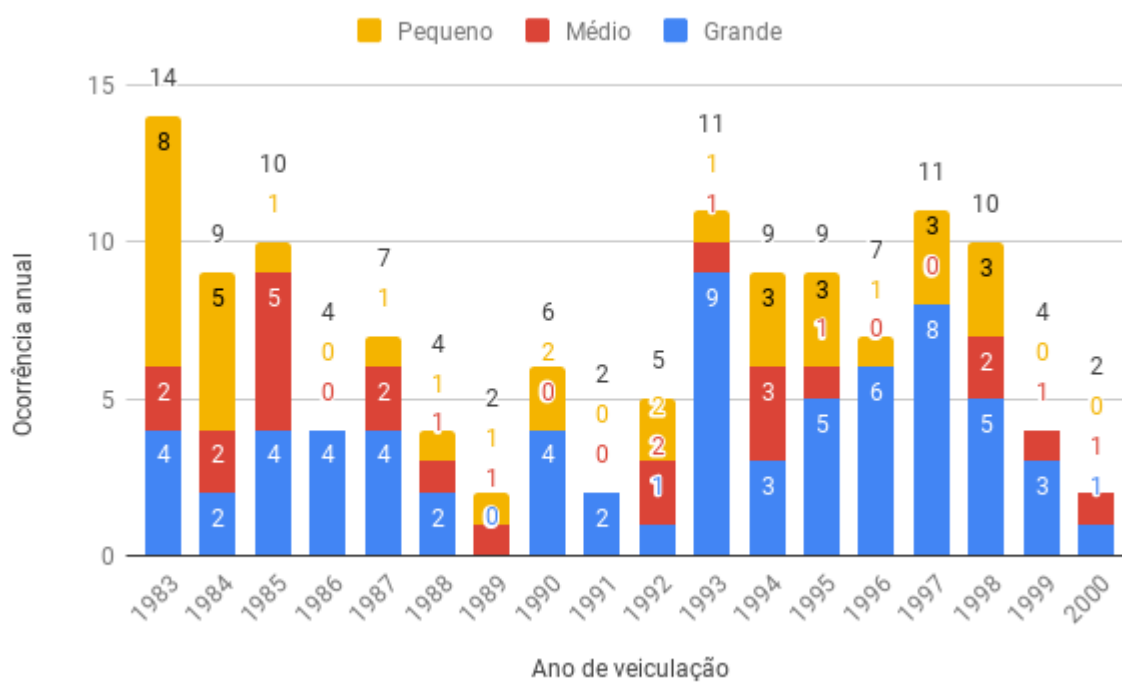
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 7 – Divisão de textos por destaque da notícia na página do jornal



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 8 – Distribuição de textos por destaque da notícia na página do jornal entre 1983-2000



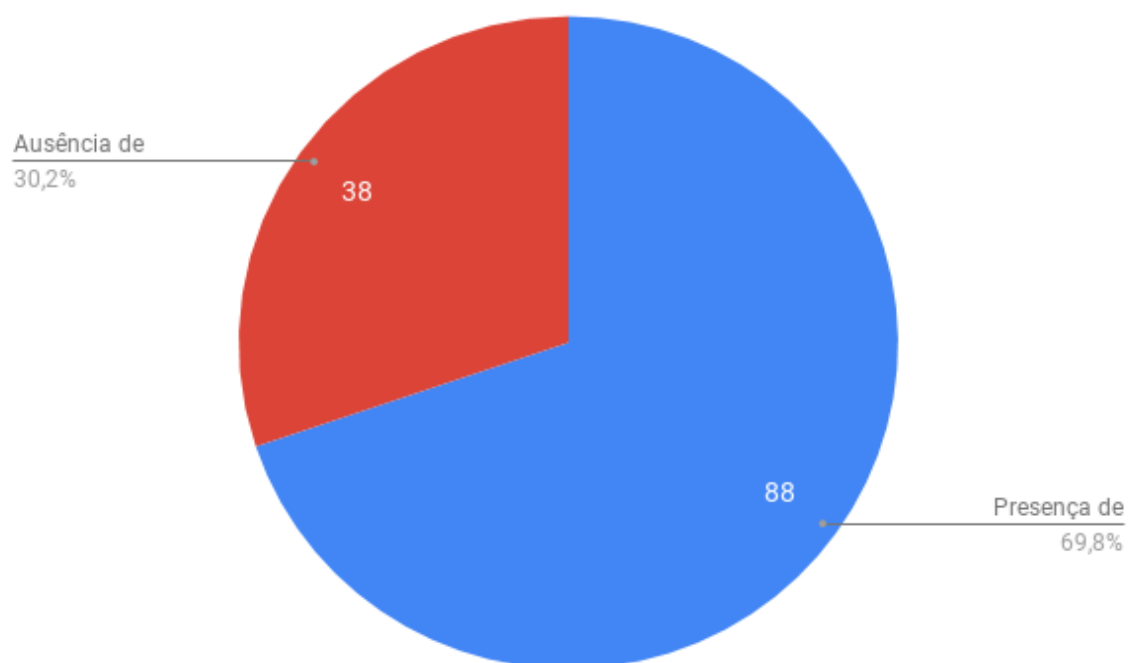
Fonte: produzido pelo autor

Tabela 5 – Divisão de textos por presença ou ausência de imagem

Presença de Imagem na Notícia	Ausência de Imagem na Notícia	Total
88	38	126

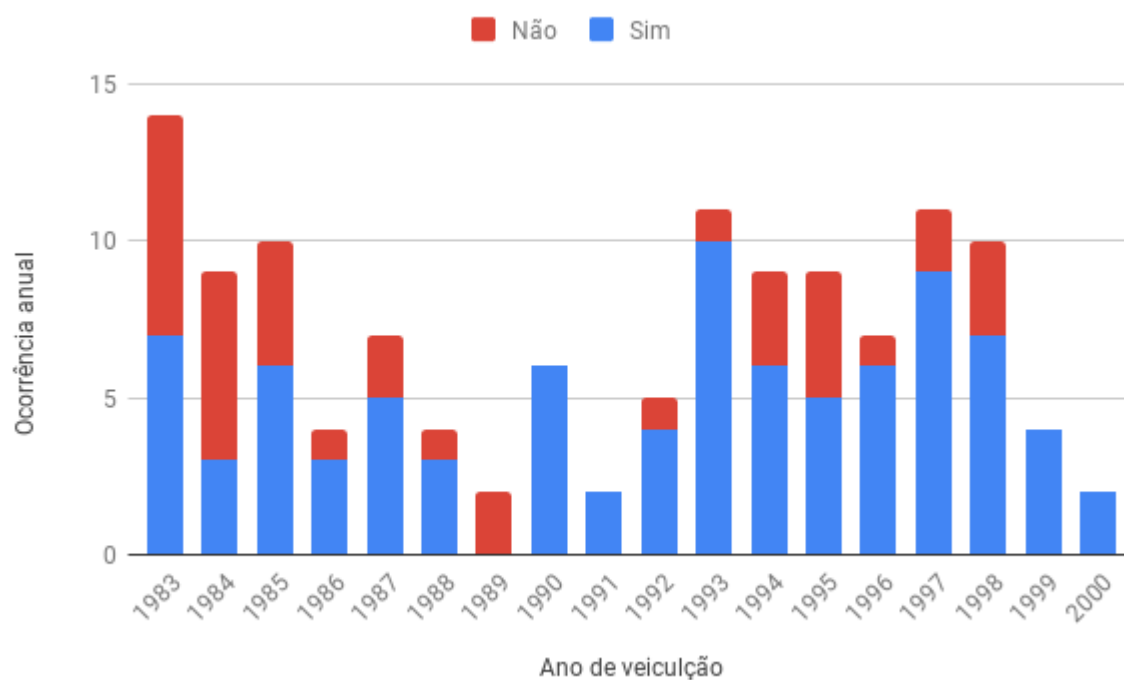
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 9 – Divisão de textos por presença ou ausência de imagem no texto



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 10 – Distribuição de textos por presença ou ausência de imagem no texto entre 1983-2000



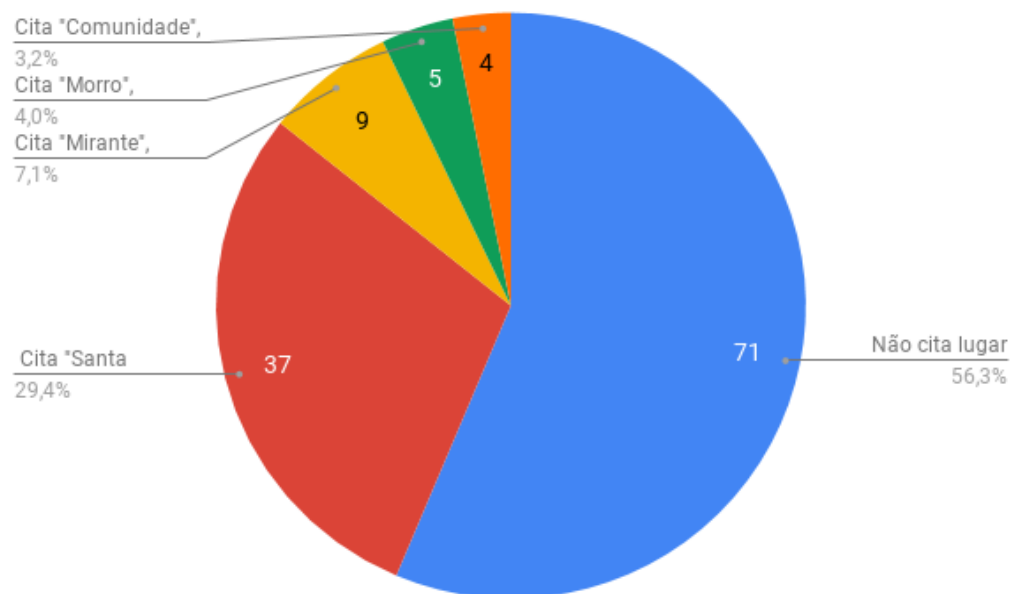
Fonte: produzido pelo autor

Tabela 6 – Divisão de textos por referência tipo de referência geográfica nos títulos

Tipo de referência geográfica nos títulos dos textos	Não cita	Cita lugar como "Santa Terezinha"	Cita "Mirante", "Praça", "Restaurantes" ou equivalente	Cita "Morro", "Conjunto", "Favela" ou equivalente	Cita "Comunidade", "Moradores" ou equivalente	Total
Qtde.	71	37	9	5	4	126

Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 11 – Divisão de textos por referência tipo de referência geográfica nos títulos



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 12 – Distribuição de textos por referência tipo de referência geográfica nos títulos entre 1983-2000



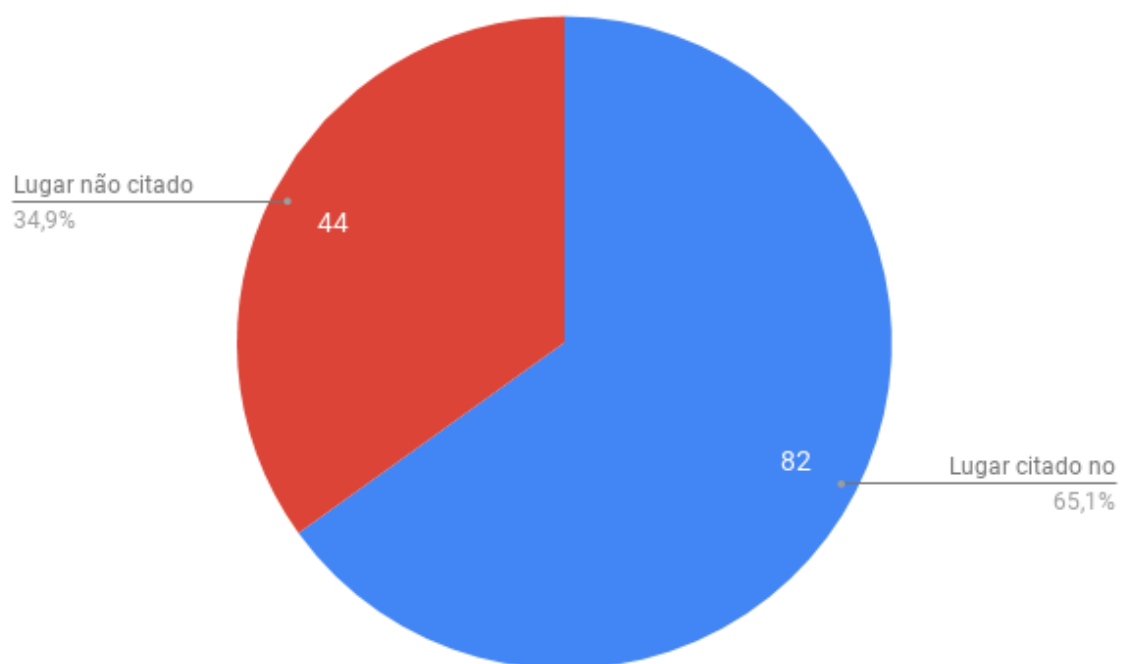
Fonte: produzido pelo autor



Tabela 7 – Divisão de textos por presença do lugar nos *leads* dos textos

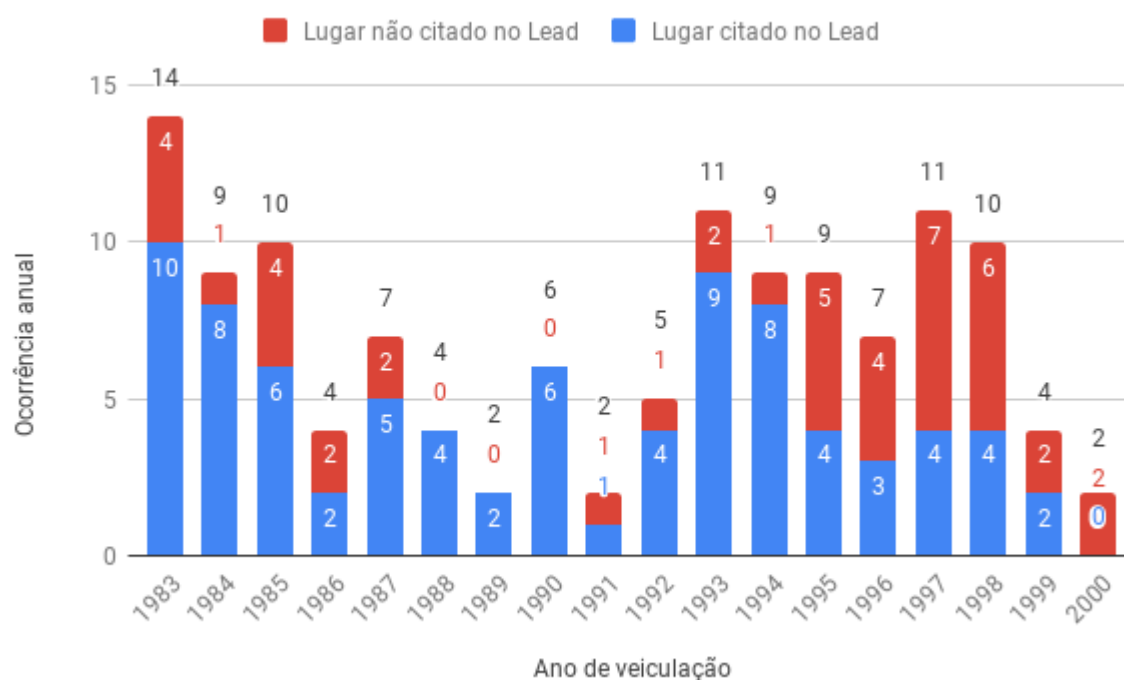
Presença do lugar nos <i>Leads</i> dos textos	Lugar citado no <i>Lead</i>	Lugar não citado no <i>Lead</i>	Total
Qtde.	82	44	126

Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 13 – Divisão de textos por presença do lugar nos *leads* dos textos

Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 14 – Distribuição de textos por presença do lugar nos *leads* entre 1983-2000



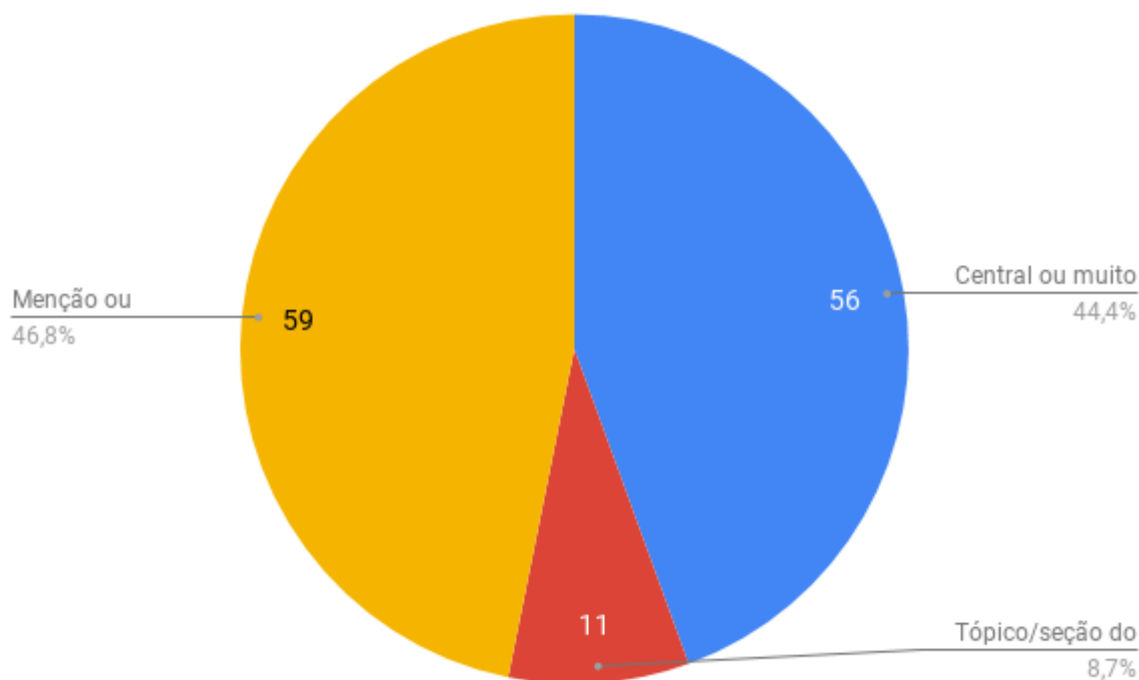
Fonte: produzido pelo autor

Tabela 8 – Divisão de textos por centralidade do lugar no conteúdo do texto

Central ou muito relevante para o texto	Tópico/seção do texto ou passagem longa dedicada ao lugar ou comunidade	Menção ou referência curtas ao lugar ou comunidade	Total
56	11	59	126

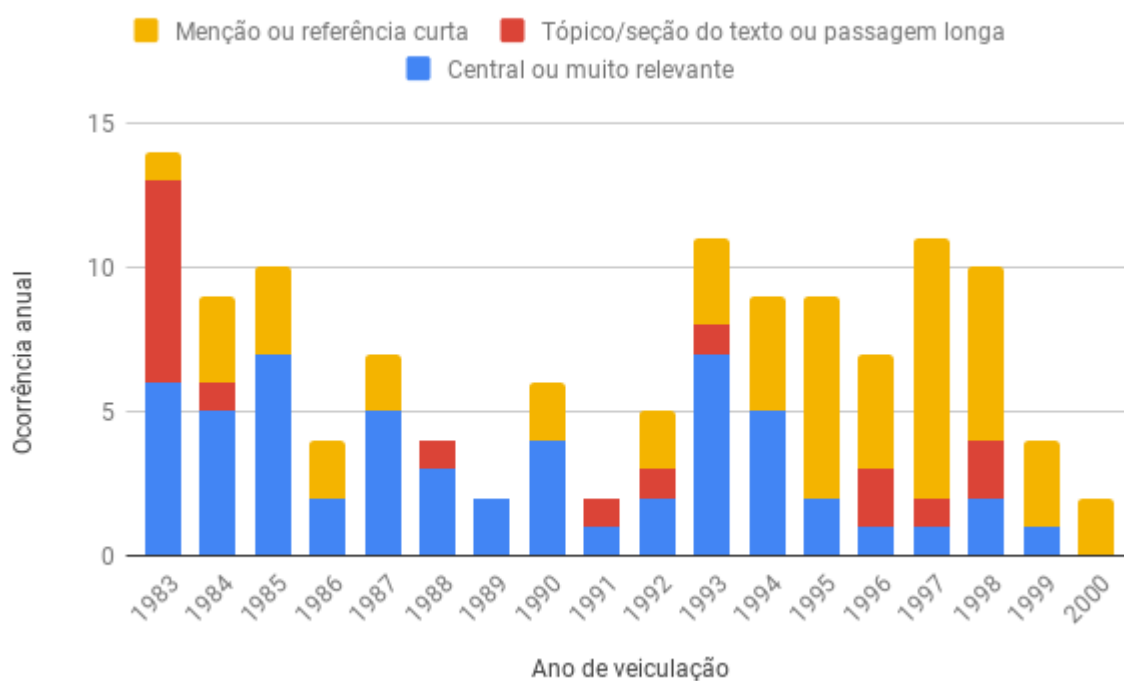
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 15 – Divisão de textos por centralidade do lugar no conteúdo do texto



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 16 – Divisão de textos por centralidade do lugar no conteúdo do texto



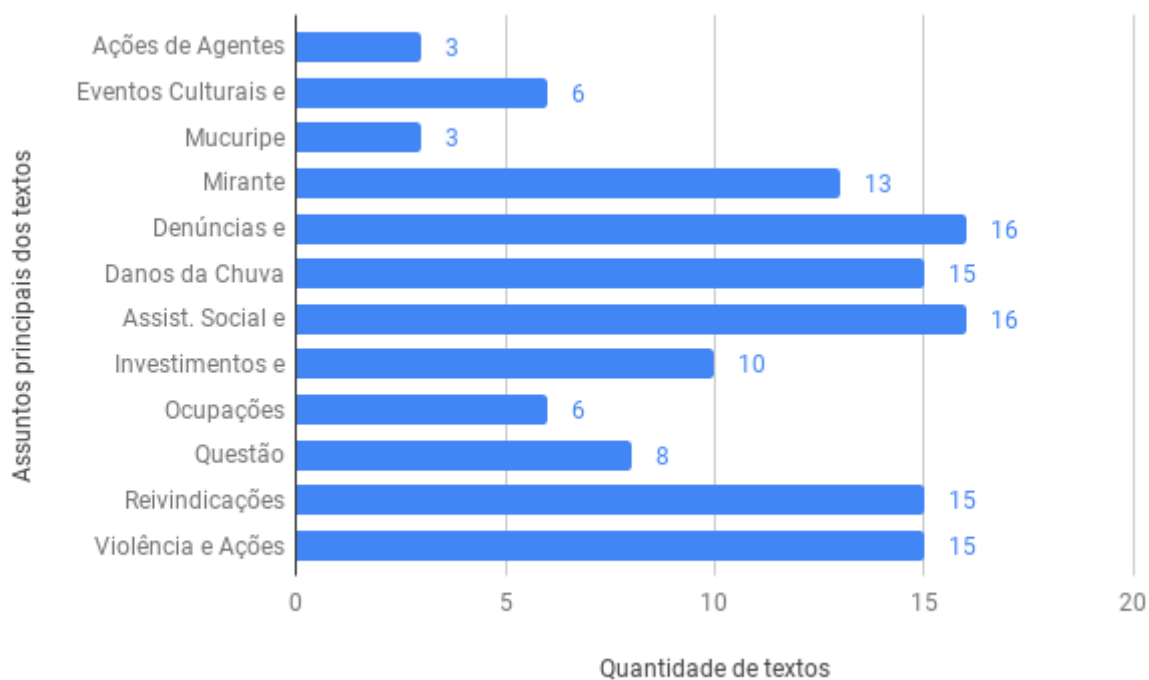
Fonte: produzido pelo autor

Tabela 9 – Divisão de textos por assuntos principais e temas específicos dos textos

Assuntos principais dos textos	Qtde	Assuntos dos textos detalhados	Qtde
Ações de Agentes Privados	3	Ações de Agentes Privados	3
Eventos Culturais e Entretenimento	6	Festejos Religiosos	1
		Eventos no Mirante	5
Retratos do Mucuripe	3	Mucuripe Boêmio	2
		Mucuripe em Declínio	1
Mirante	13	Apologia ao Mirante	6
		Defesa do Mirante	7
Cobrança e Denúncia da Gestão Pública	16	Problemas Infraestruturais e Ausência de Manutenção	12
		Denúncias e Críticas à Gestão	4
Danos da Chuva	15	Registros de Danos das Chuvas	12
		Planejamento para quadra invernososa	3
Assist. Social e Desenvolvimento Socioeconômico Comunitário	15	Economia Solidária e Integração Social	5
		Iniciativas Voluntárias de Assistência	5
		Iniciativas do Poder Público de Assistência e Integração Social	6
Investimentos e Intervenções Públicas em Urbanização	9	Saneamento e Manutenção	4
		Urbanização e Habitação	6
Ocupações Irregulares	6	Ocupações Irregulares	6
Questão Habitacional e Áreas de Risco	8	Ocupação de Áreas de Risco	4
		Questão Habitacional	4
Reivindicações Sociais, Organização e Mobilização da Sociedade Civil	15	Manifestações Populares	7
		Organização e Deliberação Comunitária	8
Violência e Ação Policial	15	Ação Policial	6
		Mortes e Assassinatos	3
		Assaltos e Outras Ocorrências	3
		Gangues	3
Total	124	Total	126

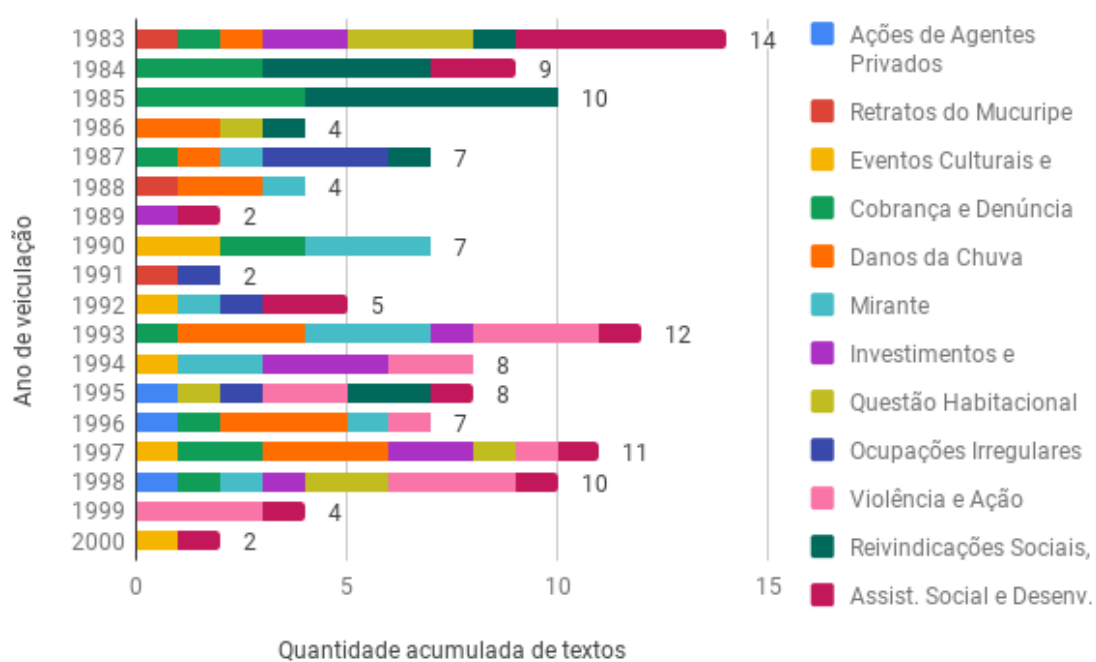
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 17 – Divisão de textos por assuntos principais



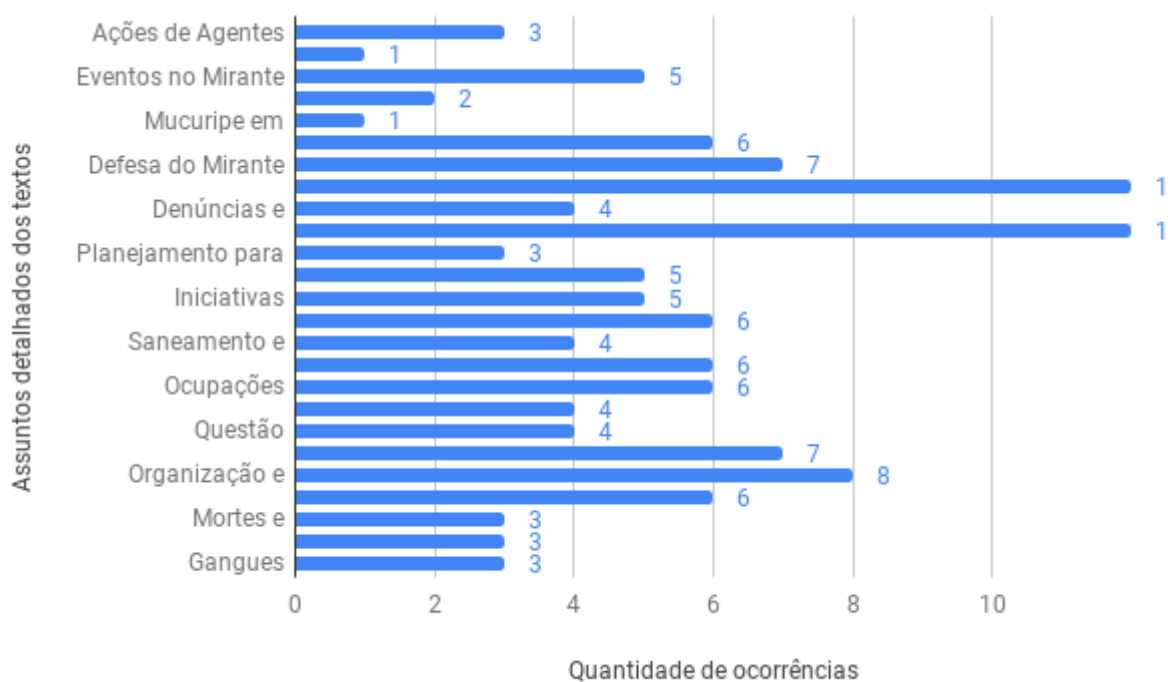
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 18 – Distribuição de textos por assuntos principais entre 1983-2000



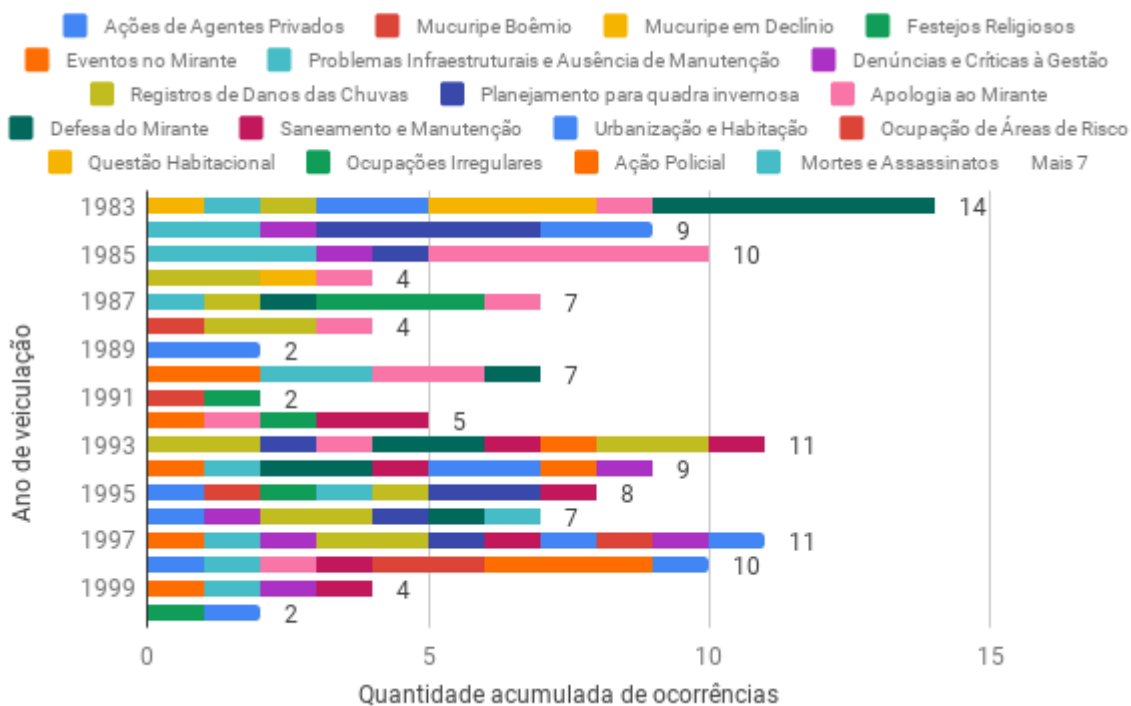
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 19 – Divisão dos textos por assuntos detalhados



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 20 – Distribuição dos textos por assuntos detalhados entre 1983-2000



Fonte: produzido pelo autor

Tabela 10 – Contabilização de ocorrências de temas, grupos e categorias temáticas

TEMAS	Total	SUBCATEGORIAS TEMÁTICAS	Total	CATEGORIAS TEMÁTICAS	Total
1. Ausência ou deficiência de infraestrutura básica, equipamentos e serviços públicos ou manutenção dos mesmos por parte do poder público	43				
2. Ênfase no incômodo ou problemas cotidianos gerados pela deficiência urbanística do lugar	18	1. Lugar impróprio ou sem estrutura suficiente para garantia de qualidade de vida digna	182		
3. Ausência ou carência de espaços de lazer e sociabilidade	5				
4. Lugar sem acesso à água	15				
5. Danos e insegurança ambiental causados por chuvas, movimentação de areia e erosões	101				
6. Abandono, descaso, omissão ou incapacidade por parte do poder público na garantia da qualidade de vida	47	2. Lugar desfavorecido ou abandonado pelo poder público	61		
7. Descrença, revolta ou conformismo com a ausência do poder público na garantia da qualidade de vida	14				
8. Revolta da comunidade reassentada em relação ao projeto de reassentamento	5				
9. Contestação, recusa ou impossibilidade de pagamento de impostos, contas ou prestações das moradias	15	3. Projeto de habitação social problemático	31		
10. Insegurança e prejuízo da comunidade causados por falhas na política habitacional	11				
11. Qualificação do lugar como violento ou perigoso	6	4. Lugar de violência urbana	72		
12. Comunidade com sensação de insegurança	14				
13. Ocorrência de violência urbana ou acidentes trágicos	16				
14. Presença de crime organizado, tráfico de drogas e disputas de gangues no lugar	17				
15. Afirmação ou denúncia de ausência ou insuficiência policiamento	14				
16. Apreensões policiais relacionadas ou ocorridas no local	5				
17. Ênfase na origem, composição e condição de	55	5. Lugar de pobreza,	128	1. Santa Terezinha como lugar periférico marginalizado	518

pobreza, vulnerabilidade e marginalização social dos residentes		privação ou ausência de cidadania			
18. Lugar com necessidade ou dependência de assistência social do poder público	11				
19. Condescendência em relação à comunidade local	5				
20. Ênfase em comportamentos que mostram ausência de cidadania ou responsabilidade social por parte de moradores	10				
21. Estereotipificações geográficas como "morro", "conjunto", "comunidade" ou "favela"	44				
22. Aproxima o lugar a um contexto socioespacial negativo do Mucuripe	3				
23. Ocorrência de ocupações irregulares predatórias em áreas públicas ou de risco	15	6. Lugar desordenadamente e predatoriamente ocupado	44		
24. Situações de risco, degradação socioespacial ou prejuízos materiais gerados pelas ocupações irregulares	19				
25. Lugar de crescimento desordenado gerador de prejuízos sociais e ambientais	10				
26. Investimentos e realização de obras, intervenções e melhorias urbanas por parte do poder público	17	7. Lugar em desenvolvimento socioeconômico	71		
27. Ocorrência de iniciativas de assistência social, projetos de desenvolvimento comunitário, integração comunitária ou filantropia bem sucedidos	18				
28. Ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e sucesso do projeto de habitação e assistência social	36				
29. Comunidade politicamente organizada, participativa e engajada em soluções autônomas para problemas sociais	26	8. Dignificação e empoderamento do lugar e da comunidade	84	2. Santa Terezinha como lugar periférico dignificado	155
30. Dignificação do lugar, comunidade, indivíduos, origem, trabalho, cultura, sociabilidade ou tradição local	27				
31. Ênfase em projetos culturais e educacionais locais	15				
32. Substitui o lugar por "bairro"	16				
33. Ênfase no potencial	62	9. Criação e manutenção do	126	3. Mirante como lugar	335



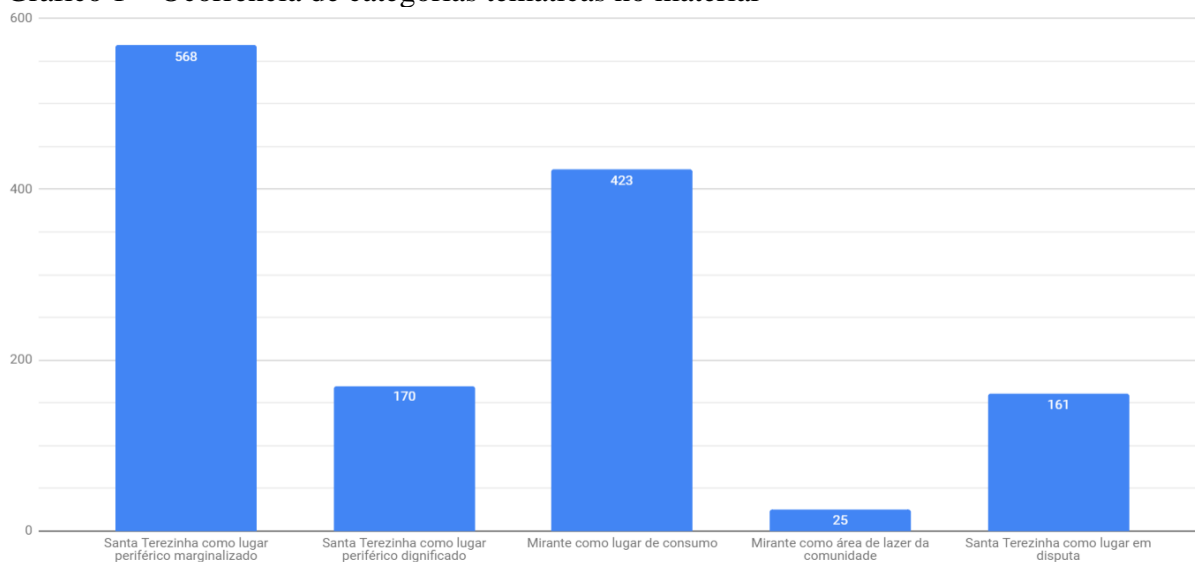
paisagístico, qualidades e localização privilegiada do Mirante		status patrimonial do Mirante	de consumo
34. Reafirmação do Mirante como uma referência geográfica	57		
35. Investimentos do poder público no potencial do lugar	7		
36. Reafirmação da vocação, uso e status de ponto turístico do lugar	34		
37. Reafirmação de usos e usuários outsiders	20	10. Consolidação e reafirmação do consumo e consumidores do Mirante	74
38. Reafirmação do Pólo Gastronômico / bares do Mirante	20		
39. Reivindicação de melhorias e apoio da comunidade à exploração do turismo no lugar	27	11. Legitimação do turismo, exploração e apropriação do Mirante pela comunidade local	32
40. Potencial econômico do lugar desperdiçado	5		
41. Interesses contrários ao da comunidade por parte dos gentrificadores / empresários	3		
42. Deslegitimação da apropriação e origem da comunidade original	2		
43. Ênfase nos empreendedores como membros da comunidade	2	12. Empoderamento dos gentrificadores e do uso excludente do Mirante	20
44. Discurso e ações de defesa do mirante e do potencial paisagístico por parte de empresários	5		
45. Afastamento simbólico e cultural do Mirante do seu contexto socioespacial	8		
46. Racionalização da contradição entre consumo e privação	8		
47. Estetização e romantização da pobreza através de representações bucólicas urbanas	9	13. Amenização ou mascaramento das contradições da exploração do Mirante	40
48. Legitimação da gentrificação atribuindo papel ativo aos deslocados	6		
49. Ênfase na gratidão da comunidade e benefícios advindos da exploração e empresários do Mirante	17		
50. Amenização, negação ou dissimulação da violência urbana existente no lugar	17	14. Amenização ou mascaramento das condições de insegurança no Morro Santa Terezinha	43
51. Ações policiais com o objetivo de reafirmar a	17		

segurança do lugar					
52. Ação emergencial do poder público para administrar danos em áreas de risco	3				
53. Afasta o lugar de um contexto socioespacial negativo do Mucuripe	6				
54. Usos do Mirante pela comunidade local	10	15. Uso e reforço da apropriação do Mirante pela comunidade	17	4. Mirante como área de lazer da comunidade	17
55. Reafirmação da apropriação da praça do Mirante pela comunidade local	7				
56. Ameaça do contexto socioespacial do Santa Terezinha ao Mirante devido à violência e ocupações irregulares	16	16. Ameça à exploração e valor turístico do Mirante	38	5. Santa Terezinha como lugar em disputa	129
57. Ameaça da verticalização da orla ao Mirante	2				
58. Diminuição do potencial paisagístico e do movimento de consumidores no lugar	13				
59. Reivindicação por proteção do poder público ao potencial paisagístico e econômico do Mirante	7				
60. Revela ou denuncia pressão gentrificadora sobre a comunidade local	15	17. Conflitos com a comunidade local gerados pelos novos usos e usuários do Mirante	44	5. Santa Terezinha como lugar em disputa	129
61. Críticas e/ou oposição da comunidade a usos e exploração econômica irregular do Mirante	21				
62. Críticas ao investimento e atenção desigual do poder público em relação ao restante do Morro Santa Terezinha	8				
63. Enfatiza tensão entre usuários formais do espaço e "posseiros"	21	18. Disputa pela apropriação do lugar entre "posseiros" e "moradores"	47	5. Santa Terezinha como lugar em disputa	129
64. Deslegitimação das ocupações irregulares através de denúncias de ocupações especulativas ou desonestas	23				
65. Ênfase na condição de privação e necessidade dos posseiros	3				
<b>Total</b>	<b>1154</b>	<b>Total</b>	<b>1154</b>	<b>Total</b>	<b>1154</b>

Fonte: produzido pelo autor

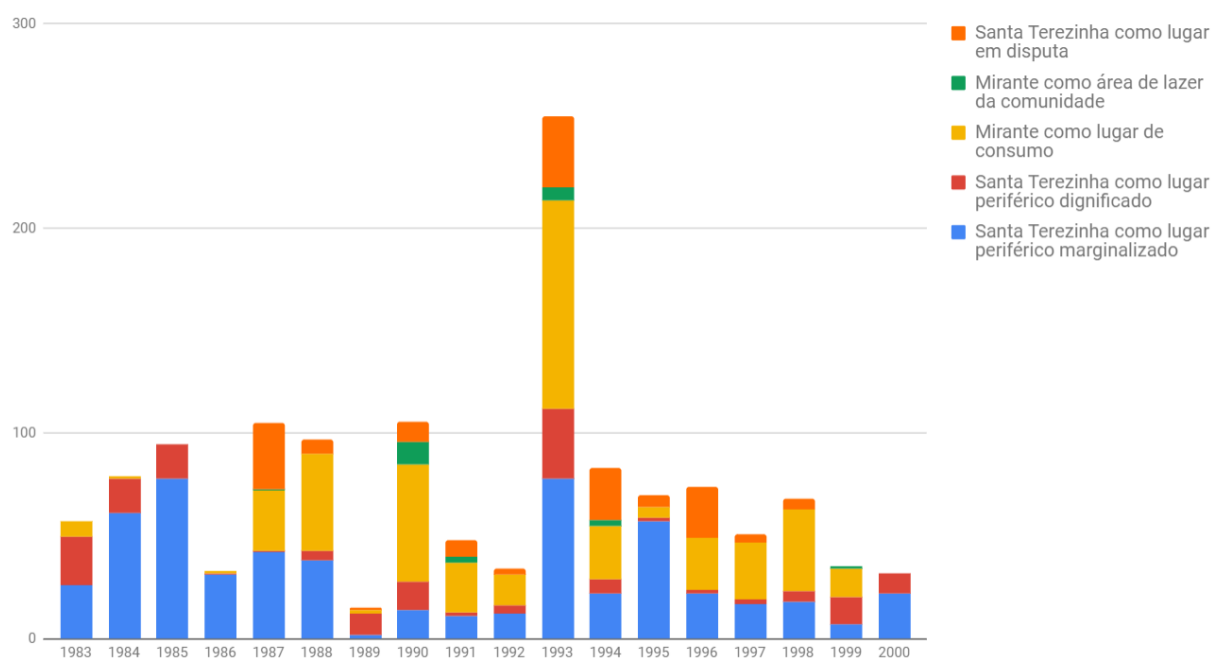
### ANEXO 3 – GRÁFICOS REPRODUZIDOS NO TEXTO EM ORDEM DE APARIÇÃO

Gráfico 1 – Ocorrência de categorias temáticas no material



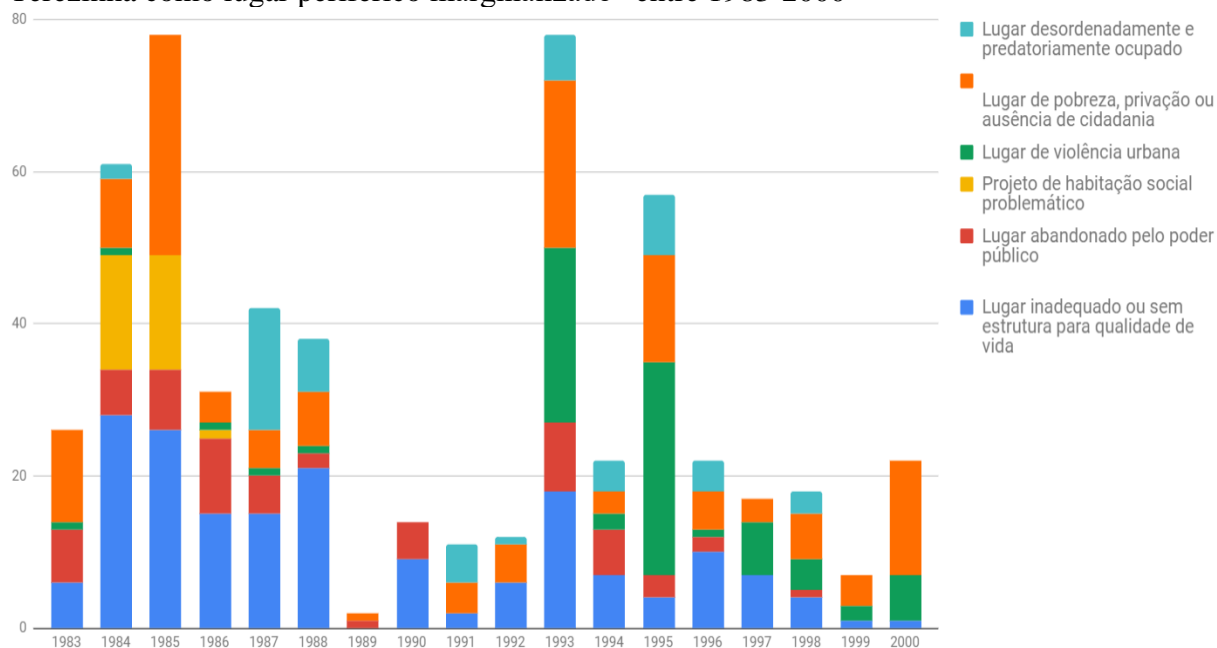
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 2 – Distribuição de categorias temáticas entre 1983-2000



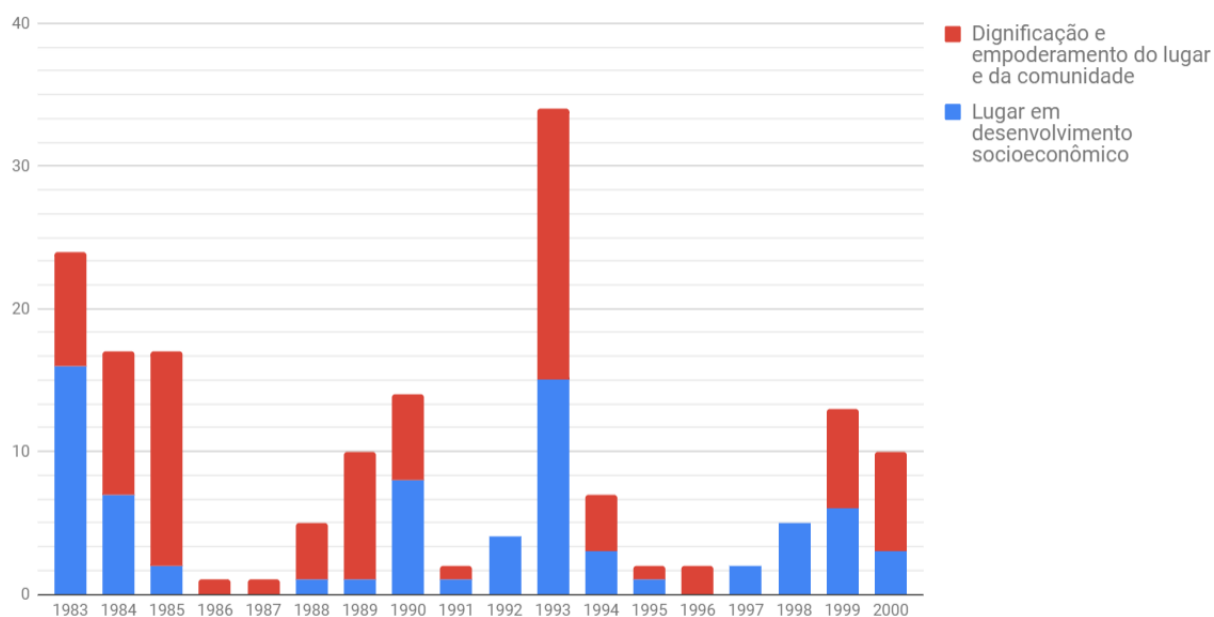
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 3 – Distribuição das subcategorias componentes da categoria temática “Santa Terezinha como lugar periférico marginalizado” entre 1983-2000



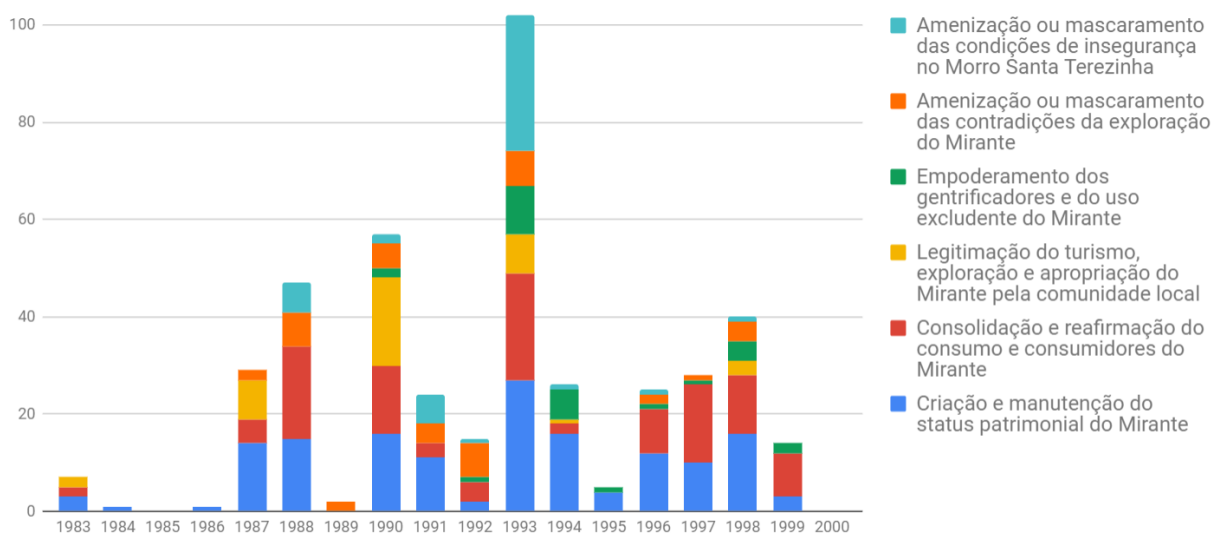
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 4 – Distribuição das subcategorias componentes da categoria temática “Santa Terezinha como lugar periférico dignificado” entre 1983-2000



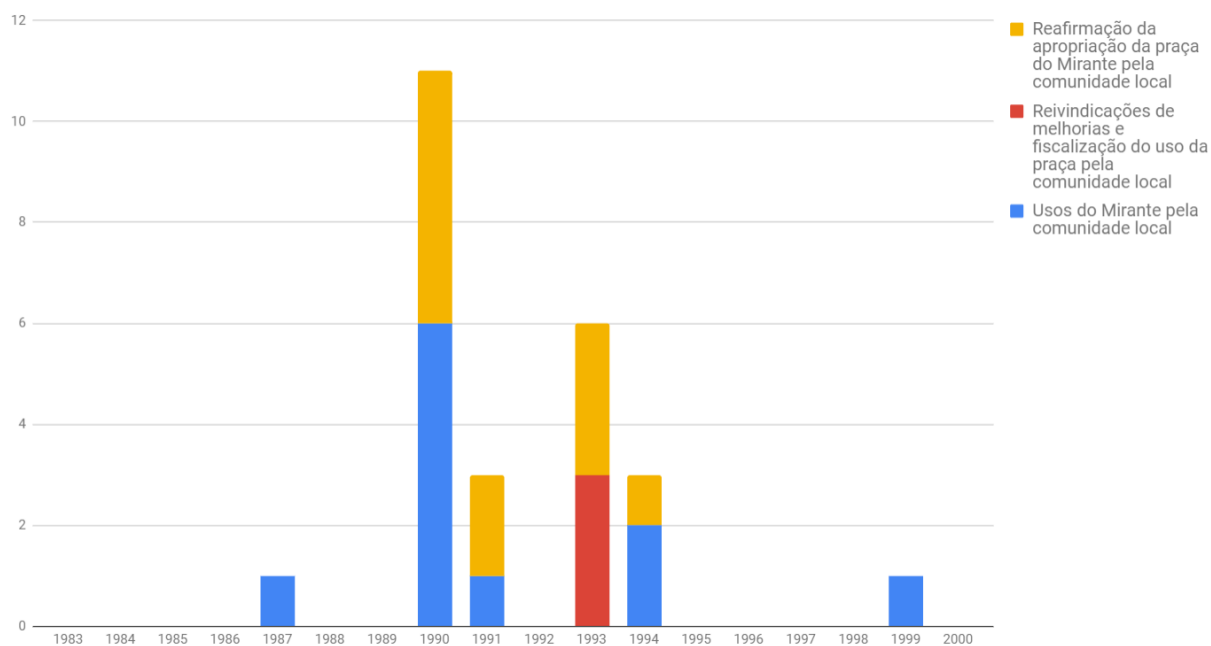
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 5 – Distribuição das subcategorias componentes da categoria temática “Mirante como lugar de consumo” entre 1983-2000



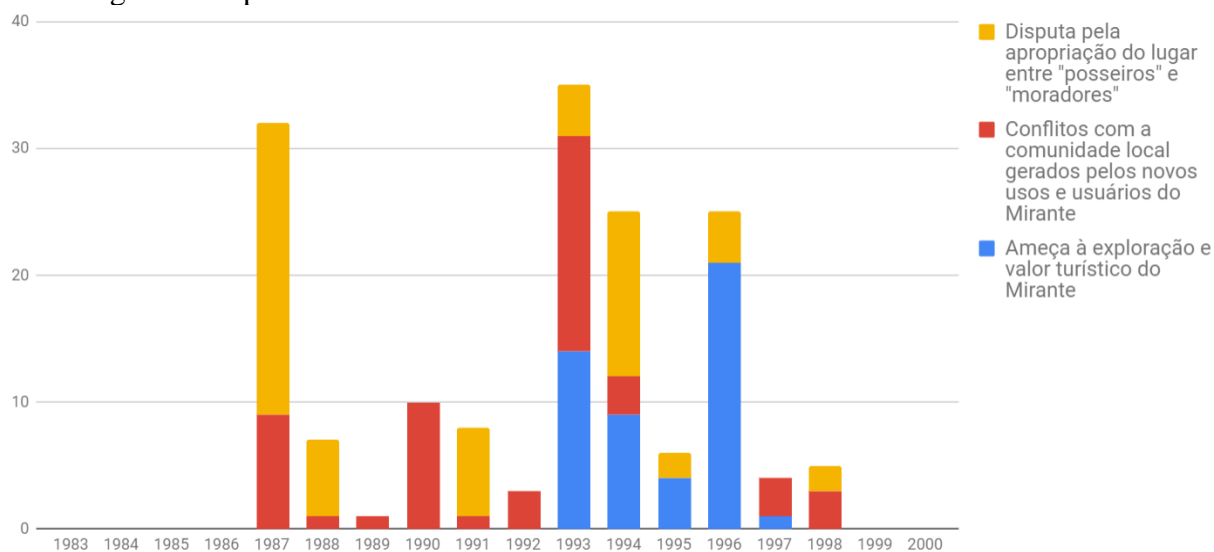
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 6 – Distribuição dos temas componentes da categoria temática “Mirante como área de lazer da comunidade” entre 1983-2000



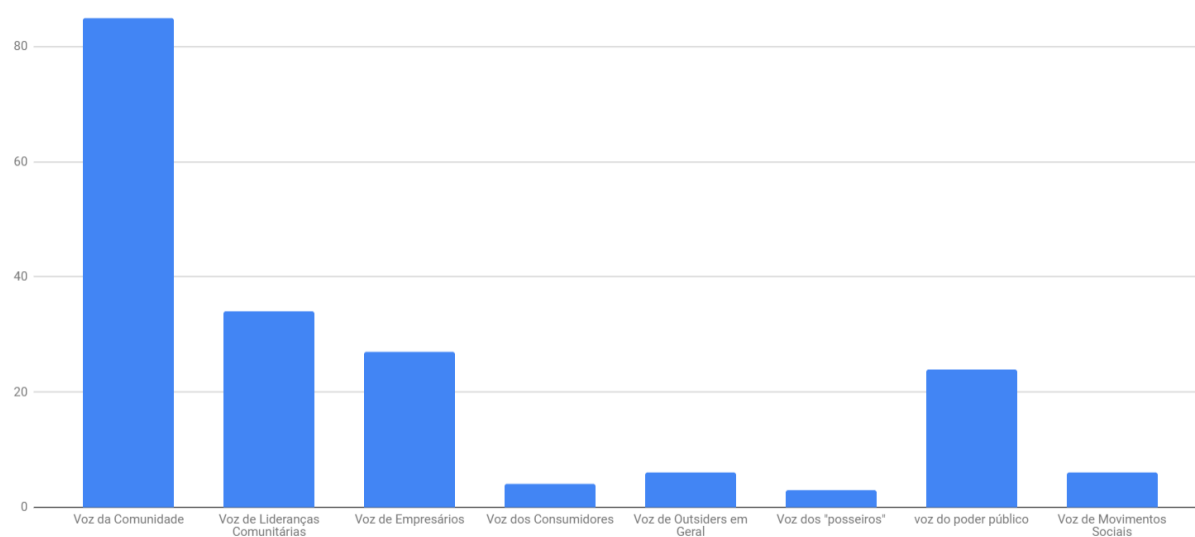
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 7 – Distribuição dos temas componentes da categoria temática entre “Santa Terezinha como lugar em disputa” 1983-2000



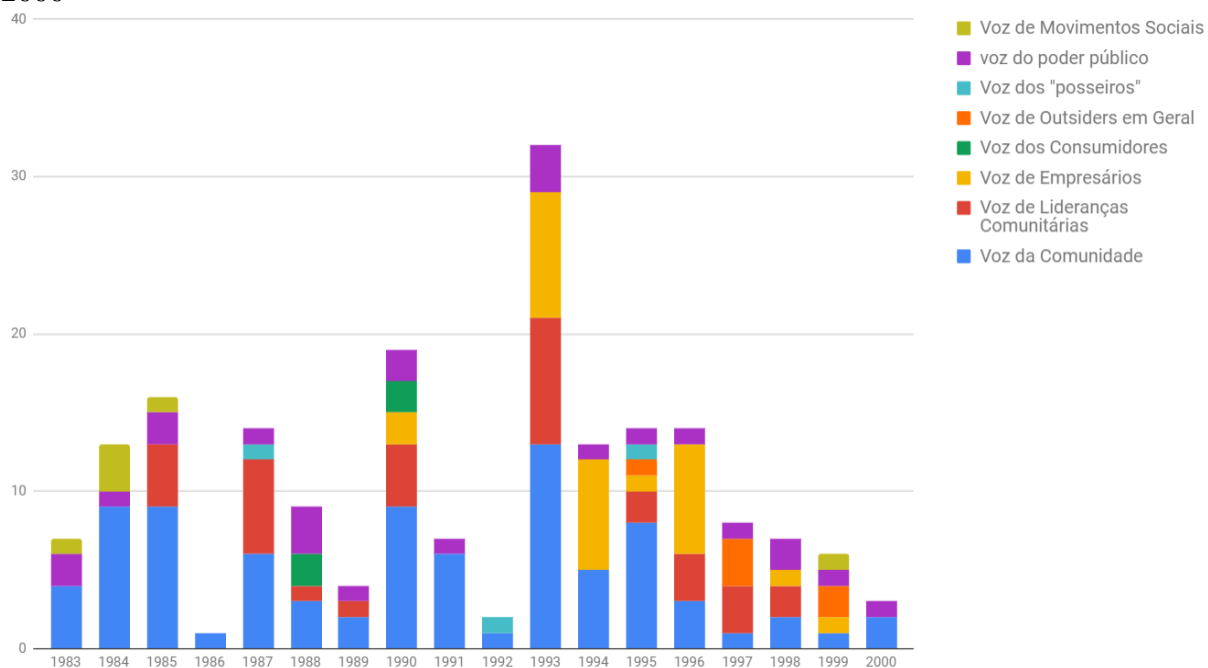
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 8 – Frequência da classificação da interdiscursividade direta



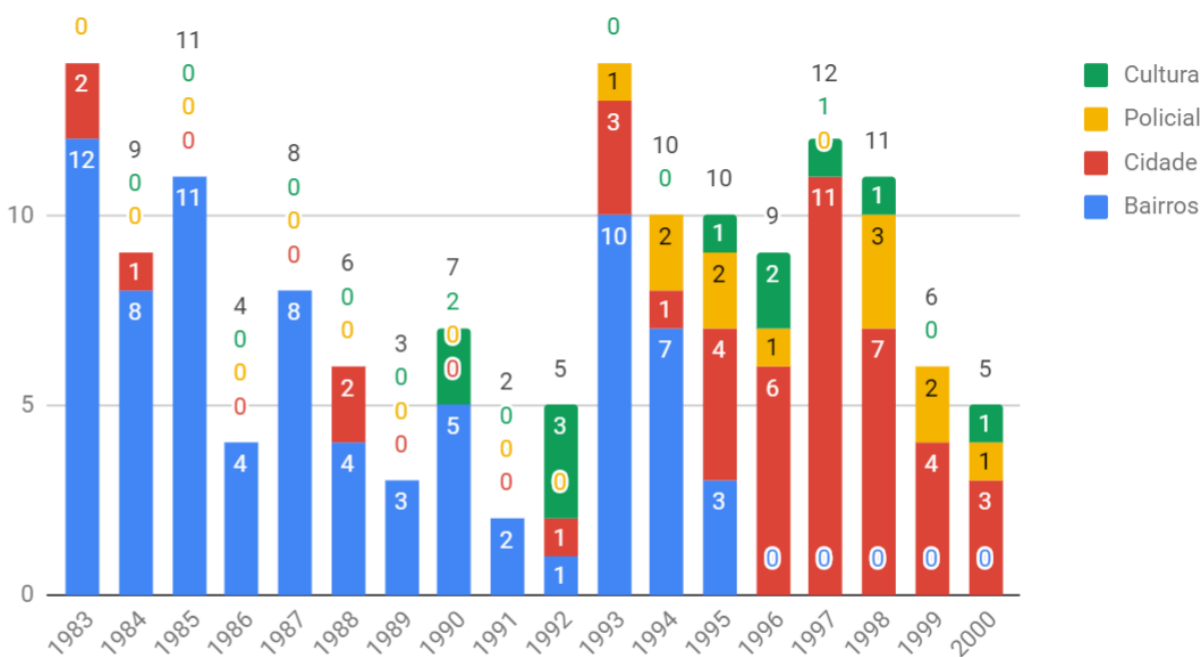
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 9 – Distribuição da classificação da interdiscursividade direta entre 1983-2000



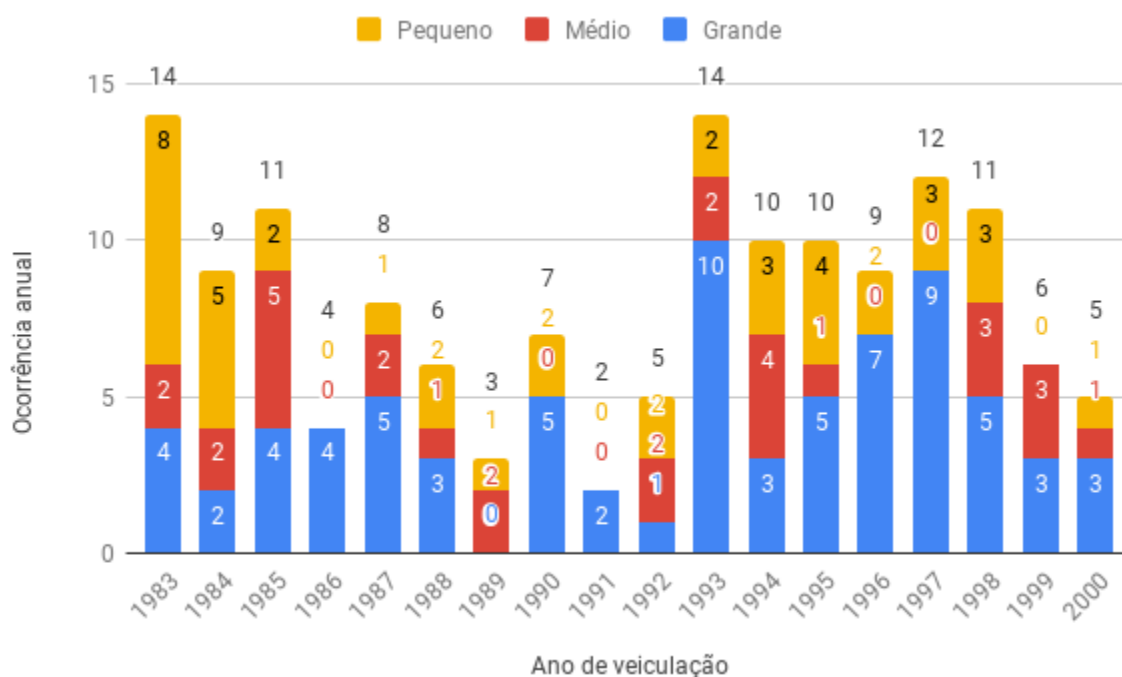
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 10 – Divisão dos textos por editoria entre 1983-2000



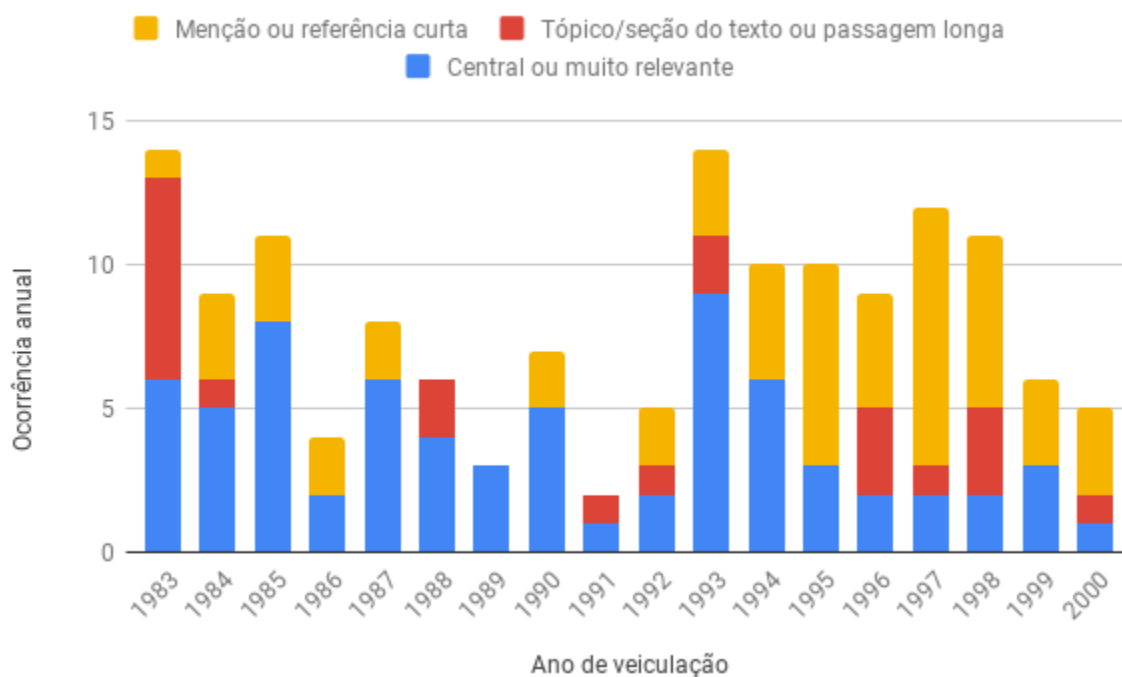
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 11 – Distribuição de textos por destaque da notícia na página do jornal entre 1983-2000



Fonte: produzido pelo autor

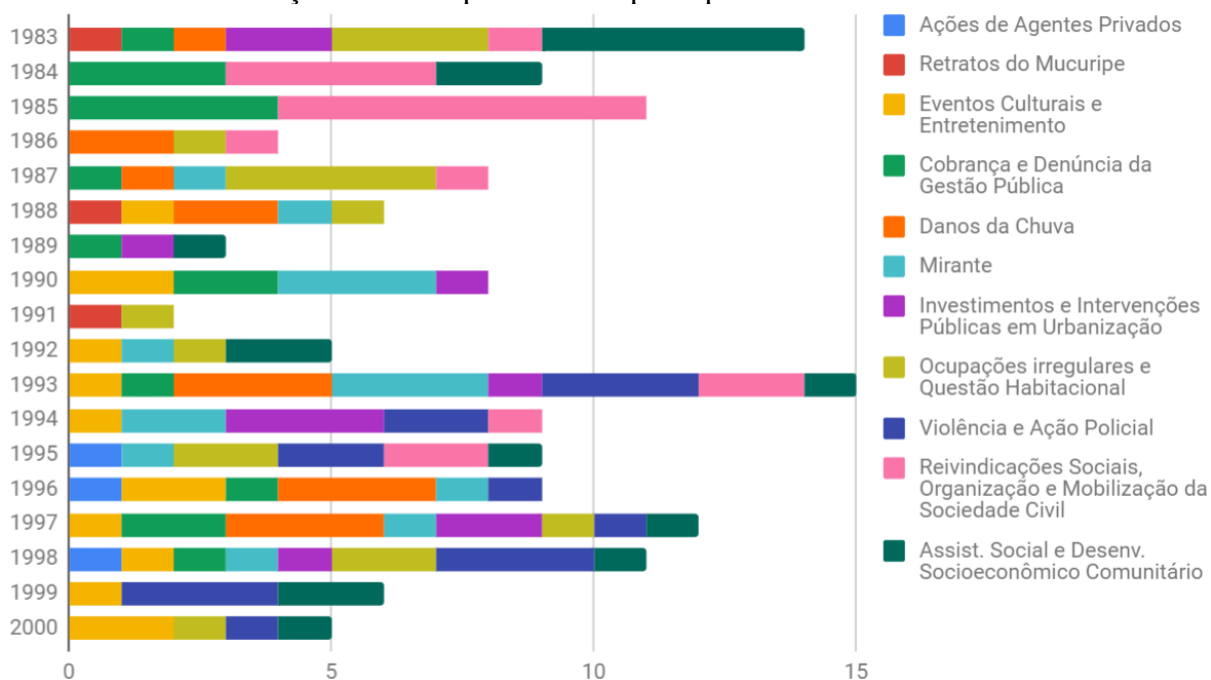
Gráfico 12 – Divisão de textos por centralidade do lugar no conteúdo do texto



Fonte: produzido pelo autor



Gráfico 13 – Distribuição de textos por assuntos principais entre 1983-2000



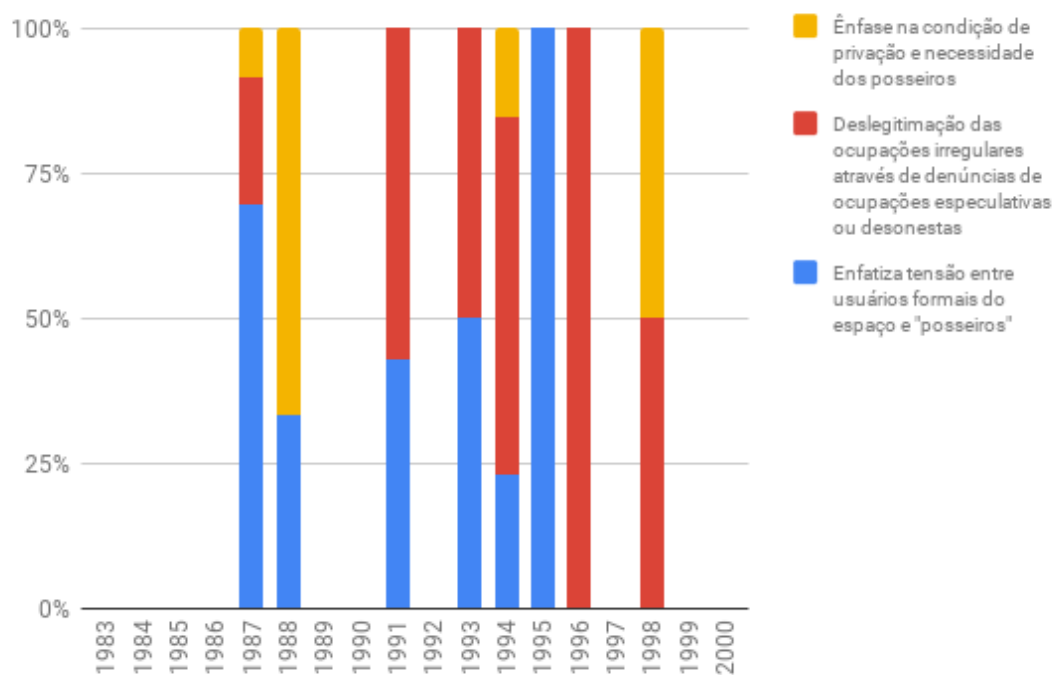
Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 14 – Divisão de textos por qualidade da referência geográfica nos títulos entre 1983-2000



Fonte: produzido pelo autor

Gráfico 15 – Frequência relativa dos temas componentes da subcategoria “Disputa pela apropriação do lugar entre ‘posseiros’ e ‘moradores’” entre 1983-2000



Fonte: produzido pelo autor